

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de
Agroecologia

Ligia Scarpa Bensadon

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TECENDO PROJETOS POLÍTICOS: A TRAJETÓRIA DA
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA**

LIGIA SCARPA BENSADON

Sob a Orientação da Professora
Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação submetida como requisito
para obtenção do grau de **Mestre em
Ciências Sociais**, no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
2016

303.484
B458t
T

Bensadon, Ligia Scarpa.

Tecendo projetos políticos: a trajetória da
Articulação Nacional de Agroecologia / Ligia Scarpa
Bensadon, 2016.
168 f.

Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 149-158

1. Movimentos sociais - Teses. 2. Redes sociais –
Teses. 3. Agroecologia – Teses. I. Medeiros, Leonilde
Servolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

LIGIA SCARPA BENSADON

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Ciências.

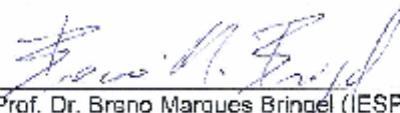
Dissertação aprovada em 09/09/2016.



Prof.ª Dr.ª Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Cláudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. Bruno Marques Bringel (IESP/UERJ)

AGRADECIMENTOS

Ao CPDA/UFRRJ, professores, funcionários e alunos com quem pude aprender e compartilhar pensamentos, reflexões e leituras nestes dois anos. Com certeza não saio da mesma forma que entrei. Em especial agradeço à orientação dialogada e atenta de Leonilde Medeiros. Às instigantes disciplinas cursadas com os professores: Andrey Ferreira, Claudia Schmitt, Débora Lerrer, Héctor Alimonda, John Wilkinson, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado e Regina Bruno. Também às importantes críticas, reflexões e orientações da banca da qualificação (Claudia Schmitt e Maria José Carneiro) e da defesa (Claudia Schmitt e Breno Bringel). A Renato Maluf pelos primeiros diálogos na construção do projeto. À coordenação dialogada do CPDA-UFRRJ por Fátima Portilho. Também aos importantes debates coletivos nos laboratórios de pesquisa de Leonilde Medeiros e Renato Maluf.

A concretização da pesquisa não teria se viabilizado e obtido a mesma qualidade e dedicação se não fosse a bolsa de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), apesar de ser, infelizmente, um período de grandes cortes na educação e no apoio à pesquisa do país, que prejudicaram diretamente esta pesquisa, em especial pelos atrasos nos pagamentos das últimas bolsas.

Fundamental para a pesquisa foi a oportunidade das reflexões desde a experiência da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em específico com os entrevistados, entrevistadas e conversas que direta e indiretamente trouxeram contribuições, para além de momentos especiais de rico aprendizado: Andréa Alice da Cunha Faria; Arlindo Resende de Sena; Carlos Pereira; Celso Ricardo Ludwig; Ciro Eduardo Correa; Claudemar Mattos; Darci Frigo, Demetrius Oliveira; Denis Monteiro, Diva Vané Deitos; Douneto Ribeiro da Costa; Edmar Gadelha; Elson Borges dos Santos; Emília Fátima; Eugenio Ferrari; Francisco Dal Chiavon; Irene Cardoso; Ivonete Gonçalves de Souza; Jean Marc von der Weid; José Antonio Marfil; José Maria Tardin; Maria Emília Pacheco; Maria Verônica de Santana; Nilton Fabio Lopes; Nivia Regina da Silva; Noemi Krefta; Paulo Frederico Petersen; Rosângela Cintrão, Rubenice Costa Rodrigues e Willian Clementino Matias. Também agradeço à Secretaria Executiva da ANA pelo apoio com materiais e contatos, em especial Denis Monteiro, Flávia Londres e Tatiana Pastorello.

No período, a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu permitiu o contato técnico e prático sobre a agroecologia, e a participação na Rede Ecológica possibilitou a continuidade na atuação com consumo responsável e no conhecimento sobre o contexto da agroecologia no Rio de Janeiro.

Especiais e inspiradores também foram os anos anteriores na Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), de mergulho no campo da economia solidária, da mobilização e dos movimentos sociais. Meu agradecimento a todas as companheiras e companheiros com quem pude trabalhar conjuntamente. O período no Distrito Federal incluiu a prazerosa convivência com a cultura popular junto dos amigos no Mercado Sul, em Taguatinga.

Raízes iniciais na construção e interesse pela pesquisa tiveram pegadas nos aprendizados junto a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), com autogestão e atuação além dos muros universitários, na troca e formação junto aos grupos populares, estudantes, técnicos e professores.

Agradeço ainda as tantas amigas e amigos que de várias formas e momentos se envolveram na jornada de elaboração desta dissertação, por todo apoio, momentos de descontração, sonhos, lutas e amizades. Em especial no apoio à construção do projeto com Ana Dubeux, Luigi Verardo, Henrique Novaes e Ana Luzia Laporte. À acolhida no Rio de

Janeiro de Joyce Waquil e Maira Cavalcanti. Pela moradia compartilhada com Yamira Rodrigues e Leandro Consentino. À Juanita Benavides pela revisão final do texto. À turma do mestrado e doutorado de 2014 e 2015 pelas atividades conjuntas. Ao Espaço Firme na Luz e ao Coral Altivoz. E, claro, à família, em especial ao companheiro de todas as horas, Leandro Consentino, e também à Carmen Lucia, Ricardo e Márcio.

RESUMO

BENSADON, Lúcia Scarpa. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. 2016. 219p Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A agroecologia emergiu nas últimas décadas como uma proposta inserida nas alternativas contra-hegemônicas de desenvolvimento, expressando-se de forma ampla como movimento social, ciência, prática e um modo de vida. Diversas organizações de movimentos sociais e ONGs do campo agroecológico têm interlocuções na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A pesquisa buscou compreender a formação e organização política da ANA, entendida como uma rede com heterogêneos vínculos e atores sociais, criada em 2002 para promover formulações de políticas e intercâmbios entre organizações que atuam com agroecologia. O fio condutor da pesquisa seguiu a trajetória da ANA para entender de que maneira promoveu a agroecologia enquanto um problema público reconhecido e se expressou como uma rede social, tanto para fazer convergir posicionamentos e ações, quanto para se opor ao agronegócio e disputar políticas públicas. O estudo parte da reconstrução histórica do movimento agroecológico, desde os passos iniciais da agricultura alternativa até o espraiamento e defesa da agroecologia por atores e setores diversos. Como instrumentos metodológicos, realizamos entrevistas semiestruturadas, participação em eventos e análise de documentos diversos, tendo como referencial analítico as noções de redes sociais e movimentos sociais, com uma abordagem relacional e descrição densa. A ação em rede, mesmo no esforço da horizontalidade, expressou concentrações, controvérsias e dinâmicas de envolvimento diversas. Percebeu-se que foi orientadora dessa construção a relação com o Estado, buscada como meio para expansão da proposta política, em ciclos mais ou menos intensos. Tal relação também orientou a articulação entre distintos atores sociais para uma maior difusão da agroecologia. Desde os documentos, percebeu-se o esforço para a convergência política e no consenso em temas e discursos, com uma gestão de ONGs historicamente envolvidas. Já nas entrevistas, as visões heterogêneas emergiram, expressando perspectivas e estratégias políticas marcadas por tensões que permeiam os campos políticos, num espaço de encontro das diferenças em posições sociais e relações de poder. O estudo permitiu conhecer as relações e os processos sociais que geraram a formação da ANA, bem como sua forma de ação em rede e sua expressão como parte do movimento agroecológico. A ANA impulsionou o significado político da agroecologia enquanto um *frame*, mobilizou os atores para um problema público e para ações em rede, com propostas de uma nova utopia.

Palavras-chave: movimentos sociais, redes sociais, agroecologia.

ABSTRACT

BENSADON, Ligia Scarpa. **Weaving political projects: the trajectory of the National Agroecology Articulation**. 2016. 219p Dissertation (Master of Social Sciences in Development, Agriculture and Society), Institute of Human and Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Agroecology has emerged in recent decades as a proposal inserted into non-hegemonic developmental alternatives, expressing itself broadly as a social movement, science, practice and a way of life. Several social movement organizations and NGOs of agroecological field congregate in the National Agroecology Articulation (ANA). The research sought to understand the formation and political organization of the ANA, understood as a network with heterogeneous connections and social actors, established in 2002 to promote policy formulation and exchanges between organizations working with agroecology. We followed ANA's trajectory to understand how the association promoted agroecology as a recognized public problem and represented itself as a social network, both for converging approaches and actions, and to oppose the agribusiness and to dispute public policies. The study begins with the historical reconstruction of the agro-ecological movement, from the initial steps of alternative agriculture to the spreading and defense of agroecology by different actors and sectors. As methodological tools, we conducted semi-structured interviews, participation in events and analysis of various documents. The analytical framework was composed by the notions of social networks and social movements with a relational approach and dense description. The action as a network, even in a horizontal effort, revealed concentrations, controversies and dynamics with different degrees of involvement. We noticed that the relationship with the state guided the action in network: the state is taken as a means of expanding the political proposal, in more or less intense cycles. This relationship also guided the relationship between different social actors for greater dissemination of agroecology. From the reading/analysis of the documents, we detected the struggle for political convergence and consensus on issues and speeches, with the management of historically involved NGOs. On the other hand, heterogeneous views emerged in the interviews, showing tensions among political perspectives and strategies that pervade the political fields, in a crossroads where differences in social positions and power relations meet. The study allowed us to observe the relationships and social processes that led to the formation of the ANA, as well as its form of action as a network and its representation as part of the agroecological movement. ANA boosted the political significance of agroecology as a frame, mobilized the actors to a public problem and to network shares with proposals for a new utopia.

Key-words: social movements, social networks, agroecology.

LISTA DE SIGLAS

AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
AASM/RJ	Articulação de Agroecologia da Região Serra Mar do Rio de Janeiro
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABEEF	Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRASEM	Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudas
ACA	Articulação Capixaba de Agroecologia
ACEVAM	Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba
AJOPAM	Associação Juinense Organizada para Ajuda Mútua
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMA	Articulação Mineira de Agroecologia
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANC	Agricultura Natural de Campinas e Região
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AOPA	Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
APA	Articulação Paulista de Agroecologia
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
APA-TO	Alternativas para Pequena Agricultura em Tocantins
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES
APOMS	Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul
APTA	Associação de Programas em Tecnologias Alternativas
ARCAFAR	Associação Regional das Casas Familiares Rurais
ASA	Articulação do Semiárido
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ASSESSOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AU	Agricultura Urbana
AVSF/CICDA	Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRASPOV	Associação Brasileira de Obtentores Vegetais
CAAASP	Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas
CAE-IPÊ	Centro de Agricultura Ecológica de Ipê
CAFOD	Catholic Agency For Overseas Development
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPINA	Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CAPOIB	Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CAT	Centro Agroecológico Tamanduá
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia

CBLT	Campanha Brasil Livre de Transgênicos
CCFD	Comitê Católico Contra a Fome e a Favor do Desenvolvimento
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEPAC	Centro Piauiense de Ação Cultural
CEPAGRI	Centro de Promoção do Pequeno Agricultor
CEPATSA	Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido
CEPEEC	Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CF8	Centro Feminista 8 de março
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLADES	Consórcio Latino-americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
CMN	Casa da Mulher do Nordeste
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Populações Extrativistas
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONFESOL	Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPERBIO	Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil
COOSPAT	Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica
CPDA/UFRRJ	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CTNBIO	Comitê Técnico Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDT	Dicloro-difenil-tricloroetano
DFID	Department for International Development, Développement et Paix
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EED	Der Evangelische Entwicklungsdienste
EFA	Escola da Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAEAB	Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FCVSA	Fórum Cearense pela Vida no Semiárido
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FEA-USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FSM	Fórum Social Mundial
FUNDAÇÃO	
HBS	Fundação Heinrich Böll Brasil
FUNDEP-DER	Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região de Celeiro do Departamento de Educação Rural
GCB	Grupo Carta de Belém
GERA-UFMT	Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária da Universidade Federal do Mato Grosso
GIAS	Grupo de Intercâmbio em Agroecologia
GT	Grupo de Trabalho
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTNA	Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
IMCA	Instituto Morro da Cutia de Agroecologia
INCA	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
ISA	Instituto Socioambiental
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
ITV	Instituto Terra Viva
LEMTO – UFF/RJ	Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP	Movimento Camponês Popular

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MMNEPA	Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPC	Melhoramento Participativo de Cultivos
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NACE-ESALQ-USP	Núcleo de Agroecologia do Cerrado da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo
NIA	Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão Científica e Tecnológica
NMSPP	Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas do CPDA/UFRRJ
OCA	Organização Cooperativa de Agroecologia
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OECD	Organization for Economic Cooperation and Development
OMIR	Organização das Mulheres Indígenas de Roraima
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política de Aceleração do Crescimento
PATAC	Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades
PDA	Programa de Projetos Demonstrativos
PDRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PESACRE	Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLATAFORMA	Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DHESCA	
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPA	Plano Plurianual
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONARA	Programa Nacional para Redução do uso de Agrotóxicos
PROTER	Programa da Terra: assessoria, pesquisa e educação popular no meio rural
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção
PT	Partido dos Trabalhadores
PTA/FASE	Projeto de Tecnologias Alternativas/Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
RADV	Rede Alerta contra o Deserto Verde

RAMA	Rede de Agroecologia do Maranhão
RAP-AL BRASIL	Rede de Ação em Pesticidas e suas Alternativas na América Latina
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
REATA	Rede de agricultores tradicionais do Amazonas
REDD	Redução das emissões por desmatamento e degradação
REDE	Rede de Intercâmbio em Tecnologias Alternativas
REDE ATER-NE	Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste
REDE CEFFAS	Rede Centro Familiar de Formação por Alternância
REGA	Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil
REJU	Rede Juçara
REMA	Rede Maniva de Agroecologia
REMERA	Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia
RESEA	Rede Sergipana de Agroecologia
RESEX	Reserva Extrativista
RURECO	Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGP	Secretaria Geral da Presidência da República
SIDT	Subprograma de Informação, Disseminação e Treinamento
SINPAF	Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário
SINPRO/DF	Sindicato dos Professores do Distrito Federal
SPG-ABIO	Sistema Participativo de Garantia da Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
STTR/STM	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TDH SCHWEIZ	Terre Des HommesSchweiz
TRAMAS	Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, da Universidade Federal do Ceará
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal do Goiás
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNAIC	União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu
UNB	Universidade de Brasília
UNEFAB	União Nacional Escolas da Família Agrícola do Brasil
UNIASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
WWF	World Wide Fund for Nature

*É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas.
Mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros.
Mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.
(Cora Coralina)*

*Acordai
acordai
homens que dormis
a embalar a dor
dos silêncios vis
vinde no clamor
das almas viris
arrancar a flor
que dorme na raiz*

*Acordai
acordai
raios e tufões
que dormis no ar
e nas multidões
vinde incendiar
de astros e canções
as pedras do mar
o mundo e os corações*

*Acordai
acendei
de almas e de sóis
este mar sem cais
nem luz de faróis
e acordai depois
das lutas finais
os nossos heróis
que dormem nos covais
Acordai!*

José Gomes Ferreira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 CAPÍTULO I - A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL	30
1.1 Contextualização nacional e internacional da agricultura alternativa	30
1.2 Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa	33
1.3 O Projeto de Tecnologias Alternativas	36
1.4 Os movimentos sociais e a agroecologia	45
1.5 Síntese: da agricultura alternativa para a agroecologia	55
 CAPÍTULO II - A CRIAÇÃO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA	59
2.1 A reunião dos atores no I Encontro Nacional de Agroecologia	59
2.2 A Articulação Nacional de Agroecologia	68
2.3 A explicitação do opositor e a formulação de políticas públicas no II Encontro Nacional de Agroecologia	72
2.4 Síntese: o início da articulação	78
 CAPÍTULO III - A BUSCA DE NOVAS INTERFACES COM A AGROECOLOGIA... 81	
3.1 A construção dos diálogos e convergências entre organizações	81
3.2 A realização do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências	88
3.3 Desdobramentos nas relações com as políticas públicas e movimentos sociais	96
3.4 O III Encontro Nacional de Agroecologia	100
3.5 Síntese: o processo de reconhecimento da agroecologia	108
 CAPÍTULO IV - CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA ANA.....111	
4.1 Representação e participação na ANA	111
4.2 Estratégias de ação e lugar das experiências	120
4.3 Tensões e relações de poder	125
4.4 Relação com o Estado	131
4.5 Síntese: entre a mobilização e a tênue articulação	137

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
ANEXO A: Breve apresentação dos entrevistados	159
ANEXO B: Organizações participantes nas reuniões analisadas	161
ANEXO C: Imagens	162

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como foco a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002 para promover intercâmbios entre organizações que atuam no campo agroecológico e formular propostas de políticas. Fazemos a reconstrução histórica da ANA, para entender de que maneira promoveu a agroecologia enquanto um problema público reconhecido e que estratégias utilizou tanto para que convergissem posicionamentos e ações sobre a agroecologia, quanto para se opor ao agronegócio¹ e disputar políticas públicas.

A ANA surge como um dos frutos do processo histórico de construção da agroecologia como bandeira política no país, reunindo organizações de movimentos sociais² e organizações não governamentais (ONGs). Busca o encontro e a troca entre experiências e projetos políticos, que permitam formular propostas de políticas públicas para fortalecer a agroecologia como base para um modelo alternativo de desenvolvimento.

Entender as aproximações que permitiram uma articulação como esta implicou entender o processo de aparecimento deste problema público (CEFAI, 2002) e a ação coletiva construída, e como estas questões se refletiram na formação e construção do campo agroecológico. Esta caminhada desencadeada em função de determinadas lutas sociais também incluiu tensões em relação a diferentes práticas, concepções e estruturas que procuramos captar ao longo da pesquisa e sinalizaram os contornos dos consensos, da proposta política e sobre como os atores lidaram com suas diferenças nestes processos de ação coletiva.

As questões que nos orientaram analiticamente ao longo do estudo foram: como a ANA se construiu como um ator coletivo e trouxe a agroecologia enquanto um problema público e um *frame*?³

Nosso interesse é olhar esta experiência a partir de um referencial sobre os movimentos sociais, para entender a construção dos processos e significados da articulação entre organizações diversas. A pesquisa trouxe um grande desafio no seu recorte, dada a sofisticação do ator analisado e a complexidade da sua organização. Isso envolveu tanto um esforço de sistematizar e explicitar essa experiência, quanto de buscar autores e reflexões que ajudassem a explicá-la como fenômeno sociológico. Procuramos dirigir o olhar para o conjunto dos atores e aprofundar alguns deles, evitando cair na superficialidade, um risco de pesquisas em ambiente complexo.

A construção do problema e do objeto da pesquisa se reformulou ao longo da investigação frente aos temas, autores e reflexões realizadas ao longo das disciplinas cursadas e nos debates no CPDA/UFRRJ, e com o que foi visto empiricamente tanto nos documentos,

¹ O termo agronegócio ao longo dos documentos da ANA tem um sentido político. A proposta agroecológica explicita as consequências para a sociedade e a natureza do domínio da modernização da agricultura pelas elites agrárias, enquanto formas de geração e acumulação de capital.

² O termo organizações de movimentos sociais é utilizado pelas análises das oportunidades políticas, como em Tarrow (2009). Usamos esta expressão para diferenciar a análise de organizações da análise teórica dos movimentos sociais, por exemplo, em referência a atores como: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

³ Para a pesquisa utilizamos o termo *frame* em inglês devido à limitação na tradução do seu sentido para o português como enquadramento. Dentre os autores que utilizam essa abordagem, citamos Benford e Snow (2000), Cefai (2002, 2008) e Cefai e Trom (2008), Scott e Snow (2010) e Tarrow (2009).

quanto nas entrevistas e encontros. Os limites do estudo foram se dando na própria caminhada, inclusive porque a construção da agroecologia não tem exata delimitação, abrangendo diferentes níveis de significação (SCHMITT e TYGEL, 2009).

A agroecologia afirmou-se como referência conceitual principalmente desde a década de 1990, com o amadurecimento da análise ecológica da agricultura e da consciência ambiental, abarcando diferentes áreas do conhecimento como as ciências agrícolas, ecologia e desenvolvimento rural. Incorporou, no caso do Brasil, pautas amplas e históricas dos movimentos sociais, como reforma agrária, valorização do rural, da mulher, da biodiversidade, da educação, da construção de novos mercados e da juventude. Ampliou os elementos técnicos e incorporou aspectos políticos e valorativos, seja na relação dos homens e mulheres entre si, seja dos seres humanos com a natureza e também no campo científico. Nesse sentido, a agroecologia se coloca não só como um campo do conhecimento, mas também como outra forma de vida em sociedade e com a natureza. Ressaltamos que não foi objetivo da pesquisa realizar um levantamento das concepções teóricas nacionais e internacionais da agroecologia, o que envolveria outra abordagem.

Na pesquisa foi possível perceber as emergências da agroecologia no Brasil, por exemplo, a partir dos caminhos individuais ou na atuação das organizações, como pastorais sociais e ONGs, que se faz tanto nas trajetórias pessoais, como nos eventos e entre atores que fizeram emergir um movimento ascendente de contestação da modernização agrícola e de busca por alternativas mais autônomas de sobrevivência, produção no meio rural e modelo de desenvolvimento. A riqueza destes cruzamentos e interfaces foi se fazendo ao longo das últimas décadas, consolidando um movimento agroecológico que, se não é a principal referência mundial, é uma das suas mais relevantes expressões.

A construção da ANA é um bom exemplo da ação por redes sociais, quando uma determinada conexão gerou resultados diversos, intencionais e inesperados, ao potencializar ações, abrir oportunidades e parcerias entre projetos, uso de repertórios e conceitos, indicando um campo de atuação profissional, científico e de militância. Se de início estas conexões ocorreram, principalmente, pelas próprias dinâmicas de debates no interior da agronomia, com o tempo, os laços sociais se ampliaram, abarcando outras arenas e tornando-se uma bandeira para mudança social com dimensões técnicas e políticas. A noção de rede permite entender uma forma de ação e um repertório explicitado na organização da ANA, que se define como uma rede de redes. Nesse sentido, a compreensão das relações sociais deste ator coletivo também foi buscada dentro da teoria de redes, percebendo as dinâmicas dos laços sociais envolvidos⁴.

A sua trajetória desde os processos históricos da agricultura alternativa e do Projeto de Agricultura Alternativa ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional⁵ (PTA/Fase), por exemplo, mostrou que a construção de arranjos deste tipo não é isenta de conflitos e nem é uma somatória de eventos aleatórios ou pré-determinados. As diversas forças sociais que a fizeram emergir estabeleceram trocas, tiveram controvérsias e disputas por protagonismo.

Tais tensões se deram em função da diversidade de atores sociais que integram a ANA, quer entre assessores, agricultores e dirigentes, quer nas suas organizações, como ONGs e

⁴ Ao nos referirmos à análise teórica de redes buscamos utilizar o termo redes sociais, para facilitar essa delimitação, já que o termo rede tem diversos significados, sendo utilizado também pelos próprios atores pesquisados. Baseamo-nos em Barnes (2010), Marques (2006 e 2007) e Musso (2004).

⁵ A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) é uma ONG fundada em 1961 com trabalhos em vários estados em temas como organização comunitária, associativa e desenvolvimento local. Atua desde a resistência à ditadura e ao processo da constituinte, na luta contra as desigualdades sociais, o neoliberalismo e pelos direitos sociais, econômicos e culturais. Fonte: <http://fase.org.br>.

movimentos sociais. Ainda que vinculadas por lutas comuns, o encontro entre linguagens, habilidades, interesses, formas de ação e prioridades nem sempre convergiu, produzindo confrontos entre perfis e posições sociais.

Essa rede social refletiu cada uma das organizações a ela vinculada, com pesos e intensidades heterogêneos. A forma como cada organização encara a agroecologia, sua estratégia de ação e seus discursos, de algum modo se reflete na intensidade do vínculo que estabeleceu com a ANA, a qual por sua vez também espelhou esse processo.

Nestes encontros também emergiu a disputa pela localização econômica e política da agricultura familiar. Desde o final dos anos 1980, a identidade da agricultura familiar foi tomando forma e ressignificou a noção do pequeno agricultor, valorizando este ator econômico e sua produção, frente às alternativas da sua inserção social e econômica. A noção de agricultura familiar com o tempo ganhou maior centralidade política, tornando-se uma afirmação destes sujeitos do campo, além de obter o reconhecimento de suas demandas com diversas políticas públicas (MEDEIROS, 2015). A difusão da agroecologia se relacionou com alguns segmentos dos agricultores de base familiar, em especial ligadas aos movimentos sociais, para sua orientação produtiva e atuação política, como no uso da expressão agricultura familiar camponesa, encontrada em alguns documentos da ANA e em organizações de movimentos sociais. Essa opção identitária excluiu outras denominações e sujeitos, como trabalhadores rurais, por ser ampla, ou assalariados, que não têm a mesma autonomia produtiva, por exemplo.

Esta pesquisa dialogou com a análise dos movimentos sociais para entender as heterogeneidades da ANA como um ator coletivo, as energias empreendidas para manter sua unidade em torno da agroecologia, motivadas pelas críticas e injustiças promovidas pela modernização agrícola, entre outras que se somaram. Essa formação envolveu um campo de oposições, em especial frente ao agronegócio, propondo alternativas, bem como um conjunto de bandeiras e temáticas articuladas à agroecologia, enquanto uma proposta de vida em sociedade, em discursos consensuados entre seus integrantes (MELUCCI, 2001).

A partir deste espaço complexo percebemos as questões que transpassam a agroecologia e trazem as múltiplas escalas pelas quais ela se relaciona com o mundo, repertórios de ação, relação com o governo e as políticas públicas, interpretações, formas organizativas, consensos e dissensos percebidos entre atores sociais distintos. A trajetória visitada também teve forte permeabilidade em relação ao contexto político e social, em temas e questões que atravessaram e se relacionaram com a emergência da agroecologia. Essa riqueza mostrou a profunda dinamicidade deste campo, instigando a pesquisa e propondo um fecundo processo de reflexão.

Fato inegável nesta construção é que este amplo conjunto de atores da sociedade civil e tantos outros não aprofundados nesta pesquisa conseguiram colocar a público a agroecologia, sua importância e a necessidade de políticas e ações que ampliassem a sua proposta⁶. A trajetória da ANA, como veremos, trouxe tanto abertura ao diálogo, quanto a sua própria limitação. A primeira, pela busca de novos interlocutores no tema, sejam as organizações de movimentos sociais, universidades, setores e temas específicos, como saúde coletiva, economia solidária, justiça ambiental e feminismo, o que também envolveu controvérsias na elaboração deste problema público e a busca de canais diversos para sua transmissão. A limitação decorre do perfil daqueles que mais se vincularam à pauta historicamente e à forma como ela se centralizou em certos sujeitos, formas de ação e intencionalidade política.

⁶ Consideramos público aqui as diferentes formas de transmitir mensagens para a sociedade ou de colocar uma determinada questão em debate, com formas diretas nos meios de comunicação (internet, jornais, televisão, etc.) e manifestações, ou indiretas, como reflexos da propagação destes debates.

Na ANA, as ONGs desempenharam um papel protagonista, algumas delas com raízes no processo de resistência e contestação ao regime militar com base na Teologia da Libertação e na educação popular. Estas organizações, em geral, tinham o objetivo de apoiar as lutas populares para a transformação social, a partir de um pensamento crítico ao modelo capitalista e, em específico, aos processos de dependência produtiva em relação a insumos químicos e demais tecnologias no campo. Tais ONGs foram construídas por meio de práticas e experiências locais e cotidianas de alternativas organizativas ou tecnológicas, formando novas percepções e práticas sobre como promover processos sociais que capacitassem aqueles setores a uma melhor inserção na vida social (DIAS, 2004). Seu projeto configurou-se como promoção de um novo modelo de desenvolvimento, partindo da noção da agricultura alternativa. Por outro lado, a emergência das ONGs também suscita o debate em torno da sua possível confluência com as demandas do Estado, desde o começo dos anos 1990, um período caracterizado pela orientação neoliberal (DAGNINO, 2008). O discurso em torno da agricultura alternativa e da agroecologia buscou a todo o momento ter ressonância tanto junto ao Estado, quanto nas ações dos movimentos sociais, o que não excluiu as contradições ou confrontos entre distintos modos de ação.

A proposta de estudar questões relacionadas à mudança social partiu de minha trajetória profissional e militante no envolvimento com projetos de economia solidária, na atuação com grupos populares por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), na esfera nacional de articulação junto à Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e integrando grupos de organização coletiva de consumo responsável de produtos agroecológicos e solidários. A escolha da ANA como objeto empírico de estudo não foi casual: partiu da reflexão sobre minha posição em relação à economia solidária, para então tratar a alteridade, no objetivo de entender outra articulação na temática de modelos de sociedade.

O Mestrado abriu novas perspectivas de análise e interpretação das práticas coletivas, bem como outra posição profissional em relação à até então vivenciada. Tal reposicionamento, ao mesmo tempo em que manteve cumplicidade e afinidade pessoal junto às lutas dos atores sociais, trouxe o desafio do recorte, enquadramento da pesquisa e da necessária confrontação e distância analítica.

A pesquisa se deu num período de aprofundamento da crise social, ambiental, política e econômica no país e no mundo, que se acelerou nas últimas décadas, com o esgotamento de um modo de vida em sociedade, representação política e de relação com a natureza⁷. Esse contexto tem interfaces com a proposta agroecológica, o que acentuou o interesse em compreender como uma diversidade de organizações se aglutinou e se manteve em torno de uma bandeira.

De maneira geral, pesquisas sobre a agroecologia têm sido feitas principalmente pelas ciências agrárias, biológicas e da saúde, sendo inúmeras e crescentes as reflexões sobre experiências produtivas e estudos de caso, o que evidencia a grande importância do tema para essas ciências, em especial por meio da investigação de seus impactos e potencialidades diversas, em modos de produção, geração de trabalho e manutenção das famílias e comunidades. Também se encontram estudos sobre aspectos participativos, educativos, de gênero, desenvolvimento rural, políticas públicas e sustentabilidade das práticas, bem como a inserção transdisciplinar e epistemológica da agroecologia.

⁷ Crise esta que também prejudicou o ambiente da pesquisa e da educação no país. Em 2015 houve um corte de 75% das verbas do Programa de Apoio à Pós-Graduação, de recursos federais, com efeitos como atrasos no pagamento de bolsas, funcionários, dentre eles os terceirizados, corte no fornecimento de materiais, auxílio à pesquisa de campo e atividades acadêmicas, entre outros prejuízos. Esta pesquisa também sofreu estes efeitos com o atraso no pagamento da bolsa pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), de responsabilidade do governo estadual.

Investigações de caráter local e com temas correlatos a agroecologia também revelam as diversas variáveis que influenciam a produtividade biológica e a eficiência econômica destes sistemas produtivos. Mas se há riqueza empírica, há também tendência a fragmentar ou a não analisar todos os componentes econômicos, sociais, políticos e ambientais, muitas vezes sem considerar o universo social e cultural dos agricultores, bem como a falta de critérios e análises sobre relações de poder e do conflito (SCHMITT, 2009; MOLINA, 2009).

Isso reflete a forma como o tema se inseriu até então no meio acadêmico e a menor intensidade do olhar das Ciências Sociais, na perspectiva de investigar os múltiplos lugares, formas e momentos em que a agroecologia se transformou em um problema público (CEFAÏ, 2011), em uma mobilização coletiva, nos esforços para o bem viver, estratégias de resistência e as capacidades para inventar formas de participação e ação política, como se propôs a ANA.

Recentemente dois estudos abordaram a relação entre movimentos sociais e agroecologia, repercutindo essa importância de análise, mas ainda sem relacionar as relações de poder e as tensões internas deste campo. Dornelas (2016) estudou a construção do conhecimento agroecológico com a Ecologia de Saberes e a ruptura com as colonialidades do saber e do poder, incluindo também a ANA e o histórico da sua construção. Strauch (2015) investigou como as experiências agroecológicas em Paraty contribuíram para a estratégia de resistência do campesinato frente ao intenso processo de desterritorialização.

As questões ambientais entraram nas preocupações das Ciências Sociais no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, concomitante ao aparecimento do movimento ambientalista. Esse debate teve desdobramentos em uma série de escolas do pensamento ecológico que trazem interpretações, críticas e soluções diversas sobre estas questões, também para o debate político e epistemológico, a exemplo da agroecologia (TETREAULT, 2008)⁸.

Além de se colocar enquanto movimento social e prática, a agroecologia é vista como ciência e tem acúmulos em eventos e debates científicos. Exemplo disso foi a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) em 2004, dedicada principalmente à construção do conhecimento agroecológico, organizando os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA). A noção também aparece nos campos das políticas governamentais, da educação e como uma identidade na forma de viver, ou seja, um estilo de vida (BELLON et al., 2015).

Outro termo utilizado tanto no meio acadêmico quanto nas práticas sociais é “transição agroecológica”, atuando como referência de análise entre os múltiplos fatores e dimensões sociais envolvidos na transição para uma agricultura mais sustentável, por exemplo, no confronto entre visões de mundo, novas identidades, processos de conflito e negociação. Compreende-se estas iniciativas como construções sociais, por meio da interação entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural, visto que nem todas as práticas se identificam ou representam uma unidade agroecológica, expressando diferentes níveis de complexidade e entendimento do campo agroecológico (SCHMITT, 2009). Neste sentido, os conceitos de transição agroecológica e de agroecologia estão em construção e em disputa.

Essa amplitude no plano científico e social da agroecologia, bem como a importância de delimitar sua ação pública e sua ancoragem nas instituições, remete à pluralidade de pontos de vista, com uma multiplicidade de atores e instituições que a utilizam. Na pesquisa, identificamos brevemente os lugares em que a agroecologia apareceu como objeto de trabalho político, tanto para o enquadramento da ação, quanto como referência identitária, percebendo também seu diálogo com outros mundos sociais, além de considerar as controvérsias como parte da construção desse conhecimento (BILLAUD et al., 2015).

⁸ Como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, economia ambiental, economia ecológica, ecologia política e a agroecologia.

Fundamentos teóricos e conceituais

Destacamos brevemente alguns elementos teóricos que sustentam as questões da pesquisa, em especial no eixo dos movimentos sociais, em autores como Cefaï (2002, 2005 e 2009) e Melucci (2001 e 2005) para a interpretação da ANA como um ator coletivo que expressou a agroecologia enquanto um *frame*, externalizando-o como um problema público.

O termo movimento social possui uma multiplicidade de significados e foi problematizado por diversas vertentes teóricas⁹. Para este estudo, optamos por uma abordagem metodológica, ou seja, uma lente de análise para as práticas sociais pesquisadas, sem limitar a visão de movimento social ao âmbito organizacional e sem substancializá-lo (MELUCCI, 2001).

Afirmamos a existência de um movimento agroecológico no sentido conceitual, o que envolve a percepção de uma pluralidade de significados analíticos, como o daqueles que falam à frente, utilizando a força da palavra e prenunciando a mudança possível como profetas (MELUCCI, 2001), além de demonstrar e interagir em diversas experiências reais e criar conteúdos simbólicos. Suas ações implicam em condutas coletivas que delimitam, colocam em causa e pressionam um modo de dominação social (um adversário ou os detentores do poder, como o agronegócio e as políticas governamentais em seu apoio), atuando com continuidade sobre o conjunto dos aspectos da vida social (TOURAINÉ, 2006). Também faz a defesa de suas múltiplas identidades (como camponesa, indígena e quilombola) e determinados valores (como justiça, sustentabilidade e participação), forjando alianças de consciências e interesses com membros do sistema político, buscando novos adeptos, por meio de ações públicas (McADAM, TARROW e TILLY, 2009) e articulações orientadas.

Os estudos sobre movimentos sociais despontaram principalmente a partir da década de 1960, frente às grandes mobilizações que tinham como protagonistas novos atores e temas no cenário político, e não apenas a figura do trabalhador operário e assalariado organizado em partidos ou sindicatos. Mulheres, negros e juventude, por exemplo, faziam reivindicações atreladas a questões de gênero, raça, cultura, ambientalismo, entre outros, e não necessariamente referenciadas a classe social, tema central das lutas operárias. De forma semelhante, também na pauta da agroecologia ocorre a emergência de outros atores e temas que, ainda que não exclua a noção de classe, amplia para novos significados e reivindicações.

No Brasil os movimentos sociais ganharam maior destaque no final da década de 1970, com a reemergência das lutas populares em meio ao regime militar, com expressões urbanas e rurais, como, entre outras, as greves no ABC, as greves de canavieiros, movimentos de amigos de bairros e ocupações de terra.

A categoria movimentos sociais contribui para refletir sobre como ocorreu a criação e manutenção da ANA, na medida do possível decompondo seus elementos de ação coletiva, para entender como se formou esse “nós”. O processo de avaliação e reconhecimento de identificação coletiva entre organizações se colocou desde o começo e também se refez em percepções interativas e negociadas das oportunidades e vínculos de ação. A unidade desse ator coletivo não é algo dado, mas resultado do intercâmbio, da negociação, das decisões e dos conflitos.

As exigências da ação orientaram para a unificação do campo através da representação comum e do poder de ideias e valores em torno da agroecologia, seja desde o ângulo interno

⁹ Como a teoria de mobilização de recursos (OLSON, 1965), oportunidades políticas (McADAM, TARROW e TILLY, 2009), novos movimentos sociais (TOURAINÉ, 2006), *frames* (BENFORD e SNOW, 2000; CEFÁI 2002, 2008; SCOTT e SNOW, 2010), repertórios de ação coletiva (TILLY, 1999), resistência cotidiana (SCOTT, 2002; THOMPSON, 1998), reconhecimento (FRASER, 2007; HONNETH, 2003), relação com políticas públicas e democracia (BOURDIEU, 1990; OFFERLÉ, 1998) e redes de movimentos sociais (DELLA PORTA e DIANI, 2006; SCHERER-WARREN, 2008), dentre outros.

de cada ator, na pluralidade de orientações que o caracterizam, seja nas relações das organizações com o ambiente social e político. Aqui, a ideologia não é vista como fixa ou simplesmente estruturadora da ação, absorvida pelos indivíduos ou dependente de processos estruturais, mas construída numa dinâmica interativa e elástica, que fornece dignidade ao descontentamento, identifica um alvo e permite um guarda-chuva às distintas críticas. Esse processo implicou em investimentos contínuos, e a identidade não se cristalizou em formas organizativas e sistemas de regras institucionalizadas do agir social, mas como uma rede de laços sociais, sendo continuamente ativada para tornar a ação possível, bem como na permanente construção destes significados (MELUCCI, 2001).

Como exemplo da capacidade dos movimentos sociais da América Latina em construir referenciais emancipatórios, no sentido de negar a hegemonia do agronegócio e buscar autonomia, justiça e a sustentabilidade nas práticas sociais e agrícolas, percebemos como a ANA expressou demandas materiais traduzidas em representações simbólicas, aproximando os atores. Esse esforço na tentativa da construção de identidades coletivas procurou criar elos de referência que possibilitassem a convergência de suas pautas políticas. Para a análise, buscamos os nexos entre os atores políticos e em suas formas comunicativas. Tal ligação pode partir de demandas reais de existência, como situações de desigualdade no campo e da valorização da ligação entre sociedade e natureza, também do diálogo intercultural e do reconhecimento recíproco para formar unidades valorativas: cada organização percebe suas próprias construções e reconhece nos outros suas concepções culturalmente construídas (SCHERER-WARREN, 2008).

A análise dos movimentos sociais também dialoga com o conceito de rede, que é polissêmico e remete à ligação entre o elemento e a totalidade, canalizando fluxos e organizando a circulação e a comunicação. Isso tanto nas relações sociais, quanto no aspecto técnico, a exemplo da agroecologia que envolve mudanças sociotécnicas. Também remete à expectativa de mudança e da utopia social por uma nova ordem moral com organizações horizontais, facilitada pela era da internet, mas que de outro lado, envolvem heterogeneidades. A noção de rede é dúbia no sentido de que o que permite maior circulação também pode se tornar controle. A compreensão das redes sociais ganha múltiplos contornos para entender a ação social e chama a atenção para a necessidade do cuidado de não torná-la um preceito (MUSSO, 2004). A escolha pela categoria de redes sociais tem a intenção de contribuir para a descrição do problema da pesquisa. A interpretação sobre como operam as conexões entre as pessoas requereu compreender as limitações e ambiguidades do conceito frente aos fenômenos, assimetrias e as tensões sociais entre centralização e horizontalidade, fragmentação e fluidez, ou ainda, estabilidade e dinâmica.

A noção também se insere na representação política e sua organização como “redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado” (MELUCCI, 2001, p. 95), entendendo rede submersa como suas partes autônomas que se explicitam em momentos de mobilização coletiva, como os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs). Por outro lado, pode haver também tensões com visões de formas mais estruturais e institucionais de representação, mediação e de vínculos, num sistema em que se confrontam interesses diversos.

A análise das redes sociais procurou ao longo da pesquisa entender os atores em seus contextos de relações, influências, estrutura de vínculos, conflitos e alianças. Na abordagem relacional, a rede é tanto o produto de uma conjugação entre ação orientada a fins, acaso e herança dos padrões de vínculo anteriores, quanto também é compreendida pelas ações dos atores, da sua intenção em formar, manter e influenciar essa rede social (MARQUES, 2006, 2007).

Na pesquisa visualizou-se a ANA como uma rede social que mobilizou relações,

recursos e significados, buscando a “interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas” sociais (SCHMITT, 2011, p. 92). Essa estruturação de relações e vínculos construiu a própria articulação.

Essas vinculações também influem nos recrutamentos para a ação coletiva, em redes de relações que facilitaram os processos de envolvimento (MELUCCI, 2001). A entrada de diversas organizações do mesmo campo incentivou mútuos engajamentos no processo de uma nova articulação, também devido às oportunidades políticas, introdução de novos repertórios e formas de mobilização social na dinâmica de difusão da agroecologia (TARROW, 2009). Criam-se pré-disposições desde redes prévias que afetam a participação nas ações coletivas da agroecologia, enquanto que, por sua vez, a participação molda as redes, reforçando às pré-existentes ou criando novas (DELLA PORTA e DIANI, 2006). Tanto as redes sociais contribuem no envolvimento e recrutamento das pessoas na ação coletiva, quanto na sustentação, coordenação e manutenção das pessoas e da ação ao longo do tempo e, consequentemente, da própria rede social. E, de modo contrário, na sua dissolução e término de fluxos.

Conforme será visto, a participação de um indivíduo em várias organizações e grupos pode facilitar ou criar ligações entre estas e destas com o ambiente. “As organizações políticas são frequentemente conectadas pelo fato delas compartilharem os mesmos ativistas, ou por relações pessoais e amizades entre seus membros e líderes” (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 128, tradução nossa). A sobreposição de membros pode ajudar na explicação de conexões e contribui nas atividades dos movimentos sociais de vários modos, como na circulação de informação, velocidade de decisões, confiança mútua, ao compartilhar experiências e ter maiores chances de cooperação. Ou, de outro lado, a sombrear outros tipos de vínculos com quem esteja fora destas conexões¹⁰.

Estas conexões se inserem inclusive em referência às escalas e espacialidades das lutas e ações sociais, as quais se ligam às dinâmicas de estruturação da agroecologia entre os níveis local, estadual, nacional e internacional e também em relação a outros temas sociais. Percebemos, na medida do possível, qual o nível de poder estes protagonistas da agroecologia acessaram e utilizaram a seu favor (SANTOS, 2011).

Em específico, o âmbito transnacional trouxe elementos que ativaram ou reforçaram as pautas das organizações, na tarefa dos movimentos sociais em enquadrar os problemas sociais em formas até então inimagináveis, contribuindo para mudanças sociais (KECK e SIKKINK, 2007), a exemplo das preocupações com a sustentabilidade e o meio ambiente desde a Europa e a expressão do país no desenvolvimento da bandeira agroecológica. A disseminação destas compreensões e a influência entre experiências no nível transnacional não são um fenômeno recente e interferiram na constituição dos atores coletivos e do problema público da agroecologia¹¹.

As relações de poder também estão presentes na construção de ações coletivas e redes sociais, como elemento em circulação e negociação. Os indivíduos exercem e transmitem o poder, sofrem sua ação e efeito. O poder é a matéria-prima de que se faz a política, abrindo caminho para a disputa e a mudança de posições nestas correlações de força, por exemplo, quando as organizações esperam influenciar mais atores em suas pautas, obter recursos e acessar políticas públicas, visibilizar sua ação e a importância da agroecologia na sociedade. Ainda que a noção de rede transmita a busca de um equilíbrio entre suas partes e uma estrutura horizontal, as organizações têm entre si diferenças de poder e de acesso às

¹⁰ Ainda que essa abordagem não tenha sido uma metodologia aprofundada na pesquisa, ela foi percebida nas relações entre os integrantes da ANA.

¹¹ Como o exemplo também das lutas feministas, pelo fim da escravidão e pelo dia do trabalhador.

informações, recursos e influências, que conformam estas articulações políticas e orientam sua ação, também nas suas relações com o Estado e outros agentes. O poder se coloca como “potência de instituição de capacidades e de direitos (do lado do Estado) e como potência de agir em acordo (do lado do público)” na busca de instaurar novos direitos e delegar novos poderes (CEFAI, 2009, p. 17).

De uma forma geral, os atores percebem que, quanto maior o número de vínculos e representatividade, maior a densidade da sua ação coletiva, capacidade de mobilização e em criar coalizões, por exemplo, para influenciar e ter poder junto ao Estado e, de forma reflexiva, nas próprias organizações e no seu arranjo político (IBARRA et al., 2002).

Questões em torno do protagonismo, representação e delegação também entram no debate sobre o poder político e de como a ANA interpretou e operou a divisão de papéis políticos. Como será visto, ainda que não explicitado pelos atores pesquisados, a relação entre representantes e representados é constitutiva de qualquer campo político, bem como a diferença de capitais políticos e simbólicos: quem mais se dedica à causa, mais poder monopoliza, tendendo à especialização na política (BOURDIEU, 1990).

O poder político envolve as relações com o Estado e políticas públicas. A centralidade desse aspecto foi captada na pesquisa desde a fundação da ANA e na sua proposição de atividades. A busca por interferir e pressionar por políticas públicas para a agroecologia impactou inclusive seu modo de ação. De forma crescente, o Estado foi visto como principal espaço para a ampliação da proposta agroecológica, em especial desde as oportunidades e aberturas com os governos federais na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), o que trouxe dilemas e questionamentos, como veremos ao longo do texto.

A noção de agroecologia foi o principal elemento de coesão entre atores diversos, sendo que a própria ANA atuou diretamente nesta elaboração. Percebemos os múltiplos significados da agroecologia para os atores entrevistados, o que contribuiu para criar uma unidade provisória entre movimentos heterogêneos.

Dentre estas interpretações da agroecologia recuperou-se o lugar atribuído à natureza que, para muitos atores, se reintroduz numa definição cultural das necessidades na sociedade e surge como uma ampliação do movimento ambientalista: “O apelo à natureza é um dos modos de representação social de quanto, no indivíduo, há de resistência ao controle e à racionalização”, e da “consciência de que a natureza que temos nos pertence e de que ela não é externa à ação social” (MELUCCI, 2001, p. 86). A questão também revela um problema sistêmico, com a noção de interdependência global: a “circularidade das causas exige uma reestruturação dos modelos cognitivos e das expectativas sobre a realidade” (MELUCCI, 2001, p. 114), como dos modos de produção e consumo, além de um problema dos códigos simbólicos e culturais produzidos, do equilíbrio e do conflito entre os seres humanos e a natureza, ampliando, por exemplo, o entendimento da agroecologia para além da produção agrícola e de técnicas produtivas.

A agroecologia enquanto inspiradora de lutas sociais incorporou experiências morais, a partir de desrespeitos individuais que motivaram resistências coletivas, para além das lutas por interesse, como na visão utilitarista. Como aponta Honneth, “as lutas e os conflitos históricos, sempre ímpares, só desvelam sua posição na evolução social quando se torna apreensível a função que eles desempenham para o estabelecimento de um progresso moral na dimensão do reconhecimento” (2003, p. 265). Em uma dimensão mais abrangente, afeta outras lutas e conduz a uma ampliação das relações e das lutas por reconhecimento social, a exemplo da presença de questões camponesas, indígenas, quilombolas e também urbanas que se identificam recentemente com a noção da agroecologia, em diagnóstico semelhante de problemas e soluções.

Essa questão moral pode permitir uma reciprocidade inteligível, de contato entre questões universais e particulares, dos limites e possibilidades das articulações. Nesse sentido,

a questão que se colocou para uma articulação como a ANA, que se propôs como meta a convergência de lutas políticas em torno da agroecologia, foi como operar as diferenças e diversidades entre seus integrantes, frente às tensões entre caminhos e estratégias políticas entre ONGs e movimentos sociais, e entre assessores e agricultores, por exemplo.

Como será visto, a agroecologia surge da construção das alternativas à Revolução Verde¹², e a sua elaboração se relacionou com a construção de um *frame*, na medida em que formulou críticas, diagnósticos, procura de soluções e mobilização para a ação coletiva (BENFORD e SNOW, 2000). Ressignificou conhecimentos populares e científicos, dando sentido e significado cognitivo para uma ação política. A ANA, como um ator coletivo atuou diretamente para produzir estes consensos, articular, manter e difundir este novo *frame*, ou seja, anuncia, formula, negocia e constrói os contornos da agroecologia enquanto um problema público, tornando-se um dos seus porta-vozes.

Isso porque os movimentos sociais não apenas são portadores de ideias e significados, mas são agentes ativos na produção e manutenção de significados na sociedade (BENFORD e SNOW, 2000) para orientar e legitimar sua ação. A agroecologia explicitou a construção dos *frames* enquanto uma ação processual e interativa que implica em agência e controvérsia pelos movimentos sociais, gerando interpretações e significados diferentes dos existentes, inclusive modificando-os.

A caminhada da agroecologia misturou novas e antigas questões desde a construção das tecnologias alternativas e das pautas pela reforma agrária, numa articulação de *framings* que conectaram eventos, experiências e códigos morais que se unificaram em determinados caminhos, formando uma nova linguagem. O resultado da agroecologia na perspectiva dos *frames* de ação coletiva não seria a originalidade de elementos ideológicos, mas captar a “maneira que eles são emendados e articulados, de tal modo que um novo ângulo de visão, interpretação e entendimento é fornecido” (SCOTT e SNOW, 2010, p. 329). Buscamos entender essa base de apoio, os novos temas no discurso, valores e públicos desse problema público (CEFAÏ e TROM, 2008), e como ocorreu a configuração desse quadro interpretativo agroecológico entre distintas organizações sociais (TARROW, 2009) que explicam porque os atores se engajaram nesta ação coletiva.

Os *frames* são parte do trabalho de alinhamento das ações coletivas. Trata-se de desvelar estes procedimentos de enquadramento realizados pelos atores, procurando dar conta “das configurações públicas do discurso e de práticas que introduzem a ordem pública na cena e no relato” e, ainda, de captar estas gramáticas da vida pública, “maneiras de assinalar e resolver problemas, explicitar motivos e atribuir responsabilidades” (CEFAÏ e TROM, 2008, p. 32, tradução nossa), que podem ativar problemas públicos, ações coletivas, redes sociais e se traduzir em dispositivos legais de políticas públicas.

A compreensão desse problema público também envolve perceber como ele ressoou na sociedade e a pluralidade de interpretações, controvérsias e seus pontos de vista (CEFAÏ, 2002), como a elasticidade semântica da agroecologia, além do estereótipo do inimigo que é estruturante dessa proposta, simplificando os discursos, comum aos movimentos sociais. Por

¹² A proposta da Revolução Verde teve início nos EUA e Europa, em especial depois da 1ª Guerra Mundial, no objetivo de modernizar a agricultura, com apoio do Estado. No Brasil, está presente desde a década de 1960 com o objetivo de ampliar a produtividade com uso de agrotóxicos, sementes modificadas, mecanização e monocultivos em larga escala, para geração de excedentes pela exportação. Isso gerou, por exemplo, a perda e diminuição da biodiversidade, dependência do modelo produtivo junto das empresas fornecedoras e compradoras, geralmente multinacionais, processos de endividamento e perda de autonomia dos agricultores, morte e contaminação do meio ambiente. Tal processo também é colocado como “modernização conservadora”, pois manteve e acentuou o quadro de concentração fundiária e econômica, e ainda, com forte carga ideológica quanto a inevitabilidade do modelo, atuando diretamente na formação agrônoma. Para uma visualização mundial destes efeitos ver Molina (2009).

outro lado, a realidade é complexa e, como visto brevemente nas entrevistas, existem imbricações entre a realidade da agricultura familiar e as redes do agronegócio.

Metodologia

Com relação à metodologia da pesquisa focamos nas fontes primárias como documentos da ANA, entrevistas e participação em reuniões e eventos, bem como fontes secundárias na consulta a outras pesquisas já realizadas na temática. Na condução do texto partimos da reconstrução histórica desde o aparecimento dos primeiros ensaios de organização da agricultura alternativa, em especial nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (Ebaas), a partir de outras pesquisas e documentos e, ainda, dos que atuaram na formação desse campo, como o PTA/Fase. Seguindo uma cronologia, também captamos como a agroecologia foi traduzida por algumas organizações de movimentos sociais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e na bandeira feminista, difundindo-se no meio social. Nas informações sobre a ANA, acessamos alguns dos seus documentos históricos, como os ENAs (2002, 2006 e 2014), o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências (2011), publicações e outros documentos¹³, mantendo o contexto histórico de cada momento. Nestes documentos e também no site da ANA, o objetivo foi identificar os atores presentes, as pautas principais, forma de ação e os entendimentos consensuados, a partir de uma descrição densa (GEERTZ, 1989) que procurou explicitar e esclarecer os fenômenos e as construções sociais realizadas a partir de uma interpretação.

Além do trabalho com documentos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, entre 2014 e 2016, com pessoas com múltiplos envolvimento na ANA, em sua maioria com circulação nacional e acúmulo de militância em questões rurais, em especial na agroecologia. Entrevistamos lideranças de organizações como Contag, Fetraf, MST, MMC, MMTR-NE; redes como Rede Alerta Contra o Deserto Verde (RADV) e Rede Ecovida; ONGs, tais como Associação de Projetos em Tecnologia Alternativa (Apta), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata (CTA-ZM) e Terra de Direitos; meio acadêmico/universitário: ABA e Universidade Federal de Viçosa (UFV), e outras pessoas que atuaram na secretaria executiva da ANA e que tiveram envolvimento histórico, como na Rede PTA, além de agricultores e assessores que atuam com a agroecologia. Os entrevistados, de modo geral, participaram de plenárias ou reuniões nacionais da ANA e seus espaços organizativos, com heterogêneos envolvimento. Estes atores tem sua ancoragem nas organizações que participam e nas suas respectivas experiências agroecológicas, que minimamente procuramos explicitar ao apresentar os entrevistados ao longo do texto.

Os entrevistados foram selecionados a partir do seu envolvimento com a ANA no âmbito nacional, em momentos temporais e posições sociais diversas nesta construção, permitindo uma riqueza de olhares e interpretações. Diversos outros membros que, de alguma forma, integram a ANA poderiam ter sido entrevistados, trazendo uma série de outras interpretações e contribuições à pesquisa. Tal escolha também refletiu as próprias condições e limitações da pesquisa frente à disponibilidade das pessoas contatadas. Algumas entrevistas foram realizadas pessoalmente e outras por *skype*, dada a localização dos entrevistados em

¹³ Foram consultadas atas com a sistematização e a memória de reuniões de fevereiro de 2008, abril e dezembro de 2009, março e novembro de 2010, fevereiro, junho e dezembro de 2012, agosto de 2014 e fevereiro de 2015 e outros documentos da ANA, como sistematizações de atividades em fevereiro de 2009, atividade nacional em agosto e internacional em junho de 2012. Utilizamos documentos fornecidos pela Secretaria Executiva da ANA, site da ANA e arquivos no sistema interno do FBES, como relatórios, sínteses de reuniões e listas de presença.

oito estados¹⁴. As perguntas realizadas abarcaram o perfil do entrevistado, suas concepções sobre a ANA e sua estratégia de ação, noção da agroecologia, vínculos pessoais, percepção sobre o Estado, entre outros. A maior parte das entrevistas demandou o trabalho da transcrição e da sistematização.

A participação em alguns eventos e reuniões também mostraram elementos importantes do estudo e, na medida do possível, trouxemos essas experiências ao longo do texto, incluindo as que ocorreram em momentos anteriores ao início da pesquisa, como na organização do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, entre 2010 e 2011¹⁵. Com a pesquisa iniciada, participamos como apoio ao FBES durante a organização do III ENA, realizado em 2014. Tivemos ainda outro momento específico da investigação no seminário nacional da ANA em fevereiro de 2015.

Ao final deste texto os anexos agregam as seguintes informações complementares: A) uma breve apresentação de todos os entrevistados; B) organizações que participaram das reuniões analisadas e C) imagens dos anais dos ENAs, Encontro Nacional de Diálogos e Convergências e dossiê Abrasco.

Com o apoio do material pesquisado nos interrogamos sobre as experiências e a partir delas levantamos novas questões, no esforço do trabalho historiográfico e do diálogo entre conceitos e evidências. “O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras” (THOMPSON, 1979, p. 50): a pesquisa buscou reconstruir processos para mostrar as causas, contradições e mediações efetuadas.

Ainda do ponto de vista metodológico, trabalhamos com uma abordagem relacional para perceber a posição dos atores em redes de relações que orientaram sua ação e percepção, descrevendo estas redes para entender os laços que interferiram nas dinâmicas sociais, compreendendo suas influências, estruturas, posições sociais, distribuição de poder, tipos de vínculos e práticas. Foram percebidos diversos elementos de análise na abordagem da teoria das redes sociais, dentre pessoas e organizações, mais ou menos vinculadas, ainda que sem esgotar toda a sua diversidade, procuramos captar seus entendimentos e interpretações, desde as narrativas das ações no tempo e no espaço. Ou seja, tratou-se de buscar a interdependência entre indivíduo e sociedade na compreensão das questões sociais colocadas.

Também procuramos ter atenção na utilização de métodos que não gerassem situações fictícias e interpretações enviesadas por pré-noções, num exercício constante de afastamento e confrontação. Isso para não reproduzir a tendência dos atores e organizações de movimentos sociais de cristalização de seus conceitos e reificação de discursos, “pelo qual as ideias são coisificadas, tornando-se aparentemente autossuficientes para impulsionar processos sociais” (DOIMO, 1995, p. 181), quando valores normatizam condutas. Questionamos então o apelo universalista com sua real configuração empírica e os objetivos para a ampliação dos espaços democráticos, organizativos e políticos das lutas sociais.

Ao longo do trabalho de investigação, o exercício de produção do conhecimento se realizou através da troca dialógica com os sujeitos, numa pesquisa reflexiva e atenta aos significados da linguagem (MELUCCI, 2005), na expectativa de contribuir, apesar das suas limitações, para a tarefa dos que lutam por mudanças sociais no sentido de um mundo mais justo, circulando ideias de outras possibilidades sociais (CONNELL, 2012; CASTELLS, 2013).

Além desta introdução, a dissertação abrange outros quatro capítulos. No primeiro

¹⁴ As entrevistas realizadas pessoalmente ocorreram na capital do Rio de Janeiro, em Juazeiro/Bahia durante o III ENA, e em Bocaiúva do Sul/Paraná, durante uma oficina pela Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável. Na realização das entrevistas por *skype* os entrevistados se localizavam nos seguintes estados: Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Sergipe, Paraíba e Paraná.

¹⁵ Em reuniões, oficina preparatória no norte de Minas Gerais e na etapa nacional em Salvador.

fazemos uma reconstrução histórica do campo agroecológico no Brasil, desde a formação do movimento de agricultura alternativa, com sua contextualização e o detalhamento de alguns dos seus atores, influências e o exemplo desta incorporação em ONGs e algumas organizações de movimentos sociais rurais, buscando uma espécie de genealogia da ANA e a proposta agroecológica. No segundo capítulo, nos detemos nas primeiras atividades da ANA, no I e II ENA, para entender sua criação e dinâmica. Esses encontros foram tanto um momento de maior reconhecimento dos atores envolvidos com as questões da agroecologia, quanto de levantar temáticas, suas interações e oposições. No terceiro capítulo aprofundamos as interfaces em momentos específicos, como em reuniões nacionais e nos dois últimos ENAs, percebendo as relações com setores da sociedade civil e do Estado, detalhando os caminhos e estratégias utilizadas desde a narrativa pelos consensos, principalmente, além das formas de comunicação e explicitação da questão pública da agroecologia. Já no quarto capítulo foram destacadas algumas temáticas da trajetória da ANA, entre convergências e divergências, como o seu reconhecimento, formas de operação da representação, estratégias de ação, tipos de confronto e relação com o Estado. Por fim, nas considerações finais são retomados os principais pontos tocados pela dissertação.

CAPÍTULO I - A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL

Este capítulo apresenta uma breve trajetória sobre a construção da agroecologia no país, iniciando com uma contextualização do cenário nacional e internacional que antecede sua difusão. Especificamos alguns dos seus protagonistas e elementos históricos desde a agricultura alternativa, com o objetivo de entender como se deu o espraiamento deste debate a partir de atividades e eventos realizados que contestavam a modernização agrícola, com a participação de organizações de agrônomos, ONGs e algumas organizações de movimentos sociais.

A reconstrução da difusão da agroecologia no Brasil, enquanto uma das alternativas ao paradigma da Revolução Verde, permitiu entender os passos iniciais da formação da ANA e da aglutinação de organizações diversas em torno da agroecologia, no processo de construção do movimento agroecológico no Brasil.

1.1 Contextualização nacional e internacional da agricultura alternativa

Os principais atores na anunciação da agroecologia foram ONGs, organizações de agrônomos, movimentos sociais rurais, agricultores e intelectuais, em especial a partir de iniciativas da sociedade civil, ainda que com atuação de instituições públicas de pesquisa e extensão rural. A construção deste cenário complexo teve influências diversas, como a do processo da redemocratização do país na década de 1980, a crise do sistema convencional de produção e endividamento dos agricultores, além do crescimento da preocupação ambiental.

A reconstrução histórica aqui proposta buscou resgatar os processos e interações entre diversos atores, numa abordagem relacional para entender esse quadro complexo e a matriz que gerou a difusão e o reconhecimento da agroecologia, mostrando a intensa dinâmica social que permitiu a sua incorporação aos discursos sociais e políticos.

Luzzi (2007) analisou de forma ampla a construção de diferentes atores no debate agroecológico do país, desde as transformações da agricultura com a modernização conservadora, os Ebaas, a experiência do projeto PTA/Fase, até a entrada do tema nos movimentos sociais rurais e nas instituições de pesquisa e extensão rural.

O tema agroecologia foi evoluindo de um conjunto isolado, para um conjunto articulado de experiências produtivas (Rede PTA) na década de 1990 e passa a ser incorporado progressivamente por organizações de trabalhadores, movimentos sociais rurais e instituições estatais (LUZZI, 2007, p. 3).

Em especial nas organizações dos movimentos sociais rurais, o termo agroecologia se faz presente, com ênfases distintas, enquanto um dos caminhos para um modelo alternativo de desenvolvimento rural sustentável, dando corpo ao movimento agroecológico que ganha expressão envolvendo redes locais, nacionais, internacionais, políticas públicas e organizações urbanas.

O paradigma da modernização agrícola ou Revolução Verde teve sua fundamentação nas descobertas químicas no início do século XX, sendo um dos seus expoentes o economista americano Theodore Schultz¹⁶ (1965). A contraposição a este modelo envolveu diversas

¹⁶ Theodore Schultz foi um dos principais pensadores neoclássicos da agricultura moderna. Criticou as formas tradicionais de produção e apontou a necessidade de transformar a base técnica da agricultura para bases industriais, como soluções para o aumento de produtividade e o fim da pobreza na agricultura, a exemplo da obra Transformando a agricultura tradicional, publicada em português em 1965 (ABRAMOVAY, 1985). Sua proposta não considerou as consequências e efeitos deste modelo, como as contaminações, concentração

denominações e propostas que tiveram início por meio de práticas e conceitos construídos socialmente em diversos lugares, como agricultura orgânica, biológica, biodinâmica, ecológica, tecnologia apropriada e permacultura, agrupados sob a denominação de “movimentos de agricultura alternativa” (JESUS, 1985). Essa multiplicidade de denominações denota a disputa no campo científico e sua relação com outras questões sociais, tais como a realidade dos agricultores, os interesses comerciais e da indústria de insumos agrícolas.

Exemplos da busca de alternativas no campo científico e experimental foram diversas, evidenciando a insatisfação com os métodos modernos. Rudolf Steiner fazia palestras sobre a agricultura biodinâmica já em 1924, na Alemanha, com base na antroposofia¹⁷, e defendia a individualidade da prática agrícola considerando os ritmos cósmicos e a interação entre plantas, animais e o ser humano. Albert Howard, a partir do aprendizado junto aos camponeses hindus entre 1899 e 1940, lançou as bases da agricultura orgânica, sustentando que a fertilidade dos solos e a sanidade animal e vegetal estariam relacionadas ao amplo suprimento de matéria orgânica e de húmus no solo. Outros pesquisadores buscaram alternativas a partir de experimentos comparativos sobre o uso dos defensivos, como o francês Claude Aubert, que em 1977 pesquisou a contaminação do DDT¹⁸ no leite materno, lançando as bases da agricultura biológica com o tripé da fertilização natural, rotação de culturas e o trabalho do solo. Da mesma forma, Rachel Carson, no livro “Primavera silenciosa”, em 1962, denunciou os abusos na utilização de agrotóxicos na moderna agricultura norte-americana e seus efeitos cumulativos no meio ambiente e nos riscos de geração de câncer (JESUS, 1985).

Uma influência mais direta nos países do sul foi a noção de tecnologia apropriada, criada por Ernst Friedrich Schumacher com o livro “O negócio é ser pequeno”, publicado no Brasil em 1973. Nele criticou a inadequação das tecnologias dos países do norte para os países do sul, gerando desequilíbrios e injustiças sociais, e apontou a necessidade de uma tecnologia apropriada para uma condição apropriada: ser simples, de baixo custo e intensiva em mão de obra (CINTRÃO, 1996).

A visualização da necessidade de outro modelo de agricultura no Brasil se destaca no final da década de 1970 e início dos anos 1980, com críticas formuladas sobre os impactos da agricultura moderna partindo de intelectuais, ambientalistas e engenheiros agrônomos que apontavam a necessidade de uma agricultura alternativa no país (LUZZI, 2007; PETERSEN e ALMEIDA, 2004). Em 1976, o agrônomo José Antônio Lutzenberger, reconhecido pela defesa da causa ecológica no Brasil e no mundo, publicou o livro “Manifesto ecológico brasileiro: O fim do futuro?”. Na mesma linha, Ana Primavesi, que lecionou na Universidade Federal de Santa Maria/RS, em 1980 publicou “O manejo ecológico do solo”, alertando sobre o manejo predatório em solos tropicais (JESUS, 1985).

O termo “agricultura alternativa” foi a principal denominação utilizada no país, em especial na década de 1980. A definição desta noção era objeto de debate, ainda que suas interpretações não fossem necessariamente excludentes entre si, entre percepções mais técnicas e/ou mais políticas, como, por exemplo: 1) uma abordagem holística, baseada na percepção da inter-relação entre os fenômenos da natureza, sem dominá-la, mas trabalhando com ela; 2) técnica de produção agrícola, fruto da busca de alternativas ao modelo da

econômica, elementos culturais, relações de poder, classe e a diversidade de biomas para os pressupostos.

¹⁷ Proposta que aborda diversos ramos do conhecimento (medicina, pedagogia, sociologia, economia, botânica etc.) em inter-relação, buscando recriar o conhecimento científico com uma visão artística, espiritual e mais humanizada.

¹⁸ Sigla do dicloro-difenil-tricloroetano, um dos primeiros inseticidas modernos utilizado largamente após a II Guerra Mundial no combate aos mosquitos. Depois foi comprovada sua toxicidade, mortalidades acelerada de seres e acúmulo no meio ambiente. Também foi relacionado ao aumento de casos de câncer. Em alguns países foi banido desde a década de 1970 e, no Brasil, apenas em 2009.

Revolução Verde, por exemplo, com a diversificação de culturas, uso racional dos recursos naturais e otimização dos recursos locais; 3) partir da organização dos agricultores, do processo político e histórico para a difusão de novas tecnologias; 4) orientação para a busca de um sistema socioeconômico alternativo; 4) ser apropriada ao pequeno agricultor no que se refere às ferramentas, práticas agrícolas, processos técnicos e relações sociais, envolvendo tanto técnicas, quanto formas das relações dos produtores para resistência na terra e na luta contra o capital (FASE, 1985). Estas visões expressavam a noção da tecnologia como fruto de um processo social, frente a objetivos, condições materiais, interesses e interações entre sujeitos.

Nestas interpretações, a denominação do sujeito da agricultura alternativa também variava (pequeno agricultor, camponês e lavrador), mas todas remetiam à situação do trabalhador em pequena unidade produtiva, baixa escala, utilizando mão de obra familiar, cooperação com vizinhos, policultura e produção para subsistência. Sua posição poderia ou não estar diretamente subordinada ao sistema dominante agropecuário (WEID, 1985a).

O cenário internacional influenciou neste questionamento do modelo agrícola, como se pode verificar nas experiências e expoentes internacionais anteriormente citados, além da crise na economia mundial na década de 1970, com a queda no consumo, e dos debates internacionais sobre as questões ambientais e o modelo de desenvolvimento. Essas questões do âmbito internacional impactaram diretamente o âmbito local.

A partir de 1949 tanto a Organização das Nações Unidas (ONU), quanto outras organizações internacionais e científicas passaram a promover conferências sobre o meio ambiente, antecipando as preocupações que se ampliariam desde então. É principalmente a partir da década de 1960 que teve destaque a revisão dos limites da perspectiva do desenvolvimento com base no crescimento econômico e nos ganhos materiais, bem como da relação sociedade e meio ambiente, em especial na Europa e Estados Unidos¹⁹, em meio ao conjunto de manifestações estudantis, identitárias e por direitos civis, conhecidas como “maio de 68” e contracultura. A visibilidade das consequências para além do âmbito local sobre os impactos no meio ambiente e no aumento da pobreza global indicava a preocupação sobre a sustentação do modelo e da continuidade da vida humana. Isso dava forma ao movimento ambientalista e a formulação de concepções alternativas de desenvolvimento (DIAS, 2004).

Ao mesmo tempo em que no Brasil e em diversas partes do mundo se iniciava a disseminação do modelo da modernização da agricultura, nos países do norte sua crítica já se expressava publicamente. Foram crescentes as preocupações com o modelo convencional de desenvolvimento, inserindo o repertório da sustentabilidade em orientações supranacionais, a exemplo das Conferências da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1972 em Estocolmo e depois, em 1992, no Rio de Janeiro (Eco-92). No Brasil o processo da Eco-92 permitiu atrair para o debate diversas organizações que até então não traziam centralidade para o aspecto ambiental, promovendo o encontro de organizações distintas, ressoando as preocupações com a questão²⁰.

¹⁹ Entre as décadas de 1960 e 1970 foram criadas ONGs ambientalistas com atuação internacional, como World Wide Fund for Nature (WWF) e Greenpeace. Também se publicaram diversas pesquisas, com perspectivas diversas: neomalthusianas; projeções catastróficas; e iniciaram-se as denúncias sobre o uso de agrotóxicos ou defensivos químicos sobre os quais não havia meio de comparação, com resultados imprevisíveis (DIAS, 2004; CAPORAL, 2009).

²⁰ O processo da Eco-92 teve um evento oficial, limitado aos chefes de Estado, e outro organizado pela sociedade civil, no Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Este Fórum era composto por movimentos de mulheres, negros, seringueiros, juventude, atingidos por barragens e de ONGs: Fase, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), SOS Mata Atlântica, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), entre outros. O evento paralelo ocorreu semelhante à Cúpula dos Povos de 2012, com diversas organizações que estabeleceram contatos e diálogo no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, expressando apontamentos e acordos entre a sociedade civil

A modernização agrícola ou Revolução Verde teve impulso no Brasil através do apoio do Estado, a partir da década de 1960, levando ao maior uso de recursos industriais para a prática agrícola, com acesso a crédito subsidiado frente ao processo de crescimento econômico. Já no final da década de 1970, com os aumentos nos preços internacionais do petróleo, ocorreu o crescimento da dívida brasileira e da taxa de juros, e o Estado passou a ditar políticas de contenção e recessão econômica, sem mais favorecer o crédito subsidiado para a agricultura, gerando o endividamento de vários agricultores e um período de crise. Tais políticas atingiram diferencialmente os agricultores, a depender da sua posição social e econômica.

Em outra esfera, a realidade vivida pelas famílias e comunidades rurais inseridas no contexto da modernização agrícola demonstrava seus impactos com o empobrecimento, dependência dos agricultores aos insumos externos, êxodo rural, precarização das relações de trabalho e conflitos por posse de terras. A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na década de 1970 deu vazão ao debate sobre estas dificuldades, abrindo espaço para a organização popular e a sociabilidade política em um período de repressão e crescimento dos processos de expropriação do campesinato²¹. Diversos foram os estímulos à autonomia das famílias em processos coletivos, como a criação de casas de farinha, bancos de sementes e mutirões, estimulando também a interação entre as comunidades rurais com instituições atuantes na agricultura alternativa, em especial na década de 1980 (PETERSEN e ALMEIDA, 2004).

Nesse contexto, também ocorreu a influência de setores progressistas da Igreja Católica na construção dos movimentos populares no país, constituindo-se em uma rede de influência seja por resgatar o senso de comunidade que contribuiu com a própria manutenção da Igreja, seja pelo suporte e amparo às ações e mobilizações de militantes e opositores ao regime militar, já que eram menores os controles repressivos do Estado junto à Igreja (DOIMO, 1995; DIAS, 2004). Estas experiências também fortaleceram uma metodologia de trabalho de base, a partir dos recursos e das cooperações locais, buscando a autonomia das famílias e a consciência social crítica, influenciando a atuação das organizações da agricultura alternativa e dos movimentos sociais de modo geral (PETERSEN e ALMEIDA, 2004). Como desdobramento, formaram-se espaços políticos, profissionais e organizativos (ONGs, partidos como o PT, organizações sindicais como a Central Única dos Trabalhadores e movimentos sociais como o MST), que partiram de trajetórias semelhantes de contestação ao regime militar, e depois seguiram caminhos políticos, identitários e estratégicos próprios. Tempos depois estes atores também se encontraram com a proposta da agroecologia.

1.2 Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

A categoria profissional dos engenheiros agrônomos foi precursora na explicitação crítica à modernização da agricultura, com visibilidade principalmente nos Ebaas. Dentre as

sobre temas debatidos no evento oficial. O Fórum teve continuidade depois da Eco 92, no intuito de pressionar o governo federal e a ONU pela execução das resoluções da Rio 92, além de outras pautas e proposições como a convenção sobre biodiversidade e clima e implementação da Agenda 21. Propuseram fazer uma análise sobre o modelo de desenvolvimento e seu impacto sobre o meio ambiente, encaminhar propostas em temas como modelo agrícola e agrário, energético e industrial, relação norte-sul e desenvolvimento sustentável.

²¹ A Igreja Católica já na década de 1960, em meio às diversas mobilizações populares alimentadas pelo governo de João Goulart e suas reformas de base (agrária, urbana, tributária, nacionalização de setores da economia, etc.), tinha uma presença importante no processo da organização popular, inclusive com disputas internas sobre o sentido de sua ação social, que antecederam a criação da Teologia da Libertação, no final desta década. A crítica ao controle estatal, à modernidade capitalista e desenvolvimentista alimentou a orientação pela autonomia e a educação popular nas ações da Igreja (DIAS, 2004), com o “povo como sujeito de sua própria história” (DOIMO, 1995), facilitando essa interação com a capilaridade da Igreja.

razões deste protagonismo, para além do papel do agrônomo nas orientações técnicas dos sistemas agrícolas, há que considerar a posição política das suas federações profissionais e estudantis, nas décadas de 1970 e 1980, em meio à contestação ao regime militar.

Em 1977, durante o I Congresso Paulista de Agronomia, foi apresentada uma proposta de repensar o modelo tecnológico, dadas as consequências de exclusão social e impacto ambiental. O tema foi retomado no XI Congresso Brasileiro de Agronomia em 1979, promovido pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (Faeab), quando se assumiu a crítica à modernização na agricultura brasileira e se propôs um novo modelo, mais justo socialmente em processos ecologicamente equilibrados (LUZZI, 2007; PETERSEN e ALMEIDA, 2004).

Os agrônomos, em especial a Faeab, assumiu a organização dos quatro Ebaas, realizados em Curitiba (1981), Petrópolis (1984), Cuiabá (1987) e Porto Alegre (1989). No geral, havia palestras e debates sobre aspectos técnicos das experiências produtivas alternativas, como adubação verde, rotação de culturas e manejo de pragas e doenças que definiram a agricultura alternativa durante o I Ebaa como “conjunto de técnicas que deveriam ser utilizadas de forma integrada e em equilíbrio com o meio ambiente”, cujo objetivo era valorizar o homem e seu trabalho (LUZZI, 2007, p. 20).

O ambiente dos Ebaas era nutrido pela resistência que se fazia frente ao contexto da ditadura militar, quanto dentro das próprias faculdades de agronomia, que desempenharam um papel importante na organização dos estudantes e nas experiências de técnicas alternativas, como horta, irrigação e técnica do solo cimento²², na contestação ao modelo agroquímico.

Ali aonde a turma conspirava, tentava soluções alternativas. Nessa época tinha professores que apoiavam (...) participando de encontros, realizava seminários. Era o espaço para ler, testar. E os professores foram abrindo espaço para estar em contato com os camponeses, realizar diagnósticos, planejamentos, café (...). Era uma coisa de gueto, esses espaços eram fundamentais para construir cumplicidade, estudar, eram coisas muito básicas, ainda não tinha um paradigma integrador como é a agroecologia enquanto ciência. Íamos conspirando, batendo e tomando também muita porrada, havia contra propaganda dos [outros] professores, que éramos utópicos, sonhadores, que queríamos destruir a soja do Brasil patrocinado pelos EUA. (...) A gente como agrônomo de formação marxista, encontra a agricultura alternativa, diz, esse é o meu caminho, essa é a agricultura que quero trabalhar, pra entender o jogo, o *status quo*. (Demétrius Oliveira, coordenador-executivo da Apta, participou dos Ebaas, da Rede PTA e atua na Articulação Capixaba de Agroecologia. Entrevista em 28/05/2015).

Outra influência foi a da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), a partir dos diretórios acadêmicos de agronomia, questionando a inserção destes profissionais na sociedade, além da própria organização dos Ebaas e do intercâmbio daquela vivência, com questionamentos iniciais que depois se aprofundaram.

A gente discutia como tinha que ser o currículo que não podia ser só técnico, lia Rubens Alves, Paulo Freire, discutia vestibular. (...) A gente defendia que o currículo tinha que ser abrangente antes de especializar, toda discussão era como o engenheiro [agrônomo] poderia intervir, (...) a formação, o papel, como a gente podia apoiar a reforma agrária (...) e de questionamento da tecnologia e ciência (Rosângela Cintrão, agrônoma, atuou na Feab/Ebaas, Rede PTA e na Secretaria Executiva da ANA de 2005 a 2006. Entrevista em 17/12/2015).

Muitos agrônomos e integrantes que se envolveram nos Ebaas e espaços estudantis

²² O solo cimento é uma técnica de construção acessível, de baixo custo e menor impacto que utiliza a mistura de solo, cimento e água. Pode ser aplicada na produção de tijolos, paredes, pavimentos, entre outros.

depois atuaram no projeto PTA/Fase, a partir de ONGs, contribuindo, como será visto, para a continuidade dessa construção.

No II Ebaa, em 1984, houve a presença de secretários estaduais de agricultura, apontando compromissos políticos e com políticas públicas em torno da pauta. A entrada na gestão pública de pessoas sensíveis ao tema, com um trânsito de atores entre as esferas da sociedade civil e do Estado, foi favorecida pela abertura política no país e pelo retorno das eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Ali já se vislumbrava um caminho de consolidação e expansão das práticas através do Estado, também devido à capilaridade e importância dos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural (Ater).

Neste II Ebaa a participação se diversificou para além dos agrônomos, incorporando ambientalistas, gestores públicos e agricultores, focalizando em debates técnicos e incluindo a discussão a respeito do controle tecnológico da produção agrícola pelas multinacionais, como a biotecnologia e a produção de sementes, que então iniciava seu desenvolvimento. Também houve um debate sobre a organização política do movimento, com a proposta de criar uma associação nacional de agricultura alternativa, partindo de agrônomos reconhecidos como Ana Primavesi e José Antônio Lutzenberger. Mas a proposta não foi aprovada na plenária final, em especial pela resistência vinda das organizações dos agrônomos e também das ONGs. A justificativa era que se tratava de uma associação somente de técnicos ou acadêmicos, sem a figura do agricultor, o que evidenciava disputas por protagonismo político (LUZZI, 2007). Tal cisão marcou a trajetória política em torno do tema, seja pelo afastamento inicial de um grupo mais acadêmico, seja pelo aparecimento de divergências nas propostas políticas.

No III EBAA (1987) houve ampliação dos organizadores do evento somando-se à Feab e o projeto PTA/Fase, além da participação de agricultores ligados às organizações dos movimentos sociais rurais e suas lideranças (MST, CUT e Contag), profissionais com formação em Ciências Sociais e Economia. Ainda assim, a presença majoritária era de estudantes e engenheiros agrônomos. Neste Ebaa se ampliaram os debates sobre questões sociais da produção e a crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento, enquanto causadores da exclusão e das desigualdades, como reflexo da entrada de novos atores na discussão (LUZZI, 2007). Por outro lado, a participação dos agricultores ainda era minoritária e encontrou alguns entraves metodológicos e na linguagem.

No III Ebaa, em Cuiabá, o Padre Justino tira os agricultores e leva eles para uma sala, e diz 'esse evento não nos representa, não nos contempla, eles não falam a nossa língua, a gente não está conseguindo entender o que está sendo falado'. E lá o que ele propôs foi fazer uma grande troca de experiências, de um contar para o outro o que estava sendo feito. Então isso tá na base da agroecologia, a troca de experiências, a valorização do conhecimento dos agricultores já na agricultura alternativa (Irene Maria Cardoso, agrônoma, participou dos Ebaas, professora na UFV e presidenta da ABA. Entrevista em 18/11/2015).

Ainda assim, os debates em torno da vinculação das questões técnicas às situações sociais teve como foco o pequeno produtor²³ como sujeito prioritário das ações do movimento de agricultura alternativa, ampliando sua base social, o que, por sua vez, permitiu uma maior aproximação com os movimentos sociais e a interação com outras questões, reivindicações e críticas²⁴. Também debatiam os conflitos entre as classes de produtores (pequenos contra

²³ Categoria então utilizada quer no meio sindical, quer no acadêmico. A referência ao camponês também era usada em especial pelas organizações de movimentos sociais na valorização deste modo de vida.

²⁴ Durante o III Ebaa foram apontados os “impactos sociais e ambientais dos grandes projetos nacionais de desenvolvimento; suspensão do pagamento da dívida externa; apoio à greve dos docentes nas Universidades brasileiras; defesa da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e participação na Assembleia Nacional Constituinte” (LUZZI, 2007, p. 25).

latifundiários) que influenciaram a ação do movimento de agricultura alternativa para pensar um modelo de sociedade e suas alternativas, bem como sobre o sujeito desta ação, como uma classe trabalhadora rural.

Com o crescimento dos debates aos poucos emergiam diferentes visões políticas como o questionamento, durante o III Ebaa, do termo agricultura alternativa. Apesar da noção de alternativo se colocar de forma independente ao modo convencional de produção, não era explícita a proposta apontada: alternativo com relação a quê? E a discussão subjacente era se o movimento deveria se orientar por uma tecnologia alternativa ou uma sociedade alternativa, havendo também diferentes visões sobre como essa disputa política poderia se dar: pela formação da consciência social num processo gradual e dialogado com a sociedade, os agricultores e movimentos sociais; ou por uma disputa pelo poder no Estado, através das estruturas partidárias, com o controle das forças produtivas e a coletivização dos meios de produção; ou ainda, por uma visão mais técnica da produção para atingir novos mercados e consumidores (LUZZI, 2007).

Uma diversidade de expectativas políticas se colocava entre os atores, expressando matrizes e filiações políticas distintas, bem como sobre o sujeito que seria protagonista desta mudança, seja o intelectual orgânico, seja o pequeno agricultor. O processo geral da definição da agricultura alternativa caminhou para a negação do modelo da Revolução Verde e afirmação de algo novo, fortalecendo caminhos diversos destas alternativas.

O momento de ruptura ocorreu no IV EBAA (1989), quando se agudizaram as tensões sobre o perfil do público do encontro, entre um viés mais acadêmico ou de maior presença e participação dos agricultores. Apesar deste encontro ter o maior número de participantes (de 400 no primeiro passou para 4000 no quarto) as diferenças sobre o objetivo do evento não permitiram a construção de consensos, gerando a dispersão e o término dos Ebaas, inclusive com a saída da Rede PTA, apresentada a seguir. A isso se somou a ofensiva das multinacionais produtoras dos defensivos agrícolas que reconquistaram espaço na Faeab (LUZZI, 2007; CARDOSO et al., 2013).

Esse momento criou uma clivagem entre os principais protagonistas do movimento de agricultura alternativa e depois outros espaços acabaram ganhando destaque no debate político. Naquele momento, os interesses entre entidades agronômicas e as ONGs eram diferentes, não apenas na metodologia, mas no objetivo do Ebaa: os primeiros buscavam a formação profissional e os segundos, o aprofundamento do debate de um modelo de desenvolvimento alternativo, alinhado com um campo político que se construía.

Apesar das divergências quanto à orientação política, os Ebaas permitiram a criação de uma identificação simbólica das causas dos processos e o pertencimento de suas soluções políticas e organizacionais na agricultura alternativa. Questionaram também a noção de progresso ilimitado própria à modernidade, a partir da ciência e da tecnologia, em prejuízo dos saberes tradicionais e da participação das pessoas na determinação de suas vidas (DIAS, 2004). Formou-se um espaço de contraposição política e de resistência a ditadura militar com a crítica ao modelo agrícola com uso de agrotóxicos.

O movimento de agricultura alternativa foi importante ao denunciar as consequências ambientais, econômicas e sociais do padrão tecnológico dominante, reunindo uma diversidade de experiências, indivíduos, instituições e movimentos sociais por mudanças mais profundas na sociedade, aglutinando sujeitos em torno desta pauta política, principalmente os agrônomos.

1.3 O Projeto de Tecnologias Alternativas

Como visto nos Ebaas, outro ator importante foi o PTA/Fase. Essa experiência se iniciou com a discussão sobre a permanência dos agricultores na terra, a partir da atuação da CPT e da Fase em Paraty/RJ. Essa região é marcada pela presença de comunidades

tradicionais, negras²⁵ e caiçaras que, desde a década de 1970, principalmente, sofriam com conflitos fundiários, decorrentes da onda de especulação produzida pela construção da rodovia Rio-Santos.

Uma maior atuação junto a esta questão ocorreu com a vinda dos agroeconomistas Jean Marc von der Weid e Silvio Gomes de Almeida do exílio, onde conheceram a crítica europeia ao modelo de desenvolvimento no campo e tiveram contato com financiadores e parceiros, localizando-se depois como um elo de ligação das redes e ONGs com as agências financiadoras do exterior (CINTRÃO, 1996; LUZZI, 2007; DIAS, 2004).

Nesta época, o coordenador da CPT em Paraty era o Valdevino Claudio dos Remédios que participou junto com Jean Marc von der Weid, Silvio Gomes de Almeida e outras pessoas do processo de reflexão sobre as lutas locais, ao mesmo tempo em que também trabalhava como agricultor na manutenção da sua própria família e na busca por acesso à terra. No lote de um assentamento criado em 1987, após uma série de pressões, ele promoveu a diversificação das culturas. Os termos agroecologia e agrofloresta vieram recobrir depois uma prática que ele intuitivamente já realizava, possibilitando uma identificação e articulação com outros parceiros²⁶. Esse agricultor, como tantos outros, revelaram-se os precursores de práticas sustentáveis, promovendo sua reprodução com uso e manejo dos recursos locais desde épocas remotas. Ainda que estes modos de vida não necessariamente possam ser chamados de agroecológicos ou se identifiquem com o termo, trouxeram elementos para a formulação deste conceito, como será visto a seguir.

A proposta de Jean Marc von der Weid e Silvio Almeida em apoiar a luta e a permanência dos trabalhadores rurais no campo teve início pelo enfoque em questões técnicas, produtivas e de mercado, sem preliminarmente questionar o modelo produtivo, buscando equilibrar as relações desfavoráveis dos agricultores e promover sua maior autonomia. As dificuldades em viabilizar a comunidade em Paraty trouxe o desafio de buscar alternativas tecnológicas mais apropriadas e acessíveis às condições econômicas dos pequenos produtores (DIAS, 2004; WEID, 1985a). Foi visualizada uma oportunidade em meio à crise econômica do modelo industrial na agricultura, a partir da observação das experiências localizadas de reprodução dos pequenos agricultores, utilizando o repertório da educação popular. Para isso elaboraram um projeto com apoio da Fase para mapear experiências de tecnologias alternativas no país, numa parceria importante para o suporte institucional e contato do projeto com outras organizações a nível nacional e financiadores²⁷ (CINTRÃO, 1996).

O projeto recebeu o primeiro financiamento em 1983 da Cooperação Técnica Francesa, dando início ao Projeto de Tecnologias Alternativas ligado à Fase, pioneiro em articular experiências diversas pelo país, no nordeste, sul e sudeste, aproveitando contatos de

²⁵ As comunidades negras depois, já nos anos de 1990, assumiram a identidade de quilombolas.

²⁶ Valdevino disse “eu não estudei, mas aprendi com a natureza, meu remédio tá na roça. O que arde cura, o que aperta segura, a terra tem valor”. Além de agricultor, Sr. Valdevino também é raizeiro e curandeiro, e vende uma parte da sua produção diretamente em uma Feira do Produtor da cidade. Informações obtidas quando da participação na Excursão Científica em Agroecologia, entre 25 e 27 maio de 2015 organizado pelo Comboio Agroecológico do Sudeste, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Científica e Tecnológica em Agroecologia da UFRRJ e a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (Aarj). Maiores informações da atividade em: https://www.facebook.com/NIAUFRRJ/media_set?set=a.393644577493180.1073741831.100005429236111&type=3&pnref=story

²⁷ Também no âmbito internacional havia um levantamento das tecnologias apropriadas. Em 1979 a Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) registrava a existência de quase 300 instituições, em geral ONGs, neste tema, em 80 países (CARVALHO, 1985 *apud* DIAS, 2004, p. 116). Em 1984, outro levantamento da mesma instituição apontava mais de mil grupos no mundo todo (OECD, 1983 *apud* Jéquier, 1985 *apud* CINTRÃO, 1996), o que denota a diversidade de resistências frente à modernização na agricultura.

organizações de produtores com a CPT e da área acadêmica, mapeando profissionais e pesquisas. Pode evidenciar e conectar uma diversidade de resistências e organizações que atuavam no tema da agricultura alternativa pelo país, como experiências, ideias, técnicas, organização política e produtiva em processos alternativos às tecnologias modernas, utilizando recursos locais, de baixo custo e em equilíbrio com o meio ambiente. “A gente tinha um discurso afiado do ponto de vista da crítica ao modelo e, do outro, sabíamos vagamente os princípios do que queríamos de alternativo, mas como fazer tecnicamente não sabíamos” (Jean Marc von der Weid, agroeconomista, fundador e membro da AS-PTA. Entrevista em 24/11/2015). No início, a ideia era levantar vários tipos de tecnologias alternativas ligadas a transporte, energia, habitação e saneamento. Depois se delimitou para a agronomia, avaliada como sendo a que tinha menor acúmulo.

No desenho da proposta, depois da identificação das soluções, seguiriam para sensibilizar as organizações do meio rural, numa dinâmica de ação coletiva através da formação de uma rede de articulação para pressionar o Estado e as organizações para o apoio a estes conhecimentos e práticas. A proposta era criar um modelo que desenvolvesse e aperfeiçoasse o saber acumulado pela experiência dos agricultores e o aprofundasse cientificamente, de modo a dar-lhe mais alcance, correção e adaptação, partindo da compreensão da lógica do saber camponês. O PTA/Fase se situava no espaço entre os conhecimentos técnicos e populares para troca de saberes, de modo que essa confrontação não gerasse imposições, mas uma escolha pelo agricultor, além de novos conceitos, métodos e práticas tecnológicas (WEID, 1985a; MAURY, 1985):

O saber do camponês não pode ser absolutizado, pois é limitado e a sua mera preservação, sem crítica, aperfeiçoamento e desenvolvimento de práticas novas, pode ser – e de fato é – uma desvantagem concreta dos camponeses na organização da produção e das relações sociais em que se inserem (GRZYBOWSKI, 1985, p. 63).

O contexto de desenvolvimento do projeto na década de 1980 foi favorecido pelo momento da reabertura democrática do país, reconquista das liberdades e o debate em torno das alternativas para o desenvolvimento democrático da sociedade. Com esse processo, a relação com o Estado também se alterou, não mais se limitando à crítica ao Estado, mas buscando a possibilidade para proposição de políticas públicas. A abertura de eventuais oportunidades de cooperação com órgãos estatais, ainda que pontuais ou específicas, também apontava a busca destes espaços como estratégia para ampliação do tema, pela entrada de técnicos e quadros políticos mais sensíveis no governo²⁸ (DIAS, 2004; WEID, 1985c; PTA/FASE, 1989). Interpretavam que o aparelho estatal não se limitava a uma força autoritária e violenta, como no período da ditadura, mas como espaço para tentar criar novos consensos.

Outro elemento se somava nesta conjuntura: o crescimento do tema ambiental e das práticas participativas, em especial junto às entidades da sociedade civil, também a partir da influência internacional, como sinalizado anteriormente, em especial nas ideias de

²⁸ Na década de 1980, o projeto PTA/Fase efetuou um levantamento de políticas de Estado sobre tecnologia alternativa, no Rio Grande do Sul, projetos no CNPq, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (Cepatsa). Os desafios se relacionavam à mudança institucional para romper com a dinâmica do modelo dominante, desde as resistências dos próprios quadros das instituições, a exemplo da antiga Embrater e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (WEID, 1985b). Também era percebida a necessidade de alterar o quadro de formação das universidades e centros de pesquisa, de forma que incorporassem a pauta, permitindo que o Estado pudesse responder a pressão da assistência técnica nesta linha.

Schumacher e do movimento ambientalista, além das conexões diretas com membros do exterior²⁹ (CINTRÃO, 1996).

O PTA/Fase rapidamente se expandiu em equipes por diversos estados, multiplicando a criação de ONGs e estabelecendo parcerias com outras organizações existentes. O projeto também desenvolveu Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs) para buscar soluções efetivas aos problemas do campo, alguns deles atuando como centros de pesquisa e experimentação³⁰. Tais CTAs, depois da reformulação do PTA/Fase, descrito adiante, tiveram continuidade em diversas outras organizações, modificando sua proposta inicial, frente à avaliação dos desafios técnicos e sociais para a replicação de tecnologias em ambientes demonstrativos para os agricultores (DIAS, 2004).

A estratégia do PTA/Fase de utilizar redes sociais pré-existentes e contato com atores diversos ampliou sua capacidade de articulação política e circulação de informações. A proposta diagnosticava que os problemas rurais tinham soluções fora do campo, em questões políticas, envolvendo uma “trama de relações sociais e de poder, através das quais se confrontam ou se associam interesses de diferentes camadas de produtores, de consumidores, dos setores industriais e da distribuição, além do Estado” (ALMEIDA, 1985, p. 17).

A opção do Projeto pelo termo tecnologia alternativa contrastava com a definição elaborada pelo Ebaa, ao considerá-la de forma sistêmica, enquanto instrumentos, conhecimentos, prática e organização social da produção, ou seja, que atendesse aos interesses do pequeno produtor e sua capacidade de resistência na terra, melhorando seu padrão de vida e segurança econômica, como ferramenta para o enfrentamento das formas de subordinação à lógica do capital. Não se filiava a uma das diversas correntes do movimento de agricultura alternativa, considerando que a tecnologia era um aspecto que se desenvolvia em cada contexto histórico, social e ambiental (ALMEIDA, 1985; PTA/FASE, 1989; CINTRÃO, 1996; DIAS, 2004; LUZZI, 2007).

Nestas e noutras preocupações resgatava-se a relação do pequeno agricultor com o mercado, a partir do crescimento do consumo e da produção industrial, desestruturando as dinâmicas locais de base camponesa, imbricadas também com a questão da modernização agrícola. Nesse processo, buscava-se evitar a situação em que, segundo Queiroz (1963, p. 64), “o caboclo não recusa o progresso, pelo contrário; e isso o esmaga”, com a proposta de aumentar a renda dos pequenos agricultores, em consonância com suas práticas agrícolas e organização comunal, sem que isso excluísse os aspectos políticos da proposta e suas redes de sociabilidade.

Indicava a preocupação com um novo modelo de desenvolvimento, luta pela reforma agrária e organização social dos pequenos produtores, que impulsionasse uma maior aproximação com os movimentos populares, tanto para apoiar suas lutas, quanto para conscientizá-los para as questões tecnológicas, de forma que também incorporassem esta pauta, visto sua condição de maior capilaridade social do que as ONGs. Buscavam múltiplas formas de integração política com os movimentos populares do campo para que suas propostas traduzissem as necessidades dos próprios movimentos. Neste sentido, as ONGs do

²⁹ Exemplo disso foi explicitado em texto publicado por Jean-Michel Grard, então membro da Associação para Formação em Áreas Rurais, da França, participando de debates no sul do Brasil sobre o tema das tecnologias alternativas, trazendo reflexões sobre seus limites e complexidades, no desafio da “constituição ou o reforço de uma nova categoria agrária, capaz de fazer valer os interesses de um campesinato que não vive da especulação”, mas para alimentar a população e o desenvolvimento dos subempregados (GRARD, 1986, p. 4).

³⁰ Também no processo de construção da agricultura alternativa, em 1993 se fundou a Fazendinha, em Seropédica/RJ, parceria entre Embrapa, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro) e UFRRJ, exercendo atividades de pesquisa científica, ensino e troca de experiências da agroecologia e da agricultura orgânica. Mais informações em: <https://www.embrapa.br/agrobiologia/fazendinha-agroecologica>

PTA/Fase atuavam não apenas com enfoque no tema ambiental, mas também de promoção de aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento, articuladas com organizações de base, como sindicatos e associações (PTA/FASE, 1989; WEID, 1993a; LUZZI, 2007).

Ainda que propusesse uma mudança metodológica na forma como se apresentava as práticas de assessoria agrícola, para entender os agricultores como agentes de transformação social, valorizando o conhecimento popular, o PTA/Fase mantinha a proposta de difundir tecnologias para públicos mais amplos, com soluções que não necessariamente respondiam às demandas das comunidades (PETERSEN e ALMEIDA, 2004). Na prática, este objetivo se mostrou muito mais complexo e demandante de recursos. Por exemplo, a necessidade de uma pessoa que pudesse efetuar a ligação entre as diversas experiências para o repasse de soluções, o que, no geral, inviabilizou a estratégia³¹. Havia o desafio para os próprios técnicos em efetivar a proposta de valorizar os conhecimentos dos agricultores e de atividades participativas, sem impor o conhecimento acadêmico e técnico, rompendo com a cultura agrônômica pela qual se formaram (DIAS, 2004). Além disso, as parcerias locais traziam demandas que não passavam necessariamente pela proposta do projeto, mostrando os desafios na sua efetivação.

Percebia um monte de ineficiências, que resgatar e difundir não funcionava (...) os parceiros eram sindicatos, CPTs, movimentos sociais que depois foram constituir a CUT, entrando via luta pela terra, com questões concretas, o trabalho não fluía, não funcionava, eles [PTA/Fase] insistiam, o sindicato tinha um mundo de questão e a gente ia buscando caminhos, incluía algumas coisas, participava de outras, fazia um trabalho muito político. (...) A gente fazia um monte de coisas e no fim levava um pacote, composto, abelha, e eu nunca perguntei como eles faziam. [Depois fui] perceber o quanto que a gente precisava conhecer mais a realidade [dos agricultores] (Rosângela Cintrão. Entrevista em 17/12/2015).

O projeto buscou disseminar a proposta e cooperar com as organizações dos movimentos sociais, sindicatos, instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, apoiando-os e assessorando-os, para que se tornassem a sua principal base social e pudessem ampliar a influência na orientação das políticas públicas, ainda que não assumissem integralmente a pauta da tecnologia alternativa³². Apontavam que iniciativas de desenvolvimento e transformação social não dependiam apenas do Estado ou da iniciativa privada, mas poderiam ser realizadas a partir do fortalecimento político das organizações da sociedade civil (DIAS, 2004). Compreendiam que a geração e difusão de tecnologias alternativas e a construção desse novo desenvolvimento da agricultura não eram dissociados das lutas políticas pela reforma agrária e a capacidade de organização dos trabalhadores rurais, elemento que se acentuou com a incorporação da noção da agroecologia (CINTRÃO, 1996). Neste sentido, traziam uma disputa pela orientação política dos sujeitos da agricultura.

³¹ Depois, com os projetos da AS-PTA, por exemplo, a noção de agricultores-experimentadores ganhou projeção como metodologia de extensão, partindo do interesse dos agricultores e da articulação junto às organizações coletivas e representativas, como sindicatos e associações, buscando a autonomia destes sujeitos em processos de promoção da agroecologia, para dinamizar a cultura organizativa local, o diálogo e a pressão junto ao Estado (DIAS, 2004).

³² Uma cartilha explicitou essa intenção junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: depois da conquista da terra, o segundo passo seria a permanência na terra obtida, em articulação com a luta pela posse da terra, com a menor dependência do poder dominante e com a escolha dos instrumentos e formas de produção. Da mesma forma apontou que o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, para além da resistência aos projetos desenvolvimentistas das grandes barragens promovidos pelo Estado, precisaria apresentar alternativas de modelo energético, trazendo também a importância das tecnologias alternativas. O agricultor que resistisse na terra, sem apoio estatal ou orientado para integração com o agroindustrial, para garantir sua autonomia e independência do poder econômico requeria tanto a organização quanto instrumentos próprios de trabalho (PROJETO VIANEY DE EDUCAÇÃO, 1985).

A relação com as organizações dos movimentos sociais não era isenta de conflitos, principalmente quanto ao espaço e importância da agricultura alternativa para estes atores, visto que nesta época sua prioridade era a reforma agrária e as disputas na política nacional. Diversas eram as interpretações sobre o que significava a agricultura alternativa entre eles. Uma delas é de que seria uma volta ao passado e uma proposta elitista (PETERSEN e ALMEIDA, 2004). Por outro lado, como aprofundado adiante, o posicionamento resistente, num primeiro momento, se dava também por fatores conjunturais e históricos, como o estímulo estatal à modernização agrícola e a visão produtivista sobre os assentamentos, e pelas poucas e limitadas experiências visibilizadas. Além disso, a discussão sobre o domínio tecnológico pelo capital, a crítica à ciência e a não neutralidade das técnicas não eram temas tão presentes para estas organizações.

O argumento da coordenação do PTA era que o tema não precisava ser o eixo principal dos movimentos e sindicatos, mas que deveria ter um lugar específico, pois vislumbravam o crescimento do debate com o apoio de outros setores da sociedade: meio urbano, científico, político e também do poder público (DIAS, 2004). Em conjunto com estes atores conseguiriam atingir uma maior escala na proposta da agricultura alternativa.

A importância da visibilidade é comum nestas ações sociais e expressa como o confronto político que impulsiona tem ou não adesão de outros setores sociais, em manifestações que buscam adesão da opinião pública, para tornar um problema público, reconhecido e legítimo (CHAMPAGNE, 1996). Quanto maior fosse a adesão à agricultura alternativa, maior a força política e efetiva para impulsionar e reforçar a proposta, formando um interesse coletivo, com uma identidade compartilhada (MELUCCI, 2001). Mas apenas a formação do consenso não significa necessariamente a produção de uma ação coletiva, sendo necessária a mobilização do consenso e a construção de significados que orientem a ação, como um *frame* (TARROW, 2009), elemento este que vai ganhar corpo, como veremos, com a proposta agroecológica.

Por outro lado, ainda que diversas organizações sociais adotassem o discurso, a prática era repassada aos técnicos, também porque o interesse na agricultura alternativa não partia das organizações dos movimentos sociais. O PTA/Fase estava “provocando a demanda pela introdução de conceitos novos no movimento” (PTA/FASE, 1988d, p. 10 *apud* LUZZI, 2007, p. 56). Propunham introduzir novos quadros cognitivos e novas linguagens, para que o poder de nomear tivesse maior alcance, assim como a ação coletiva (MELUCCI, 2001). No entanto, estes processos não são mecânicos, a formação da vontade coletiva é molecular, capilar, num trabalho cotidiano de desmonte de antigas concepções e criação de novas, que pode envolver agentes diversos (GRAMSCI, 2007b), como as ONGs e, principalmente, da incorporação pelos próprios agricultores em seu contexto social de ação.

Em 1988 o PTA/Fase realizou um Encontro Nacional, a partir do diagnóstico do seu grande crescimento e das diferentes concepções entre as ONGs que o integravam sobre tecnologia alternativa, relação com transformação social, movimentos sociais e com o Estado. Propunham amadurecer a estruturação do projeto, visto que tinha uma equipe maior do que a própria Fase, o que criava limitações e tensionamentos, sem ser organicamente estruturado nesta ONG.

O processo de reestruturação do PTA/Fase não ocorreu sem controvérsias. Havia a proposta de se configurar uma grande organização nacional centralizada, com a vinculação financeira e operativa vertical junto às demais organizações estaduais, como foi a operação desde a Fase no Rio de Janeiro. Mas uma parte das equipes locais mostrava desconforto em reproduzir uma estrutura de coordenação sem um processo de escolha e pactuação, na expectativa de algo mais democrático e autônomo, que não reproduzisse estruturas hierárquicas. Essa tensão, permeada pelo poder político dessa nova configuração, acabou se resolvendo com a legitimação de uma estrutura em rede, sem uma coordenação. Isso também

incluiu entidades com papel diferenciado, algumas de articulação e outras de experimentação.

Essa transição se relacionou também com o momento político vivido por estes atores, vinculando-se de forma mais profunda com a ação em rede, já iniciado desde o PTA/Fase, no contexto da redemocratização.

Falava rede sem apresentar muito, era um conceito novo que tava chegando, não sabia como se aplicava e se construía a rede, foi um processo de aprendizado de ir construindo essa rede (...). Anos 1990 a ideia de rede já tá bem consolidada, se começa a trabalhar redes temáticas, rede sementes, criação animal, associativismo, rede abelha, grupos de agricultores, ONG que se articulava em torno de um tema, foram surgindo as redes temáticas da Rede PTA (Edmar Gadelha, sociólogo, atuou na Rede PTA, assessor da Emater/MG. Entrevista em 14/01/2016).

Deram então encaminhamento à desvinculação institucional do PTA com a Fase, orientando o trabalho por ONGs autônomas de cada uma das equipes, seja criando ONGs devido ao desmembramento, seja orientando o trabalho para ONGs existentes, muitas delas criadas em articulação com segmentos progressistas da Igreja Católica. Esse conjunto de organizações fortaleceu a rede de intercâmbio para a troca de experiências, formando a Rede PTA. Depois, a maior parte destas organizações passou a ter ações com a agroecologia e integrou a ANA.

No início do projeto, a orientação era a formação da rede de articulação em dez estados (Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) com atividades previstas de encontros e criação de centros de experimentação, em especial junto às organizações que já atuavam com a questão agrária. Em 1993, a Rede PTA agregava 21 ONGs com suas ramificações em redes estaduais por 12 estados, com 16 equipes, 100 profissionais e financiamento de mais de 10 agências, realizando atividades locais, regionais e nacionais³³. Em 1998, cinco anos depois, já havia 27 ONGs membros da Rede PTA (LEROY, 1998 *apud* LUZZI, 2007; CINTRÃO, 1996).

Os coordenadores do PTA/Fase fundaram a AS-PTA, absorvendo os anteriores serviços de comunicação e de documentação, buscando aprofundar as bases metodológicas e epistemológicas da proposta agroecológica³⁴ (DIAS, 2004).

No processo de reestruturação do PTA/Fase, no final da década de 1980, houve mudanças conceituais e metodológicas no projeto, com o termo agroecologia introduzido a partir do contato e da interação com representantes de experiências da agricultura alternativa

³³ As 21 ONGs com sua localização e ano de criação (quando encontrado) eram: Apta/ES (1990), Associação Agroecológica Tijupá/MA (1990), AS-PTA/RJ (1990), Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessoar)/PR (1966), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) (1985), Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (Caatinga)/PE (1988), Centro de Agricultura Ecológica de Ipê (CAE-Ipê)/RS (1985), Centro Agroecológico Tamanduá (CAT)/MG (1989), Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa IV)/RS, Centro Sabiá/PE (1993), Centro de Tecnologias Populares (Cetap)/RS (1986), CTA-ZM/MG (1987), Esplar/CE (1974), Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região de Celeiro do Departamento de Educação Rural (Fundep-DER)/RS (1989), Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (Patac)/PB (1993), Proter/SP, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede)/MG (1989), Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco) (1986), Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop)/BA (1989), Terra Viva/BA (1992) e Centro Vianei/SC (1988) (CINTRÃO, 1996; LUZZI, 2007; WEID, 1993a).

³⁴ Inicialmente a AS-PTA tinha a proposta de ser uma assessoria às demais ONGs da Rede PTA, semelhante ao processo de coordenação anteriormente desenvolvido. Depois, dados os poucos resultados, empreendeu ações diretas nos territórios, como no Paraná e na Paraíba, mantendo um papel na articulação e animação da Rede PTA e depois junto da ANA. Anos depois, uma parte do acervo da AS-PTA foi doado para a biblioteca do CPDA/UFRRJ e para o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas (NMSPP) da mesma instituição.

na América Latina, dentre eles o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Clades), com a referência inicial de Miguel Altieri³⁵. Isso ampliou o campo de atuação e a disputa para a área científica, com um discurso de legitimação que complexificou a proposta, dirigindo-a para dimensões ambientais e culturais (CINTRÃO, 1996; DIAS, 2004). Essa incorporação de conexões com redes internacionais reforçou a adesão à proposta e demonstra as influências para além do âmbito nacional nessa construção.

Desde os anos 1980, a revalorização dos sistemas agrícolas tradicionais nos países do sul permitiu que a agroecologia fosse sistematizada como uma ciência específica e abordasse os componentes econômicos e sociais dos agroecossistemas (PETERSEN e ALMEIDA, 2004). A entrada do conceito no Brasil se mesclou com o histórico da politização no campo e das lutas sociais, visto que já havia um processo de mobilização popular, experimentações, luta pela reforma agrária e crítica à modernização no campo, via agricultura alternativa, principalmente. O novo conceito consolidou uma trajetória em curso, destacando o Brasil em uma vertente social e política da agroecologia, e que marcou a construção da ANA, amadurecendo a visão de um conhecimento cognitivo e emancipador, recusando a fragmentação e ambicionando compreender o todo para promover sua transformação, buscando a análise da ciência, mas sem se dissolver totalmente na comunidade científica, mantendo a dimensão utópica da agricultura alternativa (ABRAMOVAY, 2000), como luta política orientadora da ação. Nas palavras de um dos fundadores da ANA:

Essa fundamentação foi importante para gente ganhar respaldo institucional, a gente até então andava muito dentro da esfera dos movimentos, embora estivesse tangenciando aqui e acolá, com pessoal do CNPq e tudo, mas eram coisas muito esporádicas, dependendo de pessoas que a gente conhecia ali dentro, e não era uma coisa realmente que as instituições estavam [assumindo]. E você sabe, né, que a chancela acadêmica é fundamental para esse tipo de coisa, você dá um certo rigor, você diz olha isso aqui é uma coisa reconhecida. (Paulo Petersen. Agrônomo, atuou na Rede PTA, diretor-executivo da AS-PTA, vice-presidente da ABA e integrante da Cnapo. Entrevista em 03/12/2015).

Esses aspectos mostram a importância da reflexão sobre o papel da ciência e o poder do campo acadêmico em legitimar ou deslegitimar aspectos sociais, em definir linguagens, visto que a verdade também se coloca em disputa, desmistificando a construção do saber como algo neutro, imparcial ou mesmo absoluto.

A introdução da noção de agroecologia permitiu à Rede PTA a ampliação dos debates e práticas, em especial em relação ao modo como se encarava a tecnologia, não mais como uma transferência ou algo externo, mas como um processo de inovação dos agricultores, tendo-os como sujeitos do processo. O necessário seria desenvolver metodologias para promoção de processos sociais de participação, inovação e experimentação agroecológica³⁶, iniciando a formação de redes de produção do conhecimento e atraindo os agricultores para respostas às suas demandas tecnológicas.

Essa incorporação inaugurou um segundo momento na Rede PTA: os técnicos passaram a pensar o seu trabalho junto aos agricultores em termos de intervenções nos sistemas

³⁵ Em especial a publicação e tradução em 1989, pelo PTA/Fase, do livro de Miguel Altieri: Agroecologia - as bases científicas da agricultura alternativa (CINTRÃO, 1996). O autor identifica a agroecologia como uma estratégia para o desenvolvimento da tecnologia agrícola, aprofundando suas bases científicas, em especial para os sistemas técnicos e produtivos, e menos nas suas considerações políticas e para a questão da pobreza rural, que para ele envolveriam mudanças estruturais, sociais e econômicas. A partir da relação com a Clades várias organizações participaram de cursos em outros países, por exemplo, sobre diagnóstico rápido participativo, agrobiodiversidade e metodologia, o que contribuiu para trazer o enfoque da agroecologia.

³⁶ Como exemplo do diagnóstico rápido participativo, desenvolvido ao longo dos anos 1990, principalmente.

de produção, considerando meio ambiente, cultivos e relações sociais na unidade produtiva. Passou de um caráter de denúncia, presente na noção da agricultura alternativa, para algo mais afirmativo, buscando parceria das organizações de movimentos sociais para sua difusão (CINTRÃO, 1996).

Grande parte das ONGs presentes no processo inicial do PTA/Fase e depois na Rede PTA mantiveram um papel central na ANA e na pauta agroecológica do país, contribuindo para a introdução e disseminação da noção de agroecologia³⁷. Estas instituições foram ao mesmo tempo impulsionadoras e produto dessa história (SILIPRANDI, 2009) e mesmo das interpretações sobre a agroecologia. Nesse processo, a vinculação ideológica, operativa e financeira entre estas organizações manteve e alimentou seus vínculos quando no PTA/Fase e depois de forma mais autônoma na Rede PTA e na ANA.

Entre 1997 e 1998, a Rede PTA abriu outro processo de avaliação, levantando os resultados positivos quanto à criação de experiências locais e seus acúmulos técnicos, metodológicos e políticos, além da identidade da Rede. Por outro lado apresentava pouca visibilidade, já que era uma rede fechada e se enfraqueceu na medida em que as experiências despontavam com a manutenção em projetos e parcerias limitadas ao local.

E a Rede passava por um processo de voltar, até por pressão das agências financiadoras para voltar muito ao trabalho local, com pouca disponibilidade e atenção para a dinâmica em rede, e a Rede PTA entrou num momento bem difícil de desarticulação (...). Depois do momento de crise, quando refluíu a organização da Rede PTA e cada uma voltada para seu espaço próprio, esse grupo de organizações começou a avaliar como é que a gente revitaliza a Rede PTA. (Eugênio Ferrari, agrônomo, fundador do CTA-ZM, atuou na Rede PTA, membro do núcleo executivo da ANA, professor na UFV e integrante da Cnapo. Entrevista em 19/11/2015).

O diagnóstico foi de que as experiências locais congregavam pessoas e instituições diversas, formais e informais, como ONGs, organizações de agricultores familiares, instituições públicas de pesquisa e extensão, prefeituras, Igrejas, universidades, grupos de estudantes, agricultores, pesquisadores e extensionistas, o que permitiu a difusão dos referenciais da agroecologia pelos territórios e ter esta referência como aglutinadora da Rede. Mas a construção das articulações para além do local, bem como seu diálogo mais amplo não ocorriam. Ficavam cada vez mais restritas e fragmentadas, na perspectiva da construção de uma expressão organizada do campo agroecológico no nível nacional e de experiências em escala, de forma que esta rede pudesse alcançar outras esferas sociais e influências da agroecologia.

A Rede PTA entrou em crise, perdeu a capacidade de dinamismo e de influenciar processos sociais. Cada organização começou a se fechar em si mesma, a capacidade de interlocução com a sociedade e com o Estado se esvaziou, então começa um debate interno do que a gente faz [com um grupo dizendo que] não dá mais tá esgotado esse ciclo, precisa repensar a nossa presença na sociedade (José Maria Tardin, ex-técnico da AS-PTA de 1993 a 2004, atuou na Rede PTA. Hoje é militante e educador do MST. Entrevista em 14/12/2015).

Desta percepção da limitação no arranjo de organização e articulação da Rede PTA, contando também com o apoio de avaliações externas³⁸, sinalizou-se a necessidade de

³⁷ Por exemplo, ao incorporar a noção de agroecossistema, as organizações de assessoria inauguraram a perspectiva de compreender as racionalidades e estratégias dos agricultores, em uma abordagem sistêmica e de visualização das experimentações, assumindo as famílias como agentes de inovação e disseminação de conhecimentos (ANA, 2007a).

³⁸ Além da avaliação das agências de cooperação, a Rede PTA propôs uma avaliação coletiva, com dois avaliadores externos para cada entidade, além do conjunto da rede. Dentre eles, Ricardo Abramovay, que

abertura da Rede, de forma que pudesse incorporar outros atores e para que se criasse outro tipo de rede, com maior capacidade de intervenção, sistematização, representatividade, visibilidade e relação com os movimentos sociais, como uma articulação nacional. Ou seja, construindo outro sujeito político com maior poder de ação coletiva.

Dentre as avaliações, apontou-se que a Rede deveria adotar procedimentos institucionais que garantissem o exercício permanente da crítica aberta e pública, tanto interna quanto vinda daqueles com os quais se relacionava, modificando a articulação centralizada em instituições semelhantes, com uma forte endogenia, avessa à noção mais aberta presente na noção de rede³⁹ (ABRAMOVAY, 2000).

A expectativa era trazer as diversidades locais e de sujeitos sociais para favorecer a expressão unitária do campo agroecológico nacional (PETERSEN e ALMEIDA, 2004), não apenas restrito às ONGs. Desencadeou-se uma nova etapa que culminou na criação da ANA, tema a ser desenvolvido no segundo capítulo.

1.4 Os movimentos sociais e a agroecologia

A agroecologia também está presente nas organizações de movimentos sociais rurais como nos movimentos de mulheres, Contag, Fetraf/CUT, MST e MPA. Sem a pretensão de um aprofundamento sobre o histórico e a ação destas organizações, mapeamos quando e como as questões da agroecologia apareceram no seu discurso público, para subsidiar a compreensão do envolvimento destas organizações com a ANA⁴⁰.

A passagem por estes atores mostra outras entradas políticas na aderência à pauta da agroecologia, como o acirramento na disputa com o agronegócio e a dificuldade de obter retornos junto ao Estado; pelos impactos sociais, econômicos e ambientais dos agrotóxicos e dos transgênicos; e ainda, a ampliação das preocupações com o meio ambiente. A circulação de militantes, informações e negociações neste campo dos movimentos sociais rurais, com um discurso agroecológico emergente, também se somou neste processo, inclusive com a maior oportunidade de acesso às políticas públicas.

Até o início da década de 1990, a principal reivindicação dos movimentos rurais com relação ao modelo produtivo e à tecnologia se relacionava à busca pela sua inclusão produtiva com apoio do Estado, criticando o alto custo das tecnologias modernas e sua inadequação à realidade dos pequenos produtores. Por outro lado, já alertavam sobre o impacto social e ambiental no uso dos defensivos, ainda que sem a centralidade que a questão vai ter anos depois.

Na trajetória destes atores, a pauta da reforma agrária e a crítica às formas de dominação foram questões centrais, em especial desde o início da década de 1950, como a formação da Contag em 1963, condizente com a escassa mudança na estrutura fundiária do país, a manutenção e o acirramento dos conflitos no campo. Diversas foram as tensões para os movimentos sociais rurais entre combatividade, controle estatal, luta por direitos e liberdade organizativa. O destaque às questões do modelo produtivo no campo aparece posteriormente, em especial devido às contradições na realidade rural.

Além disso, desde a década de 1980 a emergência de outros atores sociais com identidades e demandas próprias, como os agricultores familiares, sem terra, mulheres,

mantinha pesquisas no meio rural e sobre agricultura familiar pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), além de participar do projeto PTA, e por Jean Pierre Leroy, que foi coordenador da Fase entre 1978 e 1987 (DIAS, 2004).

³⁹ Dentre as referências desta análise estava Castells (1999).

⁴⁰ Essa escolha passou pelo acesso facilitado aos dados, sem a pretensão de hierarquizar ou excluir outras organizações de movimentos sociais importantes para a agroecologia que não se encontram nesta seção do trabalho. Dada a limitação deste subcapítulo, ele também não esgota o histórico sobre as interfaces das entidades citadas com a agroecologia.

pescadores, seringueiros e atingidos por barragens, além das oposições sindicais se alinharem com a CUT⁴¹, ampliaram as formas de mediação e a inserção de novos temas, demandas e formas de ação. Isso inaugurou um momento de crise no sindicalismo rural, até então capitaneado pela Contag, como a primeira entidade sindical nacional. Ocorre a presença de novas formas de representação e atuação política, que teve tempos depois, dentre seus espaços de interação, a ANA.

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

A partir dos Anais dos Congressos da Contag, verifica-se que questões relacionadas ao modelo agrícola e de desenvolvimento teve uma orientação maior para a agroecologia apenas no início dos anos 2000. Os Congressos reúnem a grande diversidade social da Contag, sem ter necessariamente uma única orientação política e produtiva.

Em 1979, por exemplo, o 3º Congresso da entidade afirmou a proposta de unidade, consciência de classe e luta dos trabalhadores rurais, denunciando os abusos da ditadura militar e a violência no campo. As pautas se centraram na reforma agrária para melhor uso, distribuição e produtividade da terra com justiça social. Com relação à tecnologia, avaliou-se que, da maneira como era aplicada, não se ajustava à realidade financeira dos pequenos produtores, não considerava a devastação, erosão e dispensa de mão de obra. Já denunciava a intoxicação e morte com agrotóxicos, além da destruição da fauna e flora (CONTAG, 1979). Este Congresso evidenciou diagnósticos e orientações semelhantes ao processo que depois ocorre e se aprofunda nos Ebaas.

O 4º Congresso da Contag realizado em 1985, após o período de ação monitorada pela ditadura militar, teve orientações semelhantes ao Congresso anterior quanto à questão agrícola, apontando que a assistência técnica era alinhada aos interesses do grande capital nacional e chamando a atenção para a necessidade do diálogo entre técnicos e agricultores, com a participação das entidades sindicais, valorização dos recursos locais e dispensa dos agrotóxicos. Também incentivava as tecnologias alternativas, de forma que fossem colhidas as experiências dos próprios pequenos agricultores (CONTAG, 1985).

O 5º Congresso, em 1991, denunciou a crise social como produto da política neoliberal e a inação do Estado para a questão rural e a violência no campo, avaliando os esforços na construção da unidade na categoria, na luta por um país mais justo, fraterno e igualitário. Indicava de forma controversa tanto a necessidade de assistência técnica e acesso aos defensivos agrícolas, quanto a necessidade da adequação tecnológica e apoio às técnicas alternativas e ao não uso de agrotóxicos (CONTAG, 1991).

No processo das interações no movimento sindical rural e frente também ao contexto neoliberal, nasceu o Grito da Terra em 1994, inaugurando uma manifestação de massa do sindicalismo rural e uma estratégia convergente entre várias organizações do campo⁴². Esse

⁴¹ Essa oposição sindical criticava, dentre outras coisas, a postura assistencialista dos sindicatos e certas lideranças consideradas “pelegas” da Contag, dada a proximidade com o aparelho estatal ou com as empresas. Na década de 1980 foi criado o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT. Essa disputa se dava em vários níveis, seja desde os sindicatos, até as esferas nacionais. A CUT teve um protagonismo no pensamento mais combativo na sua fundação, opondo-se à Contag, mas com os anos isso vai sendo modificado paulatinamente, em especial desde a entrada do PT no governo federal, aspecto que não é foco da presente pesquisa.

⁴² O Grito da Terra reúne milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país em Brasília, geralmente anual, com caráter reivindicativo de pautas com o Estado. O início dessa mobilização ocorreu no Pará, com as Federações dos Trabalhadores da Agricultura vinculados à CUT. Como atividade nacional, os primeiros Gritos tiveram a participação de diversas organizações de movimentos sociais, como a CUT, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), MST, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais (Monap), Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Capoib) e organizações das Mulheres Trabalhadoras Rurais. As pautas amplas se relacionavam com a

Grito permitiu avanços nas demandas dos agricultores familiares, para além da questão fundiária e do salário (MEDEIROS, 2015; LUZZI, 2007), como a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção⁴³ (Provap).

No segundo Grito, em 1995, os movimentos rurais pressionaram o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para negociação da reforma agrária e o crédito agrícola⁴⁴. Neste Grito não havia explicitação de questionamento sobre o modelo agrícola, buscando benefícios e a inclusão dos trabalhadores rurais e agricultores familiares na produção para o abastecimento interno. Teve como principal conquista a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁴⁵ (Pronaf), de crédito diferenciado aos agricultores familiares, após a marcha de milhares de agricultores e agricultoras em Brasília, com o reconhecimento da categoria como objeto de políticas (MEDEIROS, 2015).

Frente à grande dificuldade de atendimento das pautas, criou-se um ambiente para uma ação conjunta e fortalecimento da identidade no campo dos movimentos rurais. Isso exigiu uma crescente capacidade de ação política, formulação de demandas de políticas públicas pelas organizações e novos repertórios de ação (McADAM, TARROW e TILLY, 2009), que forjaram alianças, centralizando o diálogo junto ao Estado, como o Grito da Terra. Isso se relacionou com a crescente interlocução por uma pauta mais negocial, como foram as relacionadas à agricultura familiar, e a paralisação das pautas geradoras de maior confronto, como desapropriação, demarcação de terras e reforma agrária (MEDEIROS, 2015). Os primeiros Gritos da Terra, diferente dos Congressos, foram momentos de maior dinâmica e pressão de participação e reivindicações, com pautas que revelavam demandas por inclusão e apropriação do modelo agrícola, sem centralizar uma maior contestação neste sentido.

No 6º Congresso da Contag foram denunciados os impactos sociais e ambientais do modelo da modernização da agricultura, dos efeitos da globalização econômica e do uso de agrotóxicos, apontando para uma proposta de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar, incorporando também o termo agroecologia, ainda que de forma marginal.

A passagem para um padrão de desenvolvimento sustentável, assentado na agricultura familiar, na agroecologia e na preservação e equilíbrio dos ecossistemas, é uma opção de desenvolvimento que coloca em jogo estruturas, interesses e formas de organização do conjunto da sociedade, correspondendo a um processo longo e complexo. No entanto, um modelo a longo prazo tem que ser construído desde já, articulando medidas de curto e médio prazo (CONTAG, 1995, p. 51).

Este congresso incorporou a proposta de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), que incluísse crescimento econômico, justiça social, participação social e preservação ambiental, junto das pautas de reforma agrária, política de apoio à agricultura familiar e da necessidade de alianças com movimentos sindicais urbanos,

reforma agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente. Depois do segundo Grito, a Contag assumiu um maior protagonismo na atividade, contando também com o apoio das Federações de Trabalhadores na Agricultura e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

⁴³ O Provap foi uma política agrícola de crédito diferenciado para os pequenos agricultores, importante por diferenciar o crédito pela categoria de agricultores. Sofreu modificações que contribuíram depois para a formulação do Pronaf (BERGAMASCO e SOUZA-ESQUERDO, 2014).

⁴⁴ Além de outras pautas amplas como relações de trabalho, violência no campo, política energética, previdência social, política para povos indígenas e meio ambiente, levantando denúncias como a fome, concentração de terras, despejos, violência e trabalho escravo. Pauta nacional de reivindicações em: http://www.contag.org.br/imagens/fpauta-geral-gtb_1995.pdf

⁴⁵ O Pronaf, apesar de ser a principal política para a agricultura familiar no país, tem sido o principal impulsionador da produção agrícola com uso dos pacotes agroquímicos, na contramão da agroecologia.

organizações da sociedade civil e movimentos sociais⁴⁶. O 7º e 8º Congresso, respectivamente 1998 e 2001, aprofundaram o PDRS e a agroecologia apareceu ainda de forma tímida, junto das pautas da agricultura familiar, meio ambiente e da educação, chamando maior atenção para o uso dos agrotóxicos (ou venenos) com várias passagens sobre seus riscos, danos e a necessidade do uso controlado e da fiscalização. Apontava-se certa negação e atenção aos riscos destes produtos, mas que não se centralizava nas alternativas produtivas, mas na sua regulação (CONTAG, 1998; 2001).

A agroecologia entrou como pauta mais estratégica nos documentos da Contag em seu 9º Congresso, em 2005, como caminho para o fortalecimento da agricultura familiar. Nesse período, a pauta da agroecologia já estava presente em várias outras organizações de movimentos sociais rurais, inclusive com a criação da ANA em 2002 e a participação da própria Contag nela. Nesse Congresso, o incentivo à agroecologia se colocou na necessidade de condições de apoio pela entidade, como equipes e recursos, para a orientação técnica das famílias, financiamento para transição agroecológica, formação educacional e assessoria. Em várias passagens apontaram-se os benefícios da proposta em temas como saúde social e ambiental, argumentando a favor desta incorporação, e também alertando de forma incisiva sobre os riscos de contaminação com os agrotóxicos para a saúde, meio ambiente e a perda de soberania com os transgênicos (CONTAG, 2005).

A incorporação da agroecologia como pauta se deu tanto pela pressão dos resultados junto aos próprios agricultores, quanto por questões políticas, no sentido de renovar as lutas do movimento sindical, frente à disputa por representação política dos agricultores. Nesta época a agroecologia já era um termo incorporado por diversas organizações deste campo. Em algumas passagens nos documentos da Contag essa orientação era dúbia entre a inclusão ao modelo da modernização, e ao mesmo tempo a sinalização de outro paradigma de desenvolvimento no campo, partindo de um convencimento interno na própria entidade. O crescimento do agronegócio e a correlação com este opositor também impulsionou esta adesão.

A necessidade de pautar um modelo de desenvolvimento que fizesse o contraponto e enfrentamento efetivamente ao modelo do agronegócio, e tivesse a garantia do bem estar dos agricultores, e também trabalhasse, sobretudo, uma prática e uma orientação política da produção agroecológica. É claro que o desembocar dessa convergência do conjunto dos movimentos que está na ANA se deu pela necessidade da conjuntura apresentada, um momento muito forte do agronegócio no país e nos obrigou a nos organizar politicamente e fazer desse espaço a convergência e enfrentamento de grandes temas centrado nos modos de produção com vida (Willian Clementino Matias, agricultor familiar de Vanderlândia/TO, vice-presidente e Secretário de Relações Internacionais da Contag. Entrevista realizada em 26/02/2015).

Por outro lado, internamente, a Contag tem uma grande diversidade de pensamentos, posições e práticas, com sua organização presente em quase quatro mil municípios através dos sindicatos, os quais abrangem diversas práticas agrícolas, o que, segundo Willian Clementino gera contradições na base social. A noção de agroecologia também se colocou a partir do interesse econômico, como acesso ao mercado, na “oferta de um produto diferenciado”,

⁴⁶ Nesse Congresso a Contag se filiou à CUT, procurando minimizar divergências e ampliar seu poder político, nos caminhos da disputa sindical. No âmbito local, esta decisão não teve necessariamente a mesma orientação. Na região sul, as dificuldades de conciliação levaram à criação, em 1997, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina, ao não conseguir filiação à Contag. Esse fato originou a criação da Fetrat-Sul em 2001 e da Fetrat-Brasil em 2004, consagrando a duplicidade sindical dos agricultores familiares e abalando a busca pela unidade sindical da Contag (MEDEIROS, 2015).

expresso no depoimento de Alberto Broch, então presidente da entidade (PETERSEN, 2009, p. 155).

Em diversos documentos da Contag e também da CUT há uma ênfase no uso do termo sustentável, mais genérico que a agroecologia, podendo abarcar uma diversidade de práticas, não necessariamente agroecológicas, orientando também as ações formativas do movimento sindical.

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf/CUT

A experiência da CUT também mostra a incorporação das preocupações ambientais e como elas se estruturaram na sua pauta sindical, em especial através da Fetraf-Brasil. Ainda que nem todas as pautas ambientais tenham relação direta com a questão agroecológica, essa vertente foi um dos seus eixos aglutinadores neste processo.

A aproximação da CUT com as questões ambientais se iniciou com a criação, nos anos 1990, da sua Comissão Nacional de Meio Ambiente, que promoveu várias atividades das quais a CUT participou, dentre elas a Eco 92, no evento oficial e na atividade paralela da sociedade civil.

Ainda em 1992 a CUT participou de uma Conferência Sindical Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, quando foram debatidas as condições de trabalho e as contaminações geradas pelo modelo produtivo e de consumo. As preocupações sobre a contaminação por agrotóxicos esteve presente nos sindicatos, por exemplo com a noção de “que o planeta está em perigo” apontando a necessidade de um modelo alternativo socialmente justo e economicamente sustentável (INFORMACUT 186, 1992, p. 5.), refletindo a difusão social das preocupações com a sobrevivência humana e seu modo de produção.

Em 1994, a CUT, em conjunto com outras organizações sociais, como ONGs e associações, encaminhou carta ao então presidente Itamar Franco denunciando o decreto nº 991 que eliminava a obrigação de registro dos agrotóxicos, resultado do *lobby* das indústrias produtoras de agrotóxicos (INFORMACUT 233, 1994). Outro exemplo expressivo da relação entre sindicalismo, meio ambiente e articulação internacional foi o caso dos seringueiros e do protagonismo de Chico Mendes⁴⁷, que era envolvido tanto na rede da Contag, quanto da CUT, e que denunciou a grilagem de terras e o desmatamento na área dos seringais, encaminhando as denúncias à ONU, Senado norte-americano e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento que financiava projetos nestas áreas. Mostrou que a “questão ambiental só pode ser tratada em estreita vinculação com a questão social; quem destrói a natureza é o mesmo modelo que explora e pisoteia nós, trabalhadores” (INFORMACUT 186, 1992, p. 5). A projeção de Chico Mendes e seu assassinato em 1988 geraram pressões sobre o governo brasileiro, que acabou por criar reservas extrativistas para preservar as florestas e o modo de vida dos povos, em especial no Acre, sendo um exemplo do uso de estratégias escalares de poder, fortalecendo lutas locais a partir de interlocuções internacionais (SANTOS, 2011).

De forma mais explícita, um projeto que incorporou as questões agroecológicas foi o Terra Solidária realizado na região sul entre 1999 e 2000 e coordenado pela Fetraf-Sul, voltado para educação, formação fundamental e profissional rural, buscando ampliar e articular iniciativas de desenvolvimento sustentável e solidário. A proposta se ancorou na prática da educação popular, valorizando os conhecimentos, troca de experiências e a reflexão crítica para ações coletivas frente à realidade dos agricultores⁴⁸ (PERACI, 2003).

⁴⁷ Chico Mendes liderou a organização dos seringueiros em sindicatos entre as décadas de 1970 e 1980, articulando o Primeiro Encontro dos Povos da Floresta, entre representantes do Conselho Nacional de Seringueiros e a União das Nações Indígenas (SANTOS, 2011).

⁴⁸ Projeto financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, executado em parceria com o Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais, Escola Sul da CUT e o Cetap/RS. Ocorreram cursos

Da mesma forma como a Contag, a Fetraf-Brasil também trouxe desafios na incorporação da agroecologia, o que não excluiu sua participação na ANA.

A Fetraf desde o surgimento já tinha práticas mais sustentáveis. Não quer dizer que no movimento sindical se acredita na agroecologia, mas temos uma base muito ampla de agricultores que utilizam todo tipo de tecnologia do agroecológico até o transgênico do mais de ponta, e eles estão representados na base, então não tem como resolver isso de um dia pra noite, se disser que vamos representar apenas os agricultores agroecológicos, vamos representar talvez assim muito, muito, muito, 1000 agricultores na região sul, e sócios no sul têm mais de 100 mil, que contribuem, participam, estão pelos sindicatos locais (Celso Ludwig, agricultor de Paial/SC, coordenador do setor agrícola da Fetraf-Brasil. Entrevista em 26/02/2015).

A Fetraf, também com uma base sindical diversa, em especial no que se refere ao modo de produção agrícola, próximos e distantes da agroecologia, expôs uma visão mais técnica sobre os formatos produtivos e da necessidade de dar retorno financeiro na sua adoção pelos agricultores: “A nossa visão de agroecologia é que é tudo muito bonito, mas ela tem que produzir receita para aquela família poder ficar lá, senão simplesmente a pessoa gosta da agroecologia, mas não fica lá, vai pra cidade” (Celso Ludwig, Fetraf. Entrevista em 26/02/2015). Para ele o desafio da agroecologia seria conseguir gerar renda para a família permanecer no campo. Mas isso traz uma maior exigência de mão de obra que, no caso do sul do país, tem peculiaridades em termos do maior nível de renda, tendência do êxodo rural e à mecanização. A realidade da região sul remete aos padrões produtivos e tecnológicos que dificultam a autonomia do agricultor, dada sua adesão à modernização, com controlabilidade, em especial nas áreas com maior mecanização (PLOEG, 2008).

Para Celso Ludwig, tanto Contag, quanto Fetraf-Brasil ainda não internalizaram a agroecologia como visão única porque deixariam de existir, reduzindo-se muito a sua base de sindicalizados. Isso remete às diversas questões em torno da mudança de paradigmas no modelo produtivo e às resistências dos agricultores para a transição agroecológica, envolvendo a necessidade de incentivos por parte do Estado, orientações políticas e pressão social. Ambas as organizações trazem avanços na parte discursiva sobre a adoção da agroecologia, sem que as experiências produtivas, mesmo que existentes, tenham a mesma visibilidade.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST, fundado a partir da articulação entre CPT, CEBs e lideranças sociais em 1984, trouxe como mote principal a luta pela reforma agrária, adotando como estratégia de pressão as ocupações de terra. A partir dos primeiros assentamentos no sul do país, defrontou-se com a preocupação sobre a produção: como trabalhar com a terra, viabilizá-la economicamente e garantir a permanência dos assentados. Com o crescimento dos assentamentos, a questão da cooperação tornou-se um dos eixos de trabalho e estratégia de sobrevivência, com referencial nas ideias de Lenin e Kautsky, na interpretação de uma coletivização ortodoxa (BORSATTO e CARMO, 2013).

Até meados da década de 1990 a principal orientação produtiva foi a modernização da agricultura, especializada, com uso de agrotóxicos, coletivizada e em escala. O espelhamento

com duração de 18 meses, entre aulas teóricas e práticas direcionadas aos agricultores e a iniciativa foi publicizada no Jornal Terra Solidária contando os aprendizados, casos de intercâmbios e iniciativas de implementação agroecológica, como a recuperação do solo e uso de adubação orgânica. Em dezembro de 2000 havia 1222 experiências agroecológicas de agricultores familiares da região sul, cuja catalogação foi feita por entidades parceiras do projeto na região (associações, cooperativas, ONGs e sindicatos) (Jornal Terra Solidária, 2000).

com as grandes empresas monocultoras e o incentivo estatal orientou a organização da produção, bem como a mentalidade produtivista, com o objetivo de que os agricultores não fossem novamente excluídos do processo de modernização e não perdessem a oportunidade com o crédito rural. A visão geral era de que a contaminação seria apenas pelo mal manejo, ainda que houvesse críticas à Revolução Verde e indicassem a necessidade da adequação tecnológica entre a modernização e o que dispunham os agricultores, sem retornar totalmente ao passado, mas com uma tecnologia que respondesse aos objetivos da classe trabalhadora.

A primeira vez que o termo agroecologia apareceu em documentos do MST foi no Caderno de Formação de 1993, sobre o debate em torno de qual o desenvolvimento rural era almejado pelo Movimento⁴⁹. Neste caderno, a agroecologia era definida como técnicas de preservação e adubação do solo, mas com a crítica de não “cair no discurso capitalista de produção autossustentável” (CERIOLI, 1993, p. 30), sem negar totalmente os produtos químico-industriais. Propunham a redução da utilização destes produtos para não gerar prejuízos aos produtores e para ganhar um produto diferenciado para faixas de mercado.

Havia uma visão de que a proposta agroecológica envolveria um retorno às técnicas ultrapassadas e despolitizadas. “O entendimento era que o problema não estaria no uso das tecnologias modernas, mas no controle pelos trabalhadores dos meios de produção” (LUZZI, 2007, p. 121), valorizando o discurso produtivista e coletivista. Neste processo, as diferenças com as ONGs que primeiro levantaram a bandeira da agroecologia apareceram, por exemplo, com a crítica da sua ação localista, sem se relacionar com questões mais gerais.

Um conjunto de interações permitiu maior aprofundamento no tema agroecológico e uma revisão das visões no MST, algumas delas expressas no *Jornal Sem Terra*. Na edição de outubro de 1993 houve menção às práticas agroecológicas em assentamentos na regional de Porto Alegre com apoio de duas entidades, o Cetap, criado pelo MST, e outras organizações com participação na Rede PTA, apresentando resultados positivos na produção e no fim da dependência de insumos industrializados. A reportagem apontava as resistências iniciais dos agricultores em acreditar na mudança, numa insegurança por adotar técnicas que eles já utilizavam antes da modernização da agricultura, e circunscreveu a noção da agroecologia enquanto técnicas produtivas, criticando a falta de políticas públicas nesta linha. Em setembro de 1995, outra notícia no *Jornal Sem Terra* fez referência à parceria com estudantes de agronomia, em estágio de vivência promovido pela Feab, colocando como falido o modelo agrícola de insumos químicos, promovendo o trabalho com agroecologia referida como tecnologia autossustentável.

A atenção à agroecologia se ampliou pela percepção das consequências sociais, econômicas e ambientais da modernização, gerando a falência e o endividamento de várias cooperativas ligadas ao MST, intensificada pela crítica ao monopólio das multinacionais no fornecimento dos insumos. Após as primeiras iniciativas coletivas, também houve a avaliação dos processos de coletivização impositivos, sem considerar as características e a autonomia do campesinato que geraram resistências e fracasso destas iniciativas, ainda que a cooperação seguisse como referencial organizativo em moldes mais participativos (BORSATTO e CARMO, 2013).

A referência ao termo “tecnologia alternativa” e ao não uso de venenos teve menção no jornal do MST já em 1986, num encontro de assentados com técnicos da Fase, explicitando o alcance do PTA/Fase. Além disso, uma cartilha em conjunto com vários outros movimentos e organizações sociais, em 1995, trouxe referência à agroecologia como uma nova ciência para a agricultura, somando conhecimentos dos agricultores e da ciência moderna, ampliando então o entendimento na questão (MST, 1995).

⁴⁹ Informação obtida a partir do levantamento em bases de dados disponíveis na internet, em especial na plataforma <http://armazemmemoria.com.br>.

A Via Campesina também influenciou na incorporação da agroecologia, a partir da filiação do MST em 1996, com a inserção de temáticas, como a biodiversidade e a soberania alimentar, além da reintrodução do termo camponês e campesinato, da crítica aos transgênicos e da introdução de uma agenda ambiental⁵⁰ (LERRER e MEDEIROS, 2014; BORSATTO e CARMO, 2013). Além disso, os intercâmbios com a experiência cubana na agricultura também trouxeram referenciais, visto que o final da Guerra Fria gerou reorientações no sistema produtivo deste país, sem mais acesso ao pacote da Revolução Verde via URSS (CORREA, 2008). A expansão do MST para as regiões norte e nordeste, onde a modernização da agricultura e a Revolução Verde não eram tão presentes como no sul do país, também mostrou a diversidade nos modos produtivos e de relação com a natureza.

A menção à agroecologia enquanto diretriz política ocorreu apenas no 4º Congresso do MST, em 2000, com a crítica a toda forma de concentração de riqueza, com impulso de algumas experiências exitosas em assentamentos no Rio Grande do Sul sem o uso de agroquímicos e com apoio do projeto Lumiar⁵¹ (LERRER e MEDEIROS, 2014). Em 2001, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) passou a dar orientação explícita à agroecologia para a atividade produtiva, enquanto novo modelo de produção que ajudasse na edificação de um novo ser social (CONCRAB, 2001).

Desta forma, a incorporação da proposta de transição agroecológica no MST foi um processo promovido por interações diversas, seja pelos técnicos militantes influenciados pelo movimento estudantil, seja pela conexão internacional com a Via Campesina e com outras práticas pelo país, reinterpretando seu entendimento sobre o campesinato brasileiro e mantendo uma postura crítica originária (LERRER e MEDEIROS, 2014). E ainda, pelas experiências nos assentamentos que, aos poucos, ganharam notoriedade e comprovaram internamente a viabilidade de outro modelo socioprodutivo, partindo da busca pelo autoconsumo das famílias em contraponto à especialização progressiva da produção camponesa.

A apropriação da agroecologia pelas lideranças foi muito mais rápida do que na realidade produtiva junto aos agricultores, no desafio levantado de ultrapassar práticas localizadas ou experiências pontuais, para se transformar em uma prática cotidiana e de novas concepções nos assentamentos, para além do desafio na eficiência produtiva e técnica. Assim, há uma incorporação do tema de formas diferenciadas por cada setor do MST, entre os tempos dos discursos e da lida com a terra, com diversos tipos de interpretação do seu potencial de transformação social e suas experiências anteriores⁵².

O movimento vem continuamente incorporando a pauta em seu discurso e na sua prática por meio de cursos, centros de capacitação, assentamentos, iniciativas produtivas e em diretrizes de encontros, como a organização das Jornadas Agroecológicas, desde 2002, no Paraná⁵³, mesmo ano de formação da ANA, e também as Jornadas de Agroecologia da

⁵⁰ A Via Campesina, criada em 1992, é um dos mais importantes movimentos agrários transnacionais, resultado do constante e intenso trabalho político de imaginação, negociação, contestação, compromisso e renegociação, que forjou ligações tanto com determinadas ONGs, quanto com movimentos sociais que compartilham ideologias comuns e visões semelhantes. Essas convergências e divergências vivenciadas por estes atores sociais se colocou no esforço de construir alianças estratégicas para a mudança social e pela soberania alimentar, no slogan “globalização da esperança e globalização da luta” (DESMARAIS et al., 2014), influenciando o MST também na parte estratégica e metodológica.

⁵¹ Lumiar foi um projeto descentralizado de assistência técnica para os assentados, de 1997 a 2000, criado após pressão dos movimentos sociais rurais e que fomentou a participação das famílias. Muitos técnicos do projeto tinham proximidade no tema das tecnologias alternativas e da agroecologia, contribuindo na promoção de outros entendimentos de produção (LERRER & MEDEIROS, 2014; LUZZI, 2007).

⁵² Uma inspiração importante foi Chayanov, para quem o agricultor é sujeito de sua própria existência e produtor de sua sobrevivência (BORSATTO e CARMO, 2013)

⁵³ Os ENAs e as Jornadas foram construídos em relação e no mesmo tempo histórico, em 2001. A 1ª Jornada

Bahia⁵⁴.

A expansão do termo agroecologia nos jornais do MST foi crescente desde 1993⁵⁵, com um entendimento inicial limitado à lógica produtiva e técnica, para depois incorporar a crítica para além do aspecto agrícola, como orientação política na construção social, renovando então sua proposta e discurso político. De outro lado, a crítica ao agronegócio foi mais forte enquanto reiteração discursiva.

A agroecologia foi incorporada na proposta da reforma agrária popular do MST, cuja proposta é para além da distribuição de terras com a pauta da aliança entre todo o povo para mudanças estruturais na sociedade⁵⁶:

Quando a gente define nos últimos Congressos que esta reforma agrária que tava em curso, a reforma agrária clássica de desapropriar terra e da gente fazer, não dá, já tá superada tanto do ponto de vista do capital, ele se resolve muito bem com grandes produções de *commodities*, deixando uma massa empobrecida, e pra gente não interessa mais ter uma reforma agrária de conflito de terra, os assentamentos não podem ser mais resultado do impasse pela luta política, não pode se expressar como resolução pontual de conflito, a reforma agrária precisa passar por um processo de democratização fundiária, mas também uma mudança no modelo de produção, então a agroecologia ganha centralidade no debate da reforma agrária (Nívia Regina da Silva, agrônoma, dirigente do MST-RJ. Entrevista em 08/12/2015).

Para Nívia, a agroecologia se define como outra forma de produção e da relação entre as pessoas: “Se a gente cair só numa discussão técnica da produção, a gente acaba esquecendo as outras dimensões da vida humana, aí vai ter um alimento em que está incutida violência e outras coisas de relação de opressão, então pra mim aquele alimento não é agroecológico”. Ela incluiu também os debates sobre os agrotóxicos e a saúde humana com os impactos ambientais nas áreas dos assentamentos, tornando evidente a fragilidade do modelo, no desafio de transformar a agroecologia como ação de massa, em grandes experiências, que encontra seus limites na condição material dos assentamentos, em terras contaminadas, exauridas e descapitalizadas: “Ou o Estado assume aquele passivo ambiental, ou se torna uma ação bastante individual, se não é individual é coletiva naquele conjunto de mulheres ou de uma cooperativa que é o que o movimento tenta” visto ainda como limitado (Entrevista em 08/12/2015). Análise esta que remete à pressão para as políticas públicas voltadas ao estímulo das práticas agroecológicas.

A ênfase no aspecto político transformador e na diversidade dos seus sujeitos foi reforçada em entrevista com outra liderança do MST, durante o III ENA.

realizada em Ponta Grossa – PR teve objetivos semelhantes aos ENAs, como articular e favorecer o intercâmbio entre atores no campo do desenvolvimento rural sustentável e intervir na implantação de políticas públicas para agroecologia. Muitas dos organizadores da Jornada também estavam envolvidas no ENA, entre ONGs e movimentos sociais, sendo que a 1ª Jornada compôs uma atividade preparatória para o ENA, indicando a garantia da participação de uma delegação para o Encontro. A separação desse processo teve dentre outros fatores, a maior radicalização das Jornadas com ocupação de centros de pesquisa da Monsanto, gerando um processo judicial contra os organizadores e a multa da empresa pelas denúncias efetuadas.

⁵⁴ Realizadas anualmente desde 2012, promovida pela Teia dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica, envolvendo assentados, quilombolas, indígenas, estudantes e outros profissionais. As jornadas são uma iniciativa de articulação e unidade das lutas no território baiano. Mais informações em: <http://jornadadeagroecologiadabahia.blogspot.com.br>

⁵⁵ Isso a partir da visualização da repetição do termo no conjunto dos jornais do período, em consulta ao acervo disponível em <http://armazemmemoria.com.br>.

⁵⁶ A proposta da reforma agrária popular do MST incorpora os seguintes eixos: democratização da terra, água como bem da natureza em benefício da humanidade, organização da produção agrícola, nova matriz tecnológica, industrialização, política agrícola, educação do campo, infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas e mudança na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa (MST, 2013).

Entendemos que a agroecologia é uma ciência, uma técnica, criação de um novo sistema de produção que conjugue conhecimento, histórico da humanidade, por isso a importância de estarem aqui [III ENA] indígenas, negros e todas as etnias. A agroecologia não pode ser um projeto dos brancos. Se constrói na base da cooperação, igualdade e não no capital, da integração dos povos e conhecimentos. Ela plena só é possível dentro de outro modo de produção e não do capitalismo. Estamos fazendo ensaios e construindo o novo, quando ele aparece é que o velho está em decadência, porque concentra ainda capital, ambientalmente incorreto, nocivo à saúde e meio ambiente, que não pode ser projeto para o ser humano no aspecto econômico, político, social, cultural, ambiental. Queremos construir o novo de projeto de sociedade. Não entramos para disputar o conceito que cada um pode ir construindo. A prática é o critério da verdade. Não adianta teoria que não se faz na prática. Agroecologia é luta política de classe (Francisco Dal Chiavon, militante da coordenação nacional do MST, participou da Cnapo. Entrevista em 18/05/2014).

Movimento dos Pequenos Agricultores

O MPA, outro movimento integrante da ANA, nasceu como fruto da crise no movimento sindical rural, em especial pelo fim do DNRT/CUT e com influências de outras organizações, como do MST, CEB e CPT⁵⁷ (CADONÁ, 2004). Foi criado em 1996 após processos de luta e debates no sul do país, em meio a uma estiagem na região e a avaliação de que os espaços de representação sindical não beneficiavam os pequenos agricultores. Seu principal lema “Produzir Alimentos Saudáveis, respeitando a Natureza, para alimentar o povo brasileiro e fortalecer o campesinato” colocou centralidade na produção agroecológica, entendida pelo movimento com significado produtivo prático, político e ideológico. A agroecologia foi definida com cinco dimensões: ambiental-ecológica, social, econômica, política e cultural, compreendida não como algo romântico, mas de um fazer prático, de “colocar o dedo” e atender a reprodução familiar e a comunidade, em relação com a identidade camponesa e em oposição ao agronegócio⁵⁸: “Fortalece as relações comunitárias, resgata a diversidade alimentar, os conhecimentos, a culinária tradicional daquela dada cultura. Implica em um modo de viver⁵⁹”.

O surgimento do movimento com lastro em outros processos de organização social, em meados da década de 1990, lhe imprimiu orientações e experiência política, aprofundados nos processos da sua organização: a noção de agroecologia já teve uma perspectiva aparentemente mais fundante. Sua proposta política orientada pelo “Plano Camponês” foi construída após análises do campo brasileiro, afirmando o campesinato como sujeito político, agrupando um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais que traduzem os objetivos do movimento: produção de comida saudável e qualidade de vida no campo⁶⁰. O Plano se orienta nos eixos de produção, soberania, vida de qualidade e comunidade camponesa, destacando também as contradições para este projeto com o agronegócio e o Estado.

Em seu I Congresso, realizado em outubro de 2015, em São Bernardo do Campo, o MPA se propôs a convocar a sociedade e as camadas urbanas na construção do “Plano Camponês e a aliança camponesa e operária por soberania alimentar” e popular democrática. Recuperaram o conceito político de classe camponesa, articulando-a com uma política de alianças para um projeto socialista, abrangendo um amplo conjunto de pautas, organização e

⁵⁷ Fonte: <http://mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>. Acesso em 15/03/2016.

⁵⁸ Fonte: <http://www.mpabrasil.org.br/conquistas/agroecologia-0>. Algumas experiências do movimento podem ser acessadas em: <http://www.mpabrasil.org.br/producao#regiao-menu-principal>. Acesso em 19/06/2015.

⁵⁹ Fonte: <http://mpabrasil.org.br/conquistas/agroecologia-0>. Acesso em 15/03/2016.

⁶⁰ Detalhes em: <http://www.mpabrasil.org.br/plano-campones#regiao-menu-principal>. Acesso em 01/07/2015.

campanhas. O termo “ecológico” se relacionou com a tecnologia, agricultura e produção de base ecológica, ou ainda, como uma nova matriz tecnológica, agricultura orgânica e transição agroecológica, espelhando as diversas denominações deste campo (MPA, 2014, 2015). A agroecologia também se relacionou às propriedades familiares diversificadas, priorizando o autoconsumo e a preservação do meio ambiente (SILVA, 2014).

Movimentos de mulheres

Por fim, também na pauta dos movimentos de mulheres as questões ambientais e ecológicas apareceram, em geral, de forma fundante e depois identificadas com a emergência da noção da agroecologia. Essa conexão remonta à década de 1960, no período contracultural na Europa e EUA, a partir dos movimentos feministas e também com a noção de ecofeminismo, desde a década de 1970⁶¹.

No Brasil essa relação teve mais fôlego com o processo da redemocratização, com movimentos independentes de mulheres e na pauta sindical, a exemplo do Congresso da Contag em 1985. Na Eco 92 o tema teve maior projeção e visibilidade nacional, com debate específico, e em período mais recente junto aos movimentos de mulheres, como MMTR-NE, MMC e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), por exemplo.

Siliprandi (2009) ao percorrer a trajetória de algumas agricultoras vinculadas à ANA, com o objetivo de entender a construção desses novos sujeitos políticos, mostrou que as mulheres ao participarem e se reconhecerem nas experiências agroecológicas ampliam seu espaço de atuação, para além de suas redes de sociabilidade habituais. Neles, valorizam seu sistema de produção familiar (hortas, pomares e produção caseira), bem como a preocupação com a saúde, o cuidado das pessoas e do meio ambiente. A autora apontou que a transição agroecológica ao propor uma mudança na relação entre as pessoas e delas com a natureza, abre espaço para o questionamento de relações autoritárias e da divisão sexual do trabalho. A participação na comercialização e em espaços externos permitiria contatos e reconhecimento social do trabalho das mulheres. “Em muitos movimentos mistos, as agricultoras foram quem primeiro se aproximaram das discussões sobre agroecologia e formas sustentáveis de produção” (SILIPRANDI, 2009, p. 153).

De uma forma geral, os movimentos de mulheres envolvidos com a ANA trazem a noção da agroecologia como modo de vida e de ampliação sobre a noção da agricultura, reconhecendo o trabalho e a resistência das mulheres. Também foi incorporado como um projeto de luta, no enfrentamento tanto pela histórica opressão sobre as mulheres, quanto junto ao modelo do agronegócio. Como expressou Maria Verônica de Santana, do MMTR-NE:

a produção ao redor de casa, nos roçados não é um trabalho doméstico, é um trabalho produtivo, que tem um valor e precisa ser reconhecido e valorizado (...) agroecologia como modo de viver e enfrentamento ao modelo atual, ao agronegócio, de defesa dos nossos territórios, enfrentamento a violência que ameaçam nossa vida todos os dias⁶².

1.5 Síntese: da agricultura alternativa para a agroecologia

Este capítulo procurou entender o processo e a diversidade de atores envolvidos com a agroecologia no país, ainda que sem esgotar todas as interfaces e elementos desta constituição. Procuramos captar alguns de seus elementos a partir dos materiais acessados,

⁶¹ Mais informações em Siliprandi (2009).

⁶² Entrevista no 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial de Mulheres, debate sobre Feminismo e Agroecologia. Disponível em: <https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/30/feminismo-e-agroecologia-no-encontro-internacional-da-mmm/>. Acesso em: 07/05/2016.

com o enfoque sociológico. Intencionalmente o quadro foi ampliado para permitir essa visualização, que teve dentre suas consequências a criação da ANA e das suas articulações seguintes a 2002.

O processo desencadeado pelo encontro e a mobilização de atores distintos, dentre organizações como a Rede PTA, ONGs e movimentos sociais rurais, e pessoas como agrônomos, agricultores e militantes, permitiu a potencialização de um novo quadro de lutas que se construíam a partir da negação do pacote tecnológico modernizante e dos conflitos fundiários. Foram processos de convergência que, mais do que trazer algo novo, potencializaram ações existentes, ampliando redes, contatos e sua proposta política. Ultrapassaram as questões técnicas, que também são construções sociais, para processos de intencionalidade política no sentido de se formar um movimento social agroecológico, propostas de desenvolvimento e de organização. Esse esforço de construir uma vontade coletiva modificou interpretações e simbolismos desde o âmbito do discurso (BENSADON, 2015).

A permanência de pessoas atuando na área permitiu continuidades na construção desse processo político, como as trajetórias desde espaços estudantis de auto-organização e experimentação que abriram outras perspectivas de atuação com a agronomia, fora do protocolo de atuação restrito pela modernização agrícola. Estes grupos alternativos das universidades e participantes dos Ebaas, Feab e Faeab foram, por exemplo, os quadros técnicos contratados pelas equipes do projeto PTA/Fase, impulsionando uma rede de agrônomos vinculados com a pauta da agricultura alternativa e depois com a agroecologia. Mantiveram o envolvimento junto dos movimentos e ONGs locais com experiências agroecológicas, muitas das quais vieram a fazer parte da ANA. Dentre estes militantes, vários marcam sua trajetória pessoal numa construção de mais de duas décadas junto do movimento agroecológico.

Na construção dos Ebaas, as disputas políticas e diferenças nos modos organizativos geraram seu término, também pela interação com outros atores para além dos agrônomos, como assessores, agricultores, ONGs e organizações de movimentos sociais, abrindo outras janelas de mobilização e direcionamento político que se somaram posteriormente para a criação da ANA. A ruptura naquele momento com acadêmicos e com a Faeab teve impactos na conformação desse campo político, com um vazio organizativo nacional no final da década de 1980, de certo modo se recompondo via Rede PTA, depois com o I ENA e a formação da ANA.

O movimento da agricultura alternativa foi a base principal para a construção da rede social da agroecologia, desde o seu desdobramento como ensaio de uma nova proposta de sociedade: mesmo sem se consolidar como um ator coletivo levantou diagnósticos e prognósticos. A incorporação no país do conceito da agroecologia em substituição à agricultura alternativa, fruto de conexões entre atores distintos e de redes sociais entre escalas nacionais e internacionais, permitiu potencializar os entendimentos e práticas, atrelando a proposta para a área científica e fortalecendo sua proposta de desenvolvimento e significação para a ação coletiva. Passou-se de um viés produtivista da modernização da agricultura para compreender o agroecossistema como um todo, buscando garantir a permanência dos agricultores na terra, bem como a busca do seu protagonismo, numa perspectiva mais integradora, ainda que potencialmente mais idealizada. O termo também favoreceu as adesões de outros campos e diversidades sociais, e mesmo daqueles que já tinham sensibilidade com as questões ecológicas, como os movimentos feministas. A intencionalidade política da agroecologia, mesmo que diversa, trouxe mais precisão sobre as alternativas que eram colocadas, aprofundando-se também em abordagens metodológicas, na construção e no objetivo sobre a ciência e a tecnologia.

Para as organizações dos movimentos sociais rurais, de modo geral, o tema entrou com

maior peso anos depois, visto que na década de 1980 e 1990 estavam em plena luta no contexto da redemocratização e em disputas nas esferas macrossociais, como reforma agrária, organização sindical e direitos sociais, que ainda não se relacionavam com a questão agroecológica. O debate tecnológico era posto no sentido da inclusão ao modelo existente, mas as questões sobre a contaminação e dependência de insumos já eram denunciadas e sentidas no meio rural, ainda que a crítica à Revolução Verde não incorporasse a dimensão ambiental e ecológica. Inicialmente o tema era visto com ressalvas, como elitista e atrasado. No entanto, havia iniciativas junto aos agricultores e a busca de saídas mais adaptadas às suas condições socioeconômicas, além das interfaces dos agrônomos atuantes com a agroecologia nos assentamentos e em comunidades rurais, com experimentações na base dos movimentos. A interação das ONGs ligadas à agroecologia procurou a adesão das organizações de movimentos sociais justamente pelo seu maior alcance junto aos agricultores, dada sua capilaridade. Essa inserção foi elaborada como produto das concepções de cada movimento social, e encontrou diferenças e confrontos nestas perspectivas sobre a agroecologia. Mesmo que preexistente ou inicialmente desconectadas das organizações dos movimentos sociais rurais, a agroecologia transformou-se com elas, numa interação permanente, marcada pela reflexividade.

A incorporação de novas pautas não é automática, mas passa por negociações, mediações e um tipo de teste político destes novos repertórios e construção de *frames* (SCOTT e SNOW, 2010; CEFAÍ e TROM, 2008) entre e em cada organização. Em sentido amplo, a agroecologia pode reorientar a ação coletiva e sua pauta política, desde uma alternativa ao modelo produtivo do agronegócio, dos transgênicos e do uso de agrotóxicos. E ainda, requalifica a luta pela terra, reconfigurando a complexidade das questões em que está imersa, com uma maior sensibilidade ecológica e de proposta de sociedade, cujos critérios precisariam ser construídos e adaptados às características de cada sistema agrário (MOLINA, 2009).

Por outro lado, essa incorporação encontra também inúmeras questões e limitantes para a prática produtiva agroecológica, como junto ao Estado e no mercado que, mesmo que não aprofundada na pesquisa junto das organizações, foi reiterada por eles, como a ausência de reforma agrária, escassez de apoio produtivo e tecnológico, canais de comercialização, condições das terras disponíveis, além dos elementos culturais e educativos, vistas as resistências dos agricultores inseridos no modelo modernizante de forma física, econômica e ideológica.

No período recente, as dificuldades e os embates relacionados à questão agrária, dentre eles para a reforma agrária e sua menor centralidade na pauta das organizações dos movimentos rurais, também se refletiu na crescente incorporação da agroecologia de forma mais unificadora nas agendas das diversas organizações rurais (ALMEIDA et al., 2014), bem como no crescimento do espaço político para a agricultura familiar, em especial junto aos governos federais sob gestão do PT.

Outro elemento visualizado na trajetória levantada foi a noção de classe presente na construção da agricultura alternativa e nas organizações dos movimentos sociais. Se, num momento anterior, a expectativa era formar unidade em torno da noção de classe trabalhadora rural e de equilibrar as desigualdades econômicas e políticas, com os anos e a maior expressão de outras identidades rurais, como mulheres, agricultura familiar, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, por exemplo, bem como o resultado das experiências e conflitos, passou-se a perceber os limites desta orientação generalizante, ainda que sem necessariamente excluí-la. A noção de classe, quando presente, passou a exigir uma ampliação do conceito para dimensões culturais, simbólicas, históricas e do lugar do indivíduo, para agrupar as pessoas em projetos de transformação social e da reordenação dos seus lugares na sociedade. De forma geral, prevaleceu a noção de diversidade social (MEDEIROS, 1992).

A construção agroecológica dialogou com esta reorientação, visto que incorporou uma diversidade de sujeitos e formas de ação social, entremeada por conflitos e divergências nestes modos de agir e interpretar. Isso exigiu também uma maior pluralidade no entendimento dos sujeitos da ação agroecológica e do modo de operá-la.

CAPÍTULO II - A CRIAÇÃO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

Nesta parte do trabalho, analisamos os dois primeiros Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), de 2002 e 2006, para entender a criação da ANA. Buscamos entender as estratégias utilizadas, forma política construída e particularmente as continuidades e/ou rupturas com relação a temas, atores, ações e relação com o Estado. A análise tem sequência no próximo capítulo, quando será feita uma abordagem mais específica e detalhada das atividades da ANA. Optamos por uma organização cronológica, para facilitar a visualização e a sistematização das informações, mas buscando fugir da linearidade.

2.1 A reunião dos atores no I Encontro Nacional de Agroecologia

A partir dos acúmulos e do diagnóstico da Rede PTA sobre a necessidade de ampliar a rede da agroecologia para uma articulação nacional, uma das estratégias foi promover um encontro nacional que pudesse agregar outros atores e práticas sociais que atuavam com a promoção da agroecologia. A realização do I ENA incorporou, por exemplo, a participação da Embrapa e segmentos das universidades (DIAS, 2004). Ao mesmo tempo, a Rede PTA tinha a preocupação de não extinguir sua articulação em rede, garantindo que ela tomasse outra configuração.

Outros dois eventos também apontaram a expectativa de promover um encontro nacional, confluindo interesses para a realização do I ENA: o Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, realizado em 1999 no Rio de Janeiro, promovido pela AS-PTA, com participação de profissionais vinculados ao Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, da Embrapa. Este encontro abriu o diálogo institucional de pesquisa e extensão que repercutiu nos marcos referenciais das políticas públicas e nas iniciativas de educação⁶³. O outro evento foi o Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, promovido pelo Fórum Brasileiro de ONGs, Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária, realizado em 1999 em Brasília, organizado pelos movimentos da luta pela terra e ambientalistas frente às preocupações com o desmatamento⁶⁴.

Somado a isso, havia uma avaliação positiva das condições para a criação de uma articulação de âmbito nacional. Dentre elas, destacamos: 1) a incorporação de referenciais

⁶³ O evento realizou um diagnóstico dos problemas que dificultavam o avanço do debate agroecológico, encaminhou a criação de um cadastro nacional e de um núcleo de gestão tecnológico e pôde articular as diversas iniciativas de pesquisa em agroecologia realizadas pelas unidades da Embrapa. Além dos encaminhamentos para aprofundar o conhecimento no assunto, convergiu no apontamento para a realização do ENA, em 2002, e na criação da ANA. Antes disso, em 1995, ocorreu um marco na mudança da extensão rural com a realização de uma Conferência Internacional de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, quando algumas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural tomaram a agroecologia como orientação para seu trabalho, em parceria com ONGs. Tal orientação abarcou a Política Nacional de Ater, voltada para a agricultura familiar, métodos participativos e base nos princípios agroecológicos. No entanto, isso dependia da sensibilidade das coordenações políticas, com o desafio de alterar a estrutura e a cultura histórica das instituições de gerar e difundir tecnologia. No caso da Embrapa, a agroecologia é defendida por um setor minoritário na entidade, haja visto seu papel na promoção do agronegócio e na modernização agrícola. O reconhecimento da agroecologia como ciência na Embrapa ocorreu em 2006, ao lançar o Marco Referencial da Agroecologia (CARDOSO et al., 2013; LUZZI, 2007).

⁶⁴ Esse seminário foi fruto dos debates entre ambientalistas e o MST sobre o desmatamento nos assentamentos, buscando soluções que encontravam respostas na agroecologia. A polêmica emergiu após um relatório do deputado Gilney Viana (PT/MT) que indicava que o principal causador da devastação na Amazônia partia dos assentamentos. O debate em torno dos transgênicos também aproximou estes atores (BRUSSI e CARVALHO, 2004).

agroecológicos por movimentos sociais, como o MST, MPA, Fetraf-Brasil, Contag e movimentos feministas, intensificada pelo debate tecnológico e pela crítica aos transgênicos, num crescente processo de diferenciação com o agronegócio; 2) iniciativas agroecológicas promovidas pelo poder público⁶⁵; 3) a emergência de percepções ambientalistas, crescimento do mercado de orgânicos e valorização da agricultura familiar na sociedade; e 4) o contexto do debate eleitoral de 2001-2002, que aqueceu a discussão em torno da reforma agrária, papel da agricultura familiar e da tecnologia, na expectativa do diálogo para o processo de elaboração e execução de políticas públicas, o que demandaria uma expressão organizada do campo agroecológico⁶⁶ (PETERSEN e ALMEIDA, 2004).

Para a realização do Encontro Nacional foi realizado um seminário preparatório, em julho de 2001, no Rio de Janeiro, envolvendo 50 pessoas de diferentes filiações políticas e organizativas, que depois vieram a compor a Comissão Organizadora do I ENA. O seminário buscou agregar pessoas com capacidade de mobilização de práticas agroecológicas e da produção familiar nas diferentes regiões do Brasil, ampliando o quadro para além daquelas organizações envolvidas com a Rede PTA.

A organização do I ENA durou dois anos. Buscou-se mobilizar a diversidade de organizações e movimentos sociais que atuavam com agroecologia e agricultura familiar no âmbito local e regional, no propósito da interatividade e reconhecimento entre as experiências⁶⁷. A participação na preparação foi condição para a presença na etapa nacional (BOLETIM ENA, 2002), o que se repetiu nos ENAs seguintes, quando o processo de articulação tendeu a ficar restrito aos que atuavam neste campo, e não aberto para novos interessados.

O I ENA foi realizado entre 30 de julho e 2 agosto de 2002, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), visibilizando pela primeira vez o encontro de experiências agroecológicas em âmbito nacional, facilitando a elaboração de diagnósticos e propostas por temas. A orientação era permitir que lideranças de diferentes movimentos populares interagissem com

relativa autonomia em relação às aderências político-ideológicas que informam suas formas específicas de luta. Com esse método, não se pretendia ocultar as diferenças de enfoque existentes entre os movimentos, mas permitir que elas pudessem conviver num espaço democrático de construção de referências e identidades comuns (PETERSEN e ALMEIDA, 2004, p. 46).

O encontro buscava ainda a troca e interação entre lideranças dos movimentos e suas bases. Para isso, foi proposto que, no processo preparatório, a participação fosse pela vinculação às experiências e aqueles que atuavam no tema, e não por processos de eleição, pré-estabelecidos e participação centralizada.

Segundo o relatório final do Encontro, houve o esforço do reconhecimento entre os próprios participantes “até então provavelmente isolados uns dos outros” (ENA, 2003, p. 7), percebendo elementos comuns que os unificavam na construção coletiva das experiências de transição agroecológica. Buscavam “um novo modelo de organização socioeconômica,

⁶⁵ Como exemplo de atividade na Embrapa e o Projeto Lumiar, citados no capítulo anterior.

⁶⁶ As eleições de 2002 se polarizaram entre as candidaturas do PT, com Luiz Inácio Lula da Silva, e do PSDB com José Serra, numa disputa acirrada que envolveu também os demais candidatos (Ciro Gomes e Antony Garotinho), os quais apoiaram Lula no segundo turno. A candidatura de Lula trazia uma posição de mudanças e a expectativa de políticas sociais, dentre elas relacionadas à reforma agrária e à diminuição das desigualdades, enquanto Serra remetia à candidatura apoiada pelo governo anterior, de FHC, com o crescimento do desemprego e políticas neoliberais.

⁶⁷ Foram realizadas 34 atividades preparatórias, dentre elas dez no Nordeste, nove no Sul, seis no Norte, seis no Sudeste e três no Centro-oeste, aproveitando eventos como feiras, assembleias de organizações, jornadas e em atividades específicas de reuniões, seminários e encontros (ENA, 2003).

técnica, fundiária e ambiental do mundo rural, protagonizado pelos próprios agricultores, agricultoras e agroextrativistas” (ALMEIDA, 2003, p. 66) e partiam do consenso de que o modelo da Revolução Verde já havia se esgotado.

Em síntese, o ENA tinha por objetivos afirmar a agroecologia como modelo alternativo ao agroquímico dominante, tornando visíveis para a sociedade as experiências agroecológicas; estimular a articulação e cooperação entre setores diferentes que atuavam na promoção da agroecologia; e formular propostas de políticas públicas para favorecer a generalização da agroecologia e submetê-las aos então candidatos à Presidência da República (BOLETIM ENA, 2002).

A comissão organizadora do ENA foi composta por representantes de 21 organizações, entre ONGs (AS-PTA, Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, CTA-ZM, Fase, Grupo de Trabalho Amazônico - GTA, Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia – GTNA e Sasop), movimentos sociais (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR, CNS, Contag, Feab, Fetraf-Sul, MPA e MST), redes (Articulação do Semiárido - ASA Brasil, Rede Cerrado e Rede Ecovida de Agroecologia), grupos acadêmicos (Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária da Universidade Federal do Mato Grosso - Gera-UFMT e União Nacional Escolas da Família Agrícola do Brasil - Unefab) e organização vinculada à Igreja Católica, a CPT (ENA, 2003).

Havia também um Núcleo Executivo composto por ONGs (AS-PTA, CTA-ZM e Fase), e foi criada uma Secretaria Executiva para apoiar o seu trabalho. No processo preparatório formou-se também um grupo com entidades regionais para mobilizar o processo, além de 38 pessoas formando a Coordenação Executiva do ENA⁶⁸ (ENA, 2003; BOLETIM ENA, 2002). Depois, essa estrutura deu a base para a criação da ANA.

O método descentralizado, segundo o Núcleo Executivo do ENA, focou na expressão e valorização das experiências, de forma a estimular o conhecimento mútuo, a cooperação e articulação entre elas e também de extrair, dessas experiências, métodos e conceitos que fundamentassem propostas de políticas públicas favorecedores de sua consolidação e de sua generalização no país (ENA, 2002). Exemplo dessa visibilidade foi a realização de uma feira de saberes e sabores com 300 expositores.

No geral, o ENA privilegiou temas que repercutiam a realidade dos agricultores e a metodologia partiu de textos provocativos para o início dos debates, produzidos para as atividades preparatórias, escritos por engenheiros agrônomos, pesquisadores e técnicos, mostrando uma orientação política para a condução dos debates. Na dinâmica em cada tema, já no momento do I ENA, foram apresentadas experiências em distintos contextos socioambientais do país, mapeadas a partir da própria Comissão Organizadora. Seguiu-se uma metodologia de avaliar avanços, desafios e formular propostas em cada tema, dentre necessidades e elementos para políticas públicas e para as organizações então reconhecidas como da agricultura familiar agroecológica e movimentos sociais.

No evento participaram 1.100 pessoas⁶⁹, entre produtores familiares, criadores, pescadores, extrativistas, quilombolas e indígenas, representantes de movimentos sindicais, sociais e também pesquisadores, extensionistas, professores, estudantes, organizações governamentais e não governamentais. Foram apresentadas 432 experiências de grande diversidade.

O I ENA teve apoio da cooperação internacional, ainda como lastro de um período de

⁶⁸ A Coordenação Executiva englobou as entidades regionais (GTNA, Gera/UFMT, CTA-ZM e Centro Ecológico Ipê) e o núcleo executivo, incluindo pessoas tanto de ONGs, quanto na gestão pública e na educação (como Ministério do Meio Ambiente - MMA, Centro de Promoção do Pequeno Agricultor - Cepagri, Escola Técnica Federal Manaus, UFMT, UNB e Emater-Rio).

⁶⁹ Destes participantes, 265 eram da região sul, 252 da região sudeste, 211 da região nordeste, 155 do centro-oeste e 102 do norte, com a composição majoritária masculina (73%) (ENA, 2002).

maior entrada das agências internacionais de cooperação no país e via contatos do PTA/Fase, além do apoio do setor público estadual, federal e de organizações sociais⁷⁰.

Os anais do I ENA refletiram os acúmulos a partir da trajetória anteriormente explicitada sobre a agricultura alternativa e a disseminação da agroecologia, também com pautas que ainda seguem atuais no campo agroecológico. O evento como um todo foi marcado pelo contexto histórico da época: neoliberalismo, crítica à liberação dos transgênicos, campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas⁷¹ (Alca) e disputa pré-eleitoral federal e estadual.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que as políticas neoliberais modificavam as relações entre o Estado e as empresas privadas, valorizando as ações de mercado, esse fato também pressionava a relação e os mecanismos entre Estado e sociedade civil. Como reflexo destas políticas houve o crescimento e valorização da atuação das ONGs pelo Estado, dada sua menor capacidade para a participação mais ampla da sociedade civil.

De outro lado, também emergiu a noção de desenvolvimento local, no começo dos anos 1990, se contrapondo à visão de que o desenvolvimento tinha que vir de um processo impulsionador externo, valorizando as comunidades e seu protagonismo, encaixando-se na atuação das ONGs da agroecologia (SCHMITT et al., 2016). Procuravam chamar atenção pública para as questões locais, a exemplo do enfoque nas experiências e as iniciativas visibilizadas no I ENA.

Nas motivações do encontro foi apontado o cenário eleitoral como uma oportunidade política de expressar uma visão de mundo, motivando o interesse em garantir políticas públicas que favorecessem a generalização das experiências exitosas de agroecologia (BOLETIM ENA, 2002). A própria realização do ENA neste período evidenciou a estratégia dos atores em aproveitar essa interface com um possível governo eleito do PT, buscando estabelecer compromissos pré-eleitorais, sem explicitar um diálogo político anterior com o então governo federal de FHC⁷².

Outro elemento do contexto era que, no início da década de 2000, a proposta da Alca foi objeto de debate para uma grande parte dos movimentos sociais brasileiros, reivindicando tanto a participação no processo decisório dessa política externa, quanto negando a proposta de liberalização comercial e a interferência das multinacionais estrangeiras nas dinâmicas locais. Diversas organizações sociais empreenderam uma campanha contra sua implementação através de comitês para mobilização da sociedade civil, exigindo uma consulta pública que foi encaminhada através de um plebiscito popular (SILVA, 2013). No I ENA, houve um posicionamento contrário à abertura do mercado nacional às importações subsidiadas do exterior, criticada por prejudicar os preços e a produção familiar. Segundo os participantes, tratava-se de uma competição desigual e apontam para outras políticas de garantia de preços mínimos e acesso aos mercados institucionais para produção familiar

⁷⁰ Apoiaram o encontro, sem considerar o montante aportado, organizações internacionais (ActionAid, Brot für Die Welt, Christian Aid, Der Evangelische Entwicklungsdienst.V. - EED, Department for International Development- DFID, Development etl Paix, Novib e PPG7), setor público estadual (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea/RJ, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater Rio, Faperj, Governo do Rio de Janeiro e UERJ), organizações sociais (Coordenadoria Ecumênica de Serviço - Cese, Fase e Movimento de Cidadania Pelas Águas Brasil) e setor público federal (Pronaf, Subprograma de Informação, Disseminação e Treinamento - SIDT e Sub-Programa de Projetos Demonstrativos - PDA/MMA).

⁷¹ A Alca foi negociada e elaborada principalmente na Cúpula das Américas, entre 1994 e 2004, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, formando assim uma área de livre comércio (SILVA, 2013).

⁷² De acordo com as entrevistas, foram convidadas todas as candidaturas ao governo federal desta eleição para diálogo no I ENA, mas com a presença apenas da candidatura do PT.

agroecológica, já citando como exemplo a merenda escolar⁷³. Também foram apoiadas outras campanhas como a que demandava o limite do tamanho da propriedade da terra e por um Brasil Livre de Transgênicos⁷⁴.

A realização de campanhas diversas explicitou a busca das organizações pela comunicação e mobilização social das respectivas pautas. No caso dos transgênicos, houve uma exposição específica no I ENA, período em que o plantio ainda não era legalmente permitido no país, refletindo a pressão social contra a sua liberação⁷⁵. As falas trouxeram informações sobre o tema, alertando sobre o perigo de contaminação entre plantas transgênicas e não transgênicas, a existência de divergências no meio científico sobre o tema e os riscos potenciais. Foi ainda denunciado que “os transgênicos refletem a concentração de poder e de renda, e tiram dos povos sua cultura, suas tradições, seus hábitos alimentares, além de interferir no ciclo natural da vida⁷⁶” (SCHMITZ, 2003, p. 191).

As críticas ao modelo da modernização da agricultura abrangiam também os efeitos na formação institucional, tecnológica e metodológica espelhado nos estudantes e na relação extensionista, em modelos matemáticos e métodos estatísticos que geravam a visão de um único conhecimento relevante, em atividades controladas e simplificadas de pesquisa, a serem transmitidas. Foi afirmado que a proposta agroecológica também buscava desconstruir o modelo indutor e possibilitar outra construção coletiva epistemológica para dar base à pesquisa e socialização do conhecimento, indicando uma disputa junto às instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, consoante ao processo que vinha desde a agricultura alternativa.

As análises não se limitaram aos agentes externos, como a bancada ruralista, mas também às práticas reproduzidas pelos próprios agricultores e o público em geral, ancoradas em valores como produtivismo, individualismo e dificuldades de organização.

A programação do I ENA, além de mesas voltadas para a crítica ao modelo de desenvolvimento, transição para a agroecologia e campanha contra os transgênicos, envolvia grupos divididos pelos seguintes temas, que contaram com a apresentação de experiências para promover o debate: Manejo de Recursos Hídricos; Assentamentos e outras formas de Apropriação da Terra e Agroecologia; Manejo da Agrobiodiversidade, Direito dos

⁷³ Essa pressão social desde então resultou na criação, anos depois, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) pela lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009.

⁷⁴ A Campanha surgiu em 1999 quando o governo pretendia aprovar a entrada da soja transgênica no país de forma rápida e antidemocrática, o que desencadeou a união das entidades que já discutiam a questão. A diversidade na coordenação da campanha construiu uma capacidade política de articulação que conteve a primeira iniciativa do governo e das multinacionais para liberação dos transgênicos no país (CAMPOLINA, 2003). Em 2003 a coordenação da campanha era composta pela AS-PTA, Esplar, Fase, Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Greenpeace, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e ActionAid Brasil. O Comitê Técnico Nacional de Bio-Segurança (CTNBio) liberou e normatizou a soja, o primeiro produto transgênico no Brasil em 1998. A justiça concedeu liminar ao Idec que impediu a União de autorizar o plantio comercial até 2003, a ação teve por objetivo a proteção do meio ambiente, da saúde da população e do direito à informação. Por outro lado, havia denúncia do plantio clandestino nesta época. (LAZZARINI, 2003).

⁷⁵ Esse debate no ENA contou com a fala das seguintes pessoas, de vários campos sociais: Jean Marc von der Weid (AS-PTA e coordenador da Campanha Nacional Por um Brasil Livre de Transgênicos), Liszt Vieira (Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro), Marilena Lazzarini (Coordenadora do Idec) e Adélia Schmitz (ANMTR).

⁷⁶ As críticas efetuadas no ENA se relacionavam ao aumento dos efeitos de substâncias tóxicas naturalmente presentes nas plantas; alergias; resistência de bactérias; resíduos de agrotóxicos no meio ambiente e nos alimentos devido ao maior uso destas substâncias; perda de diversidade genética; falta de estudos experimentais suficientes e de longo prazo que assegurassem a sua segurança; necessidade de rotulagem dos produtos frente ao direito de informações do consumidor, e ainda, dos produtores rurais entrarem num sistema produtivo altamente dependente das grandes empresas produtoras de sementes e agrotóxicos (ENA, 2002).

Agricultores e Propriedade Intelectual; Transformação e Comercialização de Produtos Agroecológicos; Certificação de Produtos Agroecológicos; Financiamento da Transição para a Agroecologia; Educação e Formação em Agroecologia; Sistemas Agroflorestais e Agroextrativismo; Estratégias de Desenvolvimento Local com Enfoque Agroecológico; Produção e Difusão do Conhecimento em Agroecologia; A Questão de Gênero no Desenvolvimento Agroecológico; Plantas Medicinais e Sistemas de Produção Animal.

De um modo geral, o texto provocador utilizado nas atividades preparatórias e a síntese dos debates nos GTs, ainda que não dissonantes ou contraditórios, tiveram enfoques diferentes, com os debates em grupo marcados por características mais pragmáticas, pautas diversas, como as dificuldades nos procedimentos junto o poder público que impactavam no dia a dia dos agricultores e orientações para que melhorassem sua dinâmica. Os textos provocadores, elaborados pelos assessores ou pesquisadores, abordavam os temas de forma mais estruturada e histórica.

No documento do I ENA foi possível perceber que muitos temas se cruzavam. Em algumas passagens havia a expressão da expectativa dos movimentos sociais e da organização coletiva como forma de representação das pautas e interesses dos agricultores, atuando, por exemplo, em espaços junto ao poder público. Em outros momentos, o próprio ENA era colocado como um ator a encaminhar determinadas questões, ou mesmo orientações gerais para todos os participantes, mas que traduziam uma indeterminação do ator ou sujeito político então mobilizado, já que até então não havia uma expressão nacional organizada da agroecologia, mas uma diversidade de atores sociais.

Foram apresentadas diversas propostas sobre o aspecto organizativo, expressando a expectativa de constituir uma rede nacional e grupos de trabalho para trocas, democratização da informação e intercâmbio das experiências e ainda, a integração e parceria com entidades governamentais, movimentos sociais e ONGs. Esse debate ficou mais forte nas discussões por segmento, entre os agricultores nas regiões Nordeste e Sudeste e entre os técnicos, adensando o interesse pela organização do campo agroecológico, com estratégias de articulação para sua continuidade no âmbito local, estadual, regional e nacional. Houve inclusive a proposta explícita de constituição da Articulação Nacional de Agroecologia e de um grupo de trabalho nacional facilitador, constituído pela equipe de organização do ENA, acrescido com organizações de outros segmentos e regiões para maior representatividade.

No entanto, a expectativa de continuidade dessa organização ou a criação da ANA não apareceu no documento final. Dentre as avaliações pela então coordenação do ENA, pensava-se que “iria burocratizar, criar estruturas é criar burocracia, espaços de disputa pelo poder” sem dar vazão naquele momento político para a expectativa levantada. Por outro lado, “ao não querer criar a coisa formalmente, nós estamos eternizando as estruturas de poder que existem, sem que elas tenham sido legitimadas pelo próprio evento” (Jean Marc von der Weid, AS-PTA. Entrevista em 24/11/2015). Já de acordo com Paulo Petersen, também da AS-PTA, “se você convoca um [I] ENA com a perspectiva de chegar ao final com uma articulação, o ENA ia ser outra coisa, ainda mais com a cultura política que a gente tem, a ANA e o ENA seriam outra coisa” (Entrevista em 03/12/2015). Referia-se, por exemplo, às práticas políticas hierárquicas e clientelistas, ou mesmo às disputas pelo poder.

Ainda sobre a expectativa de formação de um novo arranjo organizativo, no documento final do I ENA aparece a ideia de “promover maior articulação e comunicação entre os movimentos sociais, ONGs, organizações dos produtores, entidades públicas para o desenvolvimento da agroecologia, respeitando as diferenças ecológicas, culturais, de gênero, étnicas, formando 'Cadeias Agroecológicas’” (ENA, 2003, p. 179). A noção de cadeia produtiva e de conexão se colocava não apenas no meio físico da produção, mas entre os atores coletivos participantes com um sentido político. De um lado, a reiteração para a ação em rede apontava para a fragilidade dos atores isolados, muitos dos quais em esforços então

individuais e de entendimento pessoal sobre a causa, o que requereria parcerias interdisciplinares e interinstitucionais entre indivíduos e organizações. Por outro, a noção de rede também se colocou como princípio da agroecologia, buscando alterar lógicas concentradoras e verticais de poder e informação.

Em específico nos debates por cada segmento, os agricultores apontaram a necessidade de “fortalecer os agricultores familiares, indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores e suas organizações como atores e protagonistas dos processos técnicos produtivos e políticos da transição para a agroecologia” (ENA, 2003, p. 174), explicitando seu papel na atuação política. Esse elemento não apareceu com a mesma ênfase entre os técnicos, que enfocavam a inserção da agroecologia junto à sociedade e pelas políticas públicas, sem destacar os agricultores com atuação nos processos políticos da pauta. Esse aspecto, na Carta Política do ENA, indicou o papel protagonista dos produtores familiares e suas organizações, em especial como referência metodológica para políticas públicas em escala (ENA, 2003), destacando a expectativa do suporte e atuação via Estado.

Em cada tema foram feitas inúmeras denúncias e indicados desafios a serem enfrentados, como o “modelo atual de desenvolvimento, baseado no consumo e exploração irracional dos recursos naturais” (ENA, 2003, p. 140); a mercantilização das águas; a falta de apoio do poder público; a permanente necessidade da reforma agrária; os casos de intoxicação por agrotóxicos; a perda da biodiversidade devido à agricultura moderna, gerando erosão genética e do conhecimento tradicional; a necessidade de conscientização do consumidor e de sua organização para um consumo como ação política; a falta ou inadequação de financiamento e crédito para produção agroecológica, dentre outros.

Nessa época também se debatia no âmbito nacional a lei sobre certificação dos produtos orgânicos⁷⁷. No documento final do ENA apontou-se que a proposta não era direcionada à produção familiar agroecológica para um “nichos de consumidores ricos”, mas voltava-se para a capacidade de produzir para toda a população e gerar excedentes exportáveis. Não se teve um debate explícito sobre a relação entre o que seria orgânico e agroecológico, mas em várias passagens se apontava o fundamento agroecológico como sendo não apenas técnico, mas social, político e ambiental, problematizando a relação da agroecologia com o mercado. Por exemplo, alertava-se para o risco de enquadrar a prática apenas na substituição de insumos, mantendo a transferência de tecnologia, com o risco de um processo de cooptação e incorporação aos sistemas de produção e industrialização agrícolas. De outro lado, percebia-se a agroecologia como diversidade, solidariedade, cooperação e respeito à natureza que, além de uma transição agroambiental, envolveria uma transformação estrutural no sistema de industrialização e comercialização (MUSSOI e PINHEIRO, 2003, p. 151).

O encontro explicitou diversos entendimentos sobre o que seria a agroecologia, em nuances com maior ou menor carga política. Numa das propostas havia uma noção ampliada, envolvendo produtores e consumidores, tanto com os princípios que norteiam a produção, quanto justiça social, biodiversidade, equidade de gênero, condições dignas de trabalho, comércio justo e solidário e acesso à terra. Também recobria práticas que, até então, não se reconheciam neste conceito e eram explicitadas indagações sobre o que seria o verdadeiro objetivo da agroecologia e sobre a superação das concepções do modelo dominante, indicando a formulação de um novo projeto político (ENA, 2003). Veio à luz, assim, o objetivo de ultrapassar os elementos produtivos em direção à expectativa de transformação social, presente desde as formulações da agricultura alternativa.

Nas análises sobre os avanços da agroecologia, o Encontro tratou de sua viabilidade, melhoria de vida das comunidades, com segurança alimentar, diversificação de alimentos e

⁷⁷ Debate que resultou na lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

fonte de renda, fortalecimento da organização dos agricultores (associações e cooperativas) e apoio de assessorias (ONGs, universidades), além do crescimento da conscientização ecológica, resgate e valorização do saber e cultura dos agricultores na geração de conhecimento.

Este encontro nacional expressou uma grande riqueza e troca de experiências entre os participantes, entre processos semelhantes de expropriação e luta pela sobrevivência, formas de entendimento e relação com a produção e a natureza, consensuando problemas e soluções que caminhavam para identificações coletivas e formação de elos simbólicos em torno da agroecologia. A riqueza nos aprendizados marca a memória dos participantes e a troca de experiências se ampliou também a partir do espaço vivido no encontro, ao presenciar outros conflitos não previstos:

Confesso que a primeira vez que vim ao Rio de Janeiro foi para o I ENA. Sair do campo do norte do Tocantins, região do Bico do Papagaio, uma região onde vivia outros tipos de conflitos e a gente vim para uma das maiores cidades do Brasil, e viver a troca de experiência e viver os tiroteios que ocorreram no Morro da Mangueira, pra nós isso foi muito forte, inclusive pra ajudar a gente a perceber que o campo é cada vez mais o melhor lugar pra se viver (...) e a gente precisa afirmar a partir da nossa cultura, da prática produtiva. (Willian Clementino Matias, Contag. Entrevista em 26/02/2015)⁷⁸.

O Encontro indicou amplas e diversas orientações, por exemplo, em aspectos legislativos e recursos públicos junto ao Estado, quanto na ação de ocupar espaços e buscar direitos por meio da sociedade civil organizada.

A questão de gênero, debate anteriormente inexistente nos Ebaas, foi provocado a partir de um texto base. Nele, a perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero teria que garantir o empoderamento das mulheres, reconhecendo seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Pressionava pela necessidade da maior valorização das mulheres como sujeitos políticos nos espaços de produção, bem como de seu empoderamento organizativo para desenvolver suas capacidades, num papel fundamental de conservação da biodiversidade. Descortinava a naturalização dos papéis familiares e da chefia masculina, frente à reprodução de desigualdades de poder entre homens e mulheres no ambiente doméstico, com a subordinação e subvalorização do trabalho das mulheres. Indicava ainda a necessidade de rever as categorias de análise, as práticas político-educativas e as críticas para proposição de alternativas e políticas públicas (PACHECO, 2003).

Ao final do Encontro, as mulheres publicaram uma carta lamentando o critério de seleção dos participantes, já que elas ali eram minoria, indicando que gênero deveria ser tratado com relevância junto aos demais temas, reivindicando a equidade de gênero e a incorporação também de questões relacionadas à geração e etnia⁷⁹. O debate conectou as pautas de gênero e agroecologia, problematizando a separação específica do tema e sua não transversalidade junto aos demais temas no Encontro, num debate que desde então foi crescente na ANA.

A Carta Política aprovada na plenária final destacou os principais elementos de debate

⁷⁸ Segundo Willian Clementino, no I ENA era possível ouvir os tiroteios que ocorreram ao lado do espaço do encontro na UERJ, no Morro da Mangueira, e que assustaram os participantes. No caso desta região a violência tem raízes em processos históricos de expropriação, visto que a construção da UERJ desabrigou moradores da antiga comunidade do Esqueleto. Informações em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/uerj-universidade-que-cresceu-na-area-de-uma-favela-quase-fechou-ha-50-anos-16335150>

⁷⁹ No I ENA diversas foram as propostas levantadas, como titulação conjunta, reconhecimento do trabalho da mulher e de sua contribuição na renda familiar e envolvimento de homens e mulheres na discussão de gênero.

e os posicionamentos consensuados, direcionando-se à sociedade brasileira e em específico aos candidatos a mandatos no Poder Executivo e no Legislativo federal e estadual. No documento, o contexto de “esperança de mudança” combinou-se com “a revolta pela permanência da injustiça contra os produtores familiares e da violência contra os que lutam por seus direitos” (ENA, 2003, p. 195).

O documento expressou a expectativa das potencialidades da agroecologia caso fosse impulsionada pelo Estado e pelos movimentos sociais. Ainda que o sujeito coletivo da agroecologia não fosse ali totalmente delineado, remeteu à noção do nascente movimento agroecológico como dos que falam à frente e que resistiam em suas formas de produção e modos de vida, emergindo então como proposta de mudança social (MELUCCI, 2001). A valorização das experiências como princípio organizador trouxe o objetivo de comprovar outra forma de produção que conservasse a biodiversidade, gerasse renda e trabalho com sustentabilidade e justiça. Esperava-se que a conjugação e sinergia destas experiências permitissem formular outro modelo de desenvolvimento rural para o presente.

Explicitou-se uma disputa pela hegemonia da agroecologia, partindo da negação do modelo vigente de modernização agrícola, e buscando a formação de uma vontade coletiva que pudesse impor uma nova visão e divisão do mundo, de outra utopia e senso comum, para alastrar-se além dos pontos existentes e interligá-los. A relação entre teoria e prática na formulação agroecológica também se expressou para fortalecer a percepção desta força hegemônica, traduzindo uma nova consciência política, a partir das diversas identidades dos trabalhadores no campo.

Por outro lado, ao colocar a transição para a agroecologia como um objetivo expresso a partir do Estado, além de produtores familiares e movimentos sociais, a Carta e o documento como um todo não destacaram as interferências subjacentes à ação do Estado, enquanto uma construção relacional de influências diversas e contraditórias entre campos sociais. Naquele momento, o Estado foi colocado como um provedor, capaz de garantir políticas habitacionais, acesso à água potável, saneamento básico, eletrificação, educação, comunicação, transporte, saúde, lazer para as famílias rurais, responsável por reverter as políticas que privilegiavam o modelo dominante e a elite rural, exigindo a participação das organizações dos produtores familiares na formulação e execução de políticas públicas. Para os participantes, o Estado não seria o único a realizar a gestão das políticas públicas, como exemplo das iniciativas agroecológicas: “Os avanços já obtidos no desenvolvimento da agroecologia devem-se às iniciativas da sociedade civil e se fizeram na contracorrente das políticas dominantes” (ENA, 2003, p. 197), apontamento semelhante ao que já aparecia no projeto PTA/Fase.

A Carta Política se estruturou em grandes temas: resgate da dívida social no campo, acesso aos recursos naturais (terra, água e recursos genéticos), processo de desenvolvimento local sustentável, geração e apropriação social do conhecimento agroecológico e acesso a mercados. Fez denúncias e reivindicações ainda atuais na pauta dos movimentos sociais tais como o assassinato de lideranças, consequências do avanço do latifúndio, mineração, hidrelétricas, hidrovias e dívidas do Estado com a questão rural, apontando como alternativas a agroecologia, o estímulo à agricultura familiar e reforma agrária. A mobilização das mulheres também repercutiu na carta: a igualdade das relações entre homens e mulheres foi colocada como condição essencial para sustentabilidade da produção agroecológica.

Ao final do evento houve um momento de diálogo com a candidatura do PT ao governo federal, por meio de um representante da Coligação Lula Presidente, José Graziano da Silva, que recebeu a Carta Política final, apresentou o programa de governo e o debateu com os participantes. Naquele momento, a presença de Graziano expressou uma aproximação com aquele público e remetia à construção popular do PT na década de 1980. Ele apresentou

os eixos do Programa Fome Zero⁸⁰ e de elevação do poder aquisitivo da população, diagnosticando uma falta de infraestrutura e organização como uma das causas da pobreza. No entanto, não apresentou críticas ao latifúndio ou à modernização agrícola, o que se expressou na frustração do plenário no momento do debate, como relatado nos anais do ENA. Graziano não explicitou comprometimentos com a Carta Política e em sua fala final destacou a “importância de se ter o controle do aparelho do Estado e um governo federal favorável para a efetivação de um projeto de mudança” (ENA, 2002, p. 201). Essa relação com representantes do governo vai se repetir nos ENAs seguintes, sinalizando a limitação nessa forma de diálogo dada a ausência de compromissos assumidos pelo governo federal.

No encerramento, Leonardo Boff, escritor e teólogo, fez a fala final, ressaltando elementos filosóficos, espirituais e interpretativos sobre as propostas debatidas nos dias anteriores, como o cuidado com a terra, a cidadania planetária e a necessidade da consciência coletiva para uma sociedade sustentável, rompendo com a lógica do capital e da exploração. Interpretou a proposta como um fator civilizatório e de caráter messiânico: “Vocês têm a promessa dessa semente dentro da prática de vocês” (ENA, 2003, p. 206). Esses aspectos remetem à influência religiosa da Teologia da Libertação na construção dos movimentos sociais do país, presente também nos ENAs seguintes e em outros eventos visualizados, retomando fundamentos da mística e da coletividade.

O I ENA afirmou a agroecologia como expressão de um conflito antagônico, indicando a expectativa da mobilização e organização para a ação coletiva, implicando em solidariedade, ou seja, “a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social” (MELUCCI, 2001, p. 35). Isso remete também à conduta de movimento antagonista que luta não apenas contra o modo como os recursos são produzidos, mas questiona os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento. Transitou também por questões reivindicativas sobre distribuição de recursos e por participação em espaços políticos, ou seja, ligando contradição e conflito, situando-se entre a estrutura e a mudança. A realização do I ENA se inclui no entendimento da produção como controle de sistemas complexos de informação, de símbolos e relações sociais, e não apenas no aspecto econômico, mas de reconhecimento e da apropriação de sentido, como um momento mais amplo da passagem para outra proposta de modos de vida (MELUCCI, 2001).

2.2 A Articulação Nacional de Agroecologia

Um dos desdobramentos do I ENA, bem como um dos frutos do processo histórico de formação do campo agroecológico e do espraiamento e incorporação da noção da agroecologia, em especial nas organizações da sociedade civil, foi a criação da ANA, ainda no ano de 2002⁸¹. Inicialmente a ANA foi formada pela comissão organizadora do I ENA, atendendo também à expectativa de dar continuidade às organizações vinculadas à Rede PTA. Como afirmou Paulo Petersen, da AS-PTA, “como a gente vai metamorfoseando, de uma coisa transformando na outra, pouco a pouco, de forma que as coisas fossem naturais e não uma ruptura”, com os “mesmos atores que se reorganizam em outro sistema de deliberação, expressão, inclusive de participação, capilaridade” (Entrevista em 03/12/2015).

A proposta da ANA se orientou pela articulação entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil que promovessem a agroecologia no país e a orientação para o seu fortalecimento em várias escalas. Essa formação trouxe a noção de “unidade na

⁸⁰ O Programa Fome Zero foi criado em 2003 para combater a fome e suas causas estruturais, buscando garantir segurança alimentar aos brasileiros e atuar numa das causas de exclusão social. Organizou-se num conjunto de mais de 30 programas complementares dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar, implementado pelo ou com o apoio do governo federal.

⁸¹ Não foi possível localizar o documento da reunião de criação da ANA na sua Secretaria Executiva. Não sabemos sequer se ele existe.

diversidade⁸²”, princípio colocado no I ENA:

de todos os setores que vinham se aproximando desse debate e que também vinham realizando experiências práticas produtivas e de comercialização: ONGs agroecológicas, movimentos sociais rurais, incluindo os de mulheres, aliados a técnicos estatais, pesquisadores, professores, consumidores, enfim, um amplo espectro social que se reconheceu a partir da defesa da agroecologia (SILIPRANDI, 2009, p. 151).

Outro fator foi o reconhecimento de que a agroecologia não se realizaria isolada das condições institucionais, logísticas, legais e políticas, o que orientou na luta por políticas públicas para assegurar e favorecer o fortalecimento ou expansão das iniciativas, não apenas em caráter experimental, mas na disputa de projetos na sociedade (LUZ, 2007).

A ANA define-se como “espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil” que estão “engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural”, sem vinculação partidária, pessoa jurídica ou fins comerciais⁸³.

A partir da consulta ao site da ANA, sua ação ancora-se em três frentes principais. A primeira é favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de agroecologia e de desenvolvimento local/territorial. A segunda é incidir nas políticas públicas, para sua criação e aprimoramento, de forma que promova o aumento de escala da agroecologia nos territórios, o que é avaliado como um esforço que “tem fortalecido a ANA como ator político representante do campo agroecológico, legitimado para propor e negociar o aprimoramento de políticas junto ao governo⁸⁴”. A terceira frente é a comunicação com a sociedade, para dar maior visibilidade e adesão à agricultura familiar e ao campo agroecológico. Essa atuação se dá em vários campos temáticos, como assistência técnica, biodiversidade, mulheres, mercados, soberania alimentar, reforma agrária, direito territorial, agricultura urbana, agrotóxicos e transgênicos, financiamento e comunicação⁸⁵.

Esta definição não incluiu o lado conflitivo, como o questionamento ao modelo do agronegócio, a crítica ao capitalismo ou sobre a violência contra a mulher. No II ENA, em 2006, foi explicitado o objetivo da ANA no “combate ao modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente excludente” (ANA, 2007a, p. 281), o que pode indicar mudanças temporais nas suas definições ou por aqueles que as redigiram. Essa construção antagonica esteve presente nos ENAs e nas reuniões, como mostrado adiante.

De forma geral, a ANA afirma que seu objetivo não era agir de forma centralizada ou sobreposta aos seus membros: sua existência se justificaria como espaço para a interação entre as organizações e redes para construir uma capacidade coletiva de influência nos rumos de desenvolvimento rural do país (ANA, 2007a). Isso implicaria buscar uma identidade comum, expressando um projeto coletivo que, ao mesmo tempo, pudesse dar voz à diversidade de identidades socioculturais e políticas dos atores sociais envolvidos com a agroecologia, em princípios como autonomia, horizontalidade, sinergia e mútuo fortalecimento. Nesse aspecto, não restringiu ou definiu um sujeito que faria essa articulação, mas envolveu os diversos

⁸² Essa expressão também foi o lema do I Congresso do DNTR/CUT, em 1990, reconhecendo e afirmando a diversidade das populações do campo e buscando a unidade de suas pautas e lutas, frente ao contexto nacional de recessão. No documento do I ENA não há menção direta a isso, ainda que pessoas presentes pudessem ter trajetória nesse histórico, via sindicatos e movimentos sociais rurais, por exemplo.

⁸³ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br>. Acesso em 09.11.2014 e 09/11/2016.

⁸⁴ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br>. Acesso em 09.02.2016.

⁸⁵ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 09.02.2016.

atores, indicando um sujeito coletivo.

Enquanto dinâmica organizativa, suas esferas principais se mantiveram ao longo do tempo com a Secretaria Executiva, Núcleo Executivo, Plenária ou Coordenação Nacional, ENAs e os Grupos de Trabalho (GTs)⁸⁶. A Secretaria Executiva é responsável pela animação e apoio às atividades, organizando a dinâmica cotidiana da ANA. A sede se encontra no Rio de Janeiro, no prédio da Fase, no mesmo andar da AS-PTA, o que favorece a relação operativa e política com estas ONGs, expressando um forte vínculo de cooperação, como na gestão de projetos e atividades da ANA. A função da Secretaria Executiva como dinamizadora cotidiana da ANA se atrela à organização e circulação de informações. O Núcleo Executivo operacionaliza as orientações da Coordenação Nacional, historicamente integrado pelo CTA-ZM, Fase e AS-PTA, em alguns períodos ampliado com a incorporação de outras organizações. A Coordenação se define como espaço de convergência, debate e irradiação de conteúdos políticos, agregando as redes, movimentos, grupos de trabalho e coordenações regionais constituintes da ANA. Após o III ENA, em 2014, a Coordenação Nacional se transformou numa Plenária Nacional, composta pela comissão organizadora deste ENA, ampliando o espaço de concertação e direcionamento sobre os caminhos da ANA, com mais atores e parceiros até então envolvidos.

Os ENAs são considerados como expressão pública máxima da ANA e seu principal dinamizador enquanto momento de debate, encontro e reencontro da agroecologia em suas práticas positivadas, reflexões, conhecimentos e propostas. Ou seja, como espaço de sociabilidade, que carregou também muitos ritos e referências do mundo rural e da luta pela terra, e símbolos como as sementes e o trabalho, as místicas e os cantos.

Após o I ENA, uma das estratégias foi ampliar o debate por temas mobilizadores, agregando as organizações em GTs, por exemplo, em temas como sementes, crédito, certificação participativa e assistência técnica (ANA, 2008a). Por um período os GTs foram considerados como principal espaço organizativo e de participação na ANA, com acúmulos iniciais que orientaram os diálogos e negociações com o governo. Também foram fundamentais para a realização do II ENA, em 2006.

Segundo Siliprandi (2009), em 2006 a ANA possuía sete GTs: Biodiversidade; Gênero; Construção do conhecimento agroecológico; Informação; Financiamento; Acesso aos mercados e Soberania e segurança alimentar, temas que tiveram publicações específicas no período. Em 2015, eram outros os destaques: Biodiversidade, Mulheres, Assistência Técnica, Coletivo de Agricultura Urbana e Coletivo de Comunicadores⁸⁷, mostrando uma mudança nos seus eixos de atuação e a fluidez dos temas mobilizadores e das agendas entre as organizações. Os GTs foram constituídos por adesão voluntária, de acordo com cada contexto e necessidade, alguns deles com o tempo perderam protagonismo e continuidade, por exemplo, pela dificuldade de financiamento, suporte para sua operacionalização e interesse das organizações.

As entidades e coletivos que integram atualmente a ANA são: ABA, ASA Brasil, CNS, Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, CPT, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), Contag, Feab, Fetraf, Fórum Cearense pela Vida no Semiárido, Unefab, MPA, MMC, MST, MMTR-NE, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Rede Cerrado, Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (Remera), Rede Ecovida, Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (Rega), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)⁸⁸. Há ainda as

⁸⁶ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/index.php/sobre-a-ana/espacos-de-organizacao>. Acesso em 09.11.2014.

⁸⁷ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 09.02.2016. O tema dos GTs tem continuidade adiante, em especial sobre sua atuação e para compreender as mudanças nos temas de importância ao longo do tempo.

⁸⁸ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 09.02.2016.

redes estaduais e regionais de agroecologia, dentre as quais destacamos: Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (Aarj), Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), Articulação Paulista de Agroecologia (APA), Grupo de Intercâmbio em Agroecologia, no Mato Grosso (Gias), Projeto Terra sem Males, Rede ANA Amazônia, Rede Juçara, Rede Maniva de Agroecologia (Rema), no Amazonas e Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Essa diversidade de organizações expressa uma grande abrangência de articulação pelas regiões, contextos, identidades e biomas.

Também aparecem articulações de outros campos temáticos, como a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (Apoiname), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), MMM e Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)⁸⁹.

Ainda que haja atuação de diversas ONGs na articulação, inclusive com maior peso quantitativo nas reuniões nacionais, elas não foram citadas no site⁹⁰, o que revela uma posição de dar destaque para organizações com maior amplitude social, como os movimentos sociais e as articulações regionais, que já englobariam a participação das ONGs.

Segundo Siliprandi (2009), em 2007 havia 56 instituições integrando a ANA, na sua maioria trabalhando em temas como construção do conhecimento agroecológico e processos de formação. A autora concluiu que a ANA se constituía como uma rede viva, com conhecimento mútuo entre seus integrantes e parcerias em vários temas, dentre eles gênero, avaliado como transversal. No entanto, o número de organizações que compõe a ANA varia ao longo do tempo, relacionando-se também ao critério que se adota sobre sua participação e frente aos diversos vínculos que as organizações estabelecem entre si, e não necessariamente enquanto ANA. Por exemplo, em um documento da ANA de 2009, registraram-se seis integrantes no Núcleo Executivo, 21 movimentos, redes e organizações que participavam da Coordenação Nacional e 60 movimentos, redes e organizações que participavam dos GTs. Já no site da ANA há menção a 23 redes estaduais e regionais de agroecologia que congregariam centenas de grupos, associações e ONGs, além da vinculação de 15 movimentos sociais nacionais⁹¹.

Os documentos que consultamos mostraram as presenças de participantes e representantes de organizações em sete encontros nacionais de coordenação e de plenária nacional, o que permitiu a visualização das permanências e sazonalidades nesta participação. Estas presenças não esgotam toda a atuação destas organizações na ANA, tendo em vista que não foram acessados todos os documentos e atividades no período (de 2008 a 2015), ou mesmo pode haver incompletude nas informações, considerando também que diversos participantes atuam em vários espaços, havendo sobreposições que podem não ter sido declaradas nas listas de presenças⁹².

⁸⁹ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 09.02.2016.

⁹⁰ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/redes-e-movimentos/>. Acesso em 09.02.2016.

⁹¹ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 09.02.2016. A informação do site não explicitou os nomes das organizações, apenas os quantitativos.

⁹² Foram incluídas para análise de presenças e participações as reuniões de: fevereiro de 2008, abril e dezembro de 2009, fevereiro e dezembro de 2012, agosto de 2014 e fevereiro de 2015. A sistematização acessada em novembro de 2010 não continha as presenças da reunião, não permitindo este tipo de análise. Outra reunião em março de 2010 tinha um caráter específico de organização do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, contendo poucas organizações, e por isso não esteve no mesmo âmbito que as demais reuniões, não sendo considerada para esta análise. Assim como de junho de 2012, sendo uma atividade internacional. A participação repetida de uma mesma organização foi considerada apenas uma vez; e espaços da própria ANA, como Secretaria, Núcleo Executivo e GT não foram considerados como organizações. No caso das sobreposições, foram contadas como diferentes organizações presentes na reunião, mesmo que representadas por uma única pessoa.

Participaram de todas as sete reuniões analisadas, expressando um núcleo mais sólido de frequentadores: ABA, Associação Agroecológica Tijupá, AS-PTA, Contag, CTA-ZM, Fase, MMC, MPA, Rede Ecovida e Sasop. Participaram de seis reuniões: APA e ASA. De cinco: ANA - Amazônia, Apta, Feab, MIQCB e Unicafe. E de quatro: Aarj, ACA, CAA-NM, Centro Sabiá, CPT, MMM, MST, RBJA e Rede Cerrado. Dezenas de outras organizações participaram de uma a três das reuniões analisadas (ver Anexo B), mostrando laços mais fracos e tênues neste envolvimento. Um conjunto de organizações se manteve de modo mais permanente neste espaço de reuniões nacionais, sem que a expressão das participações fosse homogênea, mas com concentrações em organizações e também indivíduos, gerando um acúmulo de informações e poder.

2.3 A explicitação do opositor e a formulação de políticas públicas no II Encontro Nacional de Agroecologia

As organizações da ANA ao mesmo tempo em que participaram da construção de políticas públicas na área da agricultura familiar, em especial desde 2003, verificavam que o então governo de Lula não compactuava totalmente com suas orientações políticas. Foi um tempo de forte crescimento do agronegócio, termo já presente no vocabulário político, e da liberação de transgênicos. A construção discursiva da agroecologia desde então passou a ter como referência o contraponto ao agronegócio⁹³.

O II ENA se realizou entre 2 e 6 de junho 2006, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, já com a ANA criada e por ela organizado. Enquanto o I ENA foi um espaço de autoidentificação da agroecologia e seus atores, mostrando sua diversidade e um esforço de articulação das forças populares no meio rural relacionadas com o tema, apontando uma pauta de direitos, o II ENA aprofundou as grandes questões que referenciaram e fundamentaram a coesão política da ANA, como a oposição entre o agronegócio e a agricultura familiar. Isso delimitou no âmbito discursivo a agricultura familiar como fora do quadro do agronegócio, mas, como será visto adiante, ocorrem imbricações entre estes campos.

Os objetivos explicitados do II ENA buscaram fortalecer a construção do campo agroecológico e da ANA, para troca de experiências, intercâmbios e aprendizados, em busca de novos consensos nacionais de um projeto alternativo para o mundo rural, como a definição de estratégias para um modelo democrático e sustentável de desenvolvimento, fundado na produção familiar e na agroecologia (ANA, 2008a). Indicaram ainda a necessidade de debater no II ENA “estratégias de políticas públicas a partir do fortalecimento dos movimentos sociais e da experiência acumulada pelo campo agroecológico em programas de desenvolvimento local” (ANA, 2008a, p. 15), trazendo para si a legitimidade na atuação das organizações para orientações das políticas públicas.

Neste encontro, a Comissão Organizadora teve uma menor quantidade de entidades do que no I ENA, mais focada nas ONGs e organizações em rede, atreladas diretamente à pauta da agroecologia⁹⁴. As organizações que estavam na Comissão Organizadora do I ENA passaram a integrar a coordenação da ANA, além de outras que se somaram, como articulações estaduais⁹⁵. Apoiaram o evento agências internacionais de cooperação e diversas

⁹³ Não foi possível o acesso a documentos de reuniões entre 2002 e 2007, exceto de arquivos do I e II ENAs.

⁹⁴ Foram da comissão organizadora: AS-PTA, GTNA, MST, Rede Ecovida, ASA Brasil, CTA-ZM, Centro Sabiá, Fase, Sasop, e outras três que não estavam na organização do I ENA: ANA Amazônia, Cetap e Cepac-PI.

⁹⁵ Eram da coordenação da ANA as ONGs: Aopa, Apta, AS-PTA, CAA-ZM, Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, Cepac PI, Cetap, CTA-ZM, Fase, Gtna, Instituto Giramundo, Pesacre, Proter e Sasop. Redes Regionais: ANA Amazônica, ASA, GTA, Rede Ecovida, Rede Capixaba de Agroecologia e Articulação Mineira de Agroecologia. Redes Nacionais: ABA, Feab e Unefab/Arcafar. Entre os movimentos sociais:

instituições do governo federal, numa maior amplitude de apoios em comparação ao I ENA, o que indica a crescente força política e o reconhecimento da ANA e do campo agroecológico, tanto pela maior interface com o então governo federal, quanto pela adoção da agroecologia por diversas organizações sociais⁹⁶.

Como no I ENA, o segundo encontro ancorou-se nas experiências agroecológicas da agricultura familiar, e levantou o debate sobre o fortalecimento da alternativa agroecológica e enfrentamento do modelo de desenvolvimento do agronegócio, que expropriam os trabalhadores dos seus direitos básicos (ANA, 2006b). As experiências apresentadas foram, dentre outras, sobre multimistura, quintais produtivos, juventude, galinha caipira, artesanato, conhecimento agroecológico, fundo rotativo, agrofloresta e raleamento, na sua maioria localizadas na região nordeste (GENTE DA TERRA, 2006).

Um texto específico de subsídio, anterior ao II ENA, explicitou a oposição ao agronegócio: “Agronegócio: um setor que cresce, mas não beneficia a população brasileira”, demarcando politicamente este campo e seus impactos negativos no âmbito social, ambiental, político e econômico (ANA, 2006a)⁹⁷.

O texto criticou a manutenção do modelo energético brasileiro, a produção de *commodities* para pagar juros da dívida do país, com o Estado facilitando a expansão do agronegócio⁹⁸. Isso colocaria em risco o próprio futuro do país, do meio ambiente e a qualidade de vida da população, com consequências como a dependência das grandes empresas; violência no campo, desapropriações; expulsões; grilagem, êxodo rural, concentração de terras, erosão, perda da fertilidade, poluição e contaminação de água, solo e ar, desemprego urbano, perda de soberania alimentar do povo brasileiro, além da desestruturação cultural e produtiva da agricultura familiar, agroextrativismo e povos tradicionais, em um modelo com uso intensivo de recursos naturais, capital e pouca mão de obra (ANA, 2006a, 2006b)⁹⁹.

Naquele momento, o agronegócio foi entendido como o modelo que perpetuava a dominação das elites agrárias no meio rural brasileiro, expresso nas monoculturas de eucalipto, *pinus*, soja, cana de açúcar, algodão, nos sistemas de integração agroindustrial e biocombustíveis, nos perímetros irrigados no semiárido, nos latifúndios pecuaristas, entre outras atividades voltadas para exportação (ANA, 2006a). A noção do agronegócio também abrangeu os setores relacionados à agricultura de produção de *commodities* e criação de animais: sementes, adubos, agrotóxicos, produtos veterinários, máquinas e equipamentos, indústrias de processamento, frigoríficos, abatedouros, transporte da produção e distribuição de produtos. Um modelo dependente de mecanização e irrigação intensiva, insumos

CNS, Coiab, Contag, CPT, Fetraf, MICQB, MMC, MPA e MST.

⁹⁶ Apoiaram o II ENA, setor público federal e regional: Petrobras, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Projeto Dom Helder Camara / Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), MMA, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Banco do Nordeste (BNB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Setor público estadual e municipal: Governo de Pernambuco, Prefeitura Recife e UFPE. Apoio internacional: Brotfur Die Weit, Christian Aid, Novib, ActionAid, EED, Developpmentelpaix, Cordaid, AVSF/CICDA, GTZ, Cafod, ELO, TeralSolidaire, Miseror, Heifer, HFW, Konrad AdenauerStrftung, Fundação HenrichBoll, CCFD, Pão para o mundo e Oxfam. Além da organização social Cese.

⁹⁷ Escrito com base em textos de entidades que participavam da ANA e outras instituições de pesquisa (como Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Embrapa).

⁹⁸ Por exemplo: disponibilidade de terras, incentivos, ineficiente fiscalização ambiental, empréstimos subsidiados, tarifas, impostos atraentes e investimentos em infraestrutura.

⁹⁹ O texto trouxe três experiências: expansão da soja em Santarém e Belterra; Deserto Verde de Eucaliptos no Espírito Santo, Sul da Bahia e outros estados, e perímetros irrigados no Semiárido do Nordeste. Além de outros capítulos sobre: agrotóxicos, num período que o país era o quarto consumidor e não o primeiro como ocorreu anos depois; o caso dos transgênicos, aprofundando a insustentabilidade da Revolução Verde; e as sementes suicidas e homicidas (tecnologia Terminator), e a nanotecnologia.

industriais (agrotóxicos e transgênicos), cuja expansão foi favorecida por grandes obras de infraestrutura com apoio estatal (ANA, 2006b).

No II ENA os debates se organizaram em torno dos seguintes temas, permeados por questões relacionadas a gênero e agroecologia: Direitos territoriais e reforma agrária; Soberania e segurança alimentar e nutricional; Conservação e uso dos recursos naturais e da biodiversidade; Construção do conhecimento agroecológico; Formas de financiamento e gestão social do desenvolvimento e Relação com os mercados. Houve aprofundamento da reivindicação das questões de equidade de gênero e sua expressão no documento, fruto do trabalho do GT Mulheres da ANA, ao inserir a questão nos encontros preparatórios, com um documento subsídio e um tratamento mais transversal no ENA. A Carta Política incluiu o apoio na construção de um movimento agroecológico com igualdade de gênero e sem violência contra as mulheres.

De forma geral, os temas ficaram mais delimitados e outros novos entraram para o debate, como soberania e segurança alimentar e nutricional e biodiversidade, além da noção de território e não tanto do desenvolvimento local, quando no I ENA. O território esteve relacionado às lutas pela reforma agrária e ao direito ao território: a matriz produtiva da agroecologia desenvolveria uma nova concepção de organização do espaço, apostando ao agronegócio, delimitando a noção de território também como forma de identidade e modo de trabalho, relação com a natureza dos povos indígenas, populações tradicionais e camponesas, além de explicitar a terra como lugar e instrumento de luta e poder político (ANA, 2006b).

O termo território de forma crescente entrou no vocabulário das organizações da ANA, emergindo como uma nova linguagem destes atores, seja por ser um termo presente nas políticas públicas, seja por ampliar sua análise política e suas ações. Passou a identificar populações camponesas, seus modos de vida e o direito à terra, forjando seu reconhecimento pelos centros de poder e, neste sentido, “não é um mero contexto da ação coletiva, mas campo de disputa e luta” (BRINGEL, 2010, p. 196), além de uma marca de identidade sociocultural.

Participaram do II ENA 1.730 pessoas, com grande diversidade de identidades socioculturais, como agricultores familiares, camponeses, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, faxinalenses, agricultores urbanos, geraizeiros, sertanejos, vazanteiros, quebradeiras de coco, caatingueiros, criadores em fundo de pasto, seringueiros, caiçaras, representando 57% dos participantes, além de técnicos, professores, pesquisadores, extensionistas e estudantes. Não houve paridade de gênero e havia representantes de diversas organizações¹⁰⁰. Da mesma forma que no encontro anterior, houve um processo preparatório em encontros locais, estaduais e regionais que acumularam debates e proposições. O suposto era que a agroecologia só teria “capacidade política de transformação se fosse efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantissem o atendimento das famílias produtoras e do conjunto da sociedade” (ANA, 2006b, p. 6).

A Carta Política deu ênfase ao direito ao território e à reforma agrária como aspectos inseparáveis da proposta agroecológica. A violação destes direitos submeteria as famílias a situações de violência e insegurança de permanência na terra. O documento criticava as

¹⁰⁰ No total 54% de homens e 46% de mulheres. A diversidade de organizações presentes, em ordem decrescente de concentração foram: associações, ONGs, sindicatos, movimentos sociais, organizações de mulheres, entidades pastorais ou eclesiais, cooperativas de produção, organizações comunitárias ou grupos informais, redes ou articulações, governo federal, universidade, agências de cooperação, federações, confederações e polos sindicais, instituições de educação rural, cooperativas de serviços, organizações quilombolas, instituições de pesquisa agropecuária, governos locais e estaduais, assistência técnica oficial, organizações indígenas, conselhos, cooperativas agroextrativistas e organizações de consumidores de produtos orgânicos (CINTRÃO, 2006). Totalizou 652 organizações, sem contar organizações governamentais e agências de cooperação (ANA, 2009a).

formas da reforma agrária de mercado¹⁰¹, elencando uma série de propostas de regulação e controle social da terra junto ao Estado, detalhando suas formas de uso e apropriação.

Em várias passagens foi demandado que as políticas públicas fossem orientadas para o fortalecimento e disseminação das práticas em pauta, como promotoras de direitos, a partir do seu reconhecimento pelo Estado. Foi o caso do uso e produção das plantas medicinais, políticas de convivência com o semiárido; troca, comercialização e produção de sementes. No II ENA a pauta dos transgênicos foi explicitamente rechaçada, assim como contra a entrada das sementes crioulas no sistema de patenteamento e propriedade intelectual.

O documento foi finalizado expressando que a agroecologia se desenvolvia “a contra corrente das orientações do Estado dominadas pelos interesses do agronegócio”, apesar da instituição, naquele momento, de políticas específicas para a agroecologia (ANA, 2006b, p. 24). E, neste sentido, postularam a radical reorientação das políticas públicas para fortalecer as iniciativas de projetos coletivos da sociedade civil. O Estado era entendido como indutor do desenvolvimento, para geração e distribuição de bens materiais e culturais a serviço do bem estar social e da cidadania, além da consolidação do projeto para o campo, construído pelas organizações e movimentos sociais. Percebiam então que outras forças sociais direcionavam a ação do Estado, como o agronegócio.

Naquele momento, a ANA se colocou como canal de aproximação e diálogo das forças sociais ligadas a defesa da produção familiar agroecológica (ANA, 2006b), numa expectativa de unidade política que não explicitava as diferenças ou correlações de força na diversidade de atores que integravam a articulação.

Na plenária de encerramento, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como Valter Bianchini, então da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e Humberto Oliveira, então da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), discutiram e apresentaram as propostas do governo federal para a agroecologia.

A sistematização do encontro ocorreu na forma de um vídeo que mostrou experiências agroecológicas por todo país (Expressão da Agroecologia) e também registrou o evento, como a manifestação pública no centro do Recife, no objetivo de interagir com a população urbana, denunciando os problemas causados pelo modelo do agronegócio e mostrando a diversidade da agroecologia. O vídeo expressou ainda a diversidade cultural presente no encontro, as expectativas sobre ele, relatos, expressões, interpretações e trocas de experiências. As falas destacadas no vídeo expressaram uma chamada à ação e a mobilização provocada, por exemplo, que “é possível conviver com a diversidade”, “juntar tantas diferenças e construir o melhor”, de que aqui a “nossa bateria recarrega”, e ainda da continuidade depois do evento, em “vou multiplicar mais lá” (ANA, 2006c).

Da mesma forma como no I ENA, Leonardo Boff transmitiu uma mensagem aos participantes, também registrada na forma de um vídeo, revigorando os laços entre a mensagem bíblica e a proposta agroecológica: “O movimento de vocês é de resistência e de libertação” produzindo junto com a natureza. “A missão de vocês é salvar a terra, vocês são os filhos e filhas da mãe terra”, e “o futuro da terra, da humanidade passa por vocês” (ANA, 2006c).

A atividade foi avaliada pelas organizações animadoras do Nordeste como a comprovação do processo de construção do campo agroecológico, na expectativa de contagiar

¹⁰¹ Essa crítica se relacionava às medidas governamentais de compra e venda de terras, presente desde 1996, que endividaram as famílias, a exemplo da Célula da Terra no governo FHC, ou o Programa Nacional de Crédito Fundiário no governo Lula, ambos contando com recursos do Banco Mundial, mas com diferenciações na aplicação e execução da política. Destinaram-se a minimizar conflitos fundiários e combater a pobreza rural, desmobilizando ocupações e desapropriações de terras, fortemente criticado pelo conjunto dos movimentos sociais rurais, em especial no início do programa, e estabelecendo uma disputa político-ideológica sobre a reforma agrária (SAUER, 2010).

outros campos sociais. E os coordenadores do ENA afirmaram a atividade como momento de avaliação da ação das entidades e de seus limites (GENTE DA TERRA, 2006), ou seja, como um termômetro do próprio trabalho das organizações que atuavam na sua promoção.

A tônica do II ENA foi afirmar a agroecologia através da sua correlação de forças com o agronegócio e com as questões que limitavam ou dificultavam o seu desenvolvimento. Levantou também a expectativa de manter a articulação do movimento agroecológico “viva e dinâmica”, incrementada através de intercâmbios e trocas de experiências. Nesse sentido, não colocou a necessidade de uma estrutura rígida ou representativa para manter uma prática de debate e construção de um movimento, mas de se abrir para um processo pedagógico entre os seus praticantes, a partir daquele espaço de encontro, ainda que mediado por determinadas organizações historicamente nesta posição. A troca é o que permitiria fortalecer as práticas através do exemplo, da visualização de que seria possível viver de outra maneira.

Após a realização do II ENA, algumas publicações foram produzidas pela ANA, sistematizando os debates, junto com os textos de preparação ao encontro, que revelaram as escolhas sobre seu modo de ação e organização naquele momento: trazer as experiências, seu histórico, avaliação e as propostas por tema¹⁰². As publicações expressaram o objetivo de interferir na construção das políticas públicas e da ANA como formuladora de políticas, exprimindo sua interface socioestatal, em relações com o Estado fora dos espaços formais entre Estado e sociedade civil (ALMEIDA et al., 2014). Por exemplo, o GT Financiamento¹⁰³, anteriormente nominado como GT Crédito, atuou junto à SAF nos primeiros anos do governo Lula, com papel nas negociações que levaram à criação do Pronaf Agroecologia e Pronaf Semiárido e no acesso dos agricultores agroecológicos às modalidades do Pronaf sem os condicionantes do pacote agroquímico (ANA, 2007b). Propôs revisar também normativas e novas modalidades de crédito, incorporando outras entidades com experiências de financiamento diferenciado, como os Fundos Não-Governamentais e Fundos Rotativos de Crédito. Avaliaram que deveriam não apenas reagir às demandas e oportunidades do governo, mas estudar os processos de financiamento da transição agroecológica para então formular propostas adequadas de políticas públicas (ANA, 2007b)¹⁰⁴.

Da mesma forma, na publicação feita pelo GT Uso e Conservação da Biodiversidade, além da denúncia da perda da biodiversidade, também foram localizadas experiências com referências metodológicas, técnicas e político-organizativas para a proposição e negociação de políticas públicas, buscando impulsionar um maior número de práticas, desde que num processo de participação popular¹⁰⁵ (ANA, 2007d). Nesse processo, o GT efetivou estudos sobre a legislação sobre sementes e mudas da agricultura familiar no Brasil, a identificação e sistematização de experiências, compondo o “Mapa das Expressões da Agroecologia”, num

¹⁰² Nos temas: Mulheres construindo a agroecologia; Financiamento da Transição Agroecológica; Agronegócio: um setor que cresce, mas não beneficia a população brasileira; Uso e Conservação da Biodiversidade; Soberania e Segurança Alimentar; e Construção do Conhecimento Agroecológico.

¹⁰³ Em 2007 compunham o GT: AS-PTA, Centro Ecológico, Fetraf, Capa, Fase- Pará, CTA-ZM, Polo Sindical da Borborema, Patac, ASA-PB e Tijupá (ANA, 2007b).

¹⁰⁴ Na publicação deste tema incluíram experiências vinculadas a algumas organizações da ANA: Pronaf (CTA-ZM, Polo Sindical da Borborema, Copatiorô-PA), Proambiente (Coospat – Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica – MA, Ajopam – Associação Juinense Organizada para Ajuda Mútua – MT), Fundos não-governamentais (ASA-PB, Assema-MA, CTA-ZM, Fase-Amazônia, Cooperativa de Economia e Crédito Solidário de Araponga-MG), compra antecipada especial da agricultura familiar (ASA-PB, Pólo Sindical da Borborema) (ANA, 2007b).

¹⁰⁵ As experiências foram organizadas em três eixos no documento: sementes (BioNatur-RS, Unaic – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu-RS, sementes da Paixão do Semiárido PB e MMC - SC), Plantas Medicinais (Medicina popular do cerrado e Rede Fitovida-RJ) e Sistemas Agroflorestais e uso múltiplo da Floresta (Quebradeiras de Coco Babaçu, Zona da Mata de PE e região de Gurupá-PA).

esforço da ANA para autoconhecimento e sua expressão pública¹⁰⁶.

No caderno "Soberania e Segurança Alimentar" optou-se por construir um material também a partir das experiências, visando estimular o debate diretamente nas comunidades, explicitando questões e as diversas correlações entre a soberania e segurança alimentar e a agroecologia¹⁰⁷. Da mesma forma, o caderno "Mulheres construindo a agroecologia" trouxe as relações do feminismo com diversas outras pautas, para além da agroecologia, como soberania e segurança alimentar, financiamentos e mercados, biodiversidade, conhecimento, território e reforma agrária.

Por fim, o caderno "Construção do Conhecimento Agroecológico¹⁰⁸", semelhante à orientação das Cartas Políticas do I e II ENAs, abordou o desafio da ruptura com o modelo difusionista e autoritário de extensão e construção do conhecimento, para a construção de abordagens metodológicas inovadoras, centro das principais atividades das ONGs integrantes da ANA. Desde as formulações da década de 1980 e 1990 com a agricultura alternativa, os agricultores foram colocados como protagonistas da inovação tecnológica, com a reorientação do papel das instituições de ensino, pesquisa e extensão para estabelecer relações de convivência e cooperação com as comunidades rurais para questões técnicas e sócio organizativas, procurando romper com a divisão de papéis entre os que detêm e os que recebem o conhecimento (ANA, 2006b).

Isso reafirma a construção agroecológica por estes atores como um enquadramento para a ação e a mobilização, interpretando e rearticulando práticas agrícolas entre agentes diversos para uma esfera de intervenção com significado político. Nestas formulações, não se explicita que, mesmo que haja busca pela horizontalidade entre técnicos e agricultores, em geral, eles não partem dos mesmos patamares de poder e condições sociais, havendo uma relação desigual previamente colocada que não é imediatamente rompida, aspecto aprofundado adiante.

No documento avaliou-se que a construção do conhecimento teve um maior avanço a partir das organizações da sociedade civil, valorizando sua atuação, devido à sua autonomia, flexibilidade institucional e ao trabalho vinculado ao cotidiano das comunidades. Também afirmavam que a irradiação do conhecimento agroecológico estaria condicionada à sua inserção em amplas redes de diálogo, inscrito em debates de projetos para o conjunto da sociedade (LUZ, 2007a).

As ONGs percebiam que não teriam capacidade de fazer, sozinhas, um processo de propagação da agroecologia, requerendo um envolvimento de outros atores por redes sociais. Ou seja, por si sós não teriam respaldo político de massificação das práticas e de sua visibilização. Buscavam interagir para inseri-las num problema público e orientar a ação e o protagonismo do agricultor, o que se reflete na centralidade da assistência técnica nos ENAs e na ANA.

A construção desse problema público também teve ressonância nas agendas das políticas públicas e, da mesma forma que outros GTs, o GT de Construção do Conhecimento Agroecológico envolveu-se na elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), em 2003, no primeiro mandato do governo Lula, política esta que

¹⁰⁶ No II ENA, registraram-se 1.111 experiências pelas entidades que atuavam com a agroecologia (GENTE DA TERRA, 2006).

¹⁰⁷ Caderno construído pelo GT de Soberania e Segurança Alimentar da ANA, composto em 2007 por: Aopa, AS-PTA, Assema, CAA Montes Claros, Caasp, Caatinga, Casa da Mulher do Nordeste, Centro Sabiá, Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do PR e RS, Pólo Sindical da Borborema, Rede-MG, Sasop e MMC (ANA, 2007c).

¹⁰⁸ Produzido pelo GT Construção do Conhecimento Agroecológico constituído em 2003, e tendo em 2007 as ONGs integrantes: Centro Sabiá, Instituto Giramundo, CTA, ABA, AS-PTA, Fase, Capa, CAA, Rede de Intercâmbio, Sasop e Gtna.

recebeu influência das anteriores experiências e debates em torno da Ater. Articularam-se também para a Conferência Nacional de Ater em 2004 e no desdobramento para a implementação da política no comitê de Ater e Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf). Esse diálogo foi favorecido pelo reconhecimento do Estado dos trabalhos e acúmulos das entidades e da expressão da agroecologia no campo da ciência e da tecnologia¹⁰⁹.

2.4 Síntese: o início da articulação

Neste capítulo, percebemos no I ENA o conhecimento e reconhecimento entre atores, com a aproximação de temas, discursos e pautas, refletindo naquele momento uma maior indefinição do próprio entendimento sobre a agroecologia. Noção essa que foi ganhando novos adeptos e conformações, complexificando as técnicas produtivas, para ganhar cada vez mais sentido político e de proposta de desenvolvimento que conformou a criação da ANA e se reforçou nos discursos do II ENA. Como expressou um integrante da ANA:

Queremos uma agroecologia mais aguerrida, não só que plante, conserve. Quer agroecólogos, camponeses que enfrentem, que saiam das suas cercas para fazer enfrentamento necessário na luta contra grandes projetos. Algumas organizações trabalham no limiar e não vão além disso, fica no mundo do orgânico, se não vai para uma marcha, uma assembleia, se não faz isso, vira agricultura verde, que resolve só os problemas e que vai viver sob ameaça do agronegócio, empresa, barragem, que vai cercá-lo e espremer (Demétrius Oliveira, APTA. Entrevista em 28/05/2015).

A agroecologia se colocou como utopia do possível, procurando reanimar expectativas de mudança social, refletir sobre as experiências e encontrar caminhos a partir da própria realidade. As estratégias de promover a agroecologia como problema público se balizou na oposição tanto com o agronegócio, em especial desde o II ENA, quanto na apresentação de outras alternativas de produção limpa, como produção orgânica e meios de reparação e compensação do capital, como a economia verde¹¹⁰. Trouxe uma disputa nas orientações de políticas públicas, buscando angariar forças na sociedade.

Desde o II ENA o contraponto com o agronegócio passou a ser central nos debates, ponto de ligação comum entre as organizações da ANA e na conformação do campo político agroecológico, visto que sua organização se realizou por meio desta oposição. Em momentos seguintes a 2006 esse “adversário” foi mais caracterizado e nomeado: a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA), Monsanto, as empresas do setor e em momentos mais recentes na figura de Kátia Abreu, então ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Essa relação com o que não se compactua orientou os envolvidos a se identificarem e aglutinarem em torno de algo em comum. Mais do que a crítica em si, ao fazê-la os atores se unem, e estabelecem um jogo de oposição e distinção, em sentidos construídos relacionalmente.

A negação tende a cristalizar os coletivos de forma muito mais rápida nos consensos, e rapidamente ter uma certa unidade, agora para construir processos de afirmação tem toda uma [complexidade], também tem a questão do tempo das experiências, dos retrocessos que tem algumas iniciativas, das contradições que tem e cada local vai ter suas particularidades, é um processo muito mais complexo (Ciro Correa,

¹⁰⁹ Houve desdobramentos posteriores com a orientação pela agroecologia, como a Lei de Ater 12.188/2010 e Chamadas Públicas, repercutindo os esforços anteriores citados. Mais informações em Schmitt et al. (2016) e Carneiro et al. (2015).

¹¹⁰ Termo controverso que tem dentre suas interpretações a visão de que as questões ambientais sejam utilizadas nas decisões econômicas, como o uso de compensações dos impactos no meio ambiente.

agrônomo, foi representante do MST na ANA de 2001 a 2010, atua na Confesol/DF. Entrevista em 18/11/2015).

De forma permanente também foram denunciados o conflito fundiário e os processos de expropriação, enfatizando a ausência histórica da reforma agrária que estrutura e instrumentaliza a violência e a desigualdade, bem como fortalece o agronegócio.

Ao longo da construção dos discursos da ANA, a visão política sobre o agronegócio se expressou junto ao governo nos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo e em frentes de acumulação do capital. Apareceu o discurso do bem e do mal (agroecologia x agronegócio) presente na fala de militantes dos movimentos sociais e que pode encobrir uma análise mais profunda dos processos de reprodução daquilo que se nega. Mais do que a definição de um campo de conflitividade, o antagonista também contribui para conformar estratégias e significados dos protagonistas políticos da agroecologia, ao entender suas redes, relações e trama de influências e nos fatores que dificultam o desenvolvimento agroecológico.

A simplificação do adversário é parte da proposta dos movimentos sociais, enquanto tentativas de mobilização simbólica, na construção de outro sistema de crenças que não o *status quo*, procurando ter apoio e distinguir-se dos seus oponentes. Nesse sentido, se obtém a mobilização dos atores para uma identificação enquanto movimento social agroecológico, na ação coletiva dos *frames*. A elaboração deste *framing* teve o agronegócio como responsável a partir de um diagnóstico que apontou causas, e a formulação da agroecologia simbolizou prognósticos e motivações que justificassem o engajamento na ação coletiva (BENFORD e SNOW, 2010).

De outro lado, essa elaboração e negação do agronegócio encontra contradições e limitantes na recente trajetória da pauta agroecológica, tendo em vista que ainda é forte a inserção da agricultura familiar nas redes do agronegócio, que inclusive se expressam historicamente pelo Estado. Um exemplo explicitado foi a pressão do Mapa para atração de políticas sobre a agricultura familiar:

Não é só garantia de recursos no Ministério da Agricultura, mas garantia de recursos sobre uma orientação política (...) deixar a gente escravo das indústrias, ser somente produtor de matéria-prima, nunca ter agroindústria, nunca processar nossos alimentos, a não ser diferente (...). Enquanto nós na agricultura familiar trabalhamos com a mão de obra da família, eles trabalham com a máquina que garante mais valia, enquanto lutamos pela sustentabilidade eles querem mais valia (...) tem uma tentativa de assédio e esse assédio não quer deixar isso atrás, é porque nós somos importantes, inclusive para garantir alguns discursos deles que não tem na prática, por isso que eles nos querem, e nós precisamos não querer e resistir a toda essa forte pressão, que é enorme (Willian Clementino Matias, Contag. Entrevista em 26/02/2015).

Essa pressão também se voltou para a própria ANA, na medida em que demandaria ações mais efetivas para a transição agroecológica, e sua ação direta nas organizações integrantes. Isso ampliaria seu modo de ação para atividades além do âmbito discursivo e da realização de encontros, como na fala durante um seminário nacional, em fevereiro de 2015.

As cooperativas estão preocupadas em produzir de forma agroecológica? Elas estão copiando o que o agronegócio faz, qual a estratégia para conversar? Não basta a Generosa, a Unicafe tem de ir de forma mais profunda, precisamos de momentos políticos com essas organizações, da ANA com elas, estabelecer agendas com o movimento social para que se envolvam de fato, para que repense. A rainha das trevas [Ministra Kátia Abreu] está querendo esse grupo, precisamos mexer para que as organizações venham discutir e participar de fato da agroecologia (Generosa de Oliveira, integrante da Unicafe).

Estas tensões levantam quais mecanismos podem ser acionados na relação com o agronegócio, não apenas no discurso e na construção desse opositor, mas nos incentivos ou desincentivos pelas políticas públicas e na produção agrícola, dentre elementos que interferem na organização e mobilização da base social da agricultura familiar, e consequentemente na própria agroecologia¹¹¹.

O próprio agronegócio também tem incorporado a noção da sustentabilidade e tem políticas com a produção orgânica, universo este que tem diferenciações com a agroecologia, seja pelo projeto político, maior motivação econômica e no aspecto normativo, não sendo aqui objeto de análise. Essa absorção das críticas pelo agronegócio, comum para a manutenção de práticas capitalistas através de uma adaptação que justifique a acumulação do capital, são elementos que, da mesma forma, interferem na construção da proposta agroecológica. O próprio desenvolvimento e crescimento da agroecologia tem interfaces relacionais com as justificativas do agronegócio, ao (re)forçar a mudança nas suas formas de justificação (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

A noção da agroecologia ainda não é disputada pelo agronegócio, como foi a noção da reforma agrária anteriormente (NOVAES, 1995), mas se o for corre o risco de perder o seu sentido político e eficácia programática de política pública. Essa disputa pode requerer tanto elementos retóricos, quanto práticos sobre a pauta.

Além disso, os primeiros anos da ANA também levantaram a ponderação sobre a relação com o governo, o que vai se repetir em momentos seguintes nessa trajetória, na avaliação entre ganhos e perdas a partir de uma posição mais ou menos atrelada. Isso se intensificou por atividades que viriam a ser cada vez mais dependentes da estrutura governamental e da pressão sobre ele, o que traduz uma contradição inerente desta relação. Essa característica dual também reflete a relação das ONGs com o Estado, que, se de início, são mais afastadas, depois, com a possibilidade de construção de políticas públicas e da sua própria manutenção, trazem tensões entre autonomia e integração com o Estado (DAGNINO, 2002).

A interface com as políticas públicas foi importante para a ANA. A maior oportunidade de influenciar nessa construção deu impulso para que o campo agroecológico se articulasse e organizasse uma ampla plataforma nacional, formando a ANA em 2002, e demandando do então novo governo políticas públicas com mais ênfase, na expectativa da construção participativa e da expansão da agroecologia como um problema público que interpela questões na sociedade. A própria periodicidade do I e II ENAS em períodos eleitorais, o objetivo inicial dos GTs e a construção das Cartas Políticas nos ENAs expressaram essa intenção¹¹².

¹¹¹ Aspecto que pode ser aprofundado em futuras pesquisas.

¹¹² Uma análise mais detida da relação com o Estado e as políticas públicas está no quarto capítulo.

CAPÍTULO III - A BUSCA DE NOVAS INTERFACES COM A AGROECOLOGIA

Neste capítulo procuramos percorrer de forma mais minuciosa a dinâmica da ANA, por meio da análise de documentos de algumas das suas reuniões nacionais. Foram selecionados elementos de conjuntura, temas debatidos, participantes e a intencionalidade de cada momento, para entender o funcionamento e conformação da articulação. Por meio deles, visualizamos as interfaces tanto com as organizações da sociedade civil, quanto com o governo de cada período analisado, em suas tensões e mediações no sentido de pactuar e disputar a agroecologia como questão pública e alcançar outros campos sociais e interlocutores.

Foram analisados documentos dos últimos encontros nacionais da ANA, realizados em 2011 e 2014, e de dez reuniões de plenárias ou de sua coordenação nacional, entre 2008 a 2015, com duração média de dois a três dias cada¹¹³. Percebemos uma repetição de temas, avaliações, orientações e forma metodológica na sua condução, que se relacionam ao curto tempo histórico dessa trajetória. Também verificamos continuidades, ações, bem como sua gestão na conformação de um ator coletivo. Essa reiteração também se referiu à construção da sua argumentação para convencer públicos e ações, como uma batalha retórica e na mobilização de consensos (CEFAI e TROM, 2008).

Assim como nos dois primeiros ENAs, os encontros seguintes de plenárias e reuniões expressaram a busca do consenso entre os diversos atores em cada momento político, frente ao que poderia ou deveria se tornar público, ou seja, a imagem que a Articulação queria passar de si e sobre a agroecologia. Esse esforço se relaciona tanto com o objetivo da própria ANA, quanto ao de não tornar visíveis fragilidades, evitando explicitar as controvérsias, comum aos espaços organizativos e coletivos. Os documentos consultados trazem uma determinada interpretação da realidade desde a posição política hegemônica de quem os produziu.

Entre 2008 a 2011 houve um maior investimento em ações com outras redes e organizações da sociedade civil, produzindo diagnósticos que culminaram no Encontro Nacional de Diálogos e Convergências em 2011. Já a partir de 2012, ainda que sem excluir a continuidade nos diálogos realizados no período anterior e sua interlocução com as políticas públicas, a ANA se voltou com mais ênfase para sua interface direta com o Estado, dada a oportunidade de contribuir para a estruturação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). O período percorrido mostrou a ANA como uma difusora da proposta agroecológica, selecionando novos aliados e temas que pudessem fortalecer esse objetivo. Do conjunto das reuniões analisadas havia um núcleo das ONGs com maior participação, em especial aquelas que tiveram envolvimento na Rede PTA, como AS-PTA, Fase, CTA-ZM e Sasop, que inclusive mantiveram as mesmas representações nas reuniões¹¹⁴.

3.1 A construção dos diálogos e convergências entre organizações

Em fevereiro de 2008 foi realizada uma Oficina de Planejamento da Coordenação Nacional da ANA, com a participação de 35 organizações¹¹⁵. Nos dias anteriores houve

¹¹³ Conforme documentos explicitados na introdução. Como não foi possível acessar todos os documentos das reuniões nacionais da ANA, não se pretendeu consolidar um histórico propriamente dito, ou mesmo esgotar toda a riqueza e detalhamento dos documentos pesquisados, mas fazer reflexões a partir do que consultamos para o objetivo da pesquisa, que é compreender essa forma de ação coletiva.

¹¹⁴ O quantitativo das presenças está no Anexo B.

¹¹⁵ Em vários momentos os termos seminários, oficinas e encontros foram citados nos documentos pesquisados. No geral, uma oficina se relaciona a uma etapa de um processo mais amplo de construção coletiva e busca do consenso, ou seja, como evento de preparação para atividades posteriores, como seminários, reuniões de coordenação nacional e para os ENAs, estes enquanto momentos mais finalísticos e para amplo debate de

debates do GT Biodiversidade da ANA e Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos, com o objetivo de obter ações conjuntas pelo direito dos camponeses, agricultores familiares, extrativistas, povos indígenas e comunidades locais ao livre uso da biodiversidade. Também ocorreu um Encontro de Experiências em Agroecologia, Agroenergia e Soberania Alimentar nos Territórios Rurais, dando sequência a temas presentes no I e II ENAs. Efetuar encontros dos GTs antes de reuniões nacionais era proposital no sentido de aproveitar agendas, recursos e unificar pautas.

A Oficina foi realizada num cenário de reestruturação do marco regulatório do manejo e uso da biodiversidade, tendo em vista a ofensiva do agronegócio. No documento foram mencionados a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudanças (Abrasem), Associação Brasileira de Obtentores Vegetais (Braspov) setores da Embrapa, entidades científicas e o MAPA, como atores que interferiam nas esferas governamentais e na formação da opinião pública a favor do agronegócio. Esse diagnóstico orientou para uma resistência mais articulada das diferentes organizações da ANA, mostrando como elas estavam pautando aqueles temas para construir agendas e ações. No caso do GT Biodiversidade as ações organizavam-se em quatro eixos: Monitoramento das investidas do agronegócio sobre a agrobiodiversidade no Congresso e no Executivo; Mobilizações de massa e enfrentamento direto; Comunicação e informação para a base e para a sociedade como um todo; e Programa Nacional de Agrobiodiversidade (ANA, 2008b).

O objetivo da Oficina de Planejamento era realizar um balanço crítico do período anterior (2007-2008) e projetar temas, estratégias e plano de ação para o período seguinte (2008-2009). Essa dinâmica metodológica foi corrente em outras reuniões nacionais: partia-se de uma análise de conjuntura, avaliação, proposições e encaminhamentos consensuados, expressando um modo de ação da ANA.

A atividade indicou alianças em temas como relação campo e cidade, saúde, soberania e segurança alimentar, com atenção sobre as ameaças à biodiversidade, procurando convergências e articulações. Como em momentos anteriores, a ANA se colocava no papel de fortalecer os acúmulos locais e, ao mesmo tempo, fazer convergir acúmulos no âmbito nacional. Os diferentes pontos de vista entre movimentos e organizações precisariam ser explicitados para atingir essa pauta unificada e definição destes papéis. Ao final, diversos encaminhamentos foram dados, como no marco legal, monitoramento de políticas públicas e participação em eventos, como conferências e no Fórum Social Mundial (FSM) de 2009 (ANA, 2008b).

Em fevereiro de 2009, para subsidiar uma oficina que ocorreria em março e abril daquele ano, foi preparado um documento sistematizando as iniciativas da ANA de modo que facilitasse a dinamização da sua comunicação e seu objetivo de articulação no campo agroecológico (ANA, 2009a). As ações e pautas elencadas no período envolviam iniciativas de mapeamento e sistematização de experiências, muitas das quais estimuladas após o II ENA, com a intenção de criar uma metodologia que articulasse diferentes dados¹¹⁶. Para tanto, intensificou-se a relação com o FBES, a partir da experiência com o banco de dados sobre iniciativas de economia solidária para auxiliar no mapeamento espacial dos dados da agroecologia¹¹⁷. Buscava-se assim evidenciar atores e práticas agroecológicas, publicando na

posição política nacional. Estes termos também podem ter relação com o financiamento de determinada atividade. Seguimos a nomenclatura dos documentos acessados.

¹¹⁶ Como dados do GT Mulheres, Aarj, Programa P1+2, GT Biodiversidade e ABA/GT conhecimento agroecológico.

¹¹⁷ O banco de dados da economia solidária está disponível na plataforma <http://cirandas.net/>. E os dados da agroecologia estão no sistema “Agroecologia em Rede”, composto por três bancos de dados interligados entre si: experiências, pesquisas e contatos, disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br>.

internet as experiências em curso.

Os projetos das organizações que compunham a ANA eram vistos como forma de potencializar as ações da própria articulação, sustentando atividades conjuntas e dos GTs¹¹⁸. Esse levantamento de oportunidades se colocou também nas agendas políticas e atividades dos integrantes, para fazer destas ações um momento de fortalecer a identidade e a capacidade de influência do campo agroecológico, em sobreposições intencionais como as agendas no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹¹⁹ (Consea) e campanhas diversas em que as organizações estavam envolvidas (ANA, 2009a).

Essa sistematização das pautas de influência nas políticas públicas e nos processos de mobilização social levantaram temas de importância para a ANA, como o marco legal de financiamento das organizações da sociedade civil¹²⁰, pressão sobre o então ministro do MDA¹²¹ para a inserção da agroecologia no Plano Safra (2009-2010) e acompanhamento de leis como, por exemplo, alteração da lei de cultivos¹²² (ANA, 2009a). Esperava-se também que a comunicação pudesse acessar um público mais amplo e, para tanto, atuar com vários recursos (impresso, rádio, vídeo e internet).

A partir da preparação deste documento que sintetizou as iniciativas da ANA, entre março e abril de 2009 ocorreu outra Oficina de Planejamento da sua Coordenação Nacional, com a participação de 45 representantes de movimentos sociais, redes regionais, redes e fóruns nacionais e ONGs. Essa atividade ampliou as participações para além das organizações que até então estavam nos espaços nacionais da ANA, ou identificadas diretamente com ela. Isso se intensificou ao longo da trajetória, com a incorporação de novas redes e interlocução com temas próximos da agroecologia, ou seja, criando pontes para além da rede social existente e repercutindo a incorporação política da agroecologia.

A reunião, condizente com a preparação realizada, partiu de uma análise de conjuntura, identificando pontos de convergência para definir estratégias de ação das organizações do campo agroecológico para o período (2009-2010), como nas políticas públicas e na possível realização de um III ENA¹²³. Os debates foram antecidos por grupos paralelos sobre campanhas (Direito ao Livre uso da Biodiversidade, Por um Brasil Livre de Transgênicos, Contra os Agrotóxicos e Aliança para Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente: Código Florestal, Meio Ambiente e Reforma Agrária) e outra sobre mapeamentos da agroecologia. Na reunião ocorreram três painéis que orientaram os temas principais e tiveram maior prioridade na programação, privilegiando temas que poderiam facilitar a obtenção de consensos. Os debates foram provocados a partir de painelistas¹²⁴. Esse momento

¹¹⁸ Por exemplo, projetos ligados ao Sub-Programa de Projetos Demonstrativos (PDA/MMA). Iniciativa desenvolvida entre o governo brasileiro com a cooperação internacional, entre 1995 e 2003, para demonstrar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável.

¹¹⁹ O Consea tem caráter consultivo e assessoria a Presidência da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação adequada e saudável. Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional>.

¹²⁰ Nesse período se debatia um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil, destacando a importância do apoio estatal para as organizações sem fins lucrativos e promotoras de atividades sociais, participativas e pela cidadania, como meio para promover a democracia e a igualdade. Essa questão também se contextualizava com iniciativas de criminalização dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, no contexto neoliberal. Tal debate se estendeu nos anos seguintes. Detalhes em: <http://plataformaosc.org.br/>

¹²¹ Na época a pasta era ocupada por Guilherme Cassel.

¹²² Lei que ameaçava a capacidade dos agricultores manterem o controle das sementes, ao restringir e impor obstáculos ao seu livre cultivo e manutenção, como mais um instrumento de dominação das indústrias e apropriação privada da biodiversidade (CORREA, 2008).

¹²³ Atividade que depois, em 2011, veio a gerar o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências.

¹²⁴ No primeiro painel “A crise econômica e a crise do modelo agroalimentar” com o pesquisador e economista Guilherme Delgado (Associação Brasileira de Reforma Agrária), professor Carlos Walter Porto Gonçalves

de nivelamento inicial contou com a exposição de pessoas com vínculo universitário, governamental e das ONGs, mas não incluiu organizações dos movimentos sociais nas mesas de debate, ainda que elas estivessem presentes na atividade.

Os debates diagnosticavam o isolamento e desarticulação da agroecologia, além da fragmentação e especialização dos movimentos sociais, o que não contribuiria na contraposição ao agronegócio, e sinalizava para outra forma de comunicação: “Precisamos repensar nossas formas de fazer política, repensar alianças, construir novas alianças. Reaprender a falar com a sociedade, a partir do capital que temos acumulado. Os agricultores possuem as suas estratégias de resistência e estas precisam ser fortalecidas” (ANA, 2009c, p. 12). Recolocou também o debate sobre o significado da agroecologia e para a ampliação de sua escala e sentido político, não apenas limitada a um modo de produção de alimentos.

Semelhante a outros momentos, também trouxe o consenso sobre a necessidade de aproveitar as fragilidades do sistema dominante e a origem da crise social, ambiental e econômica visualizada¹²⁵, responsabilizando o agronegócio, com a oportunidade de construção de outro modelo de desenvolvimento, a partir da incorporação da proposta agroecológica pelos movimentos sociais, na crença sobre sua capacidade de difundir princípios e orientações.

O esforço da reunião foi na direção de formar consensos mínimos partindo de um nivelamento de informações sobre a questão rural em sua relação com políticas públicas e experiências diversas. Na plenária tentaram delimitar temas prioritários, de ação e concepções comuns entre as organizações presentes, como PAA e alimentação escolar, sementes e transgenia, mas sem aprofundamento para especificar as decisões ou como os consensos seriam encaminhados efetivamente. Essa lacuna pode refletir tanto o limitado tempo da reunião com a priorização de debates educativos, quanto o fato de que o detalhamento nas formas de ação poderia evidenciar divergências entre os presentes, sem ser o foco político daquele momento. Nos objetivos da reunião também se previa debater a estrutura e funcionamento da ANA. No entanto, esse debate, que também poderia provocar tensões, não esteve presente na sistematização do documento acessado.

Ainda em dezembro de 2009 ocorreu outra reunião ampliada da Coordenação Nacional da ANA, da qual participaram 39 organizações, além de organizações convidadas: Abrasco, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), FBES, FBSSAN, Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), MMM, Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e Rede Alerta Contra o Deserto Verde (RADV). O objetivo era preparar um encontro nacional, num processo que culminou em 2011 no Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Os debates também contaram com um nivelamento inicial de percepções, com o painel “Conjuntura e desafios para a mobilização do campo agroecológico em 2010”, do qual participaram militantes históricos da ANA¹²⁶ (ANA, 2009b).

Neste painel, o representante do MST, Ciro Correa, fez uma análise que teve continuidade nos debates seguintes ao longo da reunião. Sua participação evidenciou a busca de um vínculo mais forte da ANA com as organizações dos movimentos sociais, facilitado

(Geografia-Universidade Federal Fluminense) e Silvio Porto (Conab). O segundo painel foi sobre “Relações sociedade-Estado e a construção de políticas públicas no Governo Lula”, com José Aldo dos Santos (Centro Sabiá/ ASA), José Heder Benatti (Instituto de Terras do Pará – Iterpa), Francisco Menezes (Ibase), Jean Marc Von der Weid (ANA / AS-PTA) e Claudia Job Schmitt (Secretaria Executiva ANA). O último debate foi sobre “A violência contra as mulheres e a construção da agroecologia” orientado por Vanessa Schottz (Fase/GT Mulheres) e Beth Cardoso (CTA-ZM/GT Mulheres).

¹²⁵ Em referência a crise econômica mundial do capitalismo desde 2008, que teve efeitos na realidade brasileira e nos debates nacionais.

¹²⁶ Maria Emília Pacheco (Fase) sobre a ANA: histórico, objetivo, estrutura, temas, princípios, estratégias e compromissos políticos da época; Ciro Correa (MST) sobre contexto e conjuntura política; e Silvio Almeida (AS-PTA) sobre perspectivas e desafios do campo agroecológico.

pelo fato de o expositor também ser agrônomo e sensível à causa agroecológica. Para ele a ampliação de um campo de influências e forças sociais partia de uma análise da conjuntura, marcada pela quebra de expectativas a partir da entrada do PT no governo quando, ao mesmo tempo, houve crescimento do agronegócio e também de políticas desenvolvimentistas, visando conciliação de classes e projetos: “Atenuar conflitos, sempre atendendo ao grande capital, mas nunca fechando as portas com os movimentos sociais” (FBES, 2009, p. 3)¹²⁷. O debate foi intensificado em razão do período pré-eleitoral de 2010 que, assim como 2002 e 2006, forjava para as organizações sociais reflexões e posicionamentos, na expectativa de influenciar as próximas gestões federais. A análise de Ciro Correa apontava a fragilidade dos movimentos sociais rurais e a necessidade de sua articulação com outros segmentos, como indígenas, quilombolas e com o meio urbano.

Essa visão se articula com a de Almeida (2009) para quem a dessintonia entre as demandas da sociedade e as orientações das políticas públicas implicariam para a agroecologia uma intensificação das suas relações com a sociedade civil, em ações públicas com projetos da própria sociedade, e não apenas do Estado: “Pautar propostas próprias, em vez de ser pautado” (ALMEIDA, 2009, p. 80). Isso incluía a denúncia das políticas excludentes e antiecológicas do próprio governo.

Da mesma forma, a aliança com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, rurais e urbanas, através da mobilização de mediadores coletivos¹²⁸, foi vista por Almeida (2009) como possibilidade de fortalecer um projeto de desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental: a agroecologia poderia estabelecer interfaces entre a questão agrária e os direitos territoriais e, ainda, novas estruturas de mercados, relação com consumidores e abastecimento da sociedade. Isso poderia ser iniciado a partir do diálogo com outros movimentos da sociedade civil presentes na reunião de dezembro de 2009, numa relação de troca. Segundo Silvio Almeida “ao propormos a nossa articulação com outros campos, isso se dá em mão dupla: estes atores trazem suas questões específicas que fazem a ANA refletir sobre sua prática, e eles levam as preocupações da ANA, de modo a consolidar um campo comum” (FBES, 2009, p. 4). E problematizou o desafio na construção de uma cultura de rede:

Como garantir a vitalidade de uma rede e articulação tão diversa? A capacidade política da ANA se fundamenta na capacidade de iniciativa de suas partes: promover sinergias, convergências, incorporar as pautas. A ANA não atua como uma organização centralista, que pauta ou atropela as organizações. E isso é a vitalidade da ANA. Temos que ficar atentos para não cair em cristalizações organizativas, verticais, que podem ser fatais para a natureza da ANA. Temos conseguido manter esse tipo de flexibilidade, assegurando a ANA como uma plataforma de agregação destas forças, mas é um espectro que nos ronda permanentemente, a tentação de sermos mais eficientes e com isso nos cristalizar em verticalismos, e aí a ANA se tornar uma outra entidade, e não a expressão da ação e capacidade de sinergia de cada uma de suas partes (FBES, 2009, p. 4).

Entender a ANA como uma rede significaria valorizar sua informalidade, que permitiria trocas e a ausência de estruturas rígidas e hierárquicas. Por outro lado, mesmo na informalidade, a organização em rede envolve controle, diferenças no acesso às informações e dinâmicas de poder nas interações entre os atores e nos espaços da sua moderação. A tensão entre institucionalização ou não também está presente quando as redes se pretendem mais

¹²⁷ Informações encontradas em documento produzido pela representação do FBES que estava nesta reunião.

¹²⁸ Entendidos como situados nas interfaces entre a proposta agroecológica e outros campos de atuação específica, como movimentos de economia solidária, de consumidores e de defesa do meio ambiente; organizações de educação e saúde, sindicatos urbanos, portadores de novos sentidos e propostas a serem incorporadas pela agroecologia (ALMEIDA, 2009).

permanentes e não espontâneas, indicando a necessidade de alimentação destas ações coletivas, entre descontinuidades, possíveis fragmentações e a manutenção do reconhecimento e da troca entre sujeitos.

A metodologia de explicitar avaliações, diagnósticos e a partir destas estabelecer acordos e orientações da ANA, no caso desta reunião, permitiu perceber as limitações do campo agroecológico e buscar a adesão de outros temas sociais e do próprio agricultor familiar através de diversas formas de comunicação. As sinergias esperadas na divisão de papéis e agendas das organizações convidadas visibilizou possibilidades futuras e o reconhecimento de integrações que eram realizadas. Perceberam sobreposições em temas comuns entre as organizações: mulheres, biodiversidade, soberania e segurança alimentar, construção do conhecimento agroecológico, agroenergia e Campanha Brasil Ecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos, o que facilitou seu reconhecimento e novas proposições.

As organizações convidadas aderiram à proposta da ANA, em especial na condução do Núcleo Executivo. O campo agroecológico foi colocado com capacidade de fazer leituras das agendas de outros movimentos e temas, na expectativa de fortalecer um espírito de ligação e partilha, na reconstrução de alianças e utopias, percebendo ali a condição de dar um salto de qualidade em leituras e problemáticas.

Naquele momento, o encontro era preparado ainda com o nome de ENA, mas já percebiam a diferença na proposta, marcada pelo fato de não privilegiar a atividade para dentro do movimento agroecológico em um evento grande e em diálogo com o governo, como ocorreu nos dois ENAs anteriores. Neste, havia a expectativa de falar com a sociedade e com outras redes, fóruns e movimentos afins à agroecologia, com atenção a como costurariam estas relações e fariam a explicitação desse projeto de sociedade. Diversas eram as relações e entradas percebidas entre os temas e organizações presentes, partindo de um diagnóstico do enfraquecimento do campo popular, da crise social vivida (alimentar, econômica, ambiental/climática, energética e do trabalho) e da crítica ao governo Lula, a partir da concepção de que o cenário político era marcado por um desenvolvimentismo conservador e reacionário, em referência à manutenção do agronegócio e à visualização da queda das mobilizações populares e de alternativas de projetos de sociedade.

Ainda nesta reunião de dezembro de 2009 havia uma crença de que as organizações presentes poderiam ter diferentes alcances de escala ou desencadear movimentações sociais de adesão e reconhecimento às suas propostas, de um convencimento que passava tanto pelos movimentos sociais tradicionais (como MST, Contag e Fetraf), quanto se irradiar para as organizações convidadas. Nesse intuito, algumas parcerias tiveram início com ações mais pontuais, como troca de experiências e ferramentas de comunicação, como foi o caso do FBES¹²⁹, ou a partir da percepção sobre a sobreposição de militantes e organizações, como nos movimentos de mulheres. Tais sobreposições reforçam a constituição e manutenção destas redes sociais, facilitando a ação coletiva a partir da ligação entre pessoas ou mesmo ampliando a predisposição para este envolvimento (DELLA PORTA e DIANI, 2006).

Em março de 2010, outra reunião com participação mais limitada (Abrasco, AS-PTA, Fase, FBES, MMC, RBJA e Secretaria Executiva da ANA) avançou na metodologia da atividade em preparação, com uma primeira proposição de temas e condensação das justificativas para o que foi nomeado como “Encontro Nacional de Diálogo e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar e Economia Solidária”. Formularam um documento político com suas vozes contra-hegemônicas para fomentar o debate a partir das regiões, territórios, temas e nos espaços organizativos. Esperava-se realizar

¹²⁹ As interfaces entre a economia solidária e a agroecologia têm elementos nos textos de Schmitt e Tygel (2009), no Mapeamento da Economia Solidária (GAIGER et al., 2014) e nas Plenárias Nacionais de Economia Solidária (FBES, 2008 e 2013).

a atividade ainda em 2010, em Salvador, contando com a presença de representantes das candidaturas à presidência (ANA, 2010c). Anteriormente houve a crítica ao governo e a indicação para outra metodologia mais circunscrita à sociedade civil. No entanto, manteve-se uma forma de ação que teve o Estado como receptor das demandas e reivindicações levantadas.

Entre novembro e dezembro de 2010 uma reunião abriu um debate interno sobre a ANA, partindo de um diagnóstico para formular orientações¹³⁰. Essa atividade provocou um momento de autorreflexão entre expectativas e resultados, mostrando sua capacidade interna de avaliação frente à nova agenda. Abordaram questões referentes a princípios, dinâmica e funcionamento; expressão pública e comunicação; e influência em políticas públicas. As avaliações mostraram as controvérsias e dificuldades na proposição da ANA e sua organização em rede social, evidenciando as pluralidades do campo agroecológico.

Avaliaram o crescimento e reconhecimento da ANA, com o envolvimento de mais atores e na incorporação da agroecologia por diferentes atores sociais. Por outro lado, sentiam as dificuldades da crise financeira das organizações¹³¹, o que influía na sua baixa capacidade operacional, apontando para busca de um sistema descentralizado de financiamento. Essa avaliação refletia na menor capacidade da própria ANA, indicando certa dependência em relação às ONGs que pudessem operacionalizar suas atividades e projetos.

Também percebiam o pouco reconhecimento da ANA no próprio campo agroecológico e dos movimentos sociais. Essa avaliação indicava a percepção sobre a existência de mais atores sociais da agroecologia que não estariam, de algum modo, conectados na ANA. Permanecia a preocupação histórica de convencimento das organizações dos movimentos sociais. Mesmo a incorporação da agroecologia pela Fetraf e Contag, por exemplo, como visto no primeiro capítulo, não era reflexo de uma atuação mais ativa na ANA. Ainda que integrassem a articulação, em vários momentos foram colocados mais como agentes externos que internos, sem considerar as diferenças de estratégias ou o aprofundamento das suas controvérsias.

Outra avaliação era de uma crise na mediação entre o âmbito local (estados e regiões) e o nacional, com pouca capilaridade organizativa e de diálogo com a sociedade, o que se manteve depois como uma preocupação sobre a operação desta estrutura em articulação e os recursos para sua manutenção: “As estruturas de base vão legitimando a estrutura nacional”, na expectativa de uma organização mais horizontal, mas “quando você não tem isso, as estruturas nacionais se impõem” e podem tender, mesmo sem uma estrutura formal, a perder legitimidade (Jean Marc von der Weid, AS-PTA. Entrevista em 24/11/2015). O respaldo social conferiria força política e mobilização a esse ator político que também necessitaria de recursos para sua sustentação.

Nesta reunião, a avaliação sobre a relação com o governo indicou tanto uma crítica sobre o grande peso da agenda governamental na pauta da ANA, com a necessidade de ir além da pauta reativa e construir outras propostas, quanto a avaliação sobre algumas políticas obtidas (como PAA e Pnae). Na parte organizativa, se os GTs eram percebidos como tendo capacidade de mobilizar experiências e obter influência política (como visto no capítulo anterior), por outro, percebiam um engessamento e esvaziamento destes, com a necessidade de novas formas de funcionamento (como grupos temporários e focalizados em políticas), que evitassem um paralelismo e segmentação de temas, perdendo capacidade de produzir sínteses (ALMEIDA, 2009).

Dadas estas avaliações, as orientações no documento indicaram a necessidade de

¹³⁰ O documento consultado não continha a lista dos participantes desta reunião.

¹³¹ Nesse período diversas organizações sociais sentiam um recuo nas fontes de financiamento e apoio estatal para suas atividades, em meio ao debate sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil.

atenção aos fluxos de comunicação interna, com eventos nacionais e intercâmbios, e propondo que os territórios fossem o espaço de ação da ANA em diálogo com outras organizações, procurando focar em ações e temas específicos¹³². Por outro lado, não se explicitou qual o entendimento de território naquele momento, uma indeterminação presente em outros documentos acessados. O território poderia ser o espaço para materializar a alternativa apontada, dentre sentidos de identificação social, modos de vida e também no direito ao território através da reforma agrária, enquanto campo de luta.

As orientações reforçaram a dinâmica de articulação como um dos princípios de ação da ANA, mas sem necessariamente nomear quais atores sociais se revestiriam desse processo pelo seu coletivo maior. Essa busca da ANA ser uma agregadora de forças sociais diversas e dispersas para a consolidação do “campo agroecológico e sua progressiva constituição como movimento” (ALMEIDA, 2009, p. 79), de forma subliminar tinha complexidades derivadas dos inúmeros fluxos entre os atores. A construção dessa identidade comum na qual as organizações pudessem se reconhecer não necessariamente poderiam ser harmonizadas frente às diversas práticas políticas. Até então, a comunicação se colocava de forma diluída, tanto internamente neste universo dos movimentos sociais rurais, quanto junto à sociedade como um todo, sem diferenciar meios e públicos das adesões pretendidas.

A ANA até 2010 mostrava uma reiterada intenção de extrapolar o então reconhecido campo agroecológico e investir em estratégias de alianças e na comunicação, de forma que pudesse completar a efetivação do problema público para interpelar outras agendas sociais. A partir desse diagnóstico, inicia um novo ciclo em sua forma de ver e agir no mundo público, ainda que os envolvimento neste processo não fossem uniformes, nem homogêneos. Criou outra estratégia na relação e construção das suas articulações: “Não é mais trazer para a ANA, mas como é que a ANA se articula com as outras redes” (Eugênio Ferrari, CTA/ZM. Entrevista em 19/11/2015).

3.2 A realização do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências

O “Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo” ocorreu em Salvador entre 26 e 29 de setembro de 2011, com a participação de cerca de 300 pessoas, pertencentes às redes, fóruns e movimentos organizadores:¹³³ ANA, FBES, FBSSAN, ABA-Agroecologia, RBJA, Abrasco, RADV, MMM e AMB. Dentre os participantes estavam indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, quilombolas, além de pescadores, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, artesãos, pesquisadores, estudantes e profissionais de entidades de assessoria. Também havia representantes de órgãos governamentais: MMA, Anvisa, Senaes/MTE, Diretoria de Política Agrícola e Informações da Conab e membros do Governo do Estado da Bahia. Dos participantes, 59% eram mulheres.

O apoio à atividade contou com uma menor diversidade de fontes financiadoras, com maior peso do poder público federal e estadual do que internacional¹³⁴, como nos ENAs anteriores. Esse fato alterou a dinâmica de operacionalização e organização do evento e

¹³² Temas vistos até então como pouco desenvolvidos, como juventude, mercados e direitos territoriais, comunicação e o diálogo com a sociedade, dentre eles temas de impacto social, como agrotóxicos e transgênicos, alimentação saudável, mudanças climáticas e valor da agricultura familiar para a sociedade.

¹³³ Por conta da preparação da atividade nas oficinas territoriais, o Encontro foi remarcado para 2011, sem ocorrer em 2010 como inicialmente planejado. Dados desta atividade em: <http://dialogoseconvergencias.org>.

¹³⁴ Foram eles, internacional: Heifer, ActionAid. Organizações sociais: Cáritas/Fundo Ecumênico de Solidariedade, Cese. Público federal e estadual: Secretaria Nacional de Economia Solidária/Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da BA, MMA, SAF/MDA e SDT/MDA, Governo do Estado da Bahia e Conab.

sinalizou um maior apoio e sensibilidade do setor público nacional para a questão¹³⁵. A dificuldade no acesso a recursos para a realização de um III ENA, nesta época, de acordo com os entrevistados, também orientou para a realização deste Encontro.

A motivação para a atividade explicitada em sua Carta Política foi a de encontrar soluções conjuntas e dar visibilidade às experiências na sociedade civil organizada que respondessem a outro paradigma de sociedade. Havia uma opção política para disputar leituras, causas e formas de superação frente ao diagnóstico da crise do capitalismo. A crise se referia a uma “encruzilhada civilizatória” manifestada no âmbito econômico, socioambiental, energético e alimentar. O evento se inspirou também nas manifestações dos “indignados” que neste período, em várias partes do mundo, protestavam contra o modelo socioeconômico, com mobilizações em Wall Street, importante centro financeiro dos Estados Unidos, e em outros 82 países. O evento no Brasil trazia propostas de alternativas à crise global.

No encontro, vislumbrava-se a possibilidade de influenciar a construção do Plano Plurianual (2012-2015) e o mandato do governo de Dilma Rousseff¹³⁶, avaliando também a oportunidade de juntos terem maior expressão pública e levar para a sociedade suas propostas. Outra motivação se relacionava ao crescimento do debate sobre a questão ambiental na sociedade, como a alteração do Código Florestal, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a Política de Aceleração do Crescimento do governo federal, e a Copa do Mundo, além do crescimento de mecanismos de reparação como créditos de carbono e outras medidas da chamada economia verde (ANA, 2011c).

Esta atividade teve um processo preparatório de mais de um ano pelas nove redes, fóruns e movimentos envolvidos, com a realização de três oficinas territoriais (agreste paraibano, planalto serrano catarinense e norte mineiro)¹³⁷. Estas oficinas se propunham a aprofundar o entendimento da convergência a partir de experiências já conhecidas, como estudos de caso para exercitar os diversos olhares, estimular o debate e evidenciar sua proposta, como um tipo de experimentação. Os locais foram escolhidos por viverem lutas, conflitos e construir alternativas relacionadas ao modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro e aos temas propostos no Encontro (ANA, 2011a).

Pretende-se, neste sentido, avaliar como a agroecologia é promovida na região, se nesta mesma região acontecem situações de injustiça ambiental ou ameaças às comunidades rurais e à própria agroecologia e o quanto as experiências de agroecologia contribuem para a segurança e soberania alimentar. Mais ainda: queremos avaliar o quanto os grupos desta região incorporam os princípios da economia solidária, bem como analisar as experiências do ponto de vista dos direitos das mulheres. Pretende-se, em suma, avaliar como todas estas dimensões se articulam no território e, assim, ajudar a promover novas alianças entre os grupos, fóruns e redes que aqui atuam. Busca-se, ainda, avaliar como esse exercício territorial pode nos ajudar a enxergar potenciais alianças no âmbito nacional (ANA,

¹³⁵ Altera por exemplo a forma de captação de recursos, exigências de atividades e prestação de contas, entre outros.

¹³⁶ Anteriormente ao Encontro, nas eleições de 2010, algumas redes se manifestaram conjuntamente apoiando a candidatura de Dilma Rousseff no segundo turno (por exemplo, a ANA, FBES, FBSSAN, Contag, Via Campesina e CUT) ainda que com ressalvas e críticas com relação às políticas do PT, como apoio ao agronegócio, políticas desenvolvimentistas, grandes obras e liberação dos transgênicos, além da postura estatista no governo, que mesmo com abertura para participação (como na construção do PPA) tratava a sociedade como beneficiária e clientela individualizada de atendimento, o que fragmentaria as relações sociais e a organização da sociedade civil. Apesar disso, avaliaram a possibilidade de negociação com aquela candidatura.

¹³⁷ Diversas foram as reuniões entre as organizadoras, seja presenciais ou virtuais sobre os temas específicos em debate. Houve também o auxílio de uma comissão organizadora na Bahia e as secretarias das redes envolvidas também contribuíram no processo. Os relatórios das oficinas estão disponíveis em: <http://dialogoseconvergencias.org/territorios>

Nessa proposta, a noção de território foi entendida como local de ação dos atores, enquanto espaço de luta social e expressão das disputas por modelos de desenvolvimento, além da referência a identidades e modos de vida, procurando a construção de alianças e manutenção de formas de viver. A relação da agroecologia com a noção de território incluiu tanto uma nova linguagem, quanto uma nova forma de entendimento e intervenção da própria agroecologia, ao se articular com a denúncia, a resistência e a construção de alternativas, que localizou e contextualizou a sua abordagem.

Como visto, a iniciativa para o Encontro partiu da ANA, com base em um diagnóstico de fragmentação do campo democrático e de arrefecimento das lutas sociais, como reflexo da quebra de expectativas com a entrada do PT no governo federal, além dos ciclos de crise das próprias dinâmicas do capital. A experiência da Fase nos temas da agroecologia, economia solidária e justiça ambiental se somou nessa proposição: “Havia um nexos comum político ao modelo de desenvolvimento dominante. A perspectiva política era como construir uma visão mais articulada de crítica ao desenvolvimento, como articular o campo democrático e pensar alternativas” (Maria Emília Pacheco, antropóloga, integrante do núcleo executivo da ANA pela Fase, presidenta do Consea de 2014 a 2016. Entrevista em 13/10/2014). Para Maria Emília Pacheco havia alguns elementos centrais para articular este processo, que seguiriam como desafios: a territorialidade, visto que a proposta agroecológica se afirma no território; a escala para ampliar a capacidade de resistência das pequenas experiências; a interação com outras redes; a atuação no campo democrático, enquanto elemento comum das redes; e, ainda, reconhecer os seus sujeitos políticos. Como exemplo, na oficina preparatória em Minas Gerais, o ponto de partida foi a história daquele local, a cultura indígena, geraizeira e quilombola; a luta das comunidades pelo reconhecimento do seu trabalho e território, frente à ameaça e à opressão das empresas produtoras de eucalipto¹³⁸. Nesta oficina, um dos resultados foi o próprio reconhecimento entre os atores e sua identificação enquanto um coletivo em situação semelhante, retomando o reconhecimento moral entre lutas (HONNETH, 2003). Segundo um cacique Xacriabá: “Nossos antepassados existiam neste lugar, e é por ele que nós estamos lutando (...) queria dizer para os quilombolas, que o povo Xacriabá tem um contato muito forte com o quilombola. A gente se mistura, veja a minha cor, o meu cabelo”. Também aparece o desejo de mostrar a situação em que viviam, como no depoimento de um quilombola: “Saímos de casa e não sabemos se voltamos vivos, mas sabemos que temos que lutar (...) Para que façamos uma boa luta é preciso nos unir. Sozinhos não somos nada, juntos somos fortes”. E apontaram possibilidades: “Queremos montar uma cooperativa [com uso das frutas nativas, como pequi e mangaba], uns acreditam e outros não, outros preferem acreditar na empresa. Principal ameaça são os projetos de mineração”, na fala de um integrante da comunidade no Vale do Guará, que na época lutava pela criação de uma reserva extrativista¹³⁹ (ANA, 2011b, p. 18).

Nas Oficinas foram avaliados os diversos elementos na proposta apresentada e as condições para um olhar mais amplo das realidades, visto que as questões locais não necessariamente abarcavam todos os temas contidos na proposta nacional, bem como a articulação explícita entre denúncia, resistência e construção de alternativas. Também foram discutidas as dificuldades locais, como questões estruturais, políticas públicas, modo de

¹³⁸ Nesta oficina participaram representantes das nove redes e movimentos organizadores, tanto de atuação nacional, quanto regional e local, visitando experiências na região: assentamento Americana e comunidade de Vereda Funda. As consequências da produção de eucalipto neste caso envolviam desmatamento, extinção de nascentes, perda de territórios, êxodo rural, obstrução e ameaça à organização das comunidades.

¹³⁹ Alguns anos depois de muita organização e apoio dos sindicatos e do CAA, a Reserva Indígena Xacriabá foi criada na região de São João das Missões, no Norte de Minas Gerais.

produção, opressão em relações de gênero e limitações da organização. E uma provocação para a ação coletiva: “Nós nos isolamos, não usamos veneno, mas deixamos pra lá quem usa. Precisamos rever essas posições para fazer esse enfrentamento, não podemos ficar só um grupinho de agricultores ecológicos, vendendo para um grupinho de consumidores conscientes” (ANA, 2010b, p. 23). Nas oficinas também perceberam a ausência da participação de outros atores políticos locais, o que se relacionava à gestão do tempo para a interface entre tantos temas e atores em atividades de poucos dias, com recursos limitados. A necessidade preliminar de mobilização dos atores e entendimento entre as organizações, para depois passar às possibilidades de integração não se daria rapidamente, e demandava um trabalho mais cotidiano. Isso reforçou a expectativa de que as oficinas pudessem gerar continuidades no processo iniciado, mas que dependeriam de condições estruturais e organizativas para tal.

A comunicação foi um dos eixos em debate e indicação de ação convergente, tanto interna entre as redes, ao perceberem que “se articular é abrir mão do jeito de ser, se arriscar em outros experimentos”, quanto na oposição ao agronegócio, visando “desmascarar o seu desenvolvimento ilusório” (ANA, 2011b, p. 24, 30), agindo preventivamente e documentando as situações¹⁴⁰:

Precisamos avaliar as fragilidades do agronegócio ao fazermos este enfrentamento e explorar a contradição que existe entre a “modernidade” pregada em seu discurso e as práticas arcaicas na verdade implementadas: assassinato de trabalhadores, condições precárias de trabalho, intoxicação de populações e contaminação do meio ambiente (ANA, 2010b, p. 20).

A sensibilização do meio urbano e o convencimento da sociedade também foram destacados, por exemplo, através da valorização da educação e do papel das universidades (“sistematizar os nossos números” e “legitimar nossas informações”), da atuação no campo jurídico, acesso às mídias, articulação com movimentos urbanos e comercialização dos produtos agroecológicos (ANA, 2011c, p. 24).

As reuniões para organização do Encontro Nacional, realizadas ao longo do processo preparatório, definiram os temas a serem nela tratados: Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Justiça Ambiental; Mudanças Climáticas: impactos, mecanismos de mercado e a agroecologia como alternativa; Agroenergia: impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e de energia no mundo rural; Defesa da Saúde Ambiental e Alimentação Saudável e o Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos; Direitos dos/as Agricultores/as, Povos e Comunidades Tradicionais ao livre uso da biodiversidade; Soberania Alimentar e Economia Solidária: produção, mercados, consumo e abastecimento alimentar.

Durante o evento nacional, cada tema teve a apresentação de três ou quatro experiências, definidas conjuntamente entre as instituições organizadoras, que ilustrassem e animassem o debate. Os temas mantiveram os destaques do II ENA e acrescentaram novas pautas já sinalizadas anteriormente como lacunas pela ANA, como mudanças climáticas, agroenergia, relação com os mercados e economia solidária. O Encontro teve um momento

¹⁴⁰ Um exemplo dado na oficina do Polo da Borborema foi o caso da chegada da Souza Cruz para produção de fumo, levantando a expectativa de ampliação da renda dos agricultores integrados a ela. Com a ampla publicização de um diagnóstico comparando a renda das famílias integradas com as que produziam em bases agroecológicas, evidenciaram a superioridade da segunda, o que levou ao declínio da fumicultura na região (de 100 para 50 na época), com o prefeito de Montadas-PB pronunciando-se publicamente contra a fumicultura. Outro caso foi o controle da mosca negra, com a distribuição de agrotóxico pela Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba, e um maior ataque do inseto aonde se utilizou o inseticida da Bayer (era uma doença fúngica), e o controle efetivo através de técnicas agroecológicas (ANA, 2010b).

específico de debate sobre a democratização da mídia e mecanismos de comunicação popular que articulassem as várias redes, fóruns e movimentos envolvidos¹⁴¹. Houve ainda a apresentação de uma ferramenta na internet para visualizar diferentes informações e mapeamentos com o objetivo de potencializar a capacidade e as estratégias de luta dos movimentos sociais, o intermapas, buscando criar tecnologias próprias de sistematização e organização de informações¹⁴² (ANA, 2011a).

Da mesma forma como no II ENA, o feminismo entrou como questão transversal e contou com uma oficina preparatória anterior, sobre participação e auto-organização das mulheres, além de uma apresentação teatral sobre relação de gênero no próprio encontro. Outros dois atos políticos ocorreram no evento: o lançamento do livro “Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida” e do vídeo da Campanha pela Lei da Economia Solidária, enquanto projeto de iniciativa popular¹⁴³.

Na Carta Política do Encontro buscou-se definir o que seriam as convergências, apontando para alternativas, modelo de desenvolvimento e de relação com a natureza, colocando os recursos ambientais como bens coletivos¹⁴⁴ (ANA, 2011a). As organizações convergiram em análise de conjuntura, estratégias, formas e pautas de ação, bem como na crítica feita ao governo, às práticas de corporações do grande capital e às “falsas soluções”, apontando a impossibilidade de convivência entre o modelo do agronegócio e o da agroecologia no mesmo território, como as consequências do desmatamento, uso de agrotóxicos e sementes transgênicas¹⁴⁵.

Fez-se então uma complexa agenda de pautas pactuadas entre os participantes do evento, em especial em cada tema debatido. A principal crítica e responsabilização pelos fatos denunciados foram dirigidas ao Estado, por sua convivência, subsídio, mediação e imposição:

O governo Dilma inviabiliza a justa prioridade que atribuiu ao combate à miséria em nosso país. Tendo como eixo estruturante o crescimento econômico pela via da exportação de *commodities*, esse padrão gera efeitos perversos que se alastram em cadeia sobre a nossa sociedade (ANA, 2011a, p. 14).

O documento explicitou que o encontro foi uma etapa para a proposta que se desenhava, com a visão de que aquele momento não se esgotaria por si mesmo. Avaliaram o fortalecimento das redes e movimentos promotores do Encontro, ampliando suas “capacidades de expressão pública e ação política”, na expectativa de dar seguimento na articulação, no que foi chamado de “ambientes de diálogos e convergências” que se organizariam a partir dos territórios (ANA, 2011a, p. 34), reafirmando suas identidades coletivas, ainda que sem explicitar mecanismos de ação conjunta ou de sua vinculação.

Esse exercício de diálogo e convergência já vem acontecendo há um bom tempo. A construção e realização desse encontro expressa toda história de uma nova cultura política que vem se constituindo no Brasil. Convergimos fundamentalmente na crítica ao modelo já relatado anteriormente. Isso é gratificante e fortalece e nos anima, perceber que estamos juntos. Ações consequentes que atinjam o núcleo do

¹⁴¹ Um dos resultados destacados foi a construção colaborativa do site do evento e seus resultados em: <http://dialogoseconvergencias.org/>

¹⁴² O mapa integra e cruza quatro iniciativas de mapeamento: Agroecologia em Rede, Farejador da Economia Solidária, Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, Mapa dos Projetos Apoiados pelo BNDES. Informações em: <http://dialogoseconvergencias.org/intermapas>

¹⁴³ Informações em: <http://cirandas.net/leidaecosol>

¹⁴⁴ Carta completa em: <http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>

¹⁴⁵ As falsas soluções foram caracterizadas no documento como o mercado de carbono (redução das emissões por desmatamento e degradação - REDD), economia verde que reduziria a crise socioambiental a um problema de mercado (ANA, 2011a).

poder (ANA, 2011d, p. 23).

A ênfase no plano local se concretizou nas orientações e indicou um modo de ação que não dependesse de iniciativas nacionais ou de “cima para baixo” para a proposta que desenhavam:

As experiências que ancoram nossas reflexões deixam claro que os temas que identificam as bandeiras de nossas redes e movimentos integram-se nas lutas cotidianas, que se desenvolvem em defesa dos territórios no campo e nas cidades contra os mecanismos de expropriação impostos pelo capital. Evidenciam, assim, a necessidade de intensificarmos e multiplicarmos as práticas de diálogos e convergências desde o âmbito local, onde as disputas territoriais materializam-se na forma de conflitos socioambientais, com impacto na saúde das populações, até níveis regionais, nacionais e internacionais, fundamentais para que as estruturas do atual modelo hegemônico sejam transformadas (ANA, 2011a, p. 31-32).

Alguns autores já mostraram que a resolução dos conflitos e disputas não se limita ao local, que não é nem sobredeterminado pelo global, nem suficiente para a construção de alternativas, mas é uma das arenas para construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos em coalizões múltiplas. Ou seja, perpassa múltiplas escalas e requer a criação ou ativação de mecanismos de sua articulação (VAINER, 2001).

Da mesma forma, a costura política na relação local e nacional não é algo dado, mas socialmente construído. Ainda que no âmbito nacional se avaliasse a capacidade de força política a partir de uma somatória de realidades locais e sua articulação, as questões locais não têm necessariamente ligação com pautas nacionais, e se relacionam diretamente com as dinâmicas ali desenvolvidas e o que seus atores puderem acionar e se identificar¹⁴⁶. Por outro lado, como aponta Scott (2002), a multiplicação de resistências cotidianas, como exemplo das práticas agroecológicas locais e seu boicote ao agronegócio, podem ou não gerar consequências massivas, para além da preservação dos atores. Ou seja, com possibilidade para uma mudança social que atinja maiores escalas, sem necessariamente ter uma organização política explicitada.

Apesar das críticas ao governo, ao final do Encontro, a Carta Política foi apresentada a um representante da Secretaria Geral da Presidência da República (Paulo Maldos, então Secretário do Governo), que afirmou o compromisso de que o documento serviria para futuros diálogos do governo federal com os movimentos, fóruns e redes participantes (ANA, 2011a, p. 11). Também foram apresentadas várias moções relacionadas aos temas do encontro e às situações vividas pelos participantes¹⁴⁷.

Para Maria Emília Pacheco, os resultados do Encontro sobre a ação conjunta no território teriam ainda lacunas na reflexão: “Não adianta a percepção: como se constrói a dinâmica interativa? Como ganhar sentido político mais forte?”. E destacou a falta de visibilidade e de desdobramentos posteriores, também porque, após o Encontro, a ANA passou por dificuldades de sustentação organizativa e financeira, voltando-se para atividades mais internas e com maior diálogo junto ao governo, dada a construção da Pnapo.

¹⁴⁶ Questão que inclusive mereceria maior aprofundamento.

¹⁴⁷ As moções explicitaram o encontro entre as ações e pautas diversas das organizações, nos temas: Luta contra grilagem, coronelismo, morte e ameaça de trabalhadores envolvidos na luta pela terra; Contra os agrotóxicos e em defesa da vida; Contra a liberação do feijão transgênico; Pelo direito e obrigação de comunicar; Pelas sementes crioulas e contra a tecnologia “terminator”; Apoio a luta dos quilombolas de MG; Repúdio à violência e tentativa de expulsão das famílias de Santa Cruz – AL; Repúdio a retomada do programa nuclear brasileiro; Repúdio a ampliação das atividades da Veracel Celulose; Repúdio ao financiamento do BNDES para a construção de uma estrada que corta um parque nacional/ terra indígena no território boliviano; Pelo direito à Economia Solidária; Repúdio ao assassinato de trabalhadores rurais; Assistência Técnica e Extensão Rural; Apoio ao MST – Viamão (ANA, 2011d).

Isso pode refletir algo em comum das organizações sociais e dos movimentos sociais de forma geral, relativo à sua continuidade e da ação em ciclos de mobilização e desmobilização tanto pela característica das ações sociais em torno de objetivos concretos e específicos, quanto pelo desafio da manutenção e continuidade das organizações, no equilíbrio entre dinâmicas internas e externas. Ainda assim, os períodos com maior desmobilização não significam uma paralisação das reflexões e atividades. Também se referem à dupla ação dos atores, entre si e junto ao governo. No caso da ANA, atividades específicas como os ENAs e o Encontro de Diálogos e Convergências ativaram sua dinâmica e também forjaram a busca de recursos e meios de sustentação destas atividades, criando e aproveitando oportunidades para suas ações. Por outro lado, estas atividades levantaram novas pautas e desafios na sua continuidade, na tensão entre prioridades e condições de ação.

Ao comparar o histórico de algumas redes e espaços de articulação da sociedade civil que compuseram a proposta do Encontro de 2011 além da ANA, como FBES, FBSSAN e MMM¹⁴⁸, nota-se que surgiram em um mesmo período, entre o final dos anos 1990 e começo dos 2000, com críticas semelhantes ao modelo de desenvolvimento dominante e apontando para outro paradigma social e organizativo, cada qual em sua temática de ação. Correspondem a um formato de ação coletiva mais fluida, diferente de movimentos sociais mais tradicionais ou com estrutura organizativa formalmente mais enrijecida, o que contextualiza para entender a motivação destas articulações para se engajarem na proposta e se aproximarem da agroecologia. Esse outro formato organizativo também se relaciona com a proposta das redes submersas, em coletivos que tem pontos de encontro em momentos críticos e que diferem da imagem do ator politicamente organizado, característico das sociedades complexas (MELUCCI, 2001).

A relação com as organizações dos movimentos sociais foi tomando outra direção no processo histórico visto. Se a Rede PTA fez um esforço para o convencimento e atuação junto destes atores, depois, mesmo estas organizações incorporando os discursos, a percepção foi de que o envolvimento e engajamento ainda não teria sido suficiente, em especial desde a perspectiva das ONGs integrantes da ANA. Com o tempo, o investimento neste convencimento perdeu força e outras interlocuções passaram a ter destaque, seja com o governo ou com outras redes e grupos sociais, como as envolvidas neste Encontro de 2011, e, de forma mais recente, na aproximação com os povos e comunidades tradicionais.

Essa atividade nacional evidenciou a estratégia de partir de uma avaliação para a sequência das ações em cada período, seja para a incorporação de novos temas que receberam destaque pela capacidade de novas interlocuções e visibilidades, seja por renovar estratégias e verificar que o curso estabelecido de ação não atendia mais a determinadas expectativas. Percebiam a importância de um espaço para além das próprias institucionalidades e formalidades das organizações, embora com limitações para este novo envolvimento.

¹⁴⁸ O FBSSAN criado em 1998, articula pessoas, organizações, movimentos sociais e instituições de pesquisa em campos diversos na luta por um sistema alimentar social e culturalmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, trabalhando em várias perspectivas: produção, processamento, abastecimento e consumo de alimentos. O FBES surge em junho de 2003, e é um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país. Busca tanto atuar para fortalecer o movimento de economia solidária, quanto incidir na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de economia solidária. Sua organização se dá em fóruns locais, estaduais, nacional e coordenação executiva, com apoio de uma secretaria executiva. A MMM nasceu no ano 2000 e busca construir uma perspectiva feminista afirmando o direito à auto-determinação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutam para construir, na visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente. Informações obtidas nos sites: <http://www.fbssan.org.br>, <http://www.fbes.org.br>, <http://marchamulheres.wordpress.com>. Acesso em 18.08.2014.

Por outro lado, a expectativa da unidade também se traduzia numa reificação, no sentido de algo mágico ou substancializado para os complexos problemas colocados, como expresso nas falas da agroecologia “como alternativa capaz de resolver os problemas da civilização” (ANA, 2012c, p. 31), o que não expõe os processos sociais envolvidos na mudança social e nos mecanismos de reprodução do que se pretende alterar, como as relações de força, poder, entendimentos, produção e apropriação de recursos e orientação das políticas públicas. A noção de agroecologia poderia não abarcar toda a complexidade da mudança social proposta.

O Encontro de Diálogos e Convergências remete à noção de tradução, entendida “como um esforço para reforçar as convergências e sinergias a partir da diversidade e de um impulso contra-hegemônico” (BRINGEL, 2010, p. 198), buscando inteligibilidades recíprocas nas experiências analisadas, o que permite a construção de articulações e pactuações, como sinaliza Boaventura de Sousa Santos. Para esse autor “o potencial antisistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos” (SANTOS, 2002, p. 266), formando redes de interdependência e relações escalares, forjando identidades coletivas mais amplas. O encontro permitiu a interpretação do trabalho da tradução empiricamente, a partir das oficinas preparatórias e das experiências apresentadas durante o evento nacional, reabastecendo utopias.

A inserção mais incisiva da noção de território também incrementou essa proposta, permitindo focar nos conflitos, alternativas e resistências efetuadas num determinado universo social. Surgiram novas narrativas na forma de interpretação e ação da ANA, o que refletiu sua interação com atores distintos, aproximando a noção da agroecologia para uma esfera de ação com enfrentamento, além da formulação da oposição não apenas no agronegócio, mas numa localização sistêmica do modelo capitalista.

O embate abrangeu a contestação não apenas na figura do agronegócio, mas às elites econômicas e ao sistema capitalista, cujos efeitos sobre a produção e o consumo se fazem sentir no campo, na saúde e na alimentação, ampliando as desigualdades e seus interesses que se orquestram junto ao Estado. O agronegócio permite uma engrenagem de geração de riqueza e expropriação do modelo capitalista. Nesse sentido, a questão central não seria necessariamente a agroecologia, mas o questionamento do modelo social dominante.

O conceito de tradução também se insere na proposta de descolonizar as epistemologias e as noções de desenvolvimento, presente também em outros autores, como Escobar (2010), dando enfoque para inovações, conhecimentos e particularidades desde os países do sul. Ainda que essa interpretação não fosse usada pelos atores aqui analisados, sua proposta indicou o trabalho de produção analítica com referenciais dos próprios contextos, sem manter uma dependência epistemológica com a racionalidade dos países do norte.

Essa crítica se relaciona com a posição de romper com o colonialismo, não apenas no sentido da produção do conhecimento, desde as preocupações dos colonizados e da crítica às estruturas de poder (CONNELL, 2012), mas também denunciando a transferência da contradição interna do capital, desde a dialética capital – trabalho até a manutenção do antagonismo na forma extrativa de capital contra o conjunto da população e da natureza (PRIETO, 2011), imbricado em interesses de produção e consumo. Não bastou a chegada ao poder de partidos com antecedência progressista ou de “esquerda”, visto que continuaram e aprofundaram uma base econômica que afeta diversas populações e ampliam desigualdades, aonde o rural se configurou como um cenário de “ocupação do capital e de seu projeto de uma agricultura sem agricultoras e agricultores” (ANA, 2011a, p. 15). Tal realidade foi presente inclusive no cenário geral da América Latina e de outras partes do mundo, enquanto um processo do sistema reprodutivo do capital e de um esgotamento da compatibilização de políticas públicas com a concentração de capital. Nesse processo ocorre um atendimento

parcial de demandas populares, em geral em posição mais passiva e desmobilizada, com a manutenção das bases produtivas e das elites econômicas (MODONESI, 2013).

As proposições do Encontro de 2011 geraram expectativas para sua continuidade pela ANA e as demais organizações participantes, o que ocorreu em relação à saúde e outras agendas públicas, além da oportunidade na construção de políticas públicas.

3.3 Desdobramentos nas relações com as políticas públicas e movimentos sociais

Após o Encontro de Diálogos e Convergências o tema da saúde ganhou maior destaque na trajetória da ANA e foram intensificadas as articulações com a Abrasco¹⁴⁹, com o objetivo de mobilizar a sociedade para a proposta da agroecologia em suas relações com a saúde e o meio ambiente. Isso remonta à influência da perspectiva ecologista e ambiental, com as preocupações presentes desde os debates sobre agricultura alternativa e na contaminação dos agricultores pelo uso de agrotóxicos, na alimentação humana, animal e sua difusão no meio ambiente (ar, água e solo)¹⁵⁰. O crescimento de doenças não transmissíveis e pesquisas sobre as contaminações por agrotóxicos, desde o processo da modernização agrícola, assim como por outros contaminantes¹⁵¹, além dos riscos oferecidos pelos alimentos transgênicos, forneceram mais elementos para a aproximação das questões da saúde e da agroecologia, além do embate político e suas consequências culturais provocadas no modelo produtivo e no modo de vida rural e urbano.

Neste sentido, a agroecologia tornou-se instrumento na promoção da saúde ambiental, a partir da percepção do meio rural como espaço de prevenção de doenças e de promoção de alimentos saudáveis, bem como na sua relação entre questões urbanas e rurais, ao pensar no meio rural “como espaço legítimo de prevenção de diferentes problemas sociais que afetam os centros urbanos” (AZEVEDO e PELICIONI, 2011, p. 725).

Um dos produtos destas interações foi a construção do “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”¹⁵², com um primeiro lançamento em 2012, com o objetivo sensibilizar, através de evidências científicas, as autoridades públicas nacionais e internacionais para a proteção e promoção da saúde humana e dos ecossistemas impactados pelos produtos químicos¹⁵³, reiterando novamente a ação por meio da pressão para construção de políticas públicas. Esse debate também foi impulsionado pela liderança do país no

¹⁴⁹ A Abrasco busca apoiar indivíduos e instituições envolvidas com o ensino de Graduação e Pós-Graduação, a pesquisa, a cooperação e a prestação de serviços em Saúde Pública/Coletiva, objetivando a ampliação da qualificação profissional, o fortalecimento da produção de conhecimento e o aprimoramento da formulação de políticas de saúde, educação e ciência e tecnologia para o enfrentamento dos problemas de saúde da população brasileira. Fonte: <http://www.abrasco.org.br/site/sobreaabrasco/>. Acesso em 13/07/2015.

¹⁵⁰ Desde a década de 1970, no Canadá, se estruturaram as questões da saúde coletiva, a partir da análise sobre os causadores das doenças, com a compreensão da saúde como produto de diversos fatores: ambiental, físico, social, político, econômico e cultural, que estão em relação para a qualidade de vida. Isso mobilizou saberes técnicos e populares, dentre atores como Estado, comunidade, indivíduo, sistema de saúde e parcerias intersetoriais. Em 1991 na 3ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, na Suécia, as áreas de saúde e meio ambiente foram consideradas inseparáveis e interdependentes: o equilíbrio do ambiente foi visto como intrinsecamente ligado ao conceito de saúde humana (AZEVEDO e PELICIONI, 2011).

¹⁵¹ Como nitratos, aditivos sintéticos e antibióticos.

¹⁵² Dossiê disponível em: <http://abrasco.org.br/dossiagrotoxicos/>. Foram lançadas quatro partes do dossiê, a primeira relacionada ao tema da saúde, buscando focar nas causas dos problemas e priorizar a implantação do Pnapo. A segunda com o tema do meio ambiente, a terceira sobre o conhecimento popular, construindo uma ecologia de saberes. E a quarta sobre a agroecologia. O dossiê também foi impulsionado com a Campanha Contra os Agrotóxicos e pela vida, uma estratégia de trazer pessoas do campo e da cidade para o debate, mobilizando também o campo da ciência (ANA, 2012c)

¹⁵³ Fonte: <http://www.abrasco.org.br/site/2012/07/abrasco-lanca-primeira-parte-do-dossie-que-alerta-sobre-o-impacto-dos-agrotoxicos-na-saude-dos-brasileiros/>. Acesso em 13/07/2015.

consumo mundial de agrotóxicos¹⁵⁴.

Em 2015 houve uma nova edição do Dossiê, contendo um capítulo intitulado “A crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia”. A publicação reúne pesquisas que mostram a correlação direta entre uso de agrotóxicos e problemas de saúde, buscando sua divulgação e afirmando que “não há dúvida, estamos diante de uma verdade cientificamente comprovada: os agrotóxicos fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente¹⁵⁵”, marcando assim a disputa no campo científico (no Anexo C estão painéis do Dossiê que ilustram diversos aspectos da publicação e também referenciam os debates da ANA).

A questão dos transgênicos se situou também como postura crítica ao agronegócio e incrementou o debate sobre temas como soberania alimentar e saúde. Ainda que houvesse mobilizações, como a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos desde 1999, diversos interesses comerciais e da produção em monocultivos e latifúndios foram percebidos na pauta como parte de uma disputa desigual¹⁵⁶. Por outro lado, também cresceram resistências, posicionamentos e contra argumentos, numa arena que ultrapassa meios científicos, políticos, sociais e econômicos¹⁵⁷.

Como parte da polêmica em torno do tema, o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), com o objetivo de informar e reduzir a incidência e mortalidade por câncer no Brasil, publicou seu posicionamento informando que a liberação de sementes transgênicas foi um dos responsáveis pelo maior consumo de agrotóxicos pelo país, visto que elas exigem uma maior quantidade destes produtos. Indicou o princípio da precaução contra o uso de agrotóxico e sua redução, apoiando a produção de base agroecológica que, além de não utilizar estes produtos, tem como base o equilíbrio ecológico, a eficiência econômica e a justiça social, fortalecendo agricultores e protegendo o meio ambiente e a sociedade (INCA, 2015). Esse posicionamento demarcou uma importante opinião pública e institucional em torno do tema.

Em 2012 a ANA iniciou uma nova agenda com a participação na elaboração da Pnapo¹⁵⁸, um processo motivado pela sua trajetória e também pela Marcha das Margaridas¹⁵⁹

¹⁵⁴ Informações em Carneiro et al. (2015), <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos> e <http://www.contraosagrotoxicos.org>. Registra-se um aumento mundial no consumo de agrotóxicos e nos casos de intoxicação, com a forte concentração desse mercado em seis empresas (Bayer, Syngenta, Basf, Monsanto, Dow e Dupont) que controlavam 67,8% de todo mercado mundial deste setor (ANA, 2012c). Nos últimos anos a “Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida” foi uma proposta para sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil, envolvendo inúmeros movimentos sociais, redes, organizações e parcerias, muitos dos quais envolvidos na ANA; apontando a agroecologia como alternativa. Maiores informações em: <http://www.contraosagrotoxicos.org>.

¹⁵⁵ Fonte: <http://www.abrasco.org.br/site/2015/04/lancamento-do-livro-dossie-abrasco-um-alerta-sobre-os-impactos-dos-agrotoxicos-na-saude/>. Acesso em 13/07/2015.

¹⁵⁶ Em menos de duas décadas após a liberação do uso dos transgênicos no país, por uma medida provisória do governo, foi exponencial a velocidade de liberação das variedades pelo governo e o seu alastramento produtivo com apoio governamental e investimento das multinacionais do setor. O documentário “O mundo segundo a Monsanto” traz importantes informações sobre esta questão, produzido nos EUA e pouco divulgado nos meios comerciais do audiovisual.

¹⁵⁷ Exemplos da defesa dos transgênicos são diversos no campo do agronegócio, como na referência ao “atraso” “por interesses de ONGs e ambientalistas para proteger agricultores europeus” por postergarem sua liberação no país (Fonte: http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalle.php?idMateria=578), utilizando a noção da biotecnologia (Fonte: <http://cib.org.br>). Por outro lado, diversos estudos e posicionamentos contrários aos transgênicos repercutiram na mídia, com centenas de pesquisadores de todo mundo trazendo denúncias. Ver <http://portalmetropole.com/2015/05/cientistas-pedem-suspensao-dos.html> e o levantamento jornalístico em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/11/pouca-transparencia-marca-estudos-sobre-riscos-dos-transgenicos/>.

¹⁵⁸ O Pnapo tem duas instâncias principais, uma de diálogo e proposição da sociedade civil, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) que é consultiva, e outro espaço deliberativo, a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) com representantes dos Ministérios.

que exigiu do então governo uma política pública de agroecologia. A iniciativa foi desencadeada envolvendo Ministérios, órgãos governamentais e setores da sociedade civil da época¹⁶⁰.

Como condição para o envolvimento na Pnapo, a ANA promoveu entre março e abril de 2012 cinco seminários regionais, discutindo e formulando um conjunto de diretrizes, objetivos e ações para o novo marco legal, com apoio do governo¹⁶¹. Avaliaram ser um avanço a institucionalização e desenvolvimento conceitual e prático de políticas para a agroecologia, abrindo oportunidades para o fortalecimento da ANA (ANA, 2012e), mas criticaram sua postura: “Se é o governo que propõe uma política de agroecologia, significa que estamos derrotados já que esse mesmo governo libera transgênico, aprova as mudanças no Código Florestal” (ANA, 2012e, p. 3). A correlação de forças era desfavorável e a política não permitiria uma mudança mais profunda nos paradigmas de desenvolvimento.

A questão colocada envolvia, de um lado, manter uma pauta transformadora com propostas abrangentes de políticas e, de outro, atuar no curto prazo diante das circunstâncias e oportunidades. Ou seja, dialogar ou não com o governo era avaliado em termos de ganhos ou de perdas para suas pautas e se junto com estas políticas seria possível um maior alcance para a expansão da agroecologia. O objetivo de aumentar a capacidade política da ANA visava combinar ações táticas e estratégicas, sem que os avanços obtidos deixassem de explicitar as contradições. Buscavam interagir com o governo mantendo sua autonomia e levando elementos para a negociação (ANA, 2012e).

A finalização desse processo interno da ANA ocorreu em um “Seminário Nacional por uma Pnapo” indicando as ações prioritárias e mecanismos de gestão que depois tiveram influência na estruturação e definição da política, pactuando a forma como se relacionaria com o Estado naquele momento (ANA, 2012a).

Desde então, a construção desta política pública passou a ter uma crescente centralidade nas ações da ANA, vindo a orientar também a sua dinâmica de encontros e de diálogos. Esse processo foi forjando uma delimitação do campo agroecológico no diálogo com o governo por meio da Cnapo, aspecto que será retomado no próximo capítulo¹⁶². Vale destacar que mesmo antes do lançamento da Pnapo outras chamadas públicas já haviam dado apoio às práticas agroecológicas, como a de inovação tecnológica do CNPq/MDA para apoio aos núcleos de pesquisa e extensão em Agroecologia junto das instituições de ensino¹⁶³, em consonância com a institucionalização das ideias agroecológicas no Pnater (SCHMITT et al., 2016).

Ao mesmo tempo, nesse período também se mantiveram os diálogos da ANA com

Detalhes no decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.

¹⁵⁹ Processo desencadeado pelas mulheres da Contag, em conjunto com outros movimentos e redes desde 2000, que promovem uma manifestação e encontro anual em Brasília, com a entrega de pautas ao executivo e legislativo federal. Na Marcha de 2011, as mulheres reivindicaram uma política nacional de agroecologia, marcando os reflexos na incorporação da pauta agroecológica por diversos atores sociais.

¹⁶⁰ Um antecedente desse processo foi a pressão da ANA e do Consea em 2010 por um Programa Nacional de Agrobiodiversidade, em diálogo com a então ministra Izabella Teixeira do MMA. Constituíram um Grupo de Trabalho Interministerial que identificou ações ligadas à agroecologia e à agricultura orgânica no PPA (2012-2015) e estabeleceu interlocução com a ANA. Depois, no âmbito do Pnapo, com a interlocução junto da Secretaria Geral e com outros ministérios.

¹⁶¹ Ressalta-se que não foi objetivo deste trabalho trazer uma análise sobre a construção desta política pública e seu desdobramento, mas de trazer as interfaces com o governo na medida em que aparecem na trajetória da ANA.

¹⁶² Após diálogo com a Casa Civil e negociações também junto às Comissões estaduais e nacional de produção orgânica e o Mapa, o decreto presidencial da Pnapo foi lançado em agosto de 2012. Mais informações em Schmitt et al. (2016).

¹⁶³ Tais projetos viabilizaram a criação, por exemplo, dos Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão Científica e Tecnológica (NIA), como na UFRRJ

organizações da sociedade civil, na “Cúpula dos Povos na Rio+20: por justiça social e ambiental¹⁶⁴” e no “Encontro Unitário de trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas”.

Na Cúpula dos Povos a ANA participou da construção dos debates com o seminário internacional “Tempo de agir por mudanças radicais: agricultura familiar camponesa e agroecologia como alternativa à crise do sistema agroalimentar industrial¹⁶⁵”. Os debates tiveram a participação de integrantes da ANA e de convidados internacionais¹⁶⁶ que puderam socializar preocupações e diagnósticos sobre a agroecologia e o avanço do agronegócio no mundo¹⁶⁷. A proximidade nas falas foi presente, por exemplo, quando Vandana Shiva¹⁶⁸, ao expor a experiência na Índia com o uso de sementes patenteadas de algodão, denunciou o controle da biodiversidade, concentração e perda de variedades, afirmando que “precisamos nos organizar e dizer às corporações e governos que sabemos qual o futuro que queremos, e que somos nós que iremos moldá-lo” (ANA, 2012b, p. 11).

Essa intersecção pode traduzir-se na discussão sobre transnacionalização dos movimentos sociais (TARROW, 2009) ou de globalização da política. Isso foi facilitado pelo crescimento de preocupações, impactos e diagnósticos comuns desde o pacote da modernização agrícola presente em vários países, a maior interdependência econômica internacional e os hábitos e culturas que se aproximavam, num processo facilitado pelas tecnologias da internet. Essa difusão pode gerar novas oportunidades, recursos e incentivos para as redes e movimentos sociais nacionais (McADAM, TARROW e TILLY, 2009), de forma que não apenas o âmbito local, nacional e o Estado fossem catalizadores ou impulsionadores de ações coletivas.

Ainda na interação com organizações da sociedade civil, em agosto de 2012, a ANA participou do “Encontro unitário de trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas”, com um maior protagonismo dos movimentos sociais do campo brasileiro tendo como centro da pauta a luta pela terra, a produção de alimentos saudáveis para toda a população e a defesa da cultura e do saber do campesinato¹⁶⁹.

¹⁶⁴ A Cúpula aconteceu nos dias 15 a 22 de junho de 2012, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A ANA, assim como outras organizações do encontro nacional de 2011, participou do Grupo de Articulação da Sociedade Civil responsável pela organização da Cúpula.

¹⁶⁵ Organizado pela ANA, ASA, AS-PTA, ABA, Campanha Nacional contra os agrotóxicos e pela vida, Contag, Conaq, Fase, Fetraf, Frente Nacional em defesa dos Territórios Quilombolas, Rede Cerrado, Terra de Direitos e Via Campesina. Com as parcerias internacionais: Action Group on Erosion, Technology and Concentration, AgriCultures Network, Amigos da Terra Internacional, Abrasco, Biofuelwatch, Biovision, Coalition More and Better, European Network of Scientists for social and Environmental Responsibility, Intercontinental Network of Organic Farmers Organisations, International Federation of Organic Agriculture Movements, Navdanya - Research Foundation for Science Technology & Ecology, Sociedade Latinoamericana de Agroecologia, Southeast Asia Regional Initiatives for Community Empowerment, Third World Network. Com o apoio de: ActionAid Brasil, Oxfam, MDA e Conab.

¹⁶⁶ Como Aksel Naerstad, da Coalizão More and Better; Pat Mooney, membro do Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração; Miguel Altieri, da Sociedade Latinoamericana de Agroecologia; Parviz Koohafkan, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação; Nora Ignacio, da organização Sea Rice das Filipinas; Almuth Ernsting, da organização Biofuelwatch da Inglaterra; Moisés Quispe, da Intercontinental Network of Organic Farmers Organizations; Fredy Congo, da Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras do Equador e Vandana Shiva, da Fundação por Tecnologia Científica e Ecologia da Índia.

¹⁶⁷ Nos eixos: crise alimentar mundial e desafios à soberania alimentar; Agricultura e crises ambientais; Apoio à transição agroecológica: políticas públicas nacionais e internacionais; A falsa solução dos transgênicos e os movimentos de resistência; Impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente.

¹⁶⁸ Cientista indiana, formada em física e ativista social em temas como meio ambiente e feminismo, expoente na crítica à Revolução Verde na Ásia.

¹⁶⁹ Entre 20 e 22 de agosto de 2012, realizado em Brasília. Informações e carta política em:

A Carta Política desse Encontro indicou a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, com diversos compromissos entre os participantes, como o de intensificar o processo de unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, massificar a agroecologia e lutar por políticas públicas, em especial a reforma agrária.

A iniciativa foi avaliada pela ANA como mais um passo num processo de unificação de forças sociais dos movimentos rurais. Segundo ela, o Encontro unitário fazia uma dupla ruptura: “Com um comportamento de cooptação dos movimentos pelo governo, ou relativa subordinação” e com a definição, pelos movimentos sociais, pela primeira vez, de uma estratégia a favor da agroecologia, o que deveria ser aproveitado para a construção do III ENA, que então se iniciava. O Encontro Unitário não utilizou a estratégia de dialogar diretamente com o governo, mas de provocá-lo a tomar medidas para este campo, diferente dos ENAs quando havia um diálogo explícito com o governo.

A afirmação do conjunto das organizações de movimentos sociais pela agroecologia expressou a consolidação que vinha dos anos anteriores. O Encontro Unitário também expressou outra direção na articulação entre as organizações dos movimentos sociais rurais, que tem outros espaços de diálogos e intersecções que não apenas a ANA, como os fóruns estaduais pela reforma agrária e justiça no campo e sua percepção sobre a necessidade de rearticular ações que estavam dispersas, frente à avaliação da conjuntura política¹⁷⁰.

Depois do Encontro Unitário, ainda em 2012, a ANA inicia a organização do III ENA.

3.4 O III Encontro Nacional de Agroecologia

A preparação do III ENA foi marcada pelo aprofundamento no tema da comunicação, não apenas por meio dos diagnósticos que já haviam sido feitos anteriormente sobre a limitação no diálogo com outros campos sociais, mas também sobre as formas e ferramentas para efetuar a troca de informações e transmitir a mensagem sobre a agroecologia.

Da mesma forma que nas outras reuniões, o seminário nacional convocatório para o processo de operacionalização do III ENA, em dezembro de 2012, propunha compartilhar leituras sobre o contexto rural, procurando consensos na diversidade das organizações presentes. A mesa de debates teve a participação de vários campos sociais que compõem a ANA¹⁷¹, expressando a contínua avaliação no acirramento da hegemonia política, econômica, jurídica¹⁷², acadêmica, midiática e ideológica do agronegócio.

Os debates se alicerçaram na proposta do Encontro de Diálogos e Convergências, tanto buscando aproximar os discursos das organizações, quanto de conseguir novos aliados e

<https://encontrounitario.wordpress.com>.

¹⁷⁰ Os fóruns existem em alguns estados e são espaços de articulação dos movimentos sociais, que apoiam, lutam e defendem a reforma agrária e a agricultura familiar camponesa. O Encontro Unitário também encaminhou a proposição da Comissão Camponesa da Verdade ao governo brasileiro, no sentido de reconhecer os casos de tortura e violência da ditadura militar no campo, como expôs a liderança da Contag: “Quem foram essas pessoas menos conhecidas? Foram nós, nossos irmãos, camponeses que perderam a vida efetivamente, porque quem tinha algum outro poder e relações a mais, foram visibilizados mais fácil, agora um camponês que fazia um enfrentamento no período, se não fosse um dirigente, liderança, só por ele fazer a luta e não ser uma liderança nata e não constituída ficaram na invisibilidade por bastante tempo” (William Clementino Matias, Contag. Entrevista em 26.02.2015). O Relatório final da Comissão Camponesa da Verdade está disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final%20Comiss%C3%A3o%20Camponesa%20da%20Verdade%20-%202009dez2014.pdf>

¹⁷¹ Abrasco (Fernando Carneiro), Fase (Maria Emília Pacheco), Conaq (Manoel Ailton), Contag (Carmen Foro) e MMM (Conceição Dantas).

¹⁷² Foi citado o caso de expedientes jurídicos de ordem menor tentarem se sobrepor a ordem maior, como decretos e instruções normativas para cercear e bloquear conquistas constitucionais, como de terras quilombolas (ANA, 2012c).

aprofundar estratégias de comunicação com a sociedade, frente à avaliação de que “os nossos caminhos não tem eco em lugar nenhum” na fala de Carmen Foro, da Contag (ANA, 2012c, p. 8). Também mantinha o recorte metodológico em torno dos territórios e experiências.

Na programação deste seminário houve a saudação da deputada Luci Choinaki de Santa Catarina que apontou o avanço com a criação da Frente Parlamentar pela Produção e Agroecológica¹⁷³. Nas reuniões da ANA os expositores, mesmo que de diversas origens e posições sociais, tinham relações e proximidade direta com o universo das organizações que defendiam a agroecologia.

Guilherme Delgado trouxe um olhar histórico para entender a mudança e manutenção na matriz de geração de capital e uma base analítica para as críticas até então reiteradas pela ANA, desde a ditadura militar até o período recente com o agronegócio. Convergiu com a visão da ANA de que, apesar do campesinato ser uma classe heterogênea, vinha crescendo o grau de consciência da necessidade de sua unidade política para uma contra-hegemonia que lutasse contra os setores do pacto hegemônico, com soluções buscadas nas pequenas iniciativas.

As tribos [que circulam em torno de um projeto alternativo de vida e de sociedade] já viram que sozinhas não têm força, mas que podem se articular. Desse diálogo informado e consciente que temos que criar condições concretas e imediatas para resolver os problemas do mundo da vida. Não precisamos esperar a crise terminal do sistema e a revolução acabada para construir uma hegemonia acabada. É a construção da contra-hegemonia no concreto que vai permitir que saíamos do grau de incerteza em que estamos imersos, num processo de dissolução da sociedade capitalista, à qual se sucede e um pós-capitalismo que nós não sabemos como é, mas que pode ser construído (ANA, 2012c, p. 24).

O seminário também debateu os sentidos estratégicos do III ENA e levantou as preocupações que nortearam o ENA: “Porque interessa à população apoiar a agroecologia?”, buscando aprofundar os mecanismos e meios de comunicação para transmissão desse diálogo com o público rural e urbano, evidenciando a agroecologia enquanto um problema público. Incluiu as inquietações que permeavam a elaboração da Pnapo, de modo a contribuir nesta formulação e negociação com o governo, bem como em articular o conjunto de políticas, antes pensadas separadamente. Nos debates desse encontro, a relação com o governo foi colocada em análise, com crescentes críticas às suas políticas para o agronegócio, requerendo que houvesse a explicitação das denúncias desta escolha pelo governo¹⁷⁴ (ANA, 2012d).

O eixo da comunicação procurava traduzir a agroecologia para além da produção, de modo a inseri-la numa agenda política de alianças. Foram pensados canais e públicos específicos para os diálogos da agroecologia (escolas, feiras, profissionais da saúde, consumidores, *chefs* de cozinha e juventude), e atentou-se para a dinamização de processos de comunicação junto às entidades da ANA e nas atividades preparatórias. A comunicação era colocada como um direito, valorizando a cultura popular e o uso de estratégias de informação em rede (ANA, 2015).

A difusão da comunicação abrangia a expectativa histórica de que os movimentos se somassem no processo preparatório, junto de suas agendas (como Grito da Terra da Contag e o Abril Vermelho do MST), nas aproximações com as organizações atuantes com a educação (Unefab, Efas e escolas) e na atuação de Ater para que organizassem os produtores e a

¹⁷³ Em julho de 2015 foi lançada a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica coordenada pela deputada.

¹⁷⁴ No seminário houve falas expositivas de Silvio Gomes de Almeida (AS-PTA/Núcleo Executivo da ANA), Eugênio Ferrari (CTA-ZM/Núcleo Executivo da ANA) e Noemi Krefta (MMC) que provocou o tema da participação das mulheres na construção do campo agroecológico.

produção. Novamente o objetivo de atingir maiores escalas se expressou, procurando sinergias entre agendas existentes. Os temas eram separados entre os que mobilizavam “para fora” (alimentação e saúde) e “para dentro” (soberania e segurança alimentar) mostrando a percepção das diferenças de linguagens e entendimentos sobre como poderiam sensibilizar a sociedade.

Apareceram também iniciativas que ainda não dialogavam com a agroecologia, como o extrativismo e as comunidades tradicionais que não enfatizavam estritamente a produção, mas a manutenção e relação com o território e suas identidades. Isso levantou uma nova chave para a agroecologia e permitiu perceber como ela se traduz em contextos diversos, em especial considerando que, na sua caminhada histórica, teve mais focalização na produção e na crítica ao agronegócio, com poucos investimentos nas regiões norte e centro-oeste, onde outras questões afloravam.

Durante o III ENA os indígenas e os povos tradicionais apresentaram uma moção em que mostravam sua identidade histórica com a agroecologia, aderindo e reconhecendo-se nesta noção. Para Irene Cardoso, da ABA/UFV, a agroecologia tem o desafio de olhar para as experiências dos povos e comunidades tradicionais, de aprender e também se reconhecer nelas. No caso das populações tradicionais “enxergar a partir do que eles fazem para avançar é um grande passo” (Entrevista em 19/11/2015), já que não partem necessariamente da negação à modernização agrícola, ou tem interações mais recentes com este modelo, trazendo outros sentidos culturais e de resistência, com uma ação mais originária de relação e valorização da natureza. A interface com os povos e comunidades tradicionais vai se repetir em momentos posteriores.

Após o seminário de dezembro de 2012 foram organizados os temas e a metodologia do III ENA, e se incluía também o objetivo divulgar e debater as medidas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo¹⁷⁵) e a socialização, monitoramento e controle social da sua execução. Entre 2013 e 2014 foi realizada uma série de atividades preparatórias, como 13 caravanas¹⁷⁶ territoriais, uma oficina de comunicação e um seminário nacional de mulheres (ANA, 2015; 2014b), consoante com a metodologia dos ENAs anteriores¹⁷⁷.

O III ENA ocorreu entre 16 e 19 de maio de 2014 na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIASF), em Juazeiro – BA sob o lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde, Cuidar do Futuro”, depois de mais de um ano de preparação. Participaram mais de 2000 pessoas. Destas, 70% eram agricultores familiares, camponeses, pescadores, indígenas, povos e comunidades tradicionais, com paridade de gênero pela primeira vez em um ENA. Os participantes estiveram envolvidos com as caravanas territoriais, com divisão de vagas por região, e com cotas institucionais para organizações e movimentos sociais¹⁷⁸. Este ENA seguiu a tendência de maior apoio governamental, seja federal ou estadual, além de entidades públicas, o que reflete, como visto, a crescente interlocução da pauta da agroecologia e da ANA com as políticas públicas¹⁷⁹.

¹⁷⁵ O Planapo é o principal instrumento de execução da Pnapo, busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos diversos ministérios envolvidos.

¹⁷⁶ As caravanas foram atividades realizadas no processo do III ENA com visitas, rotas e interações em determinados locais para os objetivos deste encontro. O estudo de Dornelas (2016) traz a experiência da caravana no Espírito Santo.

¹⁷⁷ Não tivemos acesso à sistematização de reuniões em 2013.

¹⁷⁸ Movimentos sociais e organizações: CNS, Contag, Conaq, Fetraf, MMC, MMTR-NE, MPA, MST, Rega Brasil, MIQCB, MAB, CPT, Apib, Terra de Direitos, Unefab, Rede Juçara, Campanha Nacional de Agrotóxicos e pela vida, Unicafe, Remera, PJR. Redes parceiras: FBSSAN, FBES, Abrasco, MMM, RBJA, AMB, ABA. Além de comissão local e organizadora nacional, gestores públicos, comunicadores, mulheres participantes de seminário preparatório, convidados internacionais e entidades de cooperação (ANA, 2013).

¹⁷⁹ Apoiaram o evento, setor público federal: Anvisa, BNDES, Conab, Embrapa Semiárido, Fundação Banco do Brasil (FBB), Fiocruz, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/ MMA), Incra,

A preocupação de garantir que as mulheres fossem pelo menos metade das participantes esteve presente desde a preparação deste ENA, sob a vigilância do GT das Mulheres que trouxe a pauta de forma mais incisiva com a afirmação de que “sem feminismo não há agroecologia”, realizando atividades e uma mesa de debates. Esse momento marcou uma estratégia do GT Mulheres da ANA com intervenções em cada tema, mostrando a relação irreduzível entre as pautas. Evidenciaram que questões como violência, opressão e desigualdade das mulheres não estavam vencidas, denunciando não apenas as desigualdades na sociedade e junto das práticas agroecológicas, mas também internas no ambiente doméstico e nas práticas das organizações sociais e produtivas. A questão localizou-se como um problema público a ser continuamente reconhecido, na explicitação das contradições do movimento agroecológico percebido pelas mulheres.

Na programação ocorreram plenárias (abertura, juventudes, mulheres e final), oficinas autogestionárias, seminários temáticos, sessões territoriais, seminário internacional, troca de sementes, feira de saberes e sabores e atos políticos, dentre variados momentos de troca e participação.

A expressão das experiências realizou-se a partir da cultura e da comunicação, considerados elementos estruturantes do III ENA, e que estavam presentes nas caravanas que buscaram “mobilizar os atores locais, contribuir para uma leitura integradora da realidade de cada território, fortalecer as práticas agroecológicas, ampliar a escala das experiências e identificar as ameaças que essas iniciativas enfrentam para se desenvolver” (ANA, 2015, p. 12). A sistematização das caravanas foi apresentada no III ENA de forma visual em instalações pedagógicas territoriais¹⁸⁰.

Nesse momento a noção de território foi colocada como unidade de análise e uma arena política pela agroecologia, enquanto “espaço físico, sociocultural e econômico onde se dão as disputas entre os modelos de desenvolvimento” da agroecologia e do agronegócio (ANA, 2015, p. 11), reafirmando a incorporação desta linguagem.

Os seminários temáticos realizados no III ENA foram: Luta pela reforma agrária e pelo reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais; Abastecimento e construção social de mercados; Agricultura urbana; Comunicação; Conflitos e injustiças ambientais; Construção do conhecimento agroecológico; Educação do Campo; Normas sanitárias; Plantas medicinais; Financiamento; Saúde e agrotóxicos; Sementes e agrobiodiversidade; Sociobiodiversidade e Acesso e gestão das águas¹⁸¹.

Em comparação ao processo histórico dos eventos nacionais até então visualizados, novos temas entraram com maior destaque para o debate, como a agricultura urbana, comunicação, educação do campo, normas sanitárias, sementes, injustiça ambiental, sócio e agrobiodiversidade e Ater. Desde o I ENA outros temas foram resgatados para este espaço, como a gestão das águas no semiárido e as plantas medicinais, sendo que os demais pontos tiveram continuidade desde os encontros anteriores. De maneira geral, os temas dos ENAs refletiram um diálogo com o Estado, buscando influenciar nas políticas públicas e na gestão da vida social.

Itaipu Binacional, MDA, MMA, MDS, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Petrobrás e UNIASF. Apoio internacional: Action Aid, Fundo Social Europeu, Heinrich Boll Stiftung, Misericórdia, Oxfam, Terre des Hommes Schweiz. Além da organização social Cese.

¹⁸⁰ Foram visitados 12 territórios nas caravanas preparatórias, durante um ano e houve 15 instalações pedagógicas montadas no evento, expressando visualmente a leitura sobre os territórios visitados: Zona da Mata/MG, Santarém e Belterra/PA, Chapada do Apodi/RN, Sudoeste do Mato Grosso, Bico do Papagaio/TO, Região Mogiana-Sorocabana/SP, Região Sul, Região metropolitana do Rio de Janeiro, Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, Sertão do Araripe/PE, Território do Sisal/BA, Extremo sul da Bahia, Sertão do São Francisco/BA e Rondônia.

¹⁸¹ Os resultados dos temas estão nos anais do III ENA, disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/index.php/publicacoes/publicacoes-da-ana/publicacoes-da-ana/anais-do-iii-ena/download>

O III ENA aprofundou a estratégia de comunicação para o diálogo social, ferramenta pedagógica e de articulação. O sistema de comunicação dominante foi acusado de legitimar ideologicamente o modelo econômico gerador de desigualdades sociais, concentração de riquezas e a destruição ambiental, imbricado economicamente com o grande capital (ANA, 2014a). Em seu lugar apontaram a comunicação plural, dialógica e em rede para a efetivação da democracia e a construção de outro projeto de nação, o que revela o objetivo de impor outra visão de mundo e dos acontecimentos, para influenciar a opinião pública e obter maior força política. Mais do que impactar a grande mídia que influi no campo político e impõe hierarquias e interpretações, os esforços se concentraram na produção de mídias próprias, na luta pelo direito de falar com legitimidade (CHAMPAGNE, 1996).

Como síntese das discussões e para não reproduzi-las apenas através da oralidade e de forma textual, foram produzidos painéis, buscando facilitar a compreensão dos debates com desenhos e símbolos gráficos, coerente com o perfil social diverso do público presente. As instalações pedagógicas e os painéis trouxeram uma inovação metodológica, em comparação aos outros ENAs¹⁸². Também se formou um coletivo de comunicadores, que fez matérias sobre o evento e buscou dar continuidade na sua articulação.

O diálogo internacional se incluiu neste ENA, com a participação de integrantes da América Latina, África e Europa, os quais de uma maneira geral saudaram a inspiração e os ensinamentos da experiência brasileira, reconhecendo-a como um avanço na esfera da internalização da agroecologia nas políticas públicas (como Pnapo e Planapo) e do processo de construção popular com a articulação dos movimentos sociais, de dentro e de fora do Brasil. Uma das falas indicou a “necessidade de um movimento agroecológico de escala planetária que seja capaz de transformar radicalmente a ordem dominante nos sistemas agroalimentares modernos”, conforme depoimento de Walsum, da ONG holandesa Ileia (ANA, 2015, p. 141). Situaram a agroecologia como resposta para a crise sistêmica global, enquanto redes sociais em escala internacional e a busca pela sua coalizão política, ainda que não fosse citada diretamente uma rede internacional de agroecologia no evento, nem percebida em outros documentos pesquisados da ANA.

Os atos públicos organizados neste ENA se propunham a uma aproximação com a sociedade para transmitir a proposta da agroecologia. Ocorreram intervenções simultâneas em três locais distintos que se unificaram na ocupação da ponte que liga as cidades de Juazeiro e Petrolina, divididas pelo rio São Francisco¹⁸³. As centenas de participantes denunciaram as mortes causadas pelos agrotóxicos e transgênicos e pediram apoio à agroecologia. Esse momento repercutiu na cidade, com a pressão dos motoristas e da polícia, durante cerca de uma hora de paralisação na ponte. Um carro de som animava os participantes, transmitia mensagens e palavras de ordem: “Agroecologia é vida! Agronegócio é morte” e “Írá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra e um novo mar. E nesse dia o oprimido, na sua voz, a liberdade irá cantar. E nesse dia o forte, o grande e o prepotente irá chorar até o ranger dos dentes” (ANA, 2015, p. 154).

Na plenária final, onde estavam presentes todos os participantes e representantes do governo e órgãos públicos, foi lida a Carta Política por Paulo Petersen e Maria Emília

¹⁸² Os anais do III ENA contêm todos os painéis: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/anais-do-iii-ena.pdf>. O Anexo C contém o painel que debateu mulheres e agroecologia e o território da Chapada do Araripe.

¹⁸³ As três intervenções foram: a mobilização das mulheres na Embrapa Semiárido reivindicando uma Embrapa Agroecologia e políticas para as mulheres; Denúncia ao teste do mosquito geneticamente modificado contra a dengue, no mercado do produtor em Juazeiro, denunciando o risco do descontrole e suas consequências; E protesto em frente a unidade de pesquisa da Monsanto, colocando cruzeiros na porta da empresa que simbolizavam as mortes provocadas por seus produtos (ANA, 2015).

Pacheco¹⁸⁴. A principal interlocução com o governo ocorreu junto ao ministro Gilberto Carvalho, que representou a então presidenta Dilma Rousseff. Em sua fala, além de considerar a Carta como um instrumento de cobrança e um programa de governo para um modelo de sociedade, ele reconheceu que não haveria correlação de forças para que as questões colocadas se tornassem realidade, frente à bancada ruralista no Congresso, representando os poderes econômicos e não o povo brasileiro. O ministro não trouxe qualquer comprometimento por parte do Poder Executivo, assim como a participação do governo nos eventos nacionais anteriores.

A Carta Política do III ENA sintetizou os principais consensos do encontro, tanto nos temas, oficinas e plenárias, quanto ao apontar a agroecologia como caminho alternativo aos padrões do agronegócio, com respostas diversificadas frente às questões que desafiariam o futuro da sociedade.

Compreendida e assumida por crescentes setores da sociedade brasileira que encontram na agroecologia respostas concretas não só a desafios imediatos, a começar pela superação da miséria, como também à concretização dos anseios da população por uma alimentação saudável, pela saúde coletiva, pela conservação dos bens naturais e das paisagens rurais, pela preservação do patrimônio cultural e pela geração de trabalho associado à distribuição de renda, a relações de igualdade entre homens e mulheres e a oportunidades para jovens exercerem plenamente a cidadania política e econômica (ANA, 2014a, p. 8).

Estes elementos proporcionariam a convergência entre distintos movimentos e organizações sociais. Se, por um lado, foram saudadas uma série de políticas públicas conquistadas para o campo agroecológico, por outro, novamente o governo também foi denunciado por sua aliança com as forças que sustentavam e se beneficiavam do agronegócio e expressões do grande capital, subjugando povos e territórios. Como exemplo, foi citada a ausência da reforma agrária na agenda da Pnapo e de políticas, leis e projetos de lei, na contramão da agroecologia.

Dentre as falas finais do III ENA houve a cobrança de ampliar o movimento e “fazer valer o Brasil Agroecológico” (ANA, 2015, p. 162). O encerramento foi com uma caminhada às margens do rio São Francisco, ao por do sol.

O evento permitiu o encontro da diversidade de sujeitos e realidades do campo agroecológico, de todos os estados, nas diferentes culturas e linguagens da sua apropriação e identificação. A metodologia, que para alguns foi muito rígida ou organizada, como reflexo do papel das ONGs no espaço, contou com diversos tipos de dinâmicas (grupos menores e maiores, conversas livres, apresentações, plenárias e debates acirrados) em variados espaços da Universidade. Mesmo mantendo o debate por temas, estes passaram a ser tratados em exposições visuais, como os painéis e instalações pedagógicas dos territórios, que demonstraram seus avanços e conflitos. Os quatro dias promoveram a sinergia de que tanto se fala sobre a construção do conhecimento e da troca entre saberes diversos, bem como em reanimar e reabastecer utopias, realidades e projetos de outra sociedade, trazendo as místicas, os sons, cores e sabores dos que fazem e atuam no campo agroecológico.

Reuniões seguintes ao III ENA

Após o III ENA, outras duas reuniões, realizadas em 2014 e 2015, aprofundaram a discussão sobre a organização da ANA, abrindo um debate sobre sua estrutura, até então

¹⁸⁴ Carta disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/index.php/publicacoes/publicacoes-da-ana/publicacoes-da-ana/carta-politica-ena/detail>. Os representantes do governo eram: Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República; Flavio Bastos representante do governo da Bahia; José Caetano presidente da FBB; Chico Oliveira assessor do BNDES; Waldir Stumpf diretor de Transferência de Tecnologia da Embrapa e Valter Bianchini secretário de Agricultura Familiar (MDA).

ausente nos documentos acessados.

A primeira delas ocorreu cerca de três meses depois do III ENA, em agosto de 2014, para avaliação do evento e realizar um debate sobre o seu futuro, em Luziânia-GO, com a presença de 39 organizações. A avaliação percorreu alguns temas (participação, temas estratégicos, resposta a pergunta orientadora, comunicação, poder público e metodologia), com críticas a aspectos operacionais e formas de financiamento, a percepção de avanços como a expressão comunicativa através da cultura, a presença das mulheres e do encontro como um processo. Também analisou desafios sobre sua continuidade, o debate com o público urbano e a expressão real do plano nacional de agroecologia (ANA, 2014c).

A reflexão sobre o fortalecimento da integração com novos atores, como indígenas, quilombolas e juventude, por exemplo, trouxe questões sobre o acolhimento e envolvimento destes sujeitos que passaram a se identificar com a noção da agroecologia.

Esse foi um resultado importante que traz para ANA uma grande responsabilidade de acolher novas militâncias, novos atores que passam a identificar convergências a partir do que significou o processo desencadeado pelo ENA; Pensar o futuro passa por continuar facilitando os processos que oportunizem que essas distintas identidades estejam cada vez mais presentes e ativas, também na própria ANA (ANA, 2014c, p. 13).

Como a ANA não tinha por definição um processo formal para a entrada de novas organizações, com fluidos envolvimento a partir dos seus diversos entendimentos e posições, a ampliação para novos atores ainda não encontrava um caminho explícito.

Assim como em reuniões anteriores, Guilherme Delgado fez uma análise sobre a questão agrária e Selvino Heck, então membro da Secretaria Geral da Presidência da República, uma análise de conjuntura, considerando também o período eleitoral. Os expositores cumpriram um papel de auxiliar nos diagnósticos e análises sobre a crise social e econômica do país que se acirraria nos anos seguintes, e em conjecturas sobre o futuro do governo e sua relação com a sociedade civil. Isso levantava elementos para orientar nas ações políticas das organizações integrantes da ANA.

Nas expectativas para o futuro da ANA foi apontado, por exemplo, a participação dos agricultores na sua construção política e não apenas nos ENAs, o que incluiu outras propostas sobre sua organicidade, por exemplo, de ter recomposições, mandatos e fazer uma revisão da sua dinâmica. Nesta reunião já se explicitavam algumas propostas com a expectativa de mudança na forma de operação da ANA, dando sinais de que sua organização não era consensual entre os presentes, explicitando as controvérsias tanto para a maior participação dos agricultores, quanto na renovação de membros.

Tratar a agroecologia como um problema público não limitada a um projeto de determinados grupos, mas de desenvolvimento do país desde práticas locais, permanecia após o III ENA, em especial no seu acolhimento e operação por outros campos sociais. A ANA foi colocada no papel de criar o ambiente de mobilização local entre movimentos que se fortaleceriam nos territórios, mas sem trazer de que maneira isso poderia ocorrer, dada a ausência de mecanismos próprios de ação.

Para aprofundar alguns destes elementos, em fevereiro de 2015 ocorreu um seminário nacional, com a presença de 69 organizações, um maior número de participantes do que nas reuniões anteriores, abarcando diversas organizações que participaram do III ENA¹⁸⁵. A anterior Coordenação Nacional se reformulava em uma Plenária Nacional, envolvendo uma maior diversidade de organizações. Propôs-se uma análise de conjuntura para tentar equalizar

¹⁸⁵ Atividade com a presença da pesquisadora que pode trazer mais elementos, para além da própria ata produzida oficialmente pela Secretaria da ANA.

entendimentos, levantando desafios e oportunidades para aquele ano, privilegiando falas das organizações dos movimentos sociais rurais e suas orientações políticas¹⁸⁶. Nas falas iniciais da reunião foi reiterado pelo Núcleo Executivo o princípio da atualização no formato e nos espaços organizativos, o que objetivaria evitar estruturas rígidas e verticais, já que o debate sobre a organização da própria Articulação estava em pauta.

Da mesma forma como as análises dos últimos encontros nacionais, a reunião trouxe a avaliação da “impossibilidade de convivência entre modelos de desenvolvimento em uma nau sem rumo e o campo agroecológico empurrado para a beira do prato” (ANA, 2015b, p. 6), considerando nau sem rumo as orientações do então governo federal com suas contradições frente às políticas para a agroecologia, em risco de retrocesso com o maior peso do neodesenvolvimentismo. O cenário nacional era de crescente crise social, econômica, ambiental e política¹⁸⁷.

Os debates mostravam a perplexidade com a crise política nacional, denúncias de corrupção no governo e os crescentes retrocessos sociais, sem que os movimentos sociais conseguissem dar efetivamente outro contraponto na comunicação. Foi afirmado que: “Se nós não falarmos outros não falarão pelos nossos projetos” (Naidson Baptista, ASA) e “temos que sair do comodismo, a corda vai enforcar a gente e não o governo, vai impactar nas políticas” (Willian Clementino, Contag), com a avaliação de ser um momento mais defensivo, para evitar retrocessos, do que ofensivo, diagnosticando a distância das decisões políticas do então governo junto aos movimentos sociais. Ou seja, a crise no governo era avaliada em termos de perdas de políticas e de conquistas sociais, avaliando a necessidade de reforçar sua importância¹⁸⁸.

O seminário também contou com grupos de trabalho¹⁸⁹ e a plenária abrangeu questões sobre a identidade e as condições de recursos das organizações integrantes para a ANA, além de refletir sobre sua forma organizativa. Diversos entendimentos emergiram, seja defendendo uma estrutura mais hierárquica, como na fala de uma organização sindical, seja defendendo a proposta de manter a horizontalidade, na perspectiva de ONGs. Estas tensões são aprofundadas no próximo capítulo.

Ao final, o seminário apresentou a dinâmica e o histórico da Planapo e debateu propostas para o II Planapo, considerando também o prazo para incidência no PPA, além do calendário de seminários regionais, semelhantes ao processo desencadeado pela ANA no I Planapo¹⁹⁰. Nos debates houve sugestões sobre metodologias, instrumentos e forma de

¹⁸⁶ O histórico da ANA foi feito por Eugênio Ferrari (CTA/UFV), e a análise de conjuntura por Naidson Baptista (ASA), Willian Clementino (Contag), Celso Ludwig (Fetraf) e Maria Verônica de Santana (MMTR-NE).

¹⁸⁷ Ao final da eleição do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2014, houve o crescimento de manifestações contra a sua reeleição, cobertos pela grande mídia e protagonizados pela oposição, intensificado com as denúncias de corrupção na Petrobrás, pela Operação Lava Jato. A intensificação da crise econômica e social mundial também acirrava esse contexto. Essa crescente instabilidade social, com um protagonismo de atores do judiciário, executivo, legislativo e da grande mídia gerou o afastamento da presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016, culminando depois no seu impeachment.

¹⁸⁸ Com a saída de Dilma, o novo governo implantou uma agenda de austeridade, com cortes e projetos que impactavam diversas políticas na educação e saúde (PEC 241 e reforma do ensino médio), ameaça de término no Pnae e PAA, entre outros.

¹⁸⁹ Os GTs abarcaram elementos sobre espaços de influência política, ações territoriais e interterritoriais, comunicação interna e externa e articulação com outras redes, que buscava tanto o nivelamento de informações, quanto a orientação de ações e pautas de importância comuns. Os debates por GT foram: GT 1: Sementes; Sociobiodiversidade, Florestas e Extrativismo; Plantas medicinais; GT 2: Agrotóxicos; Conflitos e Injustiças ambientais; Defesa dos Territórios; Saúde Coletiva; GT 3: Reforma Agrária; Direitos Territoriais; Acesso e Gestão das Águas; GT 4: Normas Sanitárias; Mercados e Agricultura Urbana; GT 5: ATER, Pesquisa e Financiamento; GT 6: Juventude e Educação no Campo.

¹⁹⁰ Os eixos do II Planapo foram sobre: I. Produção; II. Uso e Conservação de Recursos Naturais; III. Conhecimento e IV. Comercialização e Consumo.

execução das políticas, além da inclusão de mais metas e atividades até então inexistentes, seu monitoramento e as condições de orçamento, dando continuidade no espaço e importância que as políticas públicas tiveram, especialmente desde 2012.

3.5 Síntese: o processo de reconhecimento da agroecologia

Este capítulo mostrou o esforço da ANA em tornar a agroecologia uma questão pública reconhecida. Buscamos, principalmente a partir dos documentos emanados dos encontros, perceber como certas interações e posicionamentos neste campo ocorreram. A busca de parcerias e maior articulação foi feita para fortalecer resistências, em articulações escalares e conexões diversas com determinados atores sociais, envolvendo uma seletividade. Os documentos mostraram, no geral, o esforço de obter consenso e unidade política, sem explicitar as particularidades, controvérsias e as diferenças que também permeiam estes processos sociais, bem como as interpretações que cada ator fez deste espaço. Nos documentos, geralmente, não há posições individuais, mas posições coletivas que procuraram construir para fora a visão deste grupo e conformar esse ator coletivo.

As controvérsias foram expressas quando se abriram momentos específicos de debater a organização da própria ANA, como nas reuniões de 2014 e 2015, emergindo então diferentes visões. A proposta inicial da organização horizontal não necessariamente foi reforçada por todos os atores, e indicou expectativas diversas que mostraram as pressões sociais que permeiam o campo agroecológico, como a sua efetivação e efetividade no diálogo com a sociedade e a atuação das organizações dos movimentos sociais em torno da pauta.

Os espaços de reuniões caracterizaram-se, em geral, como ambientes de pressão, dado seu caráter político que exigiu, de cada integrante, posicionamentos, comprometimentos e identificação com seu formato e suas pautas. Os custos em se envolver e se manter nesse ambiente ultrapassam as questões em torno da identidade com a agroecologia e requerem aportes de projetos, tempos e ações de cada organização para a continuidade da própria articulação. Por outro lado, esse engajamento se concentrou, até então, em algumas ONGs com perfil operativo semelhante ao que a ANA exprimiu historicamente.

Além disso, a dinâmica das reuniões se pautou por prévias avaliações e análises de conjuntura, que também levantaram angústias, contradições e permanentes tensões para o campo agroecológico. A resolução destas contradições se coloca para além do alcance da própria ANA, apesar das reafirmadas expectativas dos atores em vencê-las. Isso trouxe de forma crescente a relação entre a expectativa levantada e os resultados nos discursos e nas realidades da agroecologia.

Nesse processo a ANA buscou a incorporação de novos atores sociais em temas diversos que dialogassem e se incorporassem à agroecologia, ampliando o poder do campo agroecológico, conforme visto nas atividades nacionais de 2011 e 2014, bem como nas aproximações com a questão indígena e dos povos e comunidades tradicionais. Como expressou o indígena Leosmar Terena, do Mato Grosso do Sul, a agroecologia seria mais ampla que a dimensão econômica, ambiental e social, como “modo de vida que fortalece a relação do ser humano com o passado e o futuro, solidário com as próximas gerações” (ANA, 2015a, p. 154). E mostra como uma noção pode ressignificar anteriores entendimentos, abrindo novas chaves e traduções de identificação potencialmente transformadoras.

Os entendimentos da agroecologia pretenderam ganhar novos públicos e expressaram a preocupação com a comunicação, entre diversos formatos e públicos rurais e urbanos. Isso levou à incorporação de novos termos e noções interpretativas, como a ideia de território, que ampliou a abordagem em torno da agroecologia, permitindo novas adesões identitárias em traduções negociadas (HALL, 2003): “Vai encaixar naquilo que ele já fazia (...) vai ajudando a dar novas coerências à mesma coisa, é um pouco essa ideia de que não chega para substituir, competir, chega para articular, complexificar” (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em

03/12/2015), indicando a negociação operada pela noção frente às identidades e pertencimentos.

A atuação com meios e profissionais específicos da comunicação também foi recente, como jornalistas e comunicadores populares, para impulsionar e fazer a intenção política, não apenas como um instrumento. “Esse processo de construção pra dentro está sendo feito, não tá resolvido, ao mesmo tempo a gente precisa saber se comunicar pra fora, se fazer entender pra fora também (...) Não é fácil, Como se chega na opinião pública em geral, como você emite sinais” (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015). Isso justificaria os esforços em utilizar novas linguagens, como as caravanas, instalações pedagógicas e painéis para facilitar a compreensão e difusão da proposta da agroecologia como um problema público.

Outro meio utilizado foi o embate no campo científico para a construção do que seria a verdade e como forma para referendar a agroecologia na sociedade. “É usada exatamente esse seu poder para legitimar as opções dominantes, como a sociedade científica se posiciona mais como atores políticos, como se posiciona mais para a construção desse novo padrão, modelo” (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015). O que retoma a interpretação da relação orgânica entre intelectuais e massas populares, na visão gramsciana dos intelectuais como difusores de concepções. A ciência e a mídia legitimariam os discursos e interpretações sobre o mundo, visto que não bastariam evidências práticas ou falas de lideranças de um campo que se coloca como contra-hegemônico. Tal caminho incluiria divulgar os efeitos da ação agroecológica em pesquisas que comprovassem seu efeito em produzir água, ar, proteger a biodiversidade, garantir direitos, possibilitar a permanência no campo com maior dignidade, com dados objetivos e subjetivos.

Este debate também incluiu o desafio de alterar paradigmas, como a consciência do consumidor, com informações que possam explicar e incentivar o consumo de produtos agroecológicos, inclusive na maneira de organização do consumo¹⁹¹.

Em geral, percebeu-se uma recusa em acessar canais de comunicação de massa, como os televisivos, que embora tenham maior alcance, foram criticados pelo seu monopólio. Mas, de outro lado, revelam também o custo de produzir outras formas para o alcance das mensagens e sua veiculação. Como visto, houve uma aposta na criação de uma comunicação alternativa e direta, em especial com o meio urbano e com apoio da internet para dar visibilidade social ao que vem se construindo em torno da agroecologia, além da vinculação com temas sensíveis socialmente, como saúde, alimentação saudável, intoxicação por agrotóxicos e, recentemente, sobre o crime ambiental na Bacia do Rio Doce¹⁹², aproveitando as falhas explícitas do modelo dominante de desenvolvimento para questioná-lo.

O papel da comunicação como eixo de ação também teve sua importância na relação com o governo, procurando mostrar a superioridade da agroecologia, em especial em dados qualitativos para trazer a multifuncionalidade da agroecologia. De forma subliminar houve uma recusa em utilizar dados quantitativos sobre o tema, mas que encontrou tensões na construção das políticas públicas com o delineamento do seu alcance.

A comunicação interna junto aos atores do campo agroecológico ocorreu principalmente no processo dos ENAs, com a troca, estabelecimento de laços e a alimentação do trabalho local dos participantes. Já as reuniões de plenária ou coordenação nacional (como

¹⁹¹ Para outras informações neste tema: http://estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT01-Mascarenhas_Goncalves_Bensadon-A_atuacao_dos_grupos_de_consumo_responsavel_no_Brasil.pdf. E ainda, uma recente pesquisa compara os preços de alimentos em vários tipos de estabelecimentos em algumas capitais e se insere nesta questão, disponível em: <http://institutokairos.net/2016/04/alimentos-sem-veneno-sao-sempre-mais-caros/>. Acesso em 02/05/2016

¹⁹² Em 2016 a ANA e outros parceiros realizaram uma caravana na região do rompimento da barragem em Mariana-MG, denunciando o caso pelas empresas responsáveis Samarco-BHP-Vale e o Estado, bem como deste modelo de desenvolvimento, e anunciando ações no campo agroecológico e solidário.

os seminários e oficinas) se limitaram às representações na ANA e suas redes parceiras, enquanto os ENAs abrangeram uma maior diversidade de experiências, ainda que vinculadas às organizações integrantes, mas que não necessariamente se identificavam diretamente com a ANA. Tais encontros não foram abertos ao público geral, contando com uma metodologia baseada na valorização de atividades locais no processo preparatório, em especial nos últimos dois ENAs, o que mostra uma seletividade que privilegia públicos a serem envolvidos: aqueles já identificados com a agroecologia.

Em todos os ENAs foram formuladas Cartas Políticas como expressão dos consensos e demandas aos representantes do governo. Mesmo sem obter compromissos pelo poder público, as cartas mostraram-se peça importante de um processo interno de fortalecimento de visões de mundo e orientações entre os participantes de cada encontro, ou seja, como um ato de instituição e de oficialização pública das afirmações ali colocadas, do implícito ao explícito (BOURDIEU, 1990).

Os espaços das Feiras de Saberes e Sabores foram outra expressão de trocas e produção de conhecimento nos ENAs. No III ENA, durante a feira, houve troca de sementes, atividade comum nos encontros, e que expressou uma resistência cotidiana (SCOTT, 2002), na fala de Fabrício Vassali, da Secretaria da Articulação Mineira de Agroecologia.

Existe um reconhecimento mútuo da capacidade de cada trabalhador e trabalhadora ali presente de enfrentamento ao agronegócio através de seu trabalho diário no campo, trabalhando a diversificação da produção, a conservação das variedades crioulas e disseminando essas sementes e mudas pelo país. Realizamos, assim, um trabalho silencioso, porém de grande importância no enfrentamento às grandes empresas, que tentam cercar e dominar o uso de sementes no campo do Brasil (ANA, 2015a, p. 145)

Estes momentos de trocas também expressaram questões do âmbito simbólico e cultural, do que seja desenvolvimento e felicidade: “Recebemos muito pouco de incentivos e conseguimos ter a nossa expressão, ao contrário dos investimentos nas grandes iniciativas. Fazemos o futuro do modo de produção” (ANA, 2011b, p. 24). Nestes espaços o uso das místicas reforçou a simbologia da união, do “sonho coletivo em se tornar realidade” (Noemi/MMC, *apud* ANA, 2011d, p. 26). Remetem também à influência religiosa da Teologia da Libertação na construção dos movimentos sociais, desde as CEBs, expressando uma espiritualidade engajada e a referência bíblica, do místico e do porvir.

CAPÍTULO IV - CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA ANA

Neste capítulo trataremos de alguns temas que permearam a existência da ANA, considerando que os esforços de confluência política também geram dilemas e confrontos de perspectivas. A abordagem transitou por questões como diferentes concepções sobre a agroecologia e a identidade como uma rede; estratégia de ação e relação com o governo; relações de poder entre atores sociais distintos e as interfaces no interior da rede quanto ao engajamento e as tensões. Para isso foram utilizadas com mais atenção as interpretações de alguns atores envolvidos direta e indiretamente com a ANA, a partir de entrevistas¹⁹³.

Algumas das entrevistas mostraram posições dissonantes que não estavam presentes nos documentos acessados. Além disso, alguns depoimentos remontam análises e visões não limitadas às atividades específicas que se dão na ANA, mas das interações que as organizações e pessoas, de modo geral, têm em tantos outros espaços políticos.

As falas trouxeram a posição social e institucional de cada entrevistado, expressando as heterogeneidades sociais presente na ANA. Para a compreensão destes discursos nas suas referências político-ideológicas e na capacidade de ação política, percebemos diversas origens discursivas: religiosa (como a referência da Teologia da Libertação), racionalidade produtiva, marxista, sindicalista e científica, referências estas que se relacionam e se entrelaçam. Foram expressos diversos ângulos na compreensão deste espaço, mostrando a complexidade e a diversidade de posições políticas que permeiam iniciativas como esta.

4.1 Representação e participação na ANA

A ANA inicialmente formou-se como espaço de encontro, intercâmbio e de troca, e legitimou-se ao longo de sua trajetória como um ator político, com poder de coesão no campo agroecológico. As organizações sociais e o próprio governo passaram a perceber que ela representava uma força política, o que levou cada vez mais a debates sobre a representação, o papel político e a participação na ANA.

Concepções de agroecologia

Como visto no primeiro capítulo, diversas são as compreensões sobre a agroecologia. Num esforço de sistematização, chegamos a sete ângulos da proposta agroecológica, não necessariamente excludentes entre si, apresentados pelos entrevistados: 1) a perspectiva de ação com maior escala, inserida na formação de uma classe ou movimento social; 2) valorização do acesso aos mercados com produtos de maior valor agregado; 3) cultura e valor de resistência das experiências; 4) ação política que se contrapõe ao agronegócio, busca a autonomia dos agricultores e o fim da opressão contra a mulher; 5) formação de redes sociais e econômicas para sobrevivência e manutenção dos agricultores; 6) perspectiva científica e tecnológica da agroecologia para a mudança no padrão da produção alimentar e na dinâmica de redes de produção do conhecimento; e ainda, 7) estilo de vida e uma utopia.

Esses ângulos indicam questões em torno das escalas de ação, da interferência no espaço local, e a expectativa da mudança no plano macro social ao fazer uma luta ampla que forneça materialidade à alternativa. Expressam também os campos de atuação e protagonismo de cada ator social, bem como dos variados significados que a agroecologia assume, remetendo ao seu plural: agroecologias. Essa pluralidade de olhares não desfez a capacidade de diálogo entre estes atores. A ANA não produziu formulações definidas sobre a agroecologia, mas delimitou as reflexões pelas experiências que podem traduzir

¹⁹³ A lista com uma breve apresentação das pessoas entrevistadas está no Anexo A.

subliminarmente concepções ou hierarquias, a partir da inclusão ou não de certos casos.

A noção de agroecologia variou dependendo da dinâmica das organizações, da centralidade que ela tem na sua pauta e também com relação à região e às lideranças. Essas compreensões, ainda que não esgotadas, contribuem para situar tanto as tensões, quanto o envolvimento destes atores em torno do tema e da própria ANA.

A visão da escala e a inserção da agroecologia na formação de uma classe esteve presente no MST que, como visto no primeiro capítulo, a partir dos anos 2000 incorporou a agroecologia na sua proposta de reforma agrária popular, enquanto novo sistema de produção e de sociedade, trazendo para si o desafio de ampliar as iniciativas.

A noção de ganhos econômicos na produção agrícola e no acesso a determinados mercados esteve mais presente nas falas dos representantes da Fetraf e da Contag. Estas organizações sindicais também explicitaram o que consideravam desafios na incorporação da pauta agroecológica, não apenas o sentido político, mas pressões socioeconômicas e a realidade dos agricultores e sindicatos, dada a diversidade dos seus sujeitos e práticas.

A noção se articulou com a história e a cultura dos movimentos de mulheres, por exemplo, no MMTR-NE, a partir das discussões sobre soberania alimentar, mobilizando as mulheres para fortalecer sua autonomia. Ou ainda, enquanto pauta existente em outros termos, como de uma agricultura camponesa e ecológica, presente no MMC, com argumentos semelhantes ao MMTR-NE: a agroecologia como alternativa para a continuidade da vida, resistência e valorização das mulheres¹⁹⁴.

A relação entre a perspectiva agroecológica, a proposta política e a economia foi defendida pela percepção da não separação entre estas esferas, principalmente porque “não existe agricultor sem comércio” (José Antônio Marfil, agricultor, membro da Rede Ecovida-PR e representante da ANA no conselho consultivo do FNDE e do PAA. Entrevista em 08/12/2015). Essa interpretação remete ao fato de que as dinâmicas econômicas estão imersas e são construídas pela vida social e em laços sociais, diferente da visão sobre a economia como algo independente das relações humanas ou do mercado como algo negativo. Nesse sentido, a agroecologia não nega os mercados, mas procuraria sua construção ou reconstrução de maneira diferente da estrita valorização do capital, propondo critérios e valores como solidariedade, justiça e sustentabilidade.

As nuances na percepção sobre agroecologia também incluíram sua dimensão cultural, ao ressignificar e resgatar a relação com a natureza, em relações mediadas pela cultura, entendida como algo libertador que amplia não só a concepção do alimento, mas todo o sistema alimentar, sem se limitar ao acesso a determinados mercados.

A noção interpelou também a esfera pessoal: “Agroecologia para mim é meu modo de vida, e não falo só como agrônomo, mas como pessoa. Na agroecologia é que consigo ser um ser social e não do mercado, sabe. Eu consigo ver que eu sou útil para a sociedade”, a “beleza está nas pequenas coisas, não precisa ganhar em escala” e nem depender do grande mercado, que dificultaria a autonomia para o agricultor, desde que com acesso à terra e reforma agrária (Claudemar Mattos, agrônomo, atua na equipe da AS-PTA e no Núcleo Executivo da Aarj. Entrevista em 30/11/2015). Nessa perspectiva, a agroecologia não se limitaria à ciência, prática e movimento, mas entraria também como modo de vida e utopia.

Desde o lugar dos agrônomos, enquanto profissionais que forjaram outras formas no exercício da produção agrícola, foi construído um novo espaço profissional, o dos “agroecólogos”. Mais do que técnicas, abriram e articularam projetos políticos. Essa visão se distancia da noção dos orgânicos, quando relacionada à objetivação e às normas, com foco limitado ao produto, enquanto a agroecologia se colocaria com propósitos políticos, num

¹⁹⁴ Fonte: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/folder_agroecologia.pdf. Acesso em 07/05/2016.

movimento emergente com determinada forma de olhar e interferir no mundo, e que permitiria sua caracterização em gradações. Sob essa ótica, seria um enfoque para construir a coesão social e movimentos territoriais, sem se limitar a uma técnica ou àqueles que produzem sem agrotóxico.

Essa constante ligação entre agroecologia e movimento social se deu a partir da busca de outras referências para além do objeto da produção agrícola. De outro lado, a efetivação da agroecologia requer o atendimento da manutenção da vida dos agricultores, muitos dos quais recorrem à noção para uma resposta tecnológica e prática, não necessariamente como proposta política e de movimento social.

Papel da ANA e a visão sobre as redes

De uma forma geral, os entrevistados mostraram consenso quanto à necessidade de mudança de paradigmas sociais para a agroecologia, frente ao diagnóstico das contradições com o agronegócio. Nenhum movimento ou organização isolada teria condições de fazer tal ruptura e, mesmo os atores sendo distintos, percebem a importância e a capacidade de orientação e construção conjunta.

Já foi o tempo em que fizeram pra nós, movimentos sociais, um cavalo de batalha em que a gente se disputava um com o outro. O Brasil ainda tem espaço para mais movimento social, que se estabeleça e possa fazer a luta (...) no passado algumas coisas nos forçaram a estar junto e hoje a conjuntura que enfrentamos do agro e hidronegócio nos chama para pensar isso (Willian Clementino Matias, Contag. Entrevista em 26/02/2015).

A expectativa dessa unidade foi percebida também no conteúdo ideológico e no projeto político, com um opositor que abarcaria a noção ampliada de agronegócio, como classe dominante. Esse projeto de sociedade seria flexível: “Não tem como generalizar uma única forma num país como o nosso, temos que respeitar os biomas e as culturas que são milenares” (Francisco Dal Chiavon, MST. Entrevista em 18.05.2014). A expectativa de organização da classe trabalhadora e da irradiação da agroecologia como contribuição na mudança da desigualdade esteve presente não apenas junto ao MST:

A denúncia vem junto com as propostas. Não seremos meros reivindicadores, levamos propostas e buscamos sinergia, e melhoria não só para quem manifesta, mas para quem está nas periferias. Não pode ver agroecologia sem ver quem está na periferia. O maior medo do sistema é a organização da classe trabalhadora (Douneto Ribeiro da Costa, integrante da CPT/GO e Fetraf/GO. Entrevista em 18.05.2014).

Como visto, a criação da ANA partiu do objetivo de dar expressão pública e coletiva à agroecologia, e trouxe a expectativa desde a Rede PTA de influenciar os movimentos sociais e a pautar políticas públicas, a partir das experiências, para além do intercâmbio e da troca entre elas. Ao buscar influenciar os atores que a integram e a visibilidade da pauta na sociedade como um todo, fez um esforço na construção da identidade no diverso.

(...) Esse duplo movimento de estar voltando pra dentro e pra fora, e construindo unidade nesse mundo da diversidade e heterogeneidade. Um dos princípios é entender a diversidade como força e não como dificuldade, não é objetivo da ANA ocultar as diversidades, é valorizar as diversidades e desenvolver mecanismos de gestão e de governança para construção de outros padrões, a partir da emergência (...). Esses encontros a grande arte da história é como você vai desenvolvendo processos e mobilizando para construir junto, de forma que aquele produto daquele processo é um produto coletivo e as pessoas se identificam ali (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015).

A expectativa desse produto coletivo requer o papel da ANA de construir consensos e sua capacidade de influência política por ser uma articulação que congrega organizações diferentes e movimentos sociais que não se articulam em outro espaço. Desta forma, coloca em contato mundos diversos: “A agroecologia estar com unidade entre os movimentos sociais é uma conquista da própria ANA, deu uma contribuição, nem sempre foi assim” (Denis Monteiro, Secretaria Executiva da ANA. Entrevista em 17/12/2015).

O papel da ANA tem materializações junto a várias políticas públicas implementadas com referência nela, como o PAA, Pnae e Planapo, na sua capacidade de fazer pressão junto ao governo. E se valoriza também como encontro para sinergia política e diálogo, entre diferentes olhares, de entidades e movimentos, entre agricultores e destes com assessores nos diversos saberes, na expectativa de “um sistema de acumulação de conhecimento coletivo, um espaço que você pudesse aprender entre as partes” (Jean Marc von der Weid, AS-PTA. Entrevista em 24/11/2015). Nesse esforço a ANA cumpriria um papel de fazer “uma meta síntese de juntar as concepções destes movimentos diferenciados” para fortalecer a bandeira da agroecologia: “Ela nos ajuda a tornar que a agroecologia é uma visão de movimentos sociais, mas também de pesquisadores, de instituições” (Nívia Regina da Silva, MST. Entrevista em 08/12/2015).

Nessa proposta, a noção de rede foi percebida como um formato organizativo para promover mudanças sociais e ações em escala: “As ferramentas eram outras, agora, nem partido, sindicato, associação, as ferramentas da classe trabalhadora não fazem mais efeito, nossa eficiência de atender a classe trabalhadora” e que tem desdobramentos de “olhar pra si como ator e rede, somos forte quando agimos em rede” (Elson Borges dos Santos, agrônomo, integrante do MST e da Rede Ecovida/PR, participa da Cnapo. Entrevista em 28/11/2015). Isso desloca o pertencimento em mais direções e escalas para cada indivíduo, numa reconfiguração de modos de organização social e produção de problemas públicos.

Como visto, a expectativa da horizontalidade está presente na visão sobre as redes, sem reproduzir um formato organizativo hierárquico, procurando ações somadas e coordenadas. Muda a forma como as decisões e estruturas se estabelecem, interpretando a rede como a busca do consenso e uma identidade mínima, oposta as práticas pela maioria: “O momento que tiver que ir pra voto é a falência política da ANA” (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015).

Mas essa ideia não foi construída sem um debate interno: “Havia pessoas com a visão de uma estrutura mais formalizada e vários de nós sempre defendeu algo mais fluido, na visão de que para você ir espalhando, expandindo experiências, concepções e práticas, era preciso tecer os tais nós, por isso a ideia de rede” (Maria Emília Pacheco, Fase. Entrevista em 04/01/2016). As tensões permanecem, como visto nas reuniões nacionais de 2014 e 2015, quando foi debatida a organicidade da ANA e apareceram tanto visões mais hierárquicas, quanto mais operativas da ação em rede, expressando, como aponta Musso (2004), as múltiplas interpretações e controvérsias da visão sobre as redes.

A percepção sobre a ANA como um ator coletivo, enquanto pertencimento e identidade simultânea como ator e como rede, trouxe indagações, como expressou Willian Clementino Matias, da Contag, em entrevista durante o seminário nacional da ANA, em 2015:

Até onde a ANA sustenta algumas questões do ponto de vista político? (...) até onde vai a atuação da articulação nestes diversos sujeitos? (...) Às vezes fico sentindo que nas nossas falas conjuntas a gente meio que transfere a responsabilidade para a ANA e a gente diz isso. Onde está a ANA, se não está em nós? (Entrevista em 26/02/2015).

Durante esta mesma reunião nacional, no debate sobre as formas organizativas da ANA, reiterou-se o reconhecimento desse ator coletivo: “A ANA tem que fazer um monte de

coisas, a ANA é nossa força e nossa voz” (Flavia Londres, Secretária Executiva da ANA), o que envolveria também o investimento coletivo de recursos, com aportes não apenas via Secretária Executiva, mas das organizações, o que problematiza os diferentes níveis de engajamento e o comprometimento com a materialidade da articulação.

Estas tensões expressam a complexidade das práticas que envolvem organizações articuladas, propondo alterar os formatos convencionais de controle e decisão, ao mesmo tempo em que também requer recursos físicos para sua concretização. Os laços entre os atores construiria essa rede social, sem que seja um todo homogêneo, centralizado ou algo distante de cada uma das suas partes. A ANA não existiria por si só ou como um lugar em que se depositam expectativas ou esperanças, mas como espaço de interações sociais.

A não incorporação desse ator como um “nós” pode tender à visão dos membros como participantes e atores externos, não como seus sujeitos. Os processos de pertencimento e identidade não são automáticos, mas decorrentes da caminhada histórica, ações cotidianas e entremeadas por filiações diversas. Essa distância entre escalas gera, por exemplo, o não reconhecimento de políticas públicas como reflexo da pressão social, considerando o objetivo da ANA de interferir nas dinâmicas locais. A sua capilaridade ainda precisaria conectar os vários nós na caminhada, alcançando a esperada densidade e mobilização social.

Se hoje tem uma prestação de serviço de Ater para a agroecologia, dificilmente os agricultores ou alguns técnicos mais afastados do debate político vão perceber que isso é fruto de uma reivindicação que aconteceu a nível nacional (Claudemar Mattos, AS-PTA. Entrevista em 30/11/2015).

O termo “articulação” também poderia prejudicar esse pertencimento, em comparação com formatos mais conhecidos de identificação coletiva: “Articular não identifica (...) pra quê? pra onde?” ao contrário de falar em movimento da agroecologia no Brasil que transmitiria uma maior identidade e direção política. “Quando incorpora como sendo um movimento que você é o ator deste movimento, aí muda, você é o motor”, e que poderia ter as articulações do movimento (José Antônio Marfil, Rede Ecovida. Entrevista em 08/12/2015).

Isso remete às condições dos movimentos sociais que permitiriam a identificação e a mobilização desde uma oposição materializada em um ator coletivo, com a delimitação de um campo que desse significado às questões pelas quais se luta. Os movimentos estabelecem um nexos entre expectativas de resultados e as recompensas em determinado ambiente, em utopias que possam se materializar. Uma questão é se um único ator coletivo poderia abarcar a diversidade das identificações nas várias escalas e atores do campo da agroecologia, bem como nos seus modos de ação, se mais ou menos conflitivo, dada a interpretação dos limites no sistema em que se insere (MELUCCI, 2001).

Diversas foram as percepções sobre a participação e o pertencimento à ANA: para uns seria o âmbito nacional, desde uma perspectiva mais centralizada, já para as pessoas formuladoras da dinâmica da própria ANA, esse pertencimento envolveria escalas locais, regionais e nacional, o que revela compreensões diferenciadas. Como expressou um dos integrantes do Núcleo Executivo:

A participação na ANA é fluida por que é uma rede de redes. O CTA da Zona da Mata participa de uma rede aqui que envolve associações de agricultores familiares, sindicatos rurais, MST, CPT, EFA, grupos informais, grupos de mulheres, extensão, tem uma série de grupos que atuam com a agroecologia a partir destas relações (...) essas organizações todas se articularam depois da criação da ANA, em 2004 criamos a Articulação Mineira inspirada na mesma ideia de influenciar o debate aqui em MG (...). E a ANA é a rede que reúne todas essas redes (...). Por isso é difícil saber quantos participam da ANA, no meu modo de ver são centenas, desde organizações base até de assessoria, outras redes mais ou menos formalizadas (Eugênio Ferrari. CTA-ZM. Entrevista em 19/11/2015).

Isso estaria ligado ao objetivo de formar uma cultura de ação em rede, numa contra cultura política, de constante reflexão para não reproduzir formatos organizativos que se negam, mantendo a sua informalidade jurídica¹⁹⁵ e procurando respeitar a autonomia das organizações, ao mesmo tempo em que a articulação faça sentido para elas. Essa informalidade se insere também na negação de engessamentos na representação política, procurando construir redes abertas à participação de novas pessoas. Isso apareceria, por exemplo, no convite a determinadas participações nas plenárias da ANA, como da juventude, indígenas e quilombolas.

Por outro lado, não há definição no procedimento ou nos mecanismos da vinculação de novas organizações com a ANA, e não há papéis definidos, para além das instâncias reconhecidas, como Secretaria, GTs e Núcleo Executivo. Isso pode gerar a diluição das responsabilidades no todo ou a expectativa de delegação de determinadas atividades por sua suposta coordenação, mas de um Núcleo e Secretaria Executiva que não se veem como tal. A proposta de romper a cultura política da hierarquia, para além do processo e das decisões coletivas, também se coloca pela sua negação. Esse entendimento não é partilhado por todos os seus integrantes, muitos dos quais são imersos na cultura que se nega. Mesmo com a busca da horizontalidade, há diferenças no acesso à informação, entendimento, trânsito e poder político nesta articulação. A rotatividade e entrada de novos integrantes não desfazem os atores que dão continuidade na sua gestão política.

Esse envolvimento e um maior entendimento desse ator coletivo, para alguns, remeteria à origem da ANA, desde a Rede PTA, inclusive com uma grande parte de ONGs com um papel mais ativo e dedicado à sua gestão cotidiana, também por projetos e recursos geridos conjuntamente. Outra razão se relacionaria à sensibilidade das organizações, ao perfil e inserção no tema das pessoas que participam do espaço e da própria agenda de discussão. Nesse sentido, o quanto cada representante aporta como ANA é heterogêneo e tem níveis diferenciados, inclusive com vinculações por temas e não como ANA. Outro exemplo são as aproximações por sobreposições, como a ABA, com vínculos que facilitaram o processo de envolvimento na ANA, com pré-disposições que incentivaram a formação destas redes sociais.

Formas de engajamento e dilemas entre perfis sociais

Nas reuniões nacionais de plenárias e coordenação nacional da ANA, de uma forma geral, houve uma maior rotatividade de presença de representantes das organizações de movimentos sociais, sem que uma mesma pessoa estivesse de forma contínua nesta participação ao longo do tempo. Isso revela aspectos da dinâmica interna destas organizações, seja pela falta de prioridade e condições de sustentação no espaço da ANA, seja para formar novas lideranças: “É uma forma também de construir outras companheiras a aprender e participar de outros espaços, levar seus elementos, ninguém é eterno e tem que ir preparando outras pessoas” (Noemi Krefta, agricultora de SC, militante do MMC. Entrevista em 17/12/2015). Mas que, de outro lado, pode provocar descontinuidades nas informações e nos processos construídos.

De forma diferente, as representações das ONGs foram mais estáveis e permanentes, possivelmente pela sua atuação mais focada e atrelada à pauta da agroecologia ou mesmo como reflexo da sua estrutura. Além disso, diversos foram os casos em que uma mesma pessoa sobrepunha várias representações, por participar de mais de uma organização. Por exemplo, em 2009, uma mesma pessoa se colocava como do Núcleo Executivo da ANA, e também atuava na ASA e no Centro Sabiá. Outro exemplo: em 2008 uma pessoa se

¹⁹⁵ No sentido de ausência de um estatuto jurídico em CNPJ.

identificava ao mesmo tempo como ONG Capa, Rede Ecovida e ANA, evidenciando as múltiplas escalas em interação e alcance. A sobreposição de integrantes fortalece a disseminação de informações, cooperação e a integração das redes sociais (DELLA PORTA e DIANI, 2006), mas também pode dificultar e restringir outras relações políticas, a partir de determinada visão política de alianças, que pode excluir redes sociais mais distantes de um determinado quadro valorativo¹⁹⁶ (MISCHE, 2002).

Quanto ao perfil dos participantes nas reuniões nacionais, mesmo para algumas organizações de movimentos sociais, em geral foi de atuação mais técnica, prática e com conhecimentos agrônômicos, já com um prévio compromisso com a pauta dentro das suas organizações, ainda que isso não fosse pré-requisito.

A participação das agricultoras nestes espaços foi mais limitada por uma série de elementos e também recebeu críticas, expressando suas dificuldades, desigualdades e as tensões entre os perfis e perspectivas sociais presentes na ANA:

No início ficava perdida, porque o pessoal da ONG falava um linguajar técnico, até que a gente foi se apropriando e aprendemos a questionar para que falassem uma linguagem mais popular, para que descodificassem o código, tive que criar coragem (...). Depois começaram a mudar um pouco o linguajar, aí mudou bastante (Noemi Krefta, MMC. Entrevista em 17/12/2015).

Além da linguagem, a visão da agroecologia como consumada na figura do agricultor reforçaria a importância da sua presença, o que daria maior legitimidade ao que é construído. O tema abre portas também para possíveis dilemas entre interesses de agricultoras e técnicos:

A agroecologia se faz no dia a dia, no território a partir das experiências dos agricultores e agricultoras, que também são produtores de conhecimento. E a ANA tem que cada vez mais estar junto com os agricultores (Maria Verônica de Santana, agricultora em SE, liderança do MMTR-NE, participa da Cnapo. Entrevista em 19/11/2015).

Tem que ter mais a figura do agricultor, deveria ser mais pessoas que tão na roça, que é diferente do técnico. Dizer que o agricultor não pode ir [para reuniões] por falta de tempo não cola, temos mais condições para isso. As ONGs deveriam priorizar mais a questão dos próprios agricultores¹⁹⁷ (Noemi Krefta, MMC. Entrevista em 17/12/2015).

Por outro lado, foram citadas outras dificuldades na participação das agricultoras, relacionadas às condições da sobrevivência, sem condições de liberação para participar continuamente de certas atividades, o que seria diferente de processos de intercâmbio, caravanas e nos ENAs, quando são mais pontuais e relacionados diretamente à sua reprodução.

Ainda nessa relação entre técnicos e agricultores, em outras esferas de atuação política para além da ANA, há a visão de que poderia haver uma diferenciação nos papéis entre estes atores, a partir de uma construção de legitimidade.

[Para o agricultor o] papel é plantar, cultivar, comercializar e disponibilizar um alimento. O papel de uma ONG que me assessora é defender meus interesses a partir do que a gente conversa aqui, então eu acho que há um acordo não verbalizado, muito menos escrito, que é essa divisão de papel, aonde não é frágil e não perde legitimidade esse tipo de protagonismo. O agricultor tem seu protagonismo na sua

¹⁹⁶ Esta questão não foi aprofundada nesta pesquisa enquanto ferramenta metodológica.

¹⁹⁷ Ainda que avalie, por exemplo, a ampliação dessa participação durante a preparação do III ENA, expôs um conflito de interesses e percepções.

roça, na sua casa, nos espaços aonde ele vai, e quando ele é convocado a ir ele sabe que tem legitimidade e que isso é proporcionado pelo movimento (...) alguns percebem que aquela política pública só vai melhorar se ele estiver participando em rede. Essa identidade só acontece se ele estiver em contato com alguma entidade (Claudemar Mattos, AS-PTA. Entrevista em 30/11/2015).

A representatividade por parte das ONGs pode ser contestada mediante a falta de articulação explícita com os interesses representados, muitos dos quais difusos na sociedade. A atuação destas organizações foi impulsionada pela competência que possuem na interlocução junto ao Estado, em especial nas últimas décadas (DAGNINO, 2002). A fala das ONGs, em geral, traduz uma legitimidade ancorada na sua própria trajetória, diferente das organizações de movimentos sociais que se legitimam pela representação de um conjunto de agricultores.

A concentração do envolvimento político remete à especialização política nos espaços de maior formulação, continuidade e negociação, com a maior presença de lideranças e assessores nas reuniões nacionais da ANA. Como mostra Bourdieu (1990), há uma desigual distribuição dos instrumentos de produção da representação, com acúmulo de capital político e cultural, em um monopólio de profissionais que expõe uma oposição entre representação e protagonismo: a concentração ocorre pelo acesso aos recursos e não pelo lugar social. Reproduce-se uma separação entre produtores e consumidores da vida política, como entre técnicos e agricultores, seja por condições financeiras e de tempo, acúmulo no processo de formulação, relações sociais, linguagem e capacidade técnica. Estas diferenças podem se refletir nos perfis sociais, desde suas trajetórias de vida, como escolaridade e nível de renda, por exemplo.

Além disso, a participação em espaços nacionais de formulação, como plenárias e coordenações da ANA, não é aberta à atuação de qualquer pessoa: supõe uma organização e representação definida por cada ONG e organização de movimento social, de acordo com a característica peculiar de cada uma delas, interesse e condições de atuação.

Quem tem o poder de fala e decisão carrega consigo o poder de nomear, de tentar impor uma (di)visão, ainda que possa estar valorizando o outro, como o agricultor/a e buscar legitimação a partir de suas experiências, as posições levam porta-vozes e também carregam seus interesses, dentre eles os institucionais (BOURDIEU, 1990). A política mesmo como exercício de aprendizado prático acaba expondo uma profissionalização, sem necessariamente se renovar, tendendo a ficar em mãos de quem tem acúmulo. De acordo com um dos entrevistados, no Núcleo Executivo da ANA:

Tem uma dinâmica muito forte de reunião que acaba sendo uma atuação profissional nossa, quando estava no CTA mais da metade do meu tempo de trabalho era para atividades da ANA (...) não dá para imaginar que um agricultor se dedique assim, nunca tivemos a preocupação de ter a presença de agricultores nesse momento. Claro que nas reuniões nacionais sempre estiveram e sempre favorecemos no debate de temas importantes a participação de agricultores, algumas pessoas que são lideranças nos movimentos e agricultores, e às vezes nem são tão agricultores porque militam muito no movimento. Não vejo que isso seja um problema na medida em que as atividades, caravanas, intercâmbios, encontros, tudo aquilo aonde existe a partir do qual se constrói a incidência política é tudo fruto dos agricultores, buscando sua participação e protagonismo (Eugênio Ferrari, CTA/ZM. Entrevista em 19/11/2015).

Nesta ponderação, a orientação política tem como base os agricultores a partir de sua participação em eventos mais massivos, o que traria respaldo ao que é reivindicado pelos assessores em outros espaços políticos, e permitiria a troca e a construção conjunta de saberes. A exigência da especialização política em determinados espaços não permitiria a dedicação

por um agricultor.

Ainda sobre o trecho acima, a referência à participação política dos agricultores também indicou sua possível especialização, com o afastamento ou desvinculação direta com a atividade produtiva, dada a intensificação com atividades políticas, ou seja, o requisito do tempo livre para a representação. Por outro lado, as definições do que seja ou não agricultor e sua relação com a terra são elementos de debate, considerando as variadas formas de ligação com o rural e não apenas o lugar ocupado ou atividade imediatamente exercida. Não estar diretamente vinculado à atividade agrícola não necessariamente quebra o vínculo anterior e historicamente estabelecido, seja material ou simbólico, com a identidade de agricultor (CHESHIRE, 2013). Essa ponderação se relaciona também com as oposições binárias entre rural e urbano que, da mesma forma, são rompidas dadas às inserções plurais dos indivíduos na sociedade, correspondendo a uma representação socialmente construída (CARNEIRO, 1998).

Retornando ao debate sobre a atuação das ONGs, em geral, elas oferecem alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento e também foram vistas como mediadoras no campo agroecológico, ao “apoiar a constituição de redes, ideia de redes de inovação, territoriais, e de construção de sujeitos políticos a partir desta prática”, além da atuação da própria ONG (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015). Este papel não excluiria a atuação política dos agricultores e no seu incentivo: “não basta só você plantar sem um veneno, sem um adubo químico, tem agricultores que percebem já que a participação social é fundamental como proposta agroecológica”, na discussão de temas que condicionam a agricultura camponesa e do agricultor como ator político (Claudemar Mattos, AS-PTA. Entrevista em 30/11/2015).

A forte intersecção de ONGs, como a AS-PTA e a Fase, no processo de formação da ANA, colocou tais organizações em papéis fundamentais da sua proposição, acolhimento, estruturação, dinamização e continuidade, refletindo-se por sua vez nos objetos destas próprias organizações sociais e em trajetórias de vida que marcaram presença em todo o período de construção da agroecologia, de mais de três décadas.

Essas trajetórias se relacionam com a continuidade e permanência, em contraponto a outros elementos como rotatividade e ruptura na formação deste ator coletivo e daqueles que fizeram e acompanharam esse desenrolar. Isso, por sua vez, também espelha sentidos e incorporações, como na visão de que “as redes aqui presentes são muito parecidas: na fala, no corpo, no pensamento e proposta”, expressando lutas geracionais (ANA, 2011b, p. 35).

Como visto, essa característica tem lastro desde os acúmulos do PTA/Fase, com organizações que se mantiveram e construíram a pauta historicamente, e trouxeram outras preocupações, como a escala da agroecologia, buscando referências que pudessem se traduzir em força política para sustentação do processo de sua massificação. ONGs como a AS-PTA assinalaram contribuir no plano de método de ação da ANA e para favorecer interações entre experiências agroecológicas com os níveis local e nacional, para sua expressão social e política (AS-PTA, 2003). Essa continuidade cumulativa mostra o mútuo atrelamento da ANA aos ritmos, anseios e dinâmicas destas ONGs.

Outra característica deste espaço foi o tratamento da sua representação externa, buscando não se sobrepor ou sombrear as organizações de movimentos sociais. A postura era que as representações fossem pelas entidades que participavam da ANA, como expressões deste campo: “Um cuidado da ANA não ser vista enquanto uma organização que estava disputando espaço com os movimentos e tal” (Eugênio Ferrari, CTA-ZM. Entrevista em 19/11/2015), para acolher e articular as organizações, respeitando suas autonomias. Como exemplo:

No Consea quando fala de ANA todo mundo sabe quem é, tem um reconhecimento,

e aqui quando chegava na reunião tem[tinha] esse temor (...) É uma construção que se dá a partir de dinâmicas distintas e que não são estruturadas de maneira mais formal, por isso a dificuldade da representação (...) temos que ter cuidado para não ser um dos extremos, como ser vista como articulação de ONG, isso enfraquece essa articulação, assim como também não pode ser vista como substituindo os movimentos, porque ela não é isso (Maria Emília Pacheco, Fase. Entrevista em 04/01/2016).

O que expressa a dificuldade em definir esse sujeito coletivo, não limitado às ONGs ou às organizações de movimentos sociais, mas procurando abarcar cada um destes universos e suas relações como uma rede de laços sociais.

A recusa pela representação da ANA foi ganhando limites a partir do seu maior reconhecimento e legitimidade pública, em especial junto ao governo com a formulação da Pnapo e a participação na Cnapo, o que forçou o estabelecimento formal de sua representação e interlocução.

4.2 Estratégias de ação e lugar das experiências

No que se refere ao funcionamento da ANA, foi visível uma dinâmica marcada pela ação em determinadas pautas que aqueceram os debates e orientaram as suas ações e posturas conjuntas, dependendo sempre de um dinamizador, um tema, um problema ou uma proposta, que manteve viva sua existência com um objeto articulador entre suas partes, como o Planapo, ENAs, Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), Dossiê Abrasco e campanhas. A inexistência da formalização e de uma estrutura definida contribuiu para imprimir uma característica extremamente política, que depende de laços e relações construídas e reconstruídas pela diversidade dos atores que a integram. “As atividades vão dando as ligas, sempre buscando aglutinar, costurar, articular, trazer o maior número de parceiros, nunca de dividir, nunca buscando gueto (...) num trabalho de vigilância constante” (Irene Cardoso, ABA. Entrevista em 18/11/2015).

Essa dinâmica seria marcada por diálogos e consultas que demandam outro tempo: “tem todo um processo de consulta, as pessoas são todas com agendas, a ANA é o *slow movement*, porque as coisas são lentas, mas acho que são lentas pela sua natureza, a gente não tem como assumir em nome da ANA, como se fosse a AS-PTA” (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015). Mas, em determinadas circunstâncias, não responderia na mesma velocidade que a conjuntura exige: esse formato tira agilidade, mas ganha em sustentabilidade política, coesão e continuidade, ampliando a pauta da agroecologia para diferentes segmentos e novas esferas sociais. Isso expressa os dilemas da ação coletiva em rede, entre hierarquia e centralidade, com pressões pela eficiência e resultados.

Para Maria Emília Pacheco essa atuação carrega alguns princípios: vinculação a partir do pertencimento no campo agroecológico; o valor das experiências enquanto base para formulações e diretrizes para a agroecologia; a ideia da flexibilidade e fluidez na maneira de funcionar e se organizar, em especial nas regiões; funcionamento com base em acordos e interação com outros fóruns e redes, aprofundando outros tipos de leitura.

Por outro lado, nem sempre todas as organizações têm o mesmo posicionamento, a depender do espaço e da conjuntura política. Como a ANA é reconhecida como uma articulação que se posiciona, ela procura abrir diálogo para buscar a produção de consensos mínimos.

Quanto ao modo de ação, a experiência foi colocada enquanto princípio, noção metodológica e orientação político-pedagógica. Tal centralidade buscava aprendizados e elementos comuns, como objeto das interações nas atividades dos ENAs, caravanas e dos GTs, por exemplo. Buscando dar protagonismo às práticas, tenta-se evitar disputas entre esferas políticas e requer-se das organizações uma permanente revisão de seus métodos de

ação, entendimentos e estratégias políticas (ALMEIDA, 2009).

A ANA procurou angariar mais adeptos à sua proposta e estabelecer uma relação entre diferentes organizações. Dessa forma, a “experiência [seria] a teoria colocada em prática, e a sistematização a prática colocada em teoria”, no processo de construção do conhecimento (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015). A experiência foi colocada em vários sentidos e grandezas: uma política pública de agroecologia, um caso desde uma prática social, ou uma iniciativa no contexto de um território.

As experiências se refletiram como um dos entendimentos sobre a agroecologia: socialmente construída, instituindo sua dimensão epistemológica e alimentando o processo sociopolítico (ALMEIDA, 2009), ou seja, como um meio de difundir a agroecologia, vinculando o conceito às práticas sociais, como ferramenta de produção do conhecimento para a ação e sua comunicação pública. Nesse sentido, a agroecologia se proporia a resgatar e revalorizar as experiências atuais e dar novos sentidos ao que era visto como antigo, relacionando conhecimentos diversos, acadêmicos e populares para a construção de aprendizados enquanto forma de fazer ciência. Nestes processos de ressignificação e de articulação social de práticas emergem novos significados, dada a requalificação das práticas tradicionais que ampliam seu entendimento para além das práticas agrícolas, em termos políticos e de ação dos movimentos sociais, interpretados desde a noção de *frame*. Essa formulação delineou um problema comum, atribuiu responsabilidades e formas da sua superação através da ação coletiva (CEFAÏ e TROM, 2008; SCOTT e SNOW, 2010).

No decorrer de cada ENA o enfoque e a manutenção metodológica a partir e através das experiências reais buscou provocar os debates e as formulações políticas, por meio da escolha de casos representativos do país, registrados e sistematizados, muitos dos quais circunscritos ao que era de conhecimento e conexão com as organizações vinculadas à ANA, próximo da dinâmica das ONGs por atuarem com contextos específicos de ação.

A ênfase na sistematização de experiências procurou atingir objetivos como o auto-reconhecimento das práticas para dentro do próprio movimento agroecológico; deu visibilidade a essas experiências para a sociedade, de forma a acreditar e comprovar a possibilidade de outro modo de produção, consumo e relação com a natureza, que valoriza as pessoas no campo e o mundo rural nas suas diversidades, e também para o Estado, para o qual emanou a expectativa de assegurar e ampliar os direitos sociais com políticas públicas, para expansão e massificação destas mesmas práticas. Ou seja, as experiências se colocaram como memórias, para expandir realidades locais em outras escalas de (re)conhecimento, reflexão e poder, dando respaldo social à sua afirmação política, inclusive no sentido de politizar seus próprios atores. Essa estratégia de visibilização ganhou força com a adesão do meio universitário e das ONGs voltadas para a agroecologia, por exemplo, com a publicação e sistematização de iniciativas.

Por outro lado, o objetivo de disseminar estas experiências em espaços mais amplos não necessariamente conduz a desdobramentos posteriores, sejam nacionais ou locais. Eles dependem dos atores envolvidos, do interesse e das condições (políticas, econômicas e sociais) de fazer tais alianças terem continuidade ou conseguirem incorporar inovações. Além disso, indiretamente as experiências podem remeter a casos de sucesso a serem difundidos, o que pode encobrir seleções e hierarquias na sua escolha, sem considerar os casos de insucesso para a reflexão.

Há também críticas sobre o excessivo localismo destes casos e o significado da participação a partir das experiências, retomando a relação de poder entre ONGs e agricultores:

O problema destas dinâmicas [das experiências] é quando elas se esgotam em si mesmas (...) aparece muito a concepção do participativo quando na verdade as

famílias camponesas que se colocam nestes processos são em grande medida subordinadas (...) os camponeses não conseguem se inserir na mesma envergadura no mundo desse sujeito [ONG] (...) Esse controle externo não é superado enquanto os camponeses não se constituírem sujeito de si e para si, vão ser sempre objeto desta ou daquela organização em que pese a boa vontade, as mudanças materiais que aquela relação proporciona (José Maria Tardin. Foi técnico da AS-PTA¹⁹⁸ de 1999 a 2004, hoje educador e militante no MST. Entrevista em 14/12/2015).

Nesse caso, a visão de participação implicaria em hierarquias e diferentes posições sociais, de poder e acesso à informação, ainda que gere resultados e seja consensualmente estabelecida pelas partes.

Já o sentido interpretativo das relações da experiência com o enfoque territorial ofereceu uma perspectiva de análise mais ampla: “Entender a agroecologia enquanto uma prática como se dando no território, não na propriedade, pois no território tem a identidade e tem o conflito também. Não se consegue pensar o território sem pensar o conflito” (Irene Cardoso, ABA. Entrevista em 18/11/2015). Assim, espera-se a politização das experiências, sua inserção em uma perspectiva de luta e ação coletiva, contra o agronegócio, por exemplo.

A definição de território envolveu o trabalho em rede, ao compreender seus atores e sua história, exigindo um maior esforço de análise e um enfoque multidimensional, permitindo também estabelecer diálogo com outros campos sociais como povos e comunidades tradicionais, economia solidária e justiça ambiental, por exemplo.

As experimentações também foram intercambiadas, como laboratório de invenção e adaptação de metodologias, a exemplo das caravanas que resgatam a prática das romarias pela influência da Igreja e na disseminação de outras inovações, como a facilitação gráfica no III ENA. Alguns atores percebem o reflexo destas práticas no fluxo da articulação, na relação local, nacional e regional. Estas trocas tiveram expressão no processo dos ENAs que também impulsionam o processo organizativo.

Se tem um ENA daqui um ano e meio, o pessoal tem necessidade, você tem encontros preparatórios nas regiões, as pessoas se mobilizam para construir o ENA, a beleza do ENA é essa, quando você chega no ENA, depois de tanto tempo de preparação de costurar, conseguir grana, vai ter, não vai ter ENA. Quando o pessoal chega lá já é uma conquista (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015).

Em vários estados a realização dos ENAs facilitou articulações locais, a exemplo de Minas Gerais e também no Rio de Janeiro. No caso deste último, por exemplo, a troca com outros estados no II ENA, em 2006, permitiu que a delegação fluminense percebesse a importância de se organizar para além dos eventos, numa atuação em rede mais coesa e contínua. Em resultado, formou-se a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (Aarj) no retorno do encontro, passando depois para as questões da sua continuidade em termos dos esforços para a participação e legitimação do espaço pelos agricultores e dos apoios para os encontros pelas entidades e demais integrantes¹⁹⁹.

Estrutura e financiamento

A estrutura da ANA aparece quase como uma não estrutura, constituindo-se e desconstituindo-se ao longo do tempo, num sistema dinâmico que tem perenidade no Núcleo Executivo, Secretaria Executiva, ENAs e plenárias nacionais.

Existem articulações regionais e estaduais, mas, no geral, elas não abrangem toda a

¹⁹⁸ É importante ponderar que as falas de José Maria Tardin trazem uma visão específica desde sua posição anterior como assessor, e hoje como militante social, que dentre controvérsias e questionamentos gerou sua saída da AS-PTA e depois sua entrada no MST.

¹⁹⁹ Mais detalhes sobre a experiência da Aarj em Strauch (2015).

diversidade de práticas e extensão do país. No caso do Sudeste, cada estado tem uma articulação. No Nordeste, há uma maior expressão da ASA e da Rede Ater Nordeste, embora a Bahia, por exemplo, tenha uma articulação estadual. Na Amazônia, a referência é a ANA Amazônia, mas que não engloba toda a grandeza da região e o aprofundamento das relações com povos e comunidades tradicionais. No Sul, a experiência da Rede Ecovida é uma referência de diálogo, mas também não expressa as dinâmicas dos movimentos sociais na região, como o MMC, que atua com unidades familiares e não com grupos. Como disse Noemi Krefta: “A forma como se organiza é muito [dependente] da realidade local, a gente sempre pautou, isso tem que ser visibilizado e valorizado, enxergar o diferente como parte, não porque é diferente fica fora” (Entrevista em 17/12/2015), chamando atenção para que não se limitasse a identificação de expressões agroecológicas em determinados atores e arranjos organizativos.

No âmbito nacional da gestão não houve a mesma dinâmica de flexibilidade, com a manutenção do Núcleo Executivo desde a criação da ANA, por um período como núcleo ampliado, com maior quantidade de participantes (como Sasop, Centro Sabiá e GT Mulheres), além da Fase, CTA-ZM e AS-PTA. Ao Núcleo foi atribuído um papel de mediação e animação, que se orienta por uma dinâmica de constante revisão e reflexão sobre os caminhos da ANA, visto também como importante para tentar equilibrar as tensões no espaço: “São pessoas e não instituições, pessoas que são reconhecidas por todo mundo, existe um processo de confiança política” (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015). Ainda assim, estas pessoas não falam explicitamente pela ANA: dependendo da decisão, se mais delicada, há um processo amplo de consulta, para além dos debates orientadores nas plenárias nacionais e ENAs. A proposta de organização em rede favorece este arranjo, sem a necessidade de uma grande coordenação, com um grupo menor, que possa dinamizar e socializar com os demais.

Em alguns períodos, a Coordenação Nacional foi o principal espaço de orquestração entre os atores que compõem a ANA, seja para tentar confluir posições e ações das perspectivas a seguir, organizar os temas e metodologias para as atividades nacionais, seja para o diálogo com o poder público, o que envolveu também condições financeiras para a realização destas atividades, em geral, geridas pelas ONGs.

Como visto, na dinâmica das reuniões nacionais a forma de olhar a realidade, estabelecer avaliações e formular propostas teve lastro nas metodologias da educação popular (ver-julgar-agir), ainda que não explicitado formalmente, com raízes nas formulações freireanas²⁰⁰. Negou-se a mera construção conceitual eternizada, aproximando-se de uma análise que não cristalizasse ou substancializasse conceitos, interrogando a realidade (THOMPSON, 1981).

A função da Secretaria Executiva colocou em operação diversas ações da ANA, seja na organização de atividades, circulação e organização de informações, reuniões, gestão de projetos, com equipe responsável por formular, articular e ter capacidade de diálogo, dado o seu protagonismo diário. Manteve tanto um papel executivo, quanto político com suas decisões junto ao Núcleo Executivo. A sua proximidade física e política com a AS-PTA foi avaliada por facilitar a gestão de projetos em nome da entidade, ainda que outras ONGs também assumissem projetos da ANA:

[Contribui] no ambiente de reflexão, se você tem uma Secretaria desvinculada, isso é bom e é ruim, porque fica muito AS-PTA e Fase demais, mas pelo menos tem interlocução, não tem atribuições políticas é mais executiva, mas também o executivo é político, então você ter alguém pra dialogar, pra onde vai, tem outras

²⁰⁰ A proposta de ver-julgar-agir surge desde a Ação Católica, no trabalho com comunidades e periferias. Estas atividades partiam da reflexão e da leitura das realidades de forma dialogada e participativa para propor ações e atividades, busca uma educação libertária e um constante processo de reflexão e de ação.

interlocuções. Aqui a própria AS-PTA termina dedicando tempo, recursos muito grandes pra ANA, exatamente por isso, está ancorando a Secretaria no dia a dia (...) isso tem a ver com a cultura em rede, cada um sabe do seu projeto institucional, o que tem na sua área de atuação territorial e que uma parte do seu tempo, do seu recurso tem que ser investido na ação em rede (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015).

Essa vinculação organizativa da Secretaria Executiva da ANA com a entidade que mais a acolhe explicita determinados arranjos socioeconômicos da sua gestão, com uma fusão de ações: “É possível hoje que muitas coisas se confundam na coordenação da AS-PTA com a ANA, isso também tem um outro lado que é o enfraquecimento de muitas organizações que poderiam ter mais força do ponto de vista de atuação”, dentre outras razões devido ao processo de enfraquecimento das ONGs frente às mudanças na relação com o Estado e as dificuldades no acesso a recursos públicos para sua manutenção (Darci Frigo, coordenador da Terra de Direitos. Entrevista em 21/01/2016).

As ações da ANA dependem tanto do financiamento gerido pela Secretaria Executiva, quanto do que as próprias organizações aportam, o que por sua vez depende dos financiamentos que recebem. A falta de recursos para qualquer uma destas partes afeta sua capacidade de articulação e mobilização e, conseqüentemente, sua dinâmica como rede social. Isso revela tanto o papel das ONGs como do Núcleo Executivo na sustentação das atividades da ANA no âmbito nacional, quanto a relativa dependência em relação a elas, a exemplo da gestão de atividades e manutenção de equipes.

Se, no início, estas organizações tinham mais apoio da cooperação internacional, que permitia mais flexibilidade e autonomia na construção dos seus projetos, com o apoio governamental houve engessamento na execução e gestão dos projetos, atrelados a rígidas metas, cronogramas e na prestação de serviços:

O Estado tende a ver as organizações como prestadoras de serviços e não como organizações que têm um projeto político, que é importante e tal, você tem um conflito grande aí, uma dificuldade das organizações disporem de pessoas para atuarem nesse campo da articulação (Eugênio Ferrari, CTA-ZM. Entrevista em 19/11/2015).

Isso afeta as condições para ações além do âmbito institucional, o que retoma a pressão para o acomodamento das ONGs às demandas governamentais e para que se viabilizem atividades de interesse do próprio Estado (BEBBINGTON et al., 2008).

Os GTs também refletiram a correlação do seu funcionamento com as condições de realização de encontros e atividades. Como visto anteriormente, no processo do II ENA, os GTs desempenharam o papel de direcionar as ações da ANA e debater propostas para políticas públicas, mas, no geral, não se mantiveram no tempo: “Nada disso tem uma vida perene, tamanha consistência e densidade, não é só mudança de conjunta, também não tem fôlego material e de estrutura para os encontros” (Maria Emília Pacheco, Fase. Entrevista em 04/01/2016). O funcionamento autônomo e fluido dependeria das organizações integrantes, que participam por interesse das pautas em debate (o caso do GT Mulheres foi diferente, ao manter uma continuidade e coesão com um projeto de longo prazo).

No geral, a articulação a partir dos GTs se propunha como estratégia de ação para influenciar as organizações nas formulações teóricas e práticas, como uma via de mão dupla: das próprias organizações trazerem suas experiências para a formulação de propostas coletivas, e destas formulações também rebaterem nas concepções das próprias organizações. Um exemplo foi o GT Biodiversidade ao construir relações com organizações de diferentes regiões do país e permitir a construção no âmbito nacional de debates e estratégias de monitoramento de políticas públicas e no Legislativo. Por outro lado, não necessariamente as

organizações incorporavam a estratégia formulada por um determinado GT, sendo um processo paulatino e que expressa as ambiguidades nestes espaços de articulação.

Assim, a construção da ANA não caminhou no sentido de utilizar os mesmos repertórios de ação das organizações de movimentos sociais que a compõem, buscando uma diferenciação, ao mesmo tempo em que também procurou ter sentido para a diversidade de atores sociais. Por exemplo, não utilizou a estratégia das ocupações, mas de promover outra agricultura que não se atrela ao agronegócio, entendida como outra forma de resistência. Ainda que desde os Ebaas e nos ENAs houvesse manifestações na rua, não foram estratégias construídas continuamente, como foco das suas ações. Ao contrário, procurou criar espaços de diálogo e formulação em reuniões e encontros, cujas propostas não foram objeto da atuação direta da ANA, mas dependente das suas integrantes.

4.3 Tensões e relações de poder

As relações entre assessores e agricultores e entre ONGs e organizações de movimentos sociais expressam tensões entre diferentes formas de ação, referências discursivas, perspectivas e expectativas sobre a ANA. Aparecem também tensões nos diálogos e negociações com o Estado e ainda nas questões de gênero e nas prioridades que elas envolviam, em especial capitaneadas pelo GT Mulheres.

Como visto, as organizações de movimentos sociais e ONGs tiveram trajetórias distintas na abordagem da agroecologia. No geral, os movimentos sociais têm uma maior amplitude na sua pauta, por exemplo, com questões sobre infraestrutura nos assentamentos, ou os processos internos de organização e representação sindical. Nestas organizações a agroecologia só aparece como proposta no decorrer do seu processo organizativo, em especial a partir dos anos 2000, quando as questões produtivas emergem com mais força. Ao contrário, algumas ONGs tiveram o tema na sua pauta original, algumas delas desde o início da década de 1980, com base no perfil agrônomo dos membros e no lastro do movimento da agricultura alternativa. A partir da agroecologia, as ONGs trouxeram outros temas, distintos daqueles inicialmente apontados pelos movimentos sociais. Nesse sentido, o que se observou é que os atores não se dedicaram à ANA da mesma forma, nem com as mesmas condições.

Em algumas falas ficou implícito que haveria alguma tensão ou desconforto por esse protagonismo: “Precisamos nos desafiar a continuar construindo essa unidade, com a participação não apenas das ONGs, mas ampliar para o conjunto dos demais movimentos sociais”, dado que faltaria na ANA “uma presença mais forte dos movimentos sociais do campo brasileiro” (Willian Clementino Matias, Contag. Entrevista em 26/02/2015). Para ele, o enfrentamento com o agronegócio e a conquista de espaços no governo por meio da Pnapo impulsionaria a maior vinculação de movimentos sociais. Essa observação ocorreu em uma reunião de plenária nacional da ANA, onde a proporção de organizações de movimentos sociais era muito menor do que a diversidade de outros formatos organizativos, em especial de ONGs (ver detalhes no Anexo B), presença que se repetiu, em geral, nas reuniões nacionais anteriores.

Em outra perspectiva, em comparação com a organização sindical, a ANA seria “muito leve e essas pequenas ONGs que não têm expressão nacional precisam de algum espaço, então encontraram nesse caminho um conjugar de interesses” (Celso Ludwig, agricultor de Paial/SC, coordenador do setor agrícola da Fetraf. Entrevista em 26/02/2015). Delimita, assim, o espaço político das ONGs diferente da estrutura sindical, por exemplo, por ter uma maior disputa por financiamento, nas visões políticas e na hierarquia.

A disputa, apesar da inexistência de cargos ou recursos físicos na ANA, expressou-se no ator social que fornece o sentido político ao espaço, em especial com o crescimento da expressão da agroecologia na sociedade e sua emergência como mobilizador social. A tensão então transitaria entre a representação e a legitimidade.

Um tema que mostrou as diferenças na atuação, perfil social e interesses entre os atores que se encontram na ANA é a relação das distintas organizações com as políticas públicas.

[Tem] muita diferença, entre ONG e movimento. As ONGs de uma forma geral são mais estruturadas, tem pessoas mais liberadas para fazer os trabalhos e estar nas representações. E os movimentos de forma geral são bem mais difíceis da participação, de ter pessoas liberadas para fazer as participações (...) [As ONGs] são pautados pela execução das políticas, já os movimentos são pautados por como avançam no acesso às políticas. As ONGs são preocupadas em como se executa (...) é muito no miudinho da política (...) [já o movimento social] queremos saber como a Ater tá acontecendo, como as mulheres estão ou não participando, como as famílias estão ou não estão participando, como está o protagonismo das famílias e das pessoas, estamos preocupados nessa outra parte da política. Entendendo também que essas outras são importantes, mas é diferente do que nos interessam mais. No movimento social são os próprios sujeitos que estão na discussão, nas ONG são mais pessoas técnicas que estão na discussão (...) é um nível de discussão diferente (Maria Verônica de Santana, MMTR-NE. Entrevista em 19/11/2015).

Essa ponderação retoma os elementos sobre a especialização política e as diferenças de competências no diálogo com as políticas públicas. Maria Verônica de Santana destacou a importância da apropriação das pessoas pelo processo social e na atuação dos movimentos sociais de base que tem diferenças em suas condições e modo de trabalho, em comparação com as ONGs:

Se a gente não acredita na auto-organização dessas famílias, nem as ONGs caminham, nem o governo caminha, às vezes a gente se esquece de fortalecer e acreditar nisso, na auto-organização das pessoas e aí precisamos exprimir isso, e às vezes a gente vê muitas políticas pautadas em fortalecer tal política, mas nunca de fortalecer as pessoas, o sujeito. Temos que mudar isso, fortalecer a organização do sujeito para conseguir essas conquistas. É muito diferente as discussões (...) normalmente uma ONG atua em um local, então atuar em um local, não é que seja fácil, mas é diferente atuar em um local do que atuar em nove estados do Nordeste, que não tem sinal de telefone, não tem internet, é bem mais complexo, e você atuar numa região, num território, num município é bem mais fácil e o seu poder de resposta em algumas questões é bem mais prático, é diferente atuar no local assistindo tais famílias, executando tais projetos, negócios, do que ter um movimento social com proposta política, se seu convencimento ainda é no miudinho, trabalho de base, nas reuniõeszinhas, reunião aqui e acolá (Maria Verônica de Santana, MMTR-NE. Entrevista em 19/11/2015).

A diversidade de sujeitos que se encontram na ANA passou por reconhecer estas diferenças entre formas de ação e lugares sociais:

As ONG são mais as assessorias e técnicos que participam não é tanto a base, e acho que isso é o que dificulta um pouco, porque daí é muito mais a lógica do fazer para e não fazer com (...) [Nos] movimentos são as próprias pessoas que fazem no dia a dia e participam dos espaços (...) dá muito mais trabalho, mas ao mesmo tempo, esse trabalho também tem outro retorno e ele busca mais disseminar as ideias e o que está se passando (Noemi Krefta, MMC. Entrevista em 17/12/2015).

Diverso também foi a forma como estes atores interpretam os objetivos finais da sua luta política, com discordâncias: “O lugar maior nessa relação [das ONGs] é com o Estado e não incorpora a relação de confronto com o capital na agricultura” (José Maria Tardin, MST. Entrevista em 14/12/2015). “Redes como essa são importantes, mas elas são muito insuficientes, porque ela reúne de tudo, reúne desde gente que é um capitalista humanizado

até o que é um socialista” (Nívia Regina da Silva, MST. Entrevista em 08/12/2015). Para ela, a diversidade traria limites para a ruptura social.

Para a militante do MST, as dinâmicas nos assentamentos e acampamentos impõem outras prioridades materiais que, muitas vezes, se descolariam das agendas colocadas pela ANA. Na sua visão este tipo de articulação precisaria “ter um papel de agitadoras, de fazer uma agitação e propaganda para o conjunto da sociedade de uma outra perspectiva”. Isso demandaria ações diretas, a exemplo da ocupação de áreas e destruição de experimentos que seriam “condição da luta de classe na construção da agroecologia” e para “transformar a consciência de classe das pessoas”, a exemplo da Via Campesina. Com isso, sairia da dinâmica discursiva de formulação ou da negociação da contradição.

A visão de classe colocada pela entrevistada é contrastada com outras perspectivas. Para Thompson (1987 e 1981) a noção de classe traz consigo o risco de homogeneização ou substancialização de processos que resultam de dinâmicas históricas e de luta, que podem ou não se formar enquanto um grupo consciente de si e para si, produto tanto da construção social, quanto também teórica. Ainda assim, isso não desautoriza o uso do termo, que recebeu uma resignificação, a exemplo da noção agricultura familiar camponesa, alargando-se com a revalorização das dimensões culturais e imprimindo na pauta da agroecologia um amplo entrecruzamento de categorias e sujeitos, produtos de uma lenta e longa elaboração coletiva, não totalizante entre os atores (MEDEIROS, 2012).

Outras expectativas da atuação mais prática e direta pela ANA também emergiram a partir de José Antônio Marfil, agricultor, membro da Rede Ecovida²⁰¹, e que reflete outra visão heterogênea. Para ele, a ANA “tem uma visão muito escritorial, não sei bem a palavra, muito de cima pra baixo, não é da realidade que a gente vive no dia a dia (...) às vezes a gente entra com alguma coisa mais prática e tem uma certa resistência neste processo”, a exemplo de propostas sobre certificação participativa e da relação entre produtores e consumidores agroecológicos. Na sua perspectiva, por ser uma articulação, ela poderia propor ações em âmbito maior:

Ela não tem que fazer, mas demandar para alguém fazer (...) é papel de uma articulação que tem todo mundo lá dentro (...). Hoje a Rede [Ecovida] faz contato individual com as outras redes, porque a gente não faz tudo num processo só? Quem pode provocar? (...) isso não empobrece o processo político, organizacional de debate e enfrentamento, isso dá sustentação (Entrevista em 08/12/2015).

Consoante a visão que articula o aspecto político e econômico na agroecologia de forma não excludente, Marfil indicou a ação direta na consolidação de redes de produção e consumo agroecológicos. Mais do que a fala, espera-se uma ação em rede, seja frente às necessidades produtivas, seja no embate direto com o agronegócio.

Para Jean Marc von der Weid, integrante da AS-PTA, a ANA deveria ter uma ação mais efetiva junto às organizações dos movimentos sociais, principalmente, no sentido de pensar propostas e efetivar ações com a agroecologia, em especial junto das suas experiências locais: “Senão eles vão ficar nessa representação formal aqui”, ao se referir às plenárias nacionais. Essa dificuldade se relacionaria, dentre outras questões, as diferenças metodológicas e organizativas. Na sua visão, “quando estabelece processo de transformação

²⁰¹ A Rede Ecovida surge do trabalho de ONGs e de organizações de agricultores no Sul do Brasil, que há mais de 20 anos desenvolvem experiências concretas de organização social, produção e comercialização de alimentos sem agroquímicos, nos princípios de respeito ao meio ambiente, solidariedade, cooperação, resgate da cultura local e de valorização das pessoas e da vida. Conta com a participação de consumidores, agricultores e técnicos ao propor metodologias novas de organização e de certificação, para credibilidade e diminuição de custos. Fonte: https://www.facebook.com/Rede-Ecovida-278194462220053/info/?tab=page_info. Acesso em 24/02/2016.

da produção passa por experimentação descentralizada e relação horizontal entre esses participantes, você fica fora do universo deles [movimentos sociais], no universo deles você precisa de alguém que chefie e que manda e os debaixo fazem” (Entrevista em 24/11/2015), entre diferentes percepções sobre como acessar maiores escalas ou da massificação da agroecologia. A organização agroecológica, nessa perspectiva, dependeria da participação dos agricultores, fora dos quadros da hierarquia das organizações. Essas controvérsias expressam a complexidade presente no encontro entre posições sociais, interesses, orientações políticas e organizativas distintas, que tanto geram tensões quanto também força política.

De forma geral, as argumentações sobre as expectativas referentes à ANA expressaram o anseio para que cada forma de ação pudesse estar mais presente neste espaço, na sua orientação e intencionalidade. Ou seja, o interesse em tornar seu modo de ação hegemônico e entender este espaço como detentor de capacidade de influência social, em especial em três visões: ações diretas e conflitivas da crítica ao modelo social; a promoção prática das iniciativas agroecológicas produtivas e ainda, a expectativa de uma ação direta no âmbito econômico promovido pela ANA. Essas visões expressaram um espelhamento que cada ator fez na ANA, para a repercussão de entendimentos e prioridades que ocorrem a partir do seu universo organizativo específico.

Percebe-se também uma troca de repertórios políticos entre as organizações, superando as diferenças pelo diálogo, entre posturas de “enfrentamento e radicalização” que explicitam o conflito, sem se limitar à negociação, e a necessidade de se construir um projeto de desenvolvimento popular com experiências, fornecendo credibilidade à alternativa apontada. Esse encontro de perspectivas poderia se dar na ANA:

Acho que existe uma tensão que algumas pessoas explicam sobre o protagonismo das ONGs sobre esse espaço e aí os movimentos sociais ficam um pouco mais arredios a esse processo ou não vão por uma disputa. E acho que não deveriam fazer disputa do espaço, mas do fortalecimento dessa articulação, ela pode ser um contraponto mais político no conjunto dos movimentos do campo, mesmo das ONGs, centros de pesquisa. Acho que a ANA tem um papel fundamental para pensar um projeto alternativo de agricultura baseado na agroecologia (Darci Frigo, Terra de Direitos. Entrevista em 21/01/2016).

A ampliação do debate sobre a agroecologia foi consolidando esse campo e os tensionamentos não foram motivos para rupturas, mesmo com engajamentos e prioridades distintas entre as organizações. O papel das diferenças foi chave na ANA, justamente pelo esforço de lidar com elas e, na medida do possível, abrir o debate para encontrar consensos ou evidenciá-las sem que gerasse motivos para que a articulação se rompesse, mantendo a base social em torno da agroecologia e da necessidade de transformação social. Isso se relacionou com seu sentido de buscar a diferença na diversidade, com quem tem identidade com a agroecologia.

A partir das entrevistas tivemos acesso a alguns casos de tensionamento caracterizados por diferenças de compreensão, prioridade e de estratégia, expressas a partir da posição social de cada ator e em conjunturas decisórias, como demandas junto ao governo e em estratégias organizativas da ANA. Por exemplo, em 2006, no II ENA em Recife, houve a proposta de uma ação de impacto, com marchas e atos, em especial pelos movimentos da Via Campesina. Mas as ações não se concretizaram e se estremeceram relações naquele momento:

Tem aquela separação, as ONGs querem a ação de forma mais planejada e administrativa, de fazer as ações aos poucos, já o movimento social quer a ação de forma mais massiva e de radicalização do processo. E aflorou em diversos momentos esse ponto de vista, mas foi um espaço estritamente importante, pioneiro na convergência (Ciro Correa, representou o MST na ANA. Entrevista em 18/11/2015).

As diferenças sobre o repertório de ação das organizações e o controle operativo da atividade, quando poucas pessoas saberiam exatamente o que seria, não obteve acordo na organização do ato. O sigilo fazia parte da estratégia, mas não agradava a todos. Dentre as avaliações, haveria “certa dificuldade de você implementar uma ação desse tipo numa articulação que é mais horizontal que não tem esse centralismo democrático de lideranças” (Eugênio Ferrari, CTA-ZM. Entrevista em 19/11/2015). O que para ele foi diferente das ações públicas no III ENA, em 2014:

Pensou-se numa coisa mais diversificada, colocar as faixas, um grupo foi para um lugar e botou as cruzes em frente à fábrica da Monsanto. Normalmente esse é um ponto de dificuldade, exatamente porque são culturas políticas diferentes, essa cultura política da rede as pessoas se sentem muito mais parte, não tem como ter um grupo, das pessoas irem para uma atividade sem saber o que vai ser feito ali (Eugênio Ferrari, CTA-ZM. Entrevista em 19/11/2015).

Outro exemplo de tensão foi numa proposta de política pública gestada na Cnapo e que remetia ao apoio às redes de agroecologia dos territórios. As interpretações também se polarizaram entre as práticas e a forma como as ONGs e uma organização dos movimentos sociais operavam a noção de rede: para aquelas, uma rede abrangeria organizações diferentes e uma diversidade territorial. E para um dos movimentos, se relacionava às cooperativas a ele vinculadas, demandando apoio a grandes estruturas produtivas. Ainda assim, estas diferenças não impediram que tais atores acessassem os recursos e se integrassem à chamada pública, que foi realizada. Mesmo com estas tensões, os diálogos e aprendizados foram se dando.

A gente sabe também que tanto os movimentos dependem muito e bebem muito da capacidade criativa que têm muitas vezes no mundo das ONGs, e vice versa, a gente tanto depende da capacidade política e depende também da capacidade criativa dos movimentos, de se manifestar, de se expressar, né, é uma sinergia interessante que acontece, mas é uma obra de arte (Paulo Petersen, CTA-ZM. Entrevista em 03/12/2015).

Outras concepções polêmicas como pagamento por serviços ambientais, crédito fundiário, crítica ao governo, entre outras, permearam a ANA e expressaram tensões nos seus diversos espaços de encontro, indicando também a diversidade entre as organizações dos movimentos sociais rurais.

Não tem diferenças de objetivo, nós temos diferença de caminhos, de como, por onde chegar (...) Por isso que nós se consolidamos como movimentos diferentes, pela diferença na prática, nós não temos divergência efetiva de que precisamos trabalhar a partir de um campo com um modelo produtivo diferente, com uma educação no campo (...) O conjunto das políticas públicas construídas nos últimos tempos tem sido construída com as mãos de todos os movimentos sociais, porque a gente consegue construir? Porque temos objetivos e desafios em comum (...) já tem um histórico de várias ações conjuntas (Willian Clementino Matias, Contag. Entrevista em 26/02/2015).

Por outro lado, a diferença na vinculação com os governos federais sob a gestão do PT também foi avaliada por trazer dificuldade no campo dessa articulação da sociedade civil.

Tem uma fragmentação de uma forma geral dos movimentos do campo que a gente vive no movimento da esquerda, essa convergência não se dá de uma forma tão tranquila (...) dos quatro governos [do PT] é que há uma desconfiança muito grande, há alguns movimentos do campo ou ONG que tem um atrelamento maior com o governo, tem um financiamento maior, e aí não compram algumas pautas ou não topam fazer algumas lutas (...) tem algumas pautas que por mais que possamos ter

as mesmas, algumas coisas a gente tem uma visão diferente do ponto de vista das negociações [e da crítica ao governo] (Nívia Regina da Silva, MST. Entrevista em 08/12/2015).

As disputas históricas com relação à filiação da base social, pela hegemonia de determinada organização, seriam outros pontos de tensão, quer do ponto de vista organizativo e de vínculo na base sindical, quer no processo de mobilização de massa dos movimentos da Via Campesina, ou pela atuação circunscrita das ONGs, por exemplo.

No movimento sindical sempre teve disputa por base com a Contag. A Via, sempre foi, sempre será (...). Mas daí o pessoal na ponta briga e aqui no nacional a gente tem que sentar, discutir, ver alternativas e toca a vida pra frente, daí tenta fazer acordo na linha geral e lá na base vamos disputar. Nas ONGs não é tão grave porque elas trabalham com uma delimitação de área geográfica, e no campo da esquerda existe um certo acordo, você vai até ali, você vai até lá, sempre tem aquele que passa a perna no outro, mas normalmente tem o troco, então perai que eu pego você na curva e tal (Celso Ludwig, Fetraf. Entrevista em 26/02/2015).

Outro exemplo de confrontos foi sobre ações relacionadas a gênero que transpassou as organizações. Na construção de uma chamada de Ater, o GT Mulheres da ANA construiu uma proposta para que 50% das beneficiárias da Ater fossem mulheres e 30% das ações fossem específicas com mulheres. Algumas lideranças masculinas foram contra a proposta ou levantaram questionamentos sobre ela. Nas negociações, as próprias mulheres fizeram pressão e debate em suas organizações, até que a proposta foi incluída na chamada pública. Para várias mulheres, o feminismo ainda não estaria consolidado na ANA, requerendo argumentações e comprovações da sua importância. “A gente vem construindo, quando precisa firmar o pé a gente firma e junta às forças das mulheres, a gente sempre precisa mostrar o conhecimento de causa” (Noemi Krefta, MMC. Entrevista em 17/12/2015). Na avaliação delas, a maior parte dos embates ocorre de forma velada.

A estratégia do GT é um reflexo do que é a dupla e tripla jornada [das mulheres], para ter essa conquista você precisa atuar em várias frentes. Para preparar o ENA é preciso que as mulheres se reúnam e discutam todos os temas, o que ele tem haver com a vida das mulheres, faz uma preparação detalhada de todos os temas, dedica espaço separado das mulheres, é uma estratégia refinada que temos adotado desde o II ENA (...). Numa sociedade machista e patriarcal como a nossa é impressionante o medo de que você vai interferir na vida da família, é muito interessante porque ninguém pensa nisso em outros temas. Mulher não é tema, é uma questão de política e de direito (Maria Emília Pacheco, Fase. Entrevista em 04/01/2016).

A atuação do GT reflete um exemplo do funcionamento da ANA, conseguindo inclusive ultrapassar algumas barreiras na relação entre as organizações heterogêneas, como as ONGs e os movimentos sociais, com um diálogo mais aberto entre algumas lideranças, ainda que isso varie, em especial dentre os movimentos com lideranças masculinas.

Nessa trajetória, a pauta das mulheres avançou. Quando se criou a ANA, em 2002, elas já tinham distintas experiências organizativas. Por exemplo, no âmbito da Rede PTA Sudeste, havia uma articulação desde 1998, realizando encontros com apoio da ONG Sempre-viva Organização Feminista, com discussões da agricultura familiar com enfoque de gênero, buscando o protagonismo das mulheres, além dos debates anteriores no movimento sindical na década de 1980. Estes debates se acumulam no I ENA e resultaram na criação do GT sobre Gênero em 2004.

O GT se propôs a realizar uma série de atividades, como seminários e encontros desde 2004, evidenciando-se como “espaço de fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos, para atuarem nas diversas instâncias do movimento agroecológico” e a articulação

da agroecologia com diversas outras questões, o que motivou a mudança do nome de GT Gênero para GT Mulheres da ANA, abarcando uma grande diversidade de organizações do país (ANA, 2008a, p. 17).

Como visto no segundo capítulo, a crítica sobre a inserção da pauta das mulheres no I ENA teve desdobramentos posteriores, aprofundando o tema nos encontros nacionais seguintes, com elementos sobre a vivência das mulheres na agroecologia e diversas situações de opressão.

Essa atuação foi reconhecida pelo fato das mulheres terem “conseguido construir uma unidade maior do que os homens, uma sensibilidade maior à agroecologia” e a “pautar a agroecologia para dentro dos movimentos e buscar a construção de interação dos movimentos e outras organizações” (Denis Monteiro, Secretaria Executiva da ANA. Entrevista em 17/12/2015). A articulação em torno do feminismo é como uma rede dentro da rede, permeando temas e interações diversas e que cumpre um papel de aglutinação transversal das organizações da ANA, tendo como ponto de ancoragem a afirmação das mulheres enquanto sujeitos políticos atuantes²⁰².

4.4 Relação com o Estado

Outro tema que permeou toda a trajetória da ANA foi a relação com o Estado que, de modo geral, influenciou sua estratégia e atuação, desde as oportunidades de construir políticas públicas nas gestões federais do PT ou de criticar o apoio do Estado ao modelo do agronegócio.

A proximidade com setores do governo do PT remonta à década de 1980, como visto no primeiro capítulo, que mostra, mesmo numa reconfiguração do processo político, as redes sociais de ligação entre o universo governamental e o da sociedade civil, em fronteiras que não são rígidas, mas híbridas (ALMEIDA et al., 2104).

Quem que são os parceiros da Rede PTA? Principalmente as organizações dos agricultores e o movimento sindical ligado à CUT. Isso tinha uma opção política clara, que eram sindicatos combativos, não eram pelegos, estavam articulados com a Rede PTA e com as CEBs que incentivava os agricultores a participar das organizações e fortalecê-las. Desde associação, sindicato, partido político e cooperativa. Todos nós éramos articulados ao PT, todos nós éramos da CUT, todos nós votamos no Lula, então era natural uma aproximação com o governo, mas sabemos também que o governo é tensionado, então aquilo que a gente não concorda não estamos a reboque, a gente vai criticar, como os transgênicos, agrotóxicos, mas lá dentro do governo tem companheiros nossos da época da agricultura alternativa, do movimento estudantil (Irene Cardoso, ABA. Entrevista em 18/11/2015).

O entendimento sobre o significado do Estado ao longo da trajetória da ANA mostrou determinadas expectativas que, ainda que não necessariamente contraditórias, se reorientaram ao longo do tempo. Se, no I ENA, o Estado foi colocado como provedor de direitos, no II ENA foi ampliada sua compreensão como indutor do desenvolvimento e, a partir de 2012, dada a maior interface da sociedade civil com a construção da Pnapo e a crescente crítica às políticas de apoio ao agronegócio, o Estado foi colocado como gestor de políticas condicionadas à participação e atuação da sociedade civil, aspecto presente anteriormente,

²⁰² Siliprandi (2009) ao levantar a importância da questão de gênero entre as instituições componentes da ANA constatou a presença de projetos desta natureza na maioria das organizações, entre 2006 e 2007, e da sua importância pelas instituições no interior da ANA, justificada por um novo modelo de sociedade que incidisse na relação entre as pessoas, a partir da percepção da existência de desigualdades de gênero. Também por estimular a participação das mulheres enquanto sujeito político autônomo, ainda sub-representadas, e de que a ANA poderia contribuir no debate, com lideranças que fizeram parte deste processo tanto fruto destas articulações, quanto impulsionadoras destes processos.

mas intensificado ao longo do tempo.

A interpretação sobre o papel do Estado se relaciona com a pressão para a construção de políticas públicas pelas organizações sociais no país, percebido como espaço em disputa.

Numa altura vimos que conquistava a política, mas o Estado não implementava, e daí iniciou um debate que deságua na agroecologia e em todo resto, na minha opinião, que era a visão de que precisávamos fazer a luta, conquistar as políticas públicas e fazer a implementação das políticas públicas (Celso Ludwig, Fetraf. Entrevista em 26/02/2015).

As interfaces entre desmobilização e mobilização através do poder do Estado foram questionadas em diversos momentos, seja pelo fato das instituições estatais apoiarem o que era criticado pela ANA, seja por promoverem o que ela defendia, mesmo que em tempos mais largos do que a expectativa inicial das organizações. É o caso de políticas como PAA, Pnae e a Planapo. O Estado foi visto de forma contraditória, seja por ter uma estrutura que atendia ao agronegócio (leis, recursos, políticas e programas), seja por ser um meio capaz de impulsionar e viabilizar as mudanças sociais almejadas em escala. Em vários momentos o peso do Estado direcionou o processo de organização da ANA e lhe impôs determinadas pautas, debates e formas de ação, a exemplo da liberação de transgênicos, estruturação de políticas e a elaboração da Pnapo.

Na oficina territorial durante o processo do Encontro de Diálogos e Convergências essa tensão foi reforçada: “Todas as organizações dependem do governo, e o governo não avançou em questões centrais para os povos, como a regularização de territórios, ficou na maioria dando mínguas, cestas básicas. Temos que ser mais ousados, tem formação para o agronegócio em todo canto” (ANA, 2011b, p. 24). Tais tensões expressam a expectativa de outra estratégia de ação do então governo federal do PT, à altura das opressões sofridas e da ausência de direitos, mas que dependeria de uma maior capacidade de mobilização, que não nega a reivindicação de direitos junto ao próprio Estado. Estas e outras falas expressam uma dualidade entre a esperada velocidade das mudanças e em perceber seus processos sociais.

Nos eventos (como nos ENAs, com representantes da candidatura do PT nas eleições de 2002, e depois com secretários da SDT e SAF/MDA em 2006, e da Secretaria Geral da Presidência em 2011 e 2014), os participantes mostraram uma reiterada forma de dialogar com os representantes do governo para dar visibilidade à agroecologia e pressionar por suas demandas de políticas públicas. Essa pressão social foi expressa a partir da quantidade e diversidade de atores sociais presentes e da síntese das Cartas Políticas dos Encontros.

Essa construção também expressou o intuito da ANA se colocar como uma interlocutora legítima, ainda que não a única, junto ao Estado, na medida em que estaria respaldada pela agroecologia e a agricultura familiar, com um amplo conjunto de atores sociais e pelo seu crescente investimento na formulação de políticas públicas nos seus eventos nacionais.

A partir da agenda da Pnapo, em especial as reuniões a Cnapo, alguns integrantes da ANA que integravam este espaço passaram a se encontrar com maior frequência, inclusive com uma reunião anterior ao debate com o governo²⁰³. Isso impactou a conformação social de muitos encontros da ANA, quando o fluxo de reuniões passou a ser dinamizado a partir da agenda na Cnapo, levantando questões sobre sua organização, como a relação com aqueles que não estavam formalmente no espaço da construção desta política, no atrelamento aos tempos e pautas do governo. Mesmo que os integrantes da Comissão se identificassem como ANA, não estava presente toda a sua diversidade.

²⁰³ Objeto de negociação da ANA foi que em toda reunião da Cnapo a sociedade civil tivesse um momento anterior na sua preparação, para análise e busca de posições unitárias nas pautas.

Nesse sentido, há a percepção do risco no atrelamento excessivo ou subordinado à incidência nas políticas públicas, além da limitação da Cnapo não ter regulamentação específica, construindo um programa que depende da aceitação do governo do momento.

O fato de que muitas reuniões acontecem no dia anterior da Cnapo em Brasília significa uma mudança de eixo aglutinador político da própria ANA. A política acabou exercendo uma centralidade e pode colocar em risco a autonomia, pode debilitar a construção dessa rede, desse movimento da agroecologia que a ANA tem tentado capitanear esses anos todos em função da adesão ou da prioridade que se dá à construção da política (Darci Frigo, Terra de Direitos. Entrevista em 21/01/2016).

Quem não estivesse atrelado a esta construção, poderia estar fora da principal dinâmica de diálogo e articulação da ANA, ainda que outras pautas pudessem estar em debate, mas de forma mais marginal.

No processo de elaboração das duas versões do Planapo, a ANA negociou com o governo a realização dos seminários regionais, realizando um amplo debate e apropriação da proposta para construir uma confiança política junto às regiões, acolher as diversidades e socializar sua construção, o que fortaleceria a articulação. Mas tal relação com os protagonistas locais não teria a mesma dinâmica no processo da Cnapo.

O paralelismo com a política pública também se deu nos temas de debate, com a Cnapo contendo comissões que eram reflexo dos GTs da ANA (sementes, construção do conhecimento, comunicação, entre outros), traduzindo seus temas de interesse. A conformação das posições dentro da política contribuiu para o processo de coesão e dinamização tanto da ANA, quanto com parte do governo, a exemplo da formulação do Programa Nacional para Redução do uso de Agrotóxicos (Pronara).

No Pronara foi constituído um grupo de trabalho com representações da ANA, da Abrasco, da campanha dos agrotóxicos e de gestores públicos de vários órgãos que participam da política, no âmbito da Cnapo. Esse grupo de trabalho trabalhou mais de um ano, no desenho, na arquitetura, em negociações políticas, o negócio começou bem mais radical, foi o mesmo processo do Planapo, de chegar um programa que seja aceitável pelas duas partes, isso fortalece politicamente demais. Ano passado [2014] quando aprovou a proposta dentro da Cnapo foi uma conquista política, não é uma proposta da sociedade civil (...) [que] teria sido muito mais avançada, mas foi a proposta que a sociedade civil conseguiu construir com os órgãos que estão na Cnapo (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015).

No entanto, o programa foi vetado pela então ministra Kátia Abreu, na Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), que tem a presença apenas do governo, ampliando as tensões. Dentre as justificativas, a ministra avaliou que a restrição impositiva aos agrotóxicos prejudicaria o setor agrícola, situando a questão como preconceito²⁰⁴.

De outro lado, a possibilidade de mais encontros e debates com a construção da Planapo foi avaliada positivamente, mesmo que limitada a algumas representações. Além disso, a agroecologia estava sendo reconhecida como objeto de políticas públicas.

Nosso amadurecimento vem dessa possibilidade que a política criou da gente se encontrar, estar discutindo mais, ter nivelamento em torno de algumas discussões (...) socializar o que estamos fazendo. O principal ganho da política e do plano foi a grande unidade dos movimentos (...) a articulação cresceu muito, o reconhecimento e o espaço político dentro do governo, da sociedade, a agroecologia não é aquela coisa marginal, de um grupo lá que pensa, hoje é um projeto político reconhecido e é esse grupo que lidera, no país tem muitas experiências, e acaba sendo a ANA a

²⁰⁴ A expectativa de lançamento do programa pela então presidenta Dilma não se efetivou em 2015.

grande liderança dessas discussões da agroecologia (Maria Verônica de Santana, MMTR-NE. Entrevista em 19/11/2015).

Nesse sentido, o poder de atração do Estado foi aproveitado como um espaço de convergência da sociedade civil e da ANA, o que requereu a especificação da política em objetivos e metas traduzidos em ação e mecanismos de execução em políticas públicas. Isso permitiu uma atuação mais perene, em comparação aos debates anteriores junto ao poder público e no próprio espaço da ANA.

Por outro lado, este universo da construção das políticas públicas trouxe aos participantes tensões entre linguagens, tempos e a noção de efetividade destas ações. A racionalização dos desejos expressos no plano mostrou choques de perspectivas na sua operacionalização, quando traduzidos em metas, orçamentos, público, período e dos entendimentos sobre o que se caracterizaria como agroecologia. “Estamos sempre discutindo as políticas do ponto de vista macro, universal, e o governo está sempre discutindo as políticas do ponto de vista de nicho, entre as duas coisas você não tem muita aproximação, não tem muito diálogo” (Jean Marc von der Weid, AS-PTA. Entrevista em 24/11/2015). Isso pressiona pela sua racionalização: “O Estado quer ver tudo preto e branco, separar em conjuntos, campos de delimitação, esse aqui é merecedor da política e esse não é merecedor da política” (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015), que seria diferente da proposta de pensar a agroecologia para toda a sociedade. O governo delimita o contorno, dimensão e recurso, mas, por outro lado, a perspectiva da universalização pela ANA não teria ainda pensado nas etapas e formas de sua operação. A tensão se coloca entre equilibrar ações táticas e estratégias, definir formas de operacionalização das políticas, considerando as limitações impostas que criam inflexibilidade e segmentação, sem dar espaço a processos mais criativos e metodológicos, o que também revela a implicação dos financiamentos nas dinâmicas e capacidades das organizações sociais.

Como assinalado por Bebbington et al. (2008), o crescimento da interação das ONGs com as políticas públicas, em especial desde a década de 1990, tende a levar a uma acomodação da expectativa de sua possibilidade de inovação, autonomia e elaboração de alternativas, inclusive pelo trânsito entre as redes sociais da sociedade civil e do governo.

Apesar da avaliação positiva na conquista da Pnapo, como resposta no campo das políticas públicas às formulações e tensionamentos históricos, sua construção no período recente foi vista em um ambiente político adverso, como diagnosticado em vários momentos, dado o incentivo às *commodities* e à monocultura para exportação, com a marginalidade dos espaços de participação democrática²⁰⁵.

Vemos como o agronegócio está chegando e expulsando as famílias dos territórios (...) é o mesmo Estado, aí é como se estivesse confuso, dialogando com a gente, aceita nossas propostas, mas quando vai concretizar, vemos que o que conseguimos foi pouco em relação ao que está para fazer com o agronegócio. E daí toda energia que estamos depositando nas políticas públicas, é energia, é tempo, quantas vezes no mês, vemos que nossa conquista foi muito pouca. (...) Vamos dando passos, se entendermos que é um espaço de disputa, que ainda não temos força suficiente que ainda não conquistamos força na sociedade, que perdemos espaço para o agronegócio, mas se abandonar a luta é pior, as conquistas que avança são pequenas, mas aonde chega a política pública ela transforma a vida de muita gente (...). Se não entendermos que esse não é o governo e a política que queremos, não é nosso projeto político, mas se a gente abandonar fica muito mais difícil (Maria Verônica de

²⁰⁵ Como exemplo desse recuo foram: o veto na Câmara dos Deputados ao decreto sobre a Política Nacional de Participação Social em 2014; os cortes orçamentários em áreas sociais com o ajuste fiscal em 2015 e 2016; e as mudanças nos quadros do governo com uma menor sensibilidade às questões de participação, democracia e direitos sociais.

Essa relação com o governo expõe os dilemas nas ações coletivas, com a visualização da necessidade de conquistas políticas para sua própria manutenção e sobrevivência organizativa. Isso se relaciona com a noção de oportunismo político (OFFE, 1984), que significa o uso dos meios institucionais junto ao Estado, ainda que numa relação assimétrica, para ganhos maximizados em curto prazo, tendo em vista a disparidade de forças e poder entre o campo da agroecologia e do agronegócio.

Ainda na perspectiva de Offe (1984), o oportunismo político também é importante para manter o processo coletivo ativo, mas traz, por outro lado, tensões entre suas formas de organização: mais dialógicas dentro do próprio campo agroecológico e entre suas escalas, o que se percebe na disposição para a ação e na mobilização social, ou na lógica da negociação e organização hierárquica, frente ao crescimento da especialização na função política e na dependência com o governo.

Nívia Regina da Silva, do MST, expõe alguns desses dilemas. Para ela, a eleição dos governos federais do PT permitiu um maior acesso a recursos para construção e manutenção de experiências agroecológicas, bem como na sustentação de atividades das entidades. De outro lado, avalia que isso gerou perdas organizativas para os movimentos sociais, sem que houvesse avanço e centralidade da agroecologia no governo, o que, segundo ela, reforça a visão da agroecologia enquanto questão de classe e de modelo de desenvolvimento, e não apenas discussão de modelo de produção.

A tensão entre dialogar ou não com o governo também permeou a dinâmica interna da ANA, ainda que nos documentos se indicasse o conflito em como negociar. “A gente sempre tem que fazer o esforço de coesão dentro da ANA, porque tem gente que começa a dizer vou jogar tudo pro alto, não tem porque participar de uma política aonde a gente não conquista nada” (Paulo Petersen, AS-PTA. Entrevista em 03/12/2015). Nessa perspectiva, haveria a necessidade de garantir as pequenas vitórias, o espaço e reconhecimento conquistado dentro do governo.

Nesse sentido, há uma contradição inerente à mobilização social quando aberta a possibilidade de construir ou interferir junto ao aparelho estatal. Se a atuação junto ao governo permite a sustentação das ações e seu impulso, com o acesso a projetos que garante a sobrevivência e promoção de atividades de várias organizações da ANA, por outro, este atrelamento pode limitar a construção das pautas próprias, autonomia destas organizações e na ampliação da mobilização, retomando a noção do oportunismo político.

Disso emana a desigual correlação de forças e a atração que o Estado exerce na sociedade, com uma pressão à adesão a este jogo político, mesmo que para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos. Os que podem investir neste jogo político atuam para não se verem excluídos e para disputar os possíveis ganhos a serem adquiridos (BOURDIEU, 1990).

Nesse debate há outras percepções sobre a forma de dialogar com o governo, em especial no âmbito local: “Às vezes a gente abriu mão por causa de algumas coisas e aceitamos o governo por a colher no meio e dizer que tem que ser assim (...) Falta uma postura mais dura com o governo” (José Antônio Marfil, Rede Ecovida. Entrevista em 08/12/2015), indicando, por exemplo, um embate mais direto sobre certificação e outros programas, e na valorização de processos que não vem de uma perspectiva estatal normativa, como a Rede Ecovida.

Esse embate explicita as interpretações sobre a forma de lidar com o Estado e a vulnerabilidade em estar atrelado às agendas limitadas a determinados governos sensíveis à pauta. Para além das interlocuções que a ANA estabelece com a agenda governamental, cada integrante tem também uma determinada forma em se relacionar com o Estado, bem como na

prioridade de suas pautas e reivindicações, que podem ou não ser próximas à agenda da agroecologia e da ANA.

Para Maria Emília Pacheco, da Fase, “a ANA não nasceu com propósito de fazer um confronto com o governo, é um campo de crítica ao modelo de desenvolvimento, modelo agrícola, mas um lugar de crítica e de negociação, expressão de reivindicações” (Entrevista em 04/01/2016). Já na visão de José Maria Tardin, os movimentos da Via Campesina no Brasil fazem uma análise marxista sobre o Estado, enquanto esfera do poder a ser conquistado numa estratégia revolucionária, cuja conjuntura a cada momento permitiria avanços e retrocessos.

O Estado é o ringue mais aberto e necessário onde essa contradição de classes se coloca, tem que fazer esse embate. Muitas organizações se negam a essa luta, mas no caso da Via é mais do que óbvio fazer essa luta. Às vezes tem visão ingênua do Estado, lugar aonde se expressa às necessidades gerais da sociedade. Essa é a grande ideologia da burguesia quando se trata do Estado, pelo contrário, o Estado é o ente político mais poderoso da classe que hegemoniza o poder em determinado país (José Maria Tardin, MST. Entrevista em 14/12/2015).

A tensão sobre as prioridades entre dialogar com as políticas públicas de um lado, e com as redes e iniciativas da sociedade civil, de outro, se explicitou num desequilíbrio de energias, em especial a partir da avaliação sobre a efetividade desta participação em contraposição ao investimento feito. “Isso nos faz questionar até que ponto esse esforço todo vale a pena, isso deveria ser uma preocupação também do governo” (Denis Monteiro, Secretaria Executiva da ANA. Entrevista em 17/12/2015), ao referir-se às políticas públicas para agroecologia.

Essa reflexão esteve presente em vários momentos, como no II ENA e na dinâmica dos GTs, de forma que a agenda não ficasse toda consumida pelas políticas públicas, a exemplo do investimento na pauta do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, caravanas e a construção do Dossiê dos Agrotóxicos. A limitação no diálogo com o governo fomentou outras estratégias e direcionamentos da articulação, buscando interfaces sociais da agroecologia, como parcerias temáticas e atores sociais procurando novas formas de pressionar e reverberar na sociedade e no próprio governo a questão da agroecologia.

Essa ponderação também impactou o momento da realização do III ENA e explicita essa atividade como forma de pressão junto ao governo. Na campanha eleitoral de Dilma Rousseff, em 2010-2011, quando seria o momento de um III ENA, avaliou-se que aquela conjuntura não permitiria resultados no diálogo com o governo, haja visto o fortalecimento do agronegócio. E então se preparou o Encontro de Diálogos e Convergências, enquanto um processo de acumulação de força e de construção de alianças na sociedade, procurando novos interlocutores da agroecologia, ainda que o evento também seguisse o rito de ao final entregar as pautas e a Carta Política para um representante do governo federal.

A ambiguidade na relação com o Estado se expressou, de um lado, em cobrar e buscar conquistas a partir da pressão social por políticas públicas, inclusive para impulsionar o processo organizativo, e, de outro, em conseguir agir com mais autonomia, desatrelando-se da interlocução com o então governo, ao ampliar as parcerias entre organizações da sociedade civil, ainda que isso pudesse implicar o apoio estatal e também políticas públicas. Nesse sentido, a negociação com o governo não foi colocada em questão, mas sim a estratégia em promovê-la.

Implicitamente há a avaliação do esgotamento dos formatos institucionais no diálogo com o governo, levantando inquietudes crescentes e expressando uma crise nestas formas de representação e participação, seja por compromissos públicos não efetutados ou pelas ações contraditórias dentro do próprio governo, de um pacto social de atendimento parcial de

demandas que teria chegado ao limite. Isso marca um descolamento social entre as estruturas governamentais e a sociedade, expressado também em outros campos sociais²⁰⁶. Como na fala do representante da Conaq, Manoel Ailton, durante o seminário de preparação do III ENA: “nossos políticos e representantes não nos representam” (ANA, 2012c, p. 8). Estes questionamentos recolocam as ações coletivas e os movimentos sociais sobre como podem reinventar formas de mobilização, participação, ação política e organização social.

4.5 Síntese: entre a mobilização e a tênue articulação

Neste capítulo vimos a complexidade na manutenção deste espaço de articulação, seja para a obtenção de consensos políticos e estratégicos, seja no estabelecimento da comunicação e no envolvimento dos integrantes, desde uma unidade mínima em torno da agroecologia. O encontro entre trajetórias e identidades políticas distintas teve choques e estranhamentos, desde o vocabulário, a matriz discursiva e o perfil social dos atores, nas diferenças da atividade fim de cada uma das organizações e no seu modo de ação. Por outro lado, a histórica luta social dessa diversidade permitiu reconhecimentos recíprocos e uma linguagem comum que identificou um campo em torno das questões da agroecologia e da sua oposição. O Estado também foi outro campo que permitiu a integração dos atores sociais na ANA, para sua contraposição ou seu diálogo, a exemplo das campanhas efetuadas e da construção da Pnapo.

A fluidez do espaço também requisitou sua constante animação e trouxe diversos desafios para sua manutenção e as interfaces sociais da ANA entre a sociedade civil e os governos.

Como uma rede dessa tenha seu vigor e vá se dinamizando no diálogo com os movimentos que são sujeitos políticos próprios e tem seus lugares de negociação, suas formas de pressão política, mas que eles vejam um sentido nesse espaço, isso continua um desafio de manter esse diálogo com essa característica específica que não pretende substituir os movimentos. Outro desafio é esse de continuar enfrentando as visões machistas, do patriarcado na sociedade histórica (...). E terceiro, nessa perspectiva de construção social da agroecologia de ver como vamos refinando esse entendimento e diálogo com os sistemas agrícolas tradicionais, acho que disso aí resulta que há outros campos do saber que precisariam ser um pouco mais ativados, a etnociência, diálogo com a antropologia poderiam ser mais aprofundados. E outro desafio é enfrentar os retrocessos da política, nesse ambiente de crise profunda, e ver como conseguimos ir trabalhando no plano institucional sem que ela nos consuma totalmente porque há outros espaços de atuação, por isso valorizo os diálogos e convergências que nos coloca outro *front* político, que não só na disputa por dentro do aparelho do Estado (Maria Emília Pacheco, Fase. Entrevista em 04/01/2016).

Esse arranjo tênue entre os atores na ANA conseguiu se manter ao longo dos anos e produziu uma configuração de forças que obteve apoio governamental à agroecologia, contribuindo, mesmo que modestamente, na sua expansão pela sociedade. A pluralidade de interpretações em torno da noção expressou a negociação de significados compartilhados do *frame* agroecologia, desde a problemática do agronegócio. Essas interpretações não importaram tanto quanto os arranjos políticos feitos com uso desta bandeira política, alargando-se em demandas sociais históricas, como a reforma agrária, e permitindo uma direção política comum entre organizações e movimentos sociais próximos às questões rurais.

Recuperando Novaes (1985), o que na década de 1980 aglutinou uma diversidade social em torno da reforma agrária, hoje tende a se colocar na noção da agroecologia,

²⁰⁶ Como nas contraditórias manifestações de junho de 2013, na crescente insatisfação social com os governos e na limitada capacidade de participação nessa interlocução.

congregando diferentes e polarizadas correntes políticas, num terreno propício a alianças e embates políticos para além dos interesses corporativos. A agroecologia como bandeira favoreceu a posição contra a retórica naturalização do agronegócio e do próprio estancamento da reforma agrária.

Os entrevistados localizaram a agroecologia no sentido de um mito, como expressa Novaes (1985), na medida em que se aproxima dos efeitos sociais de uma utopia, de um sonho politicamente mobilizador frente aos conflitos e interesses que se revestem do termo, traçando trajetórias com esta linguagem. Inseriu-se como um anúncio do futuro no presente, ou “um tema contemporâneo que é o futuro da humanidade” (Francisco Dal Chiavon, MST. Entrevista em 18.05.2014), num movimento disperso e sujeito a múltiplas interpretações. Isso tem o risco de tender a uma banalização ou mesmo perda do seu efeito pragmático, dada a utilização crescente por atores diversos, ou mesmo por atores do campo conservador (o que ainda não ocorre). Mas também lhe traz riqueza e uma forte dinâmica de possibilidades e entrecruzamentos em práticas e percepções junto aos movimentos sociais. O termo se moldou com “conteúdos e personagens de acordo com o modelo de desenvolvimento e das lutas que em seu seio se dão a conhecer” (NOVAES, 1995, p. 129). O reconhecimento deste crescimento foi expresso em uma das entrevistas:

A agroecologia como campo que organiza as práticas e os conhecimentos dos vários sujeitos do campo, sujeitos populares do campo e dos setores acadêmicos científicos não tem volta mais, a gente cada vez mais está avançando e confirmando a agroecologia como sistema de elevada eficiência para orientar a superação dessa agricultura que depreda a natureza, mas não só a agricultura, mas de uma reunificação dos processos campo cidade, numa perspectiva de reconexão do ser humano com a natureza, numa outra perspectiva. No movimento interno da Via Campesina e de muitas organizações de esquerda esse debate já é um debate global (...) são 15 anos de uma mudança, por mais que seja minoritário, sem amparo em políticas públicas mais efetivadoras, algo que se constrói a duras penas, seja pela agricultura familiar, seja pelos movimentos, a mudança se faz perceber do ponto de vista aplicado, prático e do ponto de vista teórico e político, não tem dúvida, não tem mais como voltar atrás. (...) só tem como se expandir e segue se expandindo (...) conseguimos romper a cerca do latifúndio do conhecimento das ciências agrárias, que até 2001 era absolutamente hegemonizado pelos interesses do capital e do agronegócio, tem desde processo em assentamentos e comunidades e até mestrado em agroecologia no Brasil, fazer isso numa realidade em 15 anos é uma passo gigante na história da humanidade (José Maria Tardin, MST. Entrevista em 14/12/2015).

Afirmações desse tipo retomam a relação entre a ciência e a política, do conhecimento como dominação e orientação política, através de práticas discursivas ordenadas. Nesse sentido, a posição política não exclui a cientificidade e sua percepção pode ou não servir para modificar uma orientação ou expor sua formação. Os discursos sobre a agroecologia são parte destas construções e buscam se ancorar através de práticas discursivas racionalizadas, com elementos objetivos e subjetivos, e se dispersar no meio social como conceito, prática e organização social, se revestindo também em perspectivas de realização pessoal e modo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa foi dialógico com o que percebemos em campo, em conhecimentos que produzimos como fruto destas interações, indagações e trocas teóricas e práticas, sob nossa responsabilidade. Foram colocados em relação sujeitos, representações, documentos e práticas para entender a formação da ANA como ator coletivo.

A ANA é um exemplo da reorientação das esperanças de ruptura social que, se antes eram depositadas em organizações formalizadas e estruturadas, como partidos e sindicatos, em períodos recentes baseiam-se também na valorização de redes sociais e de espaços mais difusos, com outras chaves organizativas e que exigiram também outros olhares teóricos interdisciplinares no campo de análise dos movimentos sociais.

A noção de agroecologia que emana do material que colhemos se relaciona com mudanças na relação entre os seres humanos e destes com a natureza, questionando a orientação, controle e o modo de produção e apropriação dos recursos naturais. A forma como a ANA trouxe e articulou essa pauta incluiu uma redefinição do que é o rural, sem restringi-la ao ambiente estritamente físico ou a uma técnica para produção, concatenando temas e buscando ampliar os significados das diversas lutas sociais, ambientais, políticas, tecnológicas e agrárias:

As alianças, os atores e os sujeitos são os que fazem a história, e não o contrário. Os sujeitos da mudança e da transformação se fazem no próprio conflito. Dessa forma devemos compreender a aliança de movimentos civis, movimentos de direitos humanos, movimentos de mulheres com lutas no campo, como novas lutas. Compreender essas lutas não no sentido agrário específico, mas no sentido de sociedade e de modelo de sociedade que queremos, implica uma redefinição da chamada questão agrária, que pode ter seu sentido ampliado (Grzybowski, 2010, p. 137).

Nessa construção, a ANA caminhou para um projeto político expresso em crenças, interesses, concepções de mundo e representações do que deveria ser a vida em sociedade, pretendendo uma mudança social e a hegemonia da agroecologia, no sentido da formação de uma vontade coletiva. Estes elementos se expressam na visão territorial, na valorização das práticas, identidades sociais e troca de saberes, e também de valores como a justiça social, solidariedade, sustentabilidade, equidade de gênero, autonomia, soberania alimentar e dos agroecossistemas e por relações mais horizontais no exercício da ação coletiva, bem como na relação rural e urbano. Trouxe também a indicação de sair da restrita visão produtivista do modelo de desenvolvimento agrícola, impregnada nos imaginários sobre o que seria o mundo rural e o desenvolvimento, buscando uma visão mais universal e cosmopolita.

A partir das redes sociais entre os profissionais da agronomia e das contestações à Revolução Verde aglutinaram-se crescentemente outros atores, numa mudança molecular, encontrando-se com os processos em curso de luta pela terra. Esses círculos vão incorporando estratégias de difusão como, por exemplo, a Rede PTA. Depois se espalhou com a sobreposição da atuação de vários atores e setores que tiveram pontos de encontro em eventos, na atuação profissional, na crítica e disputa política por modelos alternativos de sociedade.

Nesse processo, elaboraram-se diagnósticos e propostas de alternativas na ação coletiva do *framing* agroecológico. O fio condutor da pesquisa teve como respaldo o acompanhamento histórico da construção da agroecologia, com a contextualização dos processos e narrativas percorridas. O primeiro capítulo analisou o aparecimento do diagnóstico das implicações da Revolução Verde e a sinalização de caminhos pela agricultura alternativa. No segundo capítulo visualiza-se o prognóstico para a solução do problema a

partir da difusão da agroecologia e sua articulação com a criação da ANA. Estruturaram-se os discursos e o agronegócio foi colocado como seu principal opositor, percebendo depois a visualização do sistema capitalista como engrenagem de expropriação e submissão através do agronegócio. O terceiro e o quarto capítulo aprofundam as operações da ANA e suas ações para a transmissão, mediação e ampliação do *frame* agroecológico. A expressão desse problema público foi percebido junto ao Estado e outras organizações sociais, entre controvérsias e interações.

A trajetória da ANA expressou uma parte do processo de sedimentação e formação do campo agroecológico no país, ou seja, a absorção da noção da agroecologia por uma diversidade de atores sociais e seu envolvimento nas dinâmicas da própria ANA. Também disputou poder e recursos em relação ao agronegócio e por políticas públicas, no sentido de reorientar as crescentes desigualdades imputadas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento.

A agroecologia foi um cimentador destas relações, ainda que não a única, a partir de atores com trajetórias e estratégias organizativas diversas. Permitiu a coalizão e um mecanismo de mobilização social entre as organizações, ao reunir recursos para efetuar mudanças sociais, no incentivo à cooperação em termos da influência política conjunta (TARROW, 2005). Isso caracterizou a formação de um movimento social com identidade fundada na noção de agroecologia, procurando reconstruir verdades e inserir a disputa no meio científico e tecnológico, mobilizando conhecimentos e experimentos. A busca pela universalidade do conceito da agroecologia, recobrando práticas e procurando pontes semânticas com outras noções e identidades, forneceu uma elasticidade à noção, ao mesmo tempo em que também pode enfraquecê-la, dada a grande envergadura e diversidade de significados.

De outro lado, nem sempre foi a agroecologia que alinhou os atores, desde interações diversas, por exemplo, nas demandas de assistência técnica e extensão rural, havendo descontinuidades na construção das pautas e uma aglutinação que não teve apenas a bandeira do movimento social agroecológico, mas por respostas práticas e nas questões ligadas a ciência e a tecnologia, desde a agricultura alternativa.

A coalizão na ANA mostrou que processos de organização social, luta e unidade política são permeados por tensões e heterogeneidades, característicos dos movimentos sociais, nos dilemas entre meios e fins das lutas sociais (MELUCCI, 2001). As divergências políticas neste caso não geraram processos de ruptura, mas convivência por meio do diálogo e diferentes níveis de engajamento. Por outro lado, o crescimento deste campo tende a ampliar as diferenciações e percepções que podem se aglutinar em torno destas propostas, não necessariamente na ANA, com divisões e particularidades que podem forjar novos grupos ou frações, se já não existentes, enquanto elemento comum em qualquer campo de disputa e de afirmação social.

Na ANA, essa gestão das diferenças se manteve através do mesmo grupo de ONGs, em especial os atores do Núcleo Executivo, buscando, em cada conjuntura, a coesão política entre organizações diversas. Esses atores estabeleceram, de forma implícita, a principal expressão e forma de ação da ANA, que partiu, por exemplo, das limitações na escala da atuação das ONGs e de um trabalho cotidiano para a realização da agroecologia que requer alcançar os agricultores e uma mobilização social.

A atividade de moderação nos encontros e reuniões teve como metodologia o uso das dinâmicas em grupo, que buscaram criar coesão, vocabulário comum e uma disposição coletiva para diluir hierarquias, diferenciações ou conflitos (MOTTA, 2010). A proposição da ação política horizontal se expressou de diversas formas: no uso das experiências ou da ação orientando as formulações; na descentralização de sujeitos e suas atividades, a exemplo da organização dos GTs, dos ENAs e nas orientações no âmbito local e territorial; na ausência de

cargos e funções específicas delimitadas; e também ao compartilhar análises sobre a conjuntura e a orientação na busca de consensos. Mas as ONGs, mesmo que não se colocassem formalmente como representantes da ANA, e sim na mediação, orientação metodológica e operação desde os bastidores, executaram um papel que não é neutro e que carrega consigo concentração de informações e meios de operação, como expressão de poder e condição política. Mesmo que numa pretensa posição mais invisível, as ONGs se dedicaram mais à causa e, neste sentido, monopolizaram e acumularam mais poder, capital político e simbólico, especializando-se em determinadas tarefas políticas (BOURDIEU, 1990).

A relação entre representantes e representados faz parte da lógica de qualquer jogo político, mesmo na proposta de ação e organização em redes sociais autônomas e por uma gestão horizontal. Ainda que a ANA se esquivasse de protocolos na escolha de representações por riscos de diferenciações, descolamento ou da centralização, encontrou limites ao aprofundar sua interlocução com o governo, na construção das políticas públicas que exigiram uma representação formal.

A organização em rede refletiu as tensões entre fluidez e fragmentação, centralização e descentralização na sua interação, dependente do apoio estatal ou de agências de cooperação internacional, e de ONGs para sua coordenação, gestão de projetos e suporte. Isso trouxe riscos e fragilidade para a continuidade destas iniciativas, marcadas por relações tênues que a todo o momento precisaram ser alimentadas e dinamizadas. Cada integrante reagiu e integrou esta articulação a partir do seu lugar político, o que lhe deu aberturas e limites.

As ações de articulação requereram um mínimo de continuidade e estruturação de cada organização em sua própria dinâmica interna. A condição de sustentação, manutenção de equipes e ações de cada integrante, por exemplo, se refletiu nestas ações, o que torna processos de articulação política dependentes de cada uma destas configurações, ou mesmo de um engajamento pessoal, sem o que não há elementos de troca, interação e investimento. Ainda que tênues, os atores sociais apontaram a necessidade de espaços para além das suas próprias organizações que permitissem maior força social para o embate político que se propuseram. Mas estes envolvimento não se deram da mesma forma, nem com a mesma intensidade e motivação.

A ANA se expressou numa rede segmentada e reticular, como os GTs e ações pulverizadas nos ENAs que, além da liderança de ONGs na sua dinamização e comunicação, incluiu espaços políticos mais difusos, como plenárias e coordenação nacional. Essa fluidez trouxe reflexões sobre a eficiência da ação coletiva em objetivos de longo prazo. Mas, também permitiu resistir ao longo do tempo e ampliar as interfaces da agroecologia com diversas áreas do meio social.

Se, por um lado, esse encontro da diversidade dos movimentos representa também a possibilidade de fragilidade das lutas, devido à sua fragmentação e efemeridade, por outro lado, representa um avanço no plano do reconhecimento intersujeitos e interorganizacional, criando um potencial de democratização no âmbito das relações sociais e políticas (SCHERER-WARREN, 2008, p. 509).

Mesmo as organizações com formas distintas de gestão, tamanho, estratégia, objetivo e densidade social, com diferenças que se expressaram em tensões e até ambiguidades neste ator coletivo, trouxeram a necessidade da negociação e do reconhecimento mútuo. Para algumas interpretações isso proporcionou a alteridade entre sujeitos, fortalecendo as ações de cada integrante dentro do seu repertório de ação. Isso se deve também à semelhança do modo discursivo que permeia os atores na adoção da agroecologia e em seus diagnósticos, como na crítica ao agronegócio e à modernização agrícola, na releitura sobre as questões em torno de um projeto de reforma agrária e nos avanços e retrocessos na relação com o Estado e as políticas públicas.

A releitura da história e a sua tradução em novas referências simbólicas e ideários que encontram ecos no cotidiano dos grupos subalternos criam condições propícias para que eles se relocalizem em relação à herança social de sua condição humana, recuperem e re-interpretam signos culturais, construam identidades coletivas e se reconheçam mutuamente como sujeitos de direitos (SCHERER-WARREN, 2008, p. 513).

Destas diversas releituras históricas, interpretações e emoções construiu-se um reconhecimento entre os sujeitos em torno da proposta agroecológica, ainda que fluida e diversa, que favoreceu a construção de uma rede social neste campo. Por outro lado, esta diversidade também encontrou limites no engajamento e envolvimento entre os atores sociais, seja por suas divergências políticas, seja pelas condições dessa atuação política.

Essas alianças estabelecidas ao longo do tempo envolveram uma seletividade com campos sociais em proximidade com a agroecologia e as questões sobre o rural, sem estabelecer relação direta com atores sociais que estivessem fora deste círculo, como, por exemplo, empresas que interferem em propostas de desenvolvimento e nas dinâmicas territoriais. A interlocução com o agronegócio foi indireta, o que permitiu críticas vindas de posições que demandavam uma ação direta para evidenciar o conflito. De outro lado, mesmo a crítica ao agronegócio altera a forma como ele estabelece sua justificação social e as adaptações que realiza para manter sua dominação, elemento que também ampara a oposição colocada pela agroecologia. Nesse sentido, a formulação da crítica torna-se um objeto de atenção para os atores da agroecologia.

Além da relação que estabelece com o agronegócio, também percebemos outras reflexividades na ANA, no sentido de semelhanças com três elementos: na sua orientação com a conjuntura de cada período histórico, na posição social de cada ator e na relação com as políticas públicas, em especial nos governos federais do PT.

O contexto social não foi elemento secundário ou inferior, pois tanto estabeleceu condicionantes, quanto também foi alterado pela ação dos atores, caracterizando-se como um espaço político de atuação e conformação das forças sociais em operação, em trânsito relacional e reflexivo. A análise de conjuntura foi orientadora das suas dinâmicas e, em vários momentos, constituiu-se no limite para forjar processos de aglutinação e comunicação entre as organizações deste campo, para alavancar as adesões à agroecologia e permitir maior agência e mudança, a exemplo do crescimento do poder do agronegócio e das oportunidades percebidas nos períodos eleitorais.

Essa reflexividade também ocorreu com os atores sociais que interpretaram este espaço político na expectativa de algo semelhante ao seu contexto e estratégia de ação de militante, agricultor e assessor. Nesse sentido, a ANA não procurou reduzir estas heterogêneas identidades e pertencimentos, para o convívio das diferenças. Agricultoras e organizações de movimentos sociais, por exemplo, mostraram o anseio de que seus olhares e modo de ação pudessem ter maior centralidade na ANA.

O reflexo da estrutura, histórico e modo de ação das organizações componentes da ANA marcou seu diálogo com o governo, desde sua criação, pressionando por estabelecer o lugar da agroecologia. Essa relação com as políticas públicas, de um lado, se orientou pela ação sobre o que poderia ser influenciado para atender as demandas dos atores e, de outro, pelas pautas desde o governo, que balizaram seus debates, próximas ou distantes da agroecologia. Essa interface foi fundante e estruturante na ANA, nos discursos da sua afirmação, crítica ou mesmo na negação. Reivindicaram para si o direito de fazer e orientar o entendimento sobre as políticas públicas.

A assimetria nessa relação foi brutal em comparação com o poder político do agronegócio, expondo as debilidades do próprio campo das organizações sociais da ANA,

com escasso apoio e condições sócio-organizativas, numa pluralidade de interesses que, mesmo não sendo excludentes, podem ter prioridades distintas para cada ator social na sua relação com o Estado. Esse fato expressa a desigualdade na distribuição de recursos e poder, e do Estado como operador de múltiplos e contraditórios interesses (OFFE, 1984). Houve um ambivalente processo de afirmação e questionamento sobre o Estado, alimentado por esta interlocução. Os atores perceberam o quanto o espaço conquistado junto às políticas públicas, como a Pnapo, era limitado e fragmentado em relação às estruturas administrativas, ao mesmo tempo em que estavam cientes de que a política foi um efeito das ações coletivas e da pressão do emergente movimento agroecológico, materializando o reconhecimento e sua representatividade junto das instituições públicas.

As tensões também ocorreram a partir das iniciativas do poder estatal em buscar controlar e intervir no meio social, refletindo na pressão por definições, metodologias e parâmetros para as políticas públicas, principalmente desde 2012. O papel do Estado na regulação e racionalização se encontrou com as formulações genéricas que a ANA então colocava, interferindo diretamente nessa construção social histórica que, embora pretendesse tal absorção, trouxe consigo sua dimensão voltada a pressionar, especificar, incitar e punir, emergindo os dilemas nesta interface (GRAMSCI, 2007a).

A atração pelas políticas públicas pressionou os atores a não deixar que o poder estatal instituisse fatos (LENOIR, 1996), por exemplo, ao buscar a realização dos seminários para o desenho da Planapo, ou ainda, na inserção pelo governo da pauta dos orgânicos junto das políticas para a agroecologia. Isso absorveu as energias sociais na disputa por classificações e modos de operação em conformidade com os objetivos, valores e visões de mundo dos atores da ANA. O Estado foi reconhecido, desde o início, como um lugar de se fazer política. Também se percebeu a inviabilidade de expansão na escala da proposta agroecológica sem esta arena, como um mediador entre os atores do movimento agroecológico e a sociedade como um todo. O Estado, assim como a noção da agroecologia, permitiu a união dos atores em torno da ANA.

Essa centralidade no diálogo com o Estado pode tanto fragilizar ou limitar sua atuação e autonomia como ator coletivo, quanto também demandar uma revisão de seu sentido político, já que o objetivo de influir na construção de políticas públicas foi obtido, ainda que parcial e limitadamente, com o Planapo. Pode ainda requerer, por exemplo, uma atuação em outros moldes e formatos frente à execução, acompanhamento e crítica destas políticas públicas o que, ao mesmo tempo, aprofundaria seu atrelamento e dependência em relação a estas mesmas políticas. De outro lado, a mudança nos quadros e na orientação política do governo federal também pode desmobilizar as bases que dinamizavam as principais pautas da ANA, retomando então as questões sobre o sentido político da articulação, bem como sobre sua dependência a governos mais sensíveis e favoráveis às suas pautas.

O objetivo da ANA de “construir unidade política para incidência em espaços de diálogo entre o governo e sociedade”²⁰⁷, expressou uma polaridade em crescente tensão. Nesse quadro, a força social junto à sociedade civil concorria com as energias empreendidas junto às políticas públicas, considerando que são limitados o alcance das ações dos atores sociais. De um lado, houve ciclos de energias e diálogos com outros atores da sociedade civil e, de outro, com o Estado, ainda que não exclusivos e também de forma paralela e concomitante, mantiveram-se numa dinâmica constante em cada contexto e oportunidade percebida. Exemplos disso são os períodos pré e pós-eleitorais, no que se refere às reflexões entre prioridades e autonomias na sua forma de ação coletiva.

Um momento desse ciclo ocorreu em 2002, dada a oportunidade de criar a ANA, que se colocou, dentre outras razões, pela possibilidade de interlocução com o então futuro

²⁰⁷ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 09.02.2016.

governo, mais próximo do campo da ANA. Isso foi retomado com mais intensidade em 2012, a partir da possibilidade de construção da Planapo. Já junto das outras redes da sociedade civil essa interlocução foi ampliada pelas dificuldades na promoção de políticas públicas, como a partir de 2008, promovendo o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências em 2011, e desencadeando outras ações, como o Dossiê Abrasco e a realização do III ENA.

Em todos estes ciclos de intercâmbio procuraram-se mais interlocutores nas lutas ativas e reativas para a agroecologia, que se acentuaram em momentos dos grandes eventos como os ENAs e também tiveram continuidade cumulativa nos momentos seguintes e anteriores. Em todos estes ciclos de interlocução, a ANA se colocou como formuladora de políticas públicas e difusora da proposta agroecológica.

Os espaços organizados pela ANA não se limitaram à participação da sociedade civil, mas contaram com representantes do governo, favoráveis e próximos às suas demandas, como no caso dos ENAs. Isso caracterizou a “interface socioestatal” (ALMEIDA et al., 2014) da ANA, quando os representantes governamentais receberam as sínteses debatidas nas Cartas Políticas, reagindo a elas, sem que os ENAs fossem espaços formais na relação entre Estado e sociedade civil (ainda que recebendo financiamento governamental). A orientação por interferir no Estado e a presença de representantes governamentais em alguns dos momentos coletivos mostra que não há descontinuidade entre movimentos sociais e a política institucional (McADAM, TARROW e TILLY, 2009).

Nos últimos anos, outras preocupações emergiram fruto também das adesões à agroecologia, percebendo interlocuções com a juventude, povos e comunidades tradicionais e o envolvimento de setores urbanos, ampliando a ressonância destas interações.

Como visto, além dos movimentos sociais rurais diretamente envolvidos na construção da agroecologia, outros movimentos e articulações também participaram desse processo de difusão, incorporando a agroecologia em seus discursos e documentos políticos, ao mesmo tempo em que suas pautas foram incorporadas pela construção da ANA. Esse espraiamento e inter-relação foram percebidos, ainda que com diferenciações, nos campos da saúde, feminismo, justiça ambiental, soberania e segurança alimentar e economia solidária, expandindo a construção das conexões desta rede social, que se colocou então como uma rede de influência.

A pauta do feminismo foi um exemplo destas conexões temáticas e de articulação entre organizações diversas na ANA. A criação do GT, desde 2004, tanto orientou seus processos (como a referência metodológica para a participação das mulheres nos processos educativos e organizativos), inserção de novos temas (como feminismo, questão urbana, violência e soberania alimentar) e formas de debate (para superar a visão exclusiva na produção agrícola, inserindo o ambiente doméstico, também na horizontalidade da construção do conhecimento). Também evidenciou tensões e confrontos internos e externos à agroecologia, com a crítica ao sistema capitalista e por novas relações sociais sem dominação e exploração.

Embora a pesquisa não tenha alcançado redes locais e práticas agroecológicas delimitadas, elemento que poderia ter ancorado e aprofundado a pesquisa junto aos sujeitos entrevistados na sua relação com a ANA, essa experiência transitou pelas espacialidades das ações sociais, acessando escalas diversas junto ao campo agroecológico. As escalas contribuíram na mediação entre as redes e o território, nas múltiplas espacialidades da ação coletiva e no campo dinâmico de construções sociais no objetivo de acessar interfaces de poder político e econômico da agroecologia. Isso também na interlocução junto ao Estado, que se orientou por imaginações espaciais e pressionou por respostas, novas posições sociais e diálogos. Como aponta Medeiros,

O esforço de construção de uma agenda comum entre diferentes organizações, com

culturas e histórias distintas, envolve sérias dificuldades na tradução de laços e as demandas locais para uma pauta mais genérica. Da mesma forma, há que se considerar que a circulação de ideias que esses encontros e trocas produzem pode significar importantes aquisições para os movimentos locais: questões particulares podem ser ressignificadas em termos outros, que ultrapassam as fronteiras locais e, assim, se ampliar e, possivelmente, produzir novas tensões (MEDEIROS, 2012, p. 30).

Nestas circulações, a vinculação com esferas internacionais também pode alterar a potencialidade da ruptura pretendida ou a ressignificação das ações coletivas. No caso da agroecologia isso se torna mais forte, dado que as questões que debate não se limitam aos espaços nacionais e locais. Há dinâmicas globais do capital vinculado ao agronegócio e ao sistema econômico que interferem diretamente na configuração dos territórios e nas resistências e afirmações empreendidas, como contra a expropriação das riquezas naturais e dos povos originários e tradicionais. Durante a pesquisa foram percebidas interfaces com outros países, como no exemplo da incorporação e configuração da noção de agroecologia no final da década de 1980, o apoio da cooperação internacional e atividades internacionais com mútuos reconhecimentos e diagnósticos²⁰⁸. Em outro sentido, a experiência brasileira também se destaca no âmbito mundial, influenciando ou inspirando outros países a partir de conhecimentos socialmente produzidos, como parte de um movimento global de resistência do campesinato.

As conexões com outras temáticas, da mesma forma, procuraram expandir as comunicações e redes sociais, como os esforços para aproximação da agroecologia com o espaço urbano. Da mesma forma, as questões de moradia, mobilidade urbana, educação e ambientalismo, por exemplo, tanto tem interfaces com a proposta agroecológica, quanto podem ressignificá-la. O problema de como falar com as cidades foi permanente, procurando sensibilizar e chamar à ação as pessoas que vivem no meio urbano sobre as questões rurais, o que requer quebrar a dualidade urbano-rural. Isso teve dentre seus desdobramentos a relação com a saúde, conseguindo trazer o debate sobre o alimento e os agrotóxicos, em temas que ressoaram pela sociedade. O esforço do conjunto das organizações vinculadas à ANA teve repercussão sobre as definições de saúde e alimentação saudável, bem como atividades visando a difusão dessas novas concepções.

Por outro lado, estas intercorrelações não são automáticas e, mesmo no campo da ANA, desvelaram os tantos desafios ao diálogo, distribuição de poder, protagonismo e de ação entre atores sociais, na busca pela convergência política entre formas de ação e percepção social. Por ser um espaço de múltiplos atores, sem corresponder a uma organização específica enquanto um corpo coletivo identificado como tal, trouxe complexidades na orquestração e percepção destas espacialidades, ao mesmo tempo em que retomou o papel histórico do reconhecimento e articulação das várias lutas surgidas desde as contradições do sistema capitalista.

Os confrontos entre os atores foram diversos e remontam às escolhas e caminhos que a ANA fez ao longo da sua trajetória histórica. Estes dilemas se expressaram em visões opostas, como sobre um funcionamento mais hierárquico e com funções definidas, em contraponto a proposta de horizontalidade e fluidez. Outros dilemas se orientaram em torno da concentração de seu modo de ação pela via da negociação junto aos canais institucionais, diferente do conflito em ações diretas e de mobilização social ou se relacionando a ação política e econômica. Expectativas de efetividade circundaram as questões em torno destas diversas estratégias de ação, bem como se referiram às definições, meios e o alcance que cada ator forneceu para este espaço político. Estas falas expuseram também as diversas referências

²⁰⁸ Ainda que esta pesquisa não tenha feito um levantamento extenso nesta questão.

discursivas dos atores, como a religiosa, racionalidade produtiva, marxista, sindicalista e científica.

Outras tensões se relacionaram com suas escolhas políticas que interferiram em como cada um dos atores sociais integrou a ação coletiva. Por partir de uma rede de ONGs e seguir sob sua gestão e atenção metodológica, a ANA teve um maior acúmulo a partir das concepções destes atores sociais e de suas orientações políticas, o que refletiu também as diferenças e visões entre agricultores e assessores, bem como entre ONGs e organizações de movimentos sociais, por exemplo. Estes engajamentos distintos permitiram o reconhecimento das alteridades, trocas e um maior capital político, e também das fronteiras entre as rupturas sociais pretendidas por cada um destes atores.

A materialização dos discursos e consensos proferidos pela ANA remete a cada um dos seus elementos integrantes, e requer ações territoriais, escalares e identidades com a agroecologia. Estas orientações dependem da rede de atores envolvidos, a exemplo das organizações com atuação cotidiana junto aos agricultores e suas interfaces. Apesar de buscar repercussão social principalmente através do discurso, o gesto ou o ato tem, no geral, mais atenção social e da mídia do que propriamente o discurso, a exemplo dos atos no III ENA, o que recoloca questões sobre as escolhas das suas principais ações políticas.

Essas narrativas se encontram e se chocam, a partir de expectativas distintas, como estratégias mais insurgentes ou contestatórias, ou sua efetivação em planos e compromissos das organizações, ou ainda, na atração de novos atores sociais. Os atores não tem a mesma percepção sobre o embate político e a forma de provocá-lo, com diferentes percepções sobre o conflito.

Assim, a externalização do *frame* agroecológico como problema público envolveu um processo interativo e negociado, com a inter-relação de problemas na mobilização de consensos e ações entre os atores desta rede social (BENFORD e SNOW, 2010). Isso incluiu a sobreposição de discursos e contestações, a exemplo da relação entre o perigo dos agrotóxicos e a saúde, a escala da produção agroecológica e a necessidade da reforma agrária, as lutas contra a opressão sobre a mulher e autonomia na produção agroecológica.

Houve assim a estratégia de tradução ao construir pontes dialógicas da agroecologia com as noções de saúde coletiva, feminismo, economia solidária e justiça ambiental, ou ainda, nas relações entre o intelectual, o camponês e o militante, promovendo suas adesões. Isso localiza o movimento agroecológico numa posição de intersecção e de intermovimentos, a partir de seus diagnósticos e orientação com um sentido para a ação, formando gramáticas da vida pública ao incorporar e expandir o *frame* da agroecologia (CEFAI e TROM, 2008). Essa posição transversal revela a permeabilidade nestes significados, que se molda e remolda de acordo com o interlocutor, com a flexibilidade e amplitude nestas adesões continuamente construídas.

Mas, de outro lado, as adesões podem ser muito fluidas e tênues para a manutenção deste *frame*, o que se soma com as contradições na realidade da agricultura familiar e suas relações com as dinâmicas econômicas do agronegócio e nos desafios da transição agroecológica. Há o risco da perda do efeito político ou eficácia pragmática aplicável (NOVAES, 1995).

A novidade da sua organização coletiva frente aos repertórios de ação das organizações, além da inexistência de uma formalidade e de mecanismos de vinculação, contribuiu para imprimir um espaço fluido em torno de compromissos explicitados com a agroecologia e o caráter tênue destas relações, o que ampliou a necessidade da sua pactuação em objetivos compreendidos pelas suas partes. Quanto maior a extensão comunicativa ou o alcance pretendido por este ator coletivo, possivelmente maiores as dificuldades em entender, enxergá-lo e se sentir parte dele.

Estamos frente a uma diversidade de atores que colocam diferentes ordens de questões e vão constituindo uma arena pública, entendida como lugar de produção, circulação e troca de argumentos. Trata-se de argumentos de vários tipos, que vão, ao mesmo tempo em que se configuram, produzir os atores políticos, na medida em que se efetiva seu reconhecimento e em que suas questões passam a compor a pauta do que é aceito como passível de discussão (MEDEIROS, 2012, p.14).

A capacidade dessa articulação, ou seja, em estabelecer relações, laços, atividades e escalas políticas de ação foram inúmeras e se expressaram ao colocar a agroecologia como problema público. Isso ocorreu dentro e para além dos próprios espaços promovidos pela ANA, através dos ENAs, caravanas, sistematizações, publicações, GTs, criação de grupo de comunicadores, reuniões, campanhas e diretamente na proposição de políticas públicas e na construção destas, como da Pnapo, envolvendo crescentemente outros atores sociais e contribuindo na expansão da agroecologia. Nesse sentido, a ANA colocou-se como uma das porta-vozes da própria agroecologia, ao modelar e abrir o debate sobre o seu significado, formando uma ampla rede social em torno das suas pautas.

Expressou-se a expectativa de trabalhar o universal e o particular nos diagnósticos, reivindicações e operadores para a ação, de forma a permitir uma elasticidade e flexibilidade a noção, traduzindo-se frente às várias realidades e conhecimentos populares e científicos que pudessem interagir: desde organizações do sul ou do norte do país, articulando elementos morais, culturais e históricos, aproximando lutas que não se uniformizaram, num exemplo de movimento anti-sistêmico. Isso se aproxima da estratégia no uso de categorias múltiplas para gerar uma unidade provisória entre os movimentos e contribuir no processo de mobilização e aliança multiorganizacional (MISCHE, 2002).

O processo estudado também articulou proposições reivindicativas sobre redistribuição de recursos, como terra e sementes, e também sobre o reconhecimento das identidades e saberes dos diversos sujeitos do mundo rural e suas formas de relação com a natureza e a produção agrícola, construindo uma nova utopia. Dessa forma, procurou relacionar aspectos de justiça, moralidade e respeito às identidades (FRASER, 2007), com a negação de um modo de reprodução social monolítico desde a Revolução Verde, reforçando a demonstração de outras formas de organização e produção da vida. Houve uma crescente politização da proposta agroecológica construída ao longo de cada um dos encontros nacionais, com o incremento de temas e relações com outras esferas sociais, formando redes de produção de conhecimento. Procurou-se interferir nos rumos da sociedade, não restrito ao domínio agrícola, incluindo de forma seletiva diversas dimensões e interfaces que fortaleceriam a proposta de desenvolvimento agroecológica.

A estratégia da ANA também explicitou o uso de laços fracos (GRANOVETTER, 1973), desde comunicações e trocas mais difusas, que pretenderam acessar universos amplos para dar mais alcance e sentido à integração em torno da agroecologia, por exemplo, visto a partir das inúmeras presenças nas plenárias nacionais, muitas das quais com uma ou duas presenças em reuniões, ou mesmo nos ENAs. O laço forte das ONGs com a Rede PTA buscou justamente se ampliar para outros laços.

A perspectiva das redes sociais permitiu uma chave metodológica de análise, ao percorrer uma parte dos elementos, relações e vínculos que os atores estabeleceram, facilitando o entendimento sobre a posição dos atores e seus efeitos junto da ANA. As interações se estabeleceram em um processo dinâmico e relacional, e mesmo com a pretensão da horizontalidade, os fluxos de poder, informação e influência não se deram de forma homogênea, mas tiveram os rastros da sua construção histórica.

Por fim, essa experiência também se relacionou com a visão analítica dos movimentos sociais, visto que sua ação teve como base a construção de redes e laços sociais que interagiram na formação de um ator coletivo e contribuíram nas adesões ao movimento

agroecológico. Estes traços se expressaram na construção da ANA com os seguintes elementos: 1) como um ator coletivo, que como visto, não foi homogêneo, expressando tensões; 2) introdução e difusão da agroecologia enquanto um novo problema público, de forma que se traduzisse numa vontade coletiva; 3) atuação desde pequenos círculos sociais que ganharam dimensão em um esforço molecular, que continuamente atingiu interfaces; 4) formação de um opositor que fortalecesse sua coesão interna, centralizado na noção de agronegócio, sendo que quanto maiores foram os avanços deste opositor mais sentido fez a articulação para os atores deste campo; e ainda, 5) interlocução com as políticas públicas, outro eixo de aglutinação dos atores em torno da ANA, seja para a crítica ou proposição de políticas.

A agroecologia se inseriu enquanto uma visão de mundo alternativa que ressignificou práticas e visões de mundo, ressaltando seus aspectos qualitativos, contribuindo para uma publicidade cívica na transformação das formas de experiência dos atores e na interpretação do que faziam. A agroecologia recolocou a ideia de uma mitologia política que impulsiona a ação, na reconquista de uma identidade comprometida para a construção de uma realidade social, em que emergjam novas formas de organização comunitária. Saída da realidade social recria-se com ela, formando uma nova utopia (GIRARDET, 1987).

Ao longo da pesquisa diversos caminhos de investigação foram se abrindo, o que incluiu lacunas para o seu entendimento, por não serem exploradas e alcançadas ao longo deste trabalho, podendo seguir em futuras pesquisas. Como a compreensão entre a construção das significações da agroecologia e sua efetivação prática junto das organizações citadas; o aprofundamento da compreensão das interações específicas com determinados atores na construção das redes sociais da ação coletiva agroecológica, sejam os abordados nesta pesquisa ou com as instituições de Ater e políticas públicas; a percepção de escalas distintas e as sobreposições que os atores têm neste campo, inclusive uma abordagem sobre as trajetórias pessoais neste campo; aprofundar as interfaces internacionais entre os atores da agroecologia ou com outros temas como os movimentos sociais urbanos e ambientalistas; a investigação da percepção do agronegócio sobre a agroecologia, fazendo um caminho oposto sobre as disputas nestas significações, ou mesmo da produção orgânica, que mantém relações de proximidade e distanciamento com a agroecologia e ainda, o estudo sobre a aproximação com outros atores, como as questões indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, que podem abrir novas chaves na construção do *frame* da agroecologia.

A experiência da ANA recolocou questões em torno das práticas dos movimentos sociais e na forma como ela é interpretada, abrindo relações com vários campos e autores. Como visto, os desafios na manutenção de propostas como essa são inúmeras e se ampliam num período de crise social e da referência nas políticas públicas. A capacidade destes atores em se autoavaliar e propor mudanças no seu curso de ação é fundamental para sua continuidade. O acirramento das tensões em torno do paradigma social e o contexto de um golpe jurídico-midiático²⁰⁹ no país recolocam o debate sobre o papel da ANA, num refluxo do diálogo com o governo e frente aos retrocessos em políticas públicas e direitos sociais. Novamente a dualidade entre dialogar ou não com o governo tende a ressurgir e pode requer, assim como em anos anteriores, novos diálogos da agroecologia com setores da sociedade civil, principalmente relacionadas às questões urbanas, numa reconfiguração de forças para a mobilização popular, de forma que o desenvolvimento da agroecologia seja uma proposta do presente e do futuro.

²⁰⁹ Termo já utilizado por alguns autores, como Bringel e Falero (2016), ainda que não consensual na academia ou no campo político, sujeito a inúmeros debates e controvérsias, inclusive devido às responsabilidades do próprio governo do PT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. A rede, os nós e as teias: tecnologias alternativas na agricultura. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 34(6): 159 - 77, nov. / dez. 2000.
- _____. Progresso Técnico: A indústria é o caminho? **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, n.27, pp.41-49, nov., 1985.
- ALMEIDA, Silvio Gomes de. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo, W. B. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. 1.º vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – uea / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, L. S. COMERFORD, J. PALMEIRA, M. O mundo da participação e os movimentos sociais rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. HEREDIA, B. M. e LOPES, J. S. L. (orgs.). Rio de Janeiro: CBAE, 2014, pp. 67-88.
- ALMEIDA, Silvio G. Experiências de T.A. na organização dos pequenos produtores: comentários. **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, n.27, pp.15-19, nov., 1985.
- ANA. Agronegócio: setor que cresce, mas não beneficia a população brasileira. II Encontro Nacional de Agroecologia. Recife, jun., 2006a.
- _____. Anais do III ENA. Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2015a.
- _____. Carta convocatória ao III ENA. Rio de Janeiro, 2013.
- _____. Carta política. Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Salvador, Bahia, 26 a 29 de setembro de 2011a. Disponível em: <http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>.
- _____. Carta política do III ENA. Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2014a.
- _____. Construção do Conhecimento Agroecológico – novos papéis, novas identidades. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Grupo de Trabalho sobre Construção do Conhecimento Agroecológico da ANA. Rio de Janeiro, jun., 2007a.
- _____. Financiamento da Transição agroecológica. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Grupo de Trabalho de Financiamento da Transição Agroecológica. Rio de Janeiro, jun., 2007b.
- _____. Iniciativas em andamento na Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, fev., 2009a.
- _____. II Encontro Nacional de Agroecologia. Recife, jun., 2006b.
- _____. Mulheres construindo a agroecologia. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Grupo de Trabalho Mulheres da ANA. Rio de Janeiro, jun., 2008a.
- _____. Memória da Reunião Ampliada da Coordenação Nacional da ANA. Rio de Janeiro, 8 e

9 de dez., 2009b.

_____. Orientações para a organização das Sessões Simultâneas sobre Construção e Disputas da Agroecologia nos Territórios, construção do III ENA, s/l, abr., 2014b.

_____. Propostas da ANA para uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Seminário Nacional. Luziânia – GO, 10 a 12 de abril de 2012a.

_____. Relatório da Oficina Norte de Minas Gerais. Preparação para o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Montezuma, MG. 15 - 17 de mar. 2011b.

_____. Relatório da Oficina Serra Catarinense. Preparação para o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Relatora: Flávia Londres. Lages, SC. 17 e 18 de nov. 2010a.

_____. Relatório da Oficina Território da Borborema. Preparação para o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Relatora: Flávia Londres. Lagoa Seca, PB. 14 e 15 de out. 2010b.

_____. Relato da Preparação ao Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Rio de Janeiro. 2011c. Disponível em: <http://dialogoseconvergencias.org/documentos/outros-documentos/encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias-20-julho-2011.pdf?view=true>

_____. Relatoria da Plenária Final. Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Salvador, 29 de set. 2011d. Disponível em: <http://dialogoseconvergencias.org/documentos/relatoria-29-plenaria-final.pdf?view=true>

_____. Relato da reunião entre a ANA e Redes Parceiras. Rio de Janeiro, 18 e 19 de março de 2010c.

_____. Relatório de atividade. Seminário Internacional: Tempo de agir por mudanças radicais: agricultura familiar camponesa e agroecologia como alternativa à crise do sistema agroalimentar industrial, jun., 2012b.

_____. Seminário de Avaliação do III ENA e Debate sobre o futuro da ANA. Luziânia-GO, 12 e 13 de agosto, 2014c.

_____. Seminário Nacional Convocatório ao III ENA. Luziânia-GO, 11 a 13 de dezembro de 2012c.

_____. Seminário Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 25 a 27 de fevereiro de 2015b.

_____. Sentidos estratégicos do III ENA a partir do seminário de Luziânia. Rio de Janeiro, dezembro, 2012d.

_____. Síntese dos elementos de discussão e encaminhamentos da oficina de planejamento da coordenação nacional da ANA. Pelo Direito à Vida, à Saúde e ao Livre Uso da Biodiversidade. Rio de Janeiro. 31 de mar. a 2 de abr., 2009c.

_____. Síntese dos principais elementos de discussão e encaminhamentos. Rio de Janeiro. Reuniões 19 a 22 fev., 2008b.

_____. Soberania e Segurança Alimentar. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Grupo de Trabalho de Soberania e Segurança Alimentar da ANA. Rio de Janeiro, jul., 2007c.

_____. Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção. Núcleo Executivo, fev, 2012e.

_____. Uso e Conservação da Biodiversidade. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Grupo de Trabalho de Biodiversidade da ANA. Rio de Janeiro, abr., 2007d.

_____. Vídeo do II ENA. Recife, PE, 2006c.

AS-PTA. Relatório de Atividades 2002. Rio de Janeiro: AS-PTA, ago. 2003.

AZEVEDO, Elaine; PELICIONI, Maria Cecília F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial, **Saúde Soc.** São Paulo, v.20, n.3, 2011, pp.715-729.

BEBBINGTON, A. HICKEY, S. MITLIN, D. (orgs.) Introduction: Can NGOs Make a Difference? The Challenge of Development Alternatives. In: **Can NGOs Make a Difference? The Challenge of Development Alternatives**. London, Zed Books, 2008, pp. 3-37.

BELLON, S. LAMINE, C. NORDER, L. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. In: **Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França**. BILLAUD, J. BRANDENBURG, A. LAMINE, C. (Orgs). Curitiba: Kairós ed. 2015, pp. 65-84.

BENFORD, R. SNOW, D. Framing Processes and Social Movements: an overview and assessment. **Annual Review Sociology**, 2000, 26:611-639.

BENSADON, Ligia, S. **Tecendo realidades e projetos políticos: a trajetória da convergência na Articulação Nacional de Agroecologia**. Artigo. III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente. São Carlos: UFSCar, 2015.

BERGAMASCO, S. e SOUZA-ESQUERDO, V. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, vol.52, supl.1, 2014.

BILLAUD, J. BRANDENBURG, A. LAMINE, C. A agricultura ecológica e as redes agroecológicas. In: **Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França**. BILLAUD, J. BRANDENBURG, A. LAMINE, C. (Orgs). Curitiba: Kairós ed. 2015, pp. 7-15.

BOLETIM ENA. Rio de Janeiro: Núcleo Executivo do ENA, n.1, fev., 2002.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo. Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

BORSATTO, Ricardo Serra e CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online].2013, vol.51, n.4, pp. 645-660. ISSN 0103-2003.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: Bourdieu, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Diffel, 1990, cap. VII.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, pp. 185 – 215, 2010.

BRINGEL, B. FALERO, A. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. SPE 03, p. 27-45, 2016.

BRUSSI, A. CARVALHO, H. Entre as pedras e as flores da terra. **Lua Nova** N. 63, São Paulo, 2004.

CAMPOLINA, Adriano. A Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos. In **Anais. Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

CADONÁ, V. Célio. **O Movimento dos Pequenos Agricultores**. O novo nasce das estradas. Curso de Mestrado em Educação nas Ciências, Departamento de Pedagogia, UNIÚÍ, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, Sergio;

BALESTRO, Moisés V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 11, out., 1998, pp. 53-75.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança** – movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. In: **Dilemas**. Vol. 2 - n. 4 – Abr-Mai-Jun., UFRJ, 2009.

_____. Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas. De la experiencia al compromiso. In: **Revista de Sociología**, n. 26, Universidad de Chile, 2011.

_____. Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático. In: CEFAÏ, D; JOSEPH, I. **La herencia del pragmatismo. Conflictos de urbanidad y pruebas de civismo**. La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, 2002, pp.51-81.

CEFAÏ, Daniel e TROM, Danny. Los marcos de la acción colectiva. Definiciones y problemas. In A. Natalucci (ed.) **Sujetos, movimientos y memorias**. Sobre los relatos del pasado y los modos de confrontación contemporáneos, La Plata, Al Margen, 2008.

CERIOLI, Paulo. Uma concepção de desenvolvimento rural. **Cadernos de formação agrícola**, número 1. MST, osfs, agosto de 1993, pp. 30-31. Acesso pelo sistema: <http://armazemmemoria.com.br/> em 23.04.2015.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**. Petrópolis, Vozes, 1996.

CHESHIRE, L. et al. Decoupling farm, farming and place: recombinant attachments of globally engaged family farmers. **Journal of Rural Studies**, v. 30, abr. 2013, pp. 64-74.

CINTRÃO, Rosângela P. **A participação no II ENA – a memória em números**. Secretaria Executiva da ANA, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **ONGs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1996. 385p. [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade].

CONCRAB. O que levar em conta na organização do assentamento. **Cartilha**, mai., 2001. Acesso pelo sistema: <http://armazemmemoria.com.br/> em 23.04.2015.

CONNEL, Raewyn. A iminente revolução da teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, out. 2012.

CONTAG. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 3., 1979, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 1979.

_____. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 4., 1985, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 1985.

_____. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 5., 1991, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 1991.

_____. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 6., 1995, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 1995.

_____. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 7., 1998, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 1998.

_____. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 8., 2001, Brasília. **Anais**. Brasília:

CONTAG, 2001.

_____. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 9., 2005, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 2005.

CARDOSO, Irene, M. FERRARI, Eugenio, A. PADULA, Juliana. Os caminhos da Agroecologia no Brasil. In: **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. ASSIS, William, S. GOMES, João, C. C. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

CORREA, Ciro. **O MST em Marcha para a AGROECOLOGIA**: uma Aproximação à construção histórica da agroecologia no MST. Trabalho final do Master em Agroecologia: um enfoque sustentável de la agricultura. UNIA/UCO, Espanha, 2008.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Dagnino, E (org.). **Sociedade civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 279-301.

_____. Challenges to Participation, Citizenship and Democracy: Perverse Confluence and Displacement of Meanings. In: **Can NGOs Make a Difference? The Challenge of Development Alternatives**. London, Zed Books, 2008, pp. 55-70.

DESMARAIS, Annette Aurélie, RIVERA-FERRE, Marta G, GASCO, Beatriz. Building alliances for food sovereignty: La Vía Campesina, NGOs, and social movements. In **Alternative Agrifood Movements: Patterns of Convergence and Divergence**. Published online: 03 Dec 2014; iv.

DIAS, Marcelo Miná. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Tese Doutorado, ICHS – CPDA, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DORNELAS, Rafaela Silva. **Movimento agroecológico no Brasil: considerações sobre a dimensão política e os saberes na agroecologia**. Dissertação de mestrado, UFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2016.

ENA. Encontro Nacional de Agroecologia. **Caderno de Textos**. UERJ. Rio de Janeiro, 30 de jul. a 02 de ago., 2002.

ENA. Encontro Nacional de Agroecologia. **Anais**, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Lima, feb., 2010.

FASE. **Proposta**: experiências em educação popular. Rio de Janeiro: FASE, n. 27, nov. 1985.

FBES. Anotações da Reunião da Coordenação ampliada da ANA, 08 e 09 de dez. de 2009.

_____. Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: FBES, 2008.

_____. Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Luziânia: FBES, 2013.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova. Nº 70, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia Sorgatto; OGANDO, Cláudio Barcelos; KAPPES, Sylvio Antonio; SILVA, Jardel Knechtda. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.p. 13-41.

GENTE DA TERRA. Jornal da Rede Ater do Nordeste, n. 3, ago., 2006.

GIRARDET, R. Mitos e Mitologias Políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRARD, Jean-Michel. Tecnologias Alternativas na agricultura a serviço do poder camponês. **Boletim do Projeto TA**. Rio de Janeiro: PTA/FASE. Ano II, n. 4/5, 1986.

GRAMSCI, A. Alguns pontos preliminares de referência. In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs) **Cadernos do Cárcere**, vol1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs.) **Cadernos do Cárcere**, vol3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties, In: **American Journal of Sociology**; vol 78, no 6, 1973, pp. 1360 – 1380.

GRZYBOWSKI, Cândido. Depoimento. In: LIMA, Eli Napoleão. LEITE, Sergio Pereira (orgs). **CPDA 30 anos: desenvolvimento, agricultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Mauad X. Seropédica: Edur, 2010.

_____. O saber dos camponeses em face do saber dos técnicos. **Proposta**: experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n.27, pp.60-63, nov., 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 8a ed., 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003, pp. 253-268.

IBARRA, P., GOMÀ, R., R., MARTÍ, S. Los nuevos movimientos sociales. El estado de la cuestión. In: IBARRA, P., GOMÀ, R., MARTÍ, S. (coords). **Creadores de democracia radical: movimientos sociales e redes de políticas públicas**. Icaria Editorial, Barcelona, 2002.

INCA, Posicionamento do Instituto Nacional De Câncer José Alencar Gomes Da Silva acerca dos agrotóxicos. 2015. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf

INFORMACUT. n. 186, de 28 de maio a 04 de junho de 1992. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/> Acesso em: 28.04.2015.

_____. n. 233, 06 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/> Acesso em: 28.04.2015.

JESUS, Eli Lino de. Histórico e filosofia da Agricultura Alternativa. **Proposta**: experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n.27, p.34-40, nov., 1985.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Ano V, n. 53, jun. 1986. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/> Acesso em: 24.04.2015.

_____. Ano XII, n. 130, out. 1993. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/> Acesso em: 24.04.2015.

_____. Ano XIV, n. 151, set. 1995. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/> Acesso em: 24.04.2015.

Jornal Terra Solidária, ano II, n. 7, dez. 2000. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/> Acesso em: 28.04.2015.

KECK, Margareth and SIKKINK, Kathryn. Historical precursors to modern transnational social movements and networks. In GUGRY, J. KENNEDY, M and ZALD, M. (eds). **Globalizations and social movements**. Michigan: The University Press, 2007.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P et al. **Iniciação à prática sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996, pp. 59-104.

LERRER, F. Debora e MEDEIROS, S. Leonilde. Food sovereignty and struggle for land: the experience of the MST in Brazil. In: **Alternative Agrifood Movements: Patterns of Convergence and Divergence**. Published online: 03 Dec. 2014; iv.

LUZ, Claudia. Articulação Mineira de Agroecologia: o papel das redes na construção do conhecimento agroecológico. In: **Construção do Conhecimento Agroecológico – novos papéis, novas identidades**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Grupo de Trabalho sobre Construção do Conhecimento Agroecológico da ANA. Rio de Janeiro, jun., 2007a.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese doutorado CPDA - UFRRJ, 2007.

MARQUES, Eduardo C. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun 2007, pp. 157-161.

_____. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, fev. 2006, pp. 15-41.

MAURY, Patrick. Nordeste, uma alternativa? **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, n.27, pp.55-59, nov., 1985.

McADAM, Doug, TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. In: **Lua Nova**, São Paulo, 76, 2009.

MEDEIROS, S. Leonilde. **Algumas considerações sobre o conceito de classe social**. Texto apresentado como requisito de exame de qualificação ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do IFCH/Unicamp, SP, nov. 1992.

_____. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 7, pp. 7-31, jan-jun. de 2012.

_____. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências In: **Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. OLIVEIRA, Roberto Veras de; BRIDI, Maria Aparecida e FERRAZ, Marcos (Orgs.). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Busca de qualidade, ação social e cultura. Por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005, pp. 25-42.

MISCHE, Ann. Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link. In DIANI, M, McADAM, D. (eds.) **Social Movement Analysis: The network perspective**. Oxford University Press, 2002.

MODONESI, Massimo. Horizontes Gramscianos: estudios em torno al pensamiento de Antonio Gramsci. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. México, 2013.

MOTTA, Eugênia, S. M. G. Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária. **Tese Doutorado**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 2010.

MPA. Propostas do Movimento dos Pequenos Agricultores aos candidatos a Presidência da República, Governos estaduais, deputados e senadores. Brasília: MPA, 2014.

_____. Resoluções e Compromissos do I Congresso do MPA. São Paulo: MPA, 2015.

MST. A vida na roça tem jeito ou o que é desenvolvimento rural sustentável. Fórum de entidades sindicais, ONGs, pastorais e movimentos sociais de Minas Gerais. **Cartilha**, 1995.

_____. Programa Agrário do MST: Lutar, construir reforma agrária popular. 3ª edição. **Cartilha**. São Paulo, set., 2013.

MOLINA, Manuel González de. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. In: **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NOVAES, Regina R. Reforma agrária: o mito e sua eficácia. In: BÔAS, G. GONÇALVES, M. **O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

OFFE, Claus. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de representação. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. Encontro Nacional de Agroecologia. **Anais**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

PETERSEN, Paulo e ALMEIDA, Silvio G. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro**: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória). Rio de Janeiro, 2004.

PLOEG, J. D. van der. Cercas Vivas domesticadas, uma vaca global e um “bug”: a criação e a demolição da controlabilidade. In: _____. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutar por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008, pp. 233-254.

PRIETO, Jaime Yovanovic. Comentários à Carta de Salvador, 2 de nov. 2011. Disponível em: <http://clajadep.lahaine.org/articulo.php?p=11350&more=1&c=1>. Acesso 7/10/2015.

PROJETO VIANEI DE EDUCAÇÃO. **Tecnologias Alternativas para Pequena Produção Rural**. FASE/TA, Lages, out., 1985.

PTA/FASE. **Projeto de Tecnologias Alternativas: princípios básicos**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, jul., 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida. Revista Brasiliense (S. Paulo), n.45, p.83-97, 1963. Republicado em Clifford Andrew Welch et al. (orgs.) **Camponeses brasileiros** vol. 1. Leituras e interpretações clássicas. S. Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009. Coleção História Social do Campesinato brasileiro.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Out. 2002: 237-280.

SAUER, Sérgio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010. pp. 98-126.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para

uma política emancipatória? **Cadernos CRH** vol. 21, n. 54, Salvador set/dez. 2008.

SCHMITT, Claudia Job (coord). Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica. Relatório de pesquisa CNPq. Mimeo. Fev., 2016.

_____. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, pp. 82-112.

_____. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHMITT, Claudia Job; TYGEL, Daniel. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SCHMITZ, Adélia. Por um Brasil Livre de Transgênicos. In **Anais**. Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

SCOTT, Byrd C. SNOW, David A. Ideology, framing processes, and Islamic Terrorist Movements. In: **Reading on Social Movements: origins, dynamics and outcomes**. New York, Oxford, Oxford University Press, 2ª ed, 2010.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. In **Raízes**, 21, nº1, jan-jun., 2002.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, D. P; MEDEIROS, L. S. (orgs.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

SILVA, Suylan, A., M. Democracia participativa e processo decisório de políticas públicas: a influência da campanha contra a Alca. **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 28 Num. 1, Brasília, jan/abr., 2013.

SILVA, Valter, I. **Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir**. 1o Edição, Porto Alegre; Padre Josimo, 2014.

STRAUCH, Guilherme, F. E. **Redes sociotécnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro**. Universidade de Córdoba, Espanha, 2015.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Vozes, 2009.

_____. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TETREAULT, Darcy Víctor. Escuelas de pensamiento ecológico en las Ciencias Sociales. **Estudios Sociales**, Volumen 16, Número 32. Jul – Dez., 2008.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vols. pp. 9-21 e 303-440.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Tradición, Revuelta y Consciencia de clase**. Barcelona, Ed Crítica, 1979.

_____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. In **Sociedade e Estado**, vol. 21, n.

1, jan/abr. 2006.

VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. In: **Ética, planejamento e construção democrática do espaço. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR/IPPUR, 2001, pp. 140-151.

WEID, Jean M. Alguns comentários sobre a problemática da pequena produção agrícola do Brasil. **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, n.27, pp.3-8, nov. 1985a.

_____. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, n.27, pp.52-54, nov., 1985b.

_____. Tecnologia alternativa e a política do Estado. **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, n.27, pp.52-54, nov., 1985c.

_____. As entidades de desenvolvimento e a ecologia. **Alternativas – cadernos de agroecologia**, Rio de Janeiro, AS-PTA, ago., 1993a.

ANEXO A: Breve apresentação dos entrevistados

1. Andréa Alice da Cunha Faria. Professora, participou da Rede PTA. Entrevista em 25/11/2014.
2. Arlindo Resende de Sena, agricultor na Bahia. Entrevista em 16.05.2014.
3. Carlos Pereira, integrante da Associação Agroecológica Tijupá. Entrevista em 17.05.2014.
4. Diva Vané Deitos, agricultora em Santa Catarina, integrante da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco). Entrevista em 18.05.2014.
5. Celso Ricardo Ludwig, agricultor de Paial/Santa Catarina, coordenador do setor agrícola da Fetraf. Entrevista em 26/02/2015.
6. Ciro Eduardo Correa, agrônomo, foi representante do MST na ANA de 2001 a 2010. Atua na Confesol (Distrito Federal). Entrevista em 18/11/2015.
7. Claudemar Mattos, agrônomo, atua na equipe da AS-PTA e no núcleo executivo da Aarj. Entrevista em 30/11/2015.
8. Darci Frigo, advogado e coordenador da Terra de Direitos. Entrevista em 21/01/2016.
9. Demétrius de Oliveira, agrônomo, coordenador-executivo da Apta, participou dos Ebaas, da Rede PTA, membro da Articulação Capixaba de Agroecologia. Entrevista em 28/05/2015.
10. Denis Monteiro, agrônomo e integrante da Secretaria Executiva da ANA desde 2009. Entrevista em 17/12/2015.
11. Douneto Ribeiro da Costa, integrante da CPT e Fetraf em Goiás. Entrevista em 18.05.2014
12. Edmar Gadelha, sociólogo, atuou na Rede PTA, assessor da Emater/Minas Gerais. Entrevista em 14/01/2016.
13. Elson Borges dos Santos, agrônomo, integrante do MST e da Rede Ecovida no Paraná, participa da Cnapo. Entrevista em 28/11/2015.
14. Emília Fátima, agricultora em uma associação de mulheres em Santa Catarina. Entrevista em 18.05.2014.
15. Eugênio Ferrari, agrônomo, fundador do CTA-ZM, atuou no PTA/Fase, integrante do núcleo executivo da ANA, participa da Cnapo, professor na UFV. Entrevista em 19/11/2015.
16. Francisco Dal Chiavon, militante da coordenação nacional do MST, participou da Cnapo. Entrevista em 18.05.2014.
17. Irene Cardoso, agrônoma, professora na UFV e presidenta da ABA. Entrevista em 18/11/2015.
18. Ivonete Gonçalves de Souza, integrante da RADV. Entrevista em 01/12/2015.
19. Jean Marc von der Weid, agroeconomista, fundador e membro da AS-PTA, participa do Condraf. Entrevista em 24/11/2015.
20. José Antônio Marfil, agricultor, membro da Rede Ecovida no Paraná e representa a ANA no conselho consultivo do FNDE e do PAA. Entrevista em 08/12/2015.
21. José Maria Tardin, foi técnico da AS-PTA de 1993 a 2004, atuou na Rede PTA, hoje educador e militante no MST. Entrevista em 14/12/2015.
22. Maria Verônica de Santana, agricultora em Sergipe, liderança do MMTR-NE, participa da Cnapo. Entrevista em 19/11/2015.
23. Maria Emília Pacheco, antropóloga, integrante do núcleo executivo da ANA pela Fase e presidenta do Consea de 2014 a 2016. Entrevista em 13/10/2014 e 04/01/2016.
24. Nilton Fabio Lopes, integrante do CAA-NM. Entrevista em 26/02/2015.
25. Nívia Regina da Silva, agrônoma, dirigente do MST no Rio de Janeiro. Entrevista em

08/12/2015.

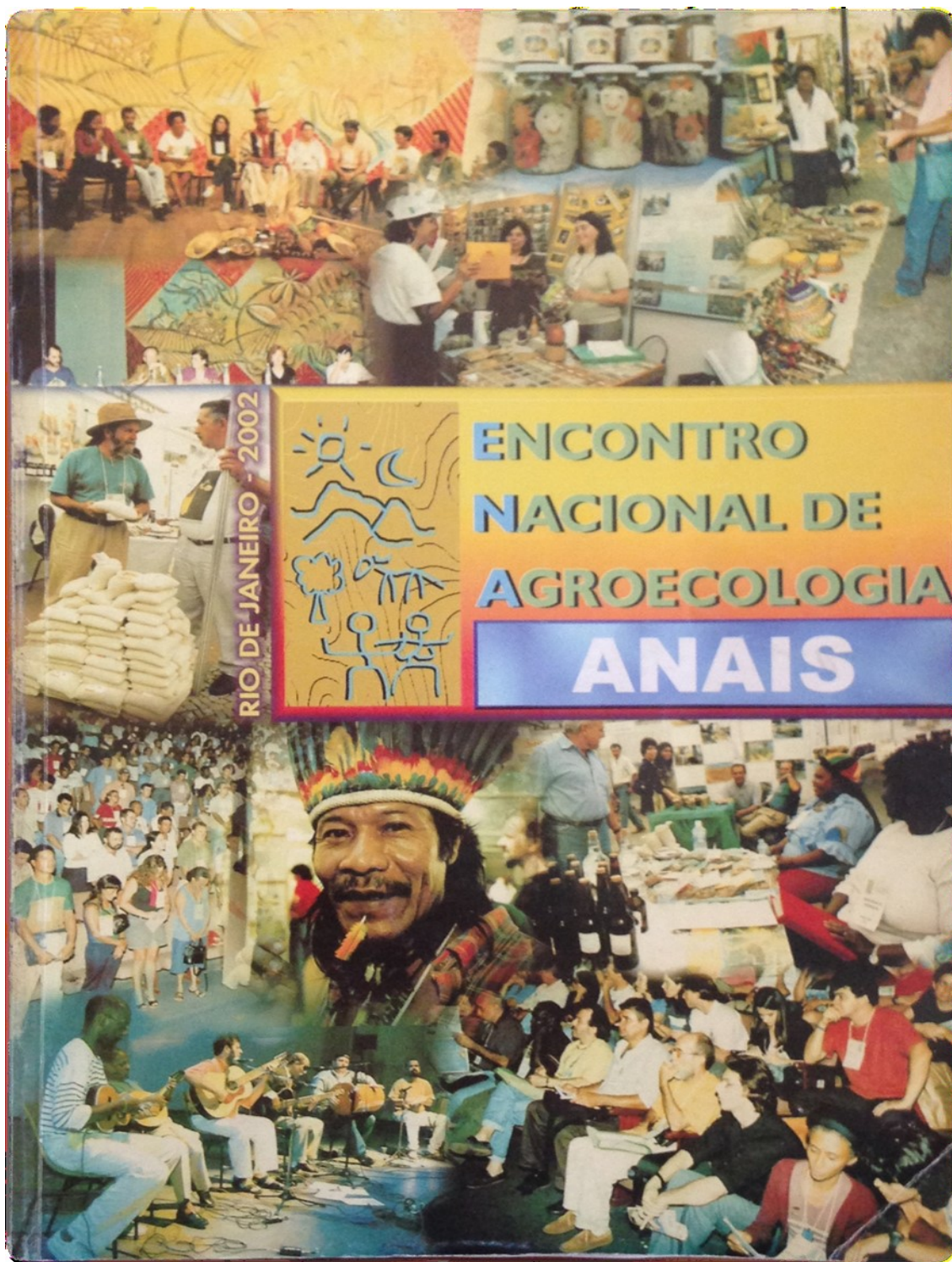
26. Noemi Krefta, agricultora em Santa Catarina, militante do MMC. Entrevista em 17/12/2015.
27. Paulo Petersen, agrônomo, atuou na Rede PTA, diretor-executivo na AS-PTA, membro da mesa coordenadora da Cnapo, vice-presidente da ABA. Entrevista em 03/12/2015.
28. Rosângela Cintrão, agrônoma, atuou na Feab/Ebaas, Rede PTA e Secretaria Executiva da ANA de 2005 a 2006. Entrevista em 17/12/2015.
29. Rubenice Costa Rodrigues, agricultora no Maranhão, integrante da Associação Agroecológica Tijupá. Entrevista em 18.05.2014.
30. Willian Clementino Matias, agricultor familiar de Vanderlândia/Tocantins, vice-presidente e secretário de relações internacionais da Contag. Entrevista em 26/02/2015.

ANEXO B: Organizações participantes nas reuniões analisadas

Organização	Número de reuniões que participou
ABA, Associação Agroecológica Tijupá, AS-PTA, Contag, CTA-ZM, Fase, MMC, MPA, Rede Ecovida e Sasop.	7
ANA – Amazônia, APA e ASA Brasil.	6
Apta, CAA-NM, Feab, MIQCB e Unicafe.	5
ACA, Centro Sabiá, CPT, MMM, MST, RBJA e Rede Cerrado.	4
Abrasco, Action Aid, Capa, CPDA-UFRRJ, FBES, FBSSAN, Fetraf, MMTR-NE, Pesacre, Rama, Rega, Terra de Direito e UFV.	3
ANC, APA-TO, Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida, Conab, Conaq, Giramundo, GTA, ISA, MAB, PJR, RADV, Rede, Rede Ater-NE e Unefab.	2
AASM/RJ, AMA, AMB, Anvisa, Aopa, Apaco, Apoinme, Apoms, Articulação Baiana de Agroecologia, Articulação de Agroecologia do Norte de Minas, Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana e Coletivo de Agricultura Urbana, Articulação Pacari, Assema, Assessorar, Caatinga, Capina, CMN, CBLT, Central do Cerrado, Centro Ecológico, CEPPEC, Cetap, Cetra, CF8, CNS, Coletivo Nacional de AU, Cooperbio, FCVSA, Fiocruz, Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Fundação HBS, GCB, GIAS/MT, Grupo Tinguá Orgânico, GTNA, Ibase, Idam, IMCA, Incra, Instituto Terra Mater, Ipea, Ipea – U.F. Uberlândia, IRPAA, Iterpa, ITV, Lemto – UFF/RJ, Mapa, MDA, MDS, MMA, MMNEPA, Movimento indígena, Movimento de Mulheres, MPC, Nace-ESALQ-USP, OCA, Plataforma Dhesca, Projeto Pe. Ezequiel – Aroa, RAP-AL BRASIL, Reata, Rede Carioca de Agricultura Urbana, Rede de Agroecologia de Rondônia, Rede de Agroecologia do Amazonas, Rede Fitovida, Rede Juçara, Rede Sergipana de Agroecologia, Rede Terra Sem Males, Rede Xique-Xique, Reju, Rema, Remera, Serracima, SGP-Cnapo, SPG ABIO, STTR/STM, TDH SCHWEIZ, Terra Viva, Tramas, Ufes, UFG, UFPA e Unaic.	1

ANEXO C: Imagens

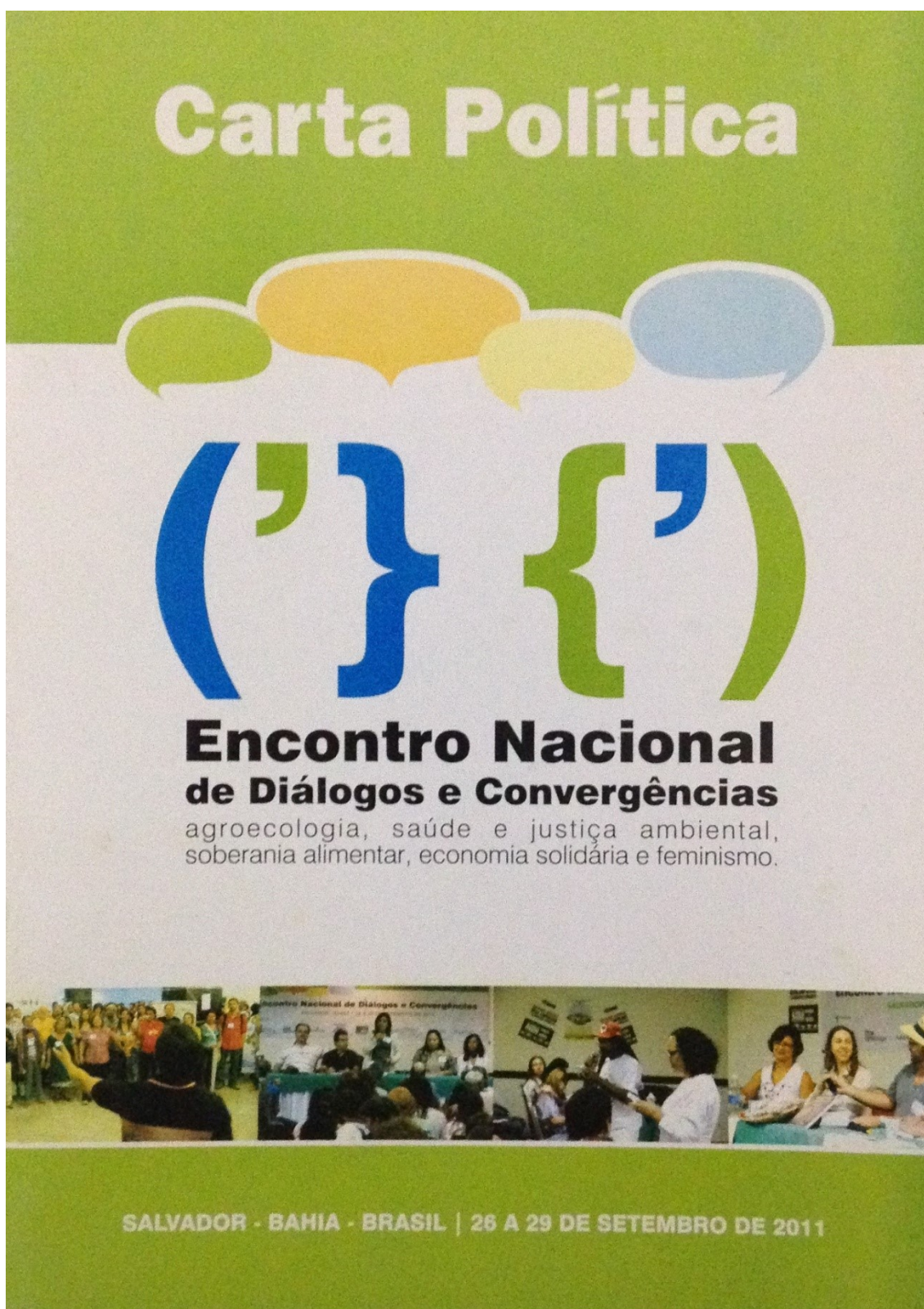
1) Documento do I ENA



2) Documento do II ENA



3) Documento do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências



4) Documento do III ENA



5) Exemplo de painel gráfico no III ENA



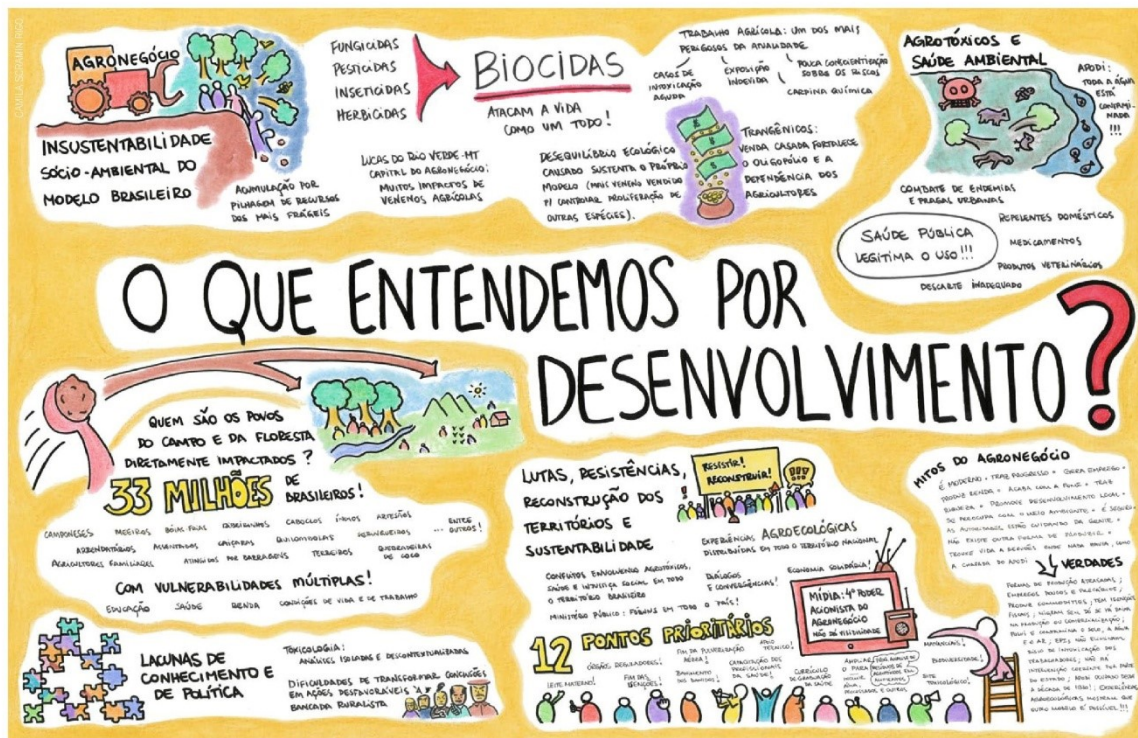
6) Painéis Dossiê Abrasco



dossiêABRASCO
UM ALERTA SOBRE OS IMPACTOS
DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE

PARTE 1
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SAÚDE

WWW.ABRASCO.ORG.BR/DOSSIEAGROTÓXICOS



dossiêABRASCO
UM ALERTA SOBRE OS IMPACTOS
DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE

PARTE 2
SAÚDE, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

WWW.ABRASCO.ORG.BR/DOSSIEAGROTÓXICOS



dossiê ABRASCO
UM ALERTA SOBRE OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE

PARTE 3
CONHECIMENTO CIENTÍFICO E POPULAR: CONSTRUINDO A ECOLOGIA DE SABERES
PANEL SÍNTESE

WWW.ABRASCO.ORG.BR/DOSSIEAGROTÓXICOS



dossiê ABRASCO
UM ALERTA SOBRE OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE

PARTE 4
A CRISE DO PARADIGMA DO AGRONEGÓCIO E AS LUTAS PELA AGROECOLOGIA
PANEL SÍNTESE

WWW.ABRASCO.ORG.BR/DOSSIEAGROTÓXICOS